



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiripas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

Lista de publicações do Think Tank do PE

<https://www.europarl.europa.eu/thinktank>

Critérios de pesquisa utilizados para elaborar a lista :

Ordenar Ordenar por data

Domínio de intervenção "Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos"

1017 Resultados

O número de resultados está limitado a 500. Pode afinar a sua pesquisa.

Data de criação : 20-04-2024

[O Parlamento Europeu: competências](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 18-04-2024

Autor ERIKSSON Eeva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Parlamento faz valer o seu papel institucional na elaboração das políticas europeias através do exercício das suas várias funções. A participação do Parlamento no processo legislativo, as suas competências orçamentais e de controlo, a sua participação na revisão dos Tratados e o seu direito de intervir nos processos submetidos ao Tribunal de Justiça da União Europeia permitem-lhe assegurar o respeito pelos princípios democráticos a nível europeu.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Collection of studies prepared by Policy Department C for the PEGA Committee](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 17-04-2024

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Resumo Committee of Inquiry to investigate the use of Pegasus and equivalent surveillance spyware (PEGA) was set up on 10 March 2022. Chaired by MEP Jeroen LENAERS, PEGA Committee investigated infringements and maladministration in application of EU law in relation to the use of Pegasus and equivalent spyware surveillance software. Spyware and other hacking techniques are critical threats to privacy, data protection and democracy in the EU. They serve oppressive agendas against journalists, political activists and human rights defenders. On 8 May 2023, PEGA Committee adopted its final report (Rapporteur: MEP Sophia IN 'T VELD), after 14 months of hearings, studies and fact-finding missions. Following the PEGA Committee's report, on 15 June 2023, the European Parliament adopted its recommendation calling on the European Commission, the Council, European Ombudsman, the Europol and a number of Member States for a number of actions.

Briefing [EN](#)

[Obstetric and gynaecological violence in the EU - Prevalence, legal frameworks and educational guidelines for prevention and elimination](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 17-04-2024

Autor externo BRUNELLO Silvia, GAY-BERTHOMIEU Magali, SMILES Beth, BARDHO Eneidia, SCHANTZ Clémence & ROZEE Virginie

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Resumo This study presents an overview of how the issue of obstetric and gynaecological violence is currently being apprehended in the EU. Based on research carried out across the EU 27 Member States, it identifies issues and challenges; looks at the legal framework currently applicable to this form of violence; examines ongoing political and legal developments; and gathers initiatives carried out at the national level to improve understanding and prevention of this form of gender-based violence by healthcare professionals and society in general. Finally, it provides recommendations for different stakeholders.

Estudo [EN](#)

[Revision of the Schengen Borders Code](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 10-04-2024

Autor DUMBRAVA Costica

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo fronteiriço | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | fronteira externa da UE | fronteira interna da UE | migrante | migração ilegal | migrações | política migratória da UE | proposta (UE) | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | viagem | vida política e segurança pública | vida social

Resumo In December 2021, the European Commission presented a proposal to amend the Schengen Borders Code, which lays down the rules governing controls at the EU internal and external borders. While debates on the reform of Schengen have been going on for a while, recent challenges – relating to the coronavirus pandemic on the one hand, and attempts to instrumentalise migrants as a way to put pressure on the EU's external borders, on the other – have created new momentum for reform. The Commission's proposal aims to improve the Schengen system's resilience to serious threats, and to adapt it to new challenges. It introduces a new coordination mechanism to deal with health threats at the external borders and a new Schengen safeguard mechanism to provide a common response at the internal borders in situations of threats affecting Member States, including the possibility to transfer irregular migrants apprehended at the internal borders directly back to the competent authorities in the EU country from which it is assumed they just came, without undergoing an individual assessment. Following the provisional agreement reached by the co-legislators in December 2023, Parliament is scheduled to vote on the agreed text during its April II plenary session. Second edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing [EN](#)

[The notion of constitutional identity and its role in European integration](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 02-04-2024

Autor externo Christophe MAES

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Since the introduction of Article 4(2) of the Treaty on European Union, the meaning and function of the notion of constitutional identity have become an important point of contention. This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines what the concept of constitutional identity means and how it has been understood in various EU Member States. It assesses the impact of this concept on the relations between the EU and its Member States. Finally, the study evaluates how the notion of constitutional identity can play a role in future EU integration.

Estudo [EN](#)

[O Tribunal de Contas](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 27-03-2024

Autor MILICEVIC Vera

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Tribunal de Contas Europeu (TCE) é responsável pela auditoria das finanças da União Europeia. Enquanto auditor externo da UE, contribui para o aperfeiçoamento da sua gestão financeira e atua como guardião independente dos interesses financeiros dos cidadãos da União.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Processos de decisão intergovernamental](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 26-03-2024

Autor ERIKSSON Eva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Na Política Externa e de Segurança Comum (PESC), bem como em vários outros domínios, tais como a cooperação reforçada, determinadas nomeações e a revisão de tratados, o processo de decisão é diferente do que prevalece no processo legislativo ordinário. O aspeto dominante, nestes domínios, é uma componente mais forte da cooperação intergovernamental. O problema da crise da dívida pública levou a um aumento do recurso a esses mecanismos de tomada de decisão, nomeadamente no quadro da governação económica europeia.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[O princípio da subsidiariedade](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 26-03-2024

Autor ERIKSSON Eva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo No âmbito das competências não exclusivas da União, o princípio da subsidiariedade, inscrito no Tratado da União Europeia, define as circunstâncias em que é preferível a ação da União em lugar dos Estados-Membros.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Implications of the Digital Transformation on Different Social Groups](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 25-03-2024

Autor externo MAZZONI Leonardo, BOTTA Marco, CARLINI Roberta, FILISTRUCCHI Lapo, MENENDEZ GONZALEZ Natalia, PARCU Pier Luigi

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Petições ao Parlamento Europeu | Política Social | Proteção dos Consumidores | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PETI Committee, analyses the impact of digitalization on vulnerable social groups in terms of lower income and education, age, people affected by disabilities, minority ethnic groups and people living in remote/isolated geographic areas. It includes a review of the relevant academic literature, secondary data analysis, as well as three case studies focused on digital inequality in e-commerce and digital financial services. The study reviews the EU legislations relevant in the policy areas that are the object of the case studies and elaborates some recommendations on the actions that the EU could undertake to tackle the digital divide affecting vulnerable social groups.

Estudo [EN](#)

[Anti-money-laundering authority \(AMLA\): Countering money laundering and the financing of terrorism](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 20-03-2024

Autor REMEUR Cécile

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | branqueamento de capitais | combate ao crime | controlo bancário | delito económico | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | financiamento do terrorismo | FINANÇAS | funcionamento institucional | instituição financeira | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | proposta (UE) | QUESTÕES SOCIAIS | supervisão financeira | transação financeira | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social

Resumo In July 2021, the European Commission tabled a proposal to establish a new EU authority to counter money laundering and the financing of terrorism (AMLA). This was part of a legislative package aimed at implementing the 2020 action plan for a comprehensive Union policy on preventing money laundering and the financing of terrorism. The AMLA would be the centre of an integrated system, composed of the authority itself and national authorities with an AML/CFT supervisory mandate. It would also support EU financial intelligence units (FIUs) and establish a cooperation mechanism among them. In the European Parliament, the file was referred to the Committee on Economic and Monetary Affairs (ECON) and the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE). The co rapporteurs' draft report was voted on 28 March 2023 and the plenary mandate on 17 April 2023. The Parliament and the Council reached a provisional agreement in December 2023, and the decision on the seat was taken by a joint vote on 22 February 2024. Fourth edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure. The first edition was written by Carla Stamegna.

Briefing [EN](#)

[Parental Child Abductions to Third Countries](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 12-03-2024

Autor externo Marilyn FREEMAN

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Resumo Cross-border parental child abductions in the EU are governed by The 1980 Hague Convention on the Civil Aspects of International Child Abduction and (except for Denmark) the Brussels II-ter Regulation. Countries outside of the EU may or may not be Contracting States to 'the Convention', but will not be bound by Brussels II-ter. Research has found that the often negative, long-lasting impact of abduction may continue throughout the lifecycle of those who have been abducted. It may also affect future generations of society. This means that every effort to deter abduction should be made. Where that is not possible, the 1980 Hague Child Abduction Convention should be nurtured to support its application in contemporary society. Specialist mediation should be encouraged in relation to international child abduction generally, and specifically in relation to Third Countries which are not Contracting States to 'the Convention'. This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee.

Estudo [EN](#)

[The Role of the European Council in the EU Constitutional Structure](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 27-02-2024

Autor externo AKBIK Adina, DAWSON Mark

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Conselho Europeu | construção europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | organismo da UE | política da UE | relação interinstitucional (UE) | relações interinstitucionais | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study examines the evolving role of the European Council in the EU's constitutional structure. As the study demonstrates, the increasing tendency of the European Council to instruct other EU institutions and its limited accountability have established an increasing gap between its de jure role under the EU Treaties and its de facto power in the larger system of EU governance. This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee.

Estudo [EN](#)

[O Parlamento Europeu: processos eleitorais](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-02-2024

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O processo eleitoral para a eleição do Parlamento Europeu é regido, simultaneamente, pelas disposições do Direito Europeu que estabelecem regras comuns a todos os Estados-Membros e pelas disposições nacionais específicas, que variam de Estado para Estado. As disposições comuns estabelecem o princípio da representação proporcional, regras relativas aos limites e determinadas incompatibilidades com o mandato de deputado ao Parlamento Europeu. Muitos outros assuntos importantes, como o sistema eleitoral concreto que é utilizado e o número de círculos eleitorais, são regidos pelo Direito nacional.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Policy Departments' Monthly Highlights February 2024](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 30-01-2024

Autor SANDERSKI ANDRZEJ

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Externos | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

[Em síntese](#) [EN](#)

[Desenvolvimentos que conduziram ao Ato Único Europeu](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 29-01-2024

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Os principais desenvolvimentos dos primeiros Tratados estão relacionados com a criação de recursos próprios da Comunidade, o reforço dos poderes do Parlamento em matéria orçamental, a eleição dos deputados europeus por sufrágio universal direto e a criação do Sistema Monetário Europeu (SME). A entrada em vigor do Ato Único Europeu em 1986, que alterou de forma significativa o Tratado de Roma, reforçou a ideia da integração através da criação de um grande mercado interno.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Competências do Tribunal de Justiça da União Europeia](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 29-01-2024

Autor BUX Udo | MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo A presente ficha temática descreve as competências do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), que inclui duas jurisdições – o Tribunal de Justiça propriamente dito e o Tribunal Geral – e oferece diferentes vias de recurso, previstas no artigo 19.º do Tratado da União Europeia (TUE), nos artigos 251.º a 281.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), no artigo 136.º do Tratado Euratom e no Protocolo n.º 3 anexo aos Tratados relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[As fontes e o âmbito de aplicação do direito da União Europeia](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 26-01-2024

Autor BUX Udo | MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Resumo A União Europeia tem personalidade jurídica e, como tal, a sua ordem jurídica própria, que é distinta do direito internacional. Além disso, o direito da UE tem um efeito direto ou indireto nas legislações dos Estados-Membros e torna-se parte integrante do sistema jurídico de cada Estado-Membro. A União Europeia é em si mesma uma fonte de direito. A ordem jurídica divide-se habitualmente em direito primário (os Tratados e os princípios jurídicos gerais), direito derivado (baseado nos Tratados) e direito complementar.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Parlamento Europeu: relações com os parlamentos nacionais](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 22-01-2024

Autor ERIKSSON Eva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Os progressos rumo à integração europeia transformaram o papel dos parlamentos nacionais. A fim de assegurar um controlo democrático eficaz da legislação europeia a todos os níveis, foram criados vários instrumentos de cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais. Esta tendência foi reforçada por novas disposições introduzidas pelo Tratado de Lisboa.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

A Comissão Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 22-01-2024

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo A Comissão é a instituição da UE que detém o monopólio da iniciativa legislativa juntamente com importantes poderes executivos em domínios como a concorrência e o comércio externo. É o órgão executivo por excelência da União Europeia, sendo formada por um colégio de comissários com um comissário por Estado-Membro. A Comissão supervisiona a aplicação do direito da União e o cumprimento dos Tratados pelos Estados-Membros; também preside aos comités responsáveis pela aplicação da legislação da União Europeia. O anterior sistema de comitologia foi substituído por novos instrumentos jurídicos: atos de execução e atos delegados.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Tribunal de Justiça da União Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 22-01-2024

Autor BUX Udo | MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) é uma das sete instituições da UE. Congrega dois órgãos jurisdicionais: o Tribunal de Justiça propriamente dito e o Tribunal Geral. O TJUE é responsável pela jurisdição da União Europeia. Estes tribunais asseguram a correta interpretação e aplicação do direito primário e do direito derivado da UE na União. Fiscalizam a legalidade dos atos das instituições da UE e decidem se os Estados-Membros cumpriram as obrigações decorrentes do direito primário e do direito derivado. O Tribunal de Justiça interpreta igualmente o direito da UE a pedido de magistrados nacionais.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Parlamento Europeu: organização e funcionamento

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-01-2024

Autor ERIKSSON Eva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo A organização e o funcionamento do Parlamento Europeu são definidos pelo seu Regimento. Os órgãos políticos, as comissões, as delegações e os grupos políticos orientam as suas atividades.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Os processos de decisão de tipo supranacional

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-01-2024

Autor SCHONARD Martina

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Em resultado da sua adesão à UE, os Estados-Membros da União Europeia acordaram em transferir para as instituições desta alguns dos seus poderes em determinados domínios de ação política. Logo, as instituições da UE tomam decisões vinculativas supranacionais no âmbito dos seus processos legislativos e executivos, processos orçamentais, processos de nomeação e processos de natureza quase-constitucional.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Conselho da União Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 14-12-2023

Autor ERIKSSON Eva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Conselho é a instituição que, juntamente com o Parlamento, aprova a legislação da UE através de regulamentos e diretivas, e que elabora decisões e recomendações não vinculativas. Nas suas áreas de competência, toma decisões deliberando por maioria simples, maioria qualificada ou unanimidade, de acordo com a base jurídica do ato que requer a sua aprovação.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Understanding crypto assets: An overview of blockchain technology's uses and challenges

Tipo de publicação Briefing

Data 13-12-2023

Autor REMEUR Cécile

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Fiscalidade | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave cadeia de blocos | comercialização | conteúdo digital | criptografia | distribuição digital | economia monetária | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | FINANÇAS | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | moeda virtual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo Blockchain and its applications, in particular cryptocurrencies, have grabbed the headlines, but many people still do not know how they work. This briefing provides an overview of the uses and challenges of this technology, based on published information. Blockchain originated as part of the enabling digital ledger technology (DLT) developed at the end of the 20th century. DLT works as a digital database containing information (as a record book or ledger) that can be simultaneously used and shared through a network (as a shared digital ledger). The technology is considered to render the recorded elements unchangeable (immutable) and the process open (decentralised) by using a publicly accessible network. However, in practice, the outcomes can differ from the initial technological design. Virtually anything of value (assets) can be tracked and traded on a blockchain. Blockchain works with tokens (values in the digital ledger), tokenisation (using the blockchain for existing assets) and smart contracts (computerised and pre-specified conditions that self-execute when they are met). Currencies and assets can be exchanged and traded in both the 'real' and virtual world. The use of blockchain for currencies originated from an analysis of shortcomings in the traditional financial environment. Crypto assets range from tangible to non-tangible assets, and to understand them one must look into their substance and the conditions attached to them in their digital definition. After more than a decade, a number of challenges have appeared, ranging from the protection of citizens to the preservation of the legal economy and the carbon impact of crypto assets. This briefing looks at both the implementation of blockchain technology over this period and at whether it has delivered the expected outcomes.

Briefing [EN](#)

Public benefit status and CMD systems for associations and non-profit organizations in the EU

Tipo de publicação Estudo

Data 13-12-2023

Autor externo Antonio FICI

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave associação sem fins lucrativos | computação na nuvem | direito fiscal | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | equipamento informático | FINANÇAS | fiscalidade | forma jurídica de sociedade | informática e processamento de dados | mudança tecnológica | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo This study, which was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, provides a comparative analysis of the laws on public benefit status found in the Member States of the EU from the perspective of associations and discusses the state of the art of EU law in this field. The study also deals with the legal regulation of cross-border conversion, merger and division of associations, focusing on some problematic aspects that also concern associations that hold the public benefit status. Conclusions focus on the need for the introduction of an EU statute that guarantees public benefit organizations effective freedom of establishment within the Union.

Estudo [EN](#)

Tratado de Lisboa

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 11-12-2023

Autor ERIKSSON Eeva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo A presente ficha técnica apresenta os antecedentes e as disposições essenciais do Tratado de Lisboa. Pretende-se contextualizar historicamente a emergência do mais recente texto fundamental da UE em relação aos textos precedentes. As disposições específicas (com remissões para os artigos) e os respetivos efeitos nas políticas da União Europeia são explicados com mais pormenor nas fichas que abordam políticas e matérias específicas.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Conselho Europeu

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 07-12-2023

Autor ERIKSSON Eeva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Conselho Europeu, constituído pelos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, dá o impulso necessário ao desenvolvimento da União Europeia e define as orientações políticas gerais. O Presidente da Comissão é também membro do Conselho Europeu, embora sem direito de voto. O Presidente do Parlamento Europeu dirige-se ao Conselho Europeu no início das suas reuniões. Nos termos do Tratado de Lisboa, o Conselho Europeu é uma instituição da União dotada de uma presidência a longo prazo.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Animal welfare - Pre-legislative synthesis of national, regional and local positions on the European](#)

[Commission's initiative](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 06-12-2023

Autor MARGARAS Vasileios | VINCI CLAUDIA

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | agroalimentar | AGROALIMENTAR | AMBIENTE | animal reprodutor | atividade agrícola | bem-estar dos animais | comércio de animais | direito da União Europeia | distribuição comercial | financiamento da UE | finanças da União Europeia | indústria alimentar | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | organização dos transportes | política ambiental | proposta (UE) | proteção dos animais | transporte de animais | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing provides a pre-legislative synthesis of the positions of national, regional and local governmental organisations' positions on the European Commission's forthcoming recommendation on animal welfare. It forms part of an EPRS series offering a summary of the pre-legislative state-of-play and advance consultation on a range of key European Commission priorities during its five-year term in office. It outlines the current state of affairs, examines how existing policy is working on the ground, and identifies best practice and ideas for the future from governmental organisations at all levels of the EU's system of multi-level governance. EPRS analysis of the positions of partner organisations at European Union (EU), national, regional and local levels suggests that they would like the following main considerations to be reflected in discussion of the forthcoming proposal on animal welfare: - Animal welfare is a topic of high importance for the great majority of EU citizens. According to Eurobarometer, 84 % of Europeans believe that the welfare of farmed animals should be better protected in their country. - A number of national and regional contributions to the Commission proposal indicate that Member States and their regions are involved in improving animal welfare in various ways. However, there is no common unified trend as some EU countries tend to be more ambitious than others in upgrading animal welfare rules. - Member States have made a number of proposals on animal welfare such as improving transport conditions (through shorter travel time and better travel conditions), adding new species under protection rules, promoting new methods of animal keeping and slaughtering, implementing stricter controls and monitoring, as well as introducing an EU products label to include information on animal welfare. Protecting EU farmers and the European food industry from unfair competition from non-EU imported products, is a recurring theme. - Additional resources and time are sought to prepare farmers and the EU food industry for the coming changes to animal welfare rules. Training stakeholders to improve animal welfare standards is also another recurring suggestion. - The EU has set common rules on animal welfare. It provides added value through EU funding, which is used to adopt animal protection measures and brings national and regional stakeholders together to exchange views on better animal welfare practices.

[Briefing](#) [EN](#)

[Reception Conditions Across the EU](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 24-11-2023

Autor externo Catherine WOOLLARD, Josephine LIEBL, Eleonora TESTI, Martin WAGNER, Justyna SEGES FRELAK, Andrew GEDDES, Rachel WESTERBY

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave ajuda aos refugiados | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | demografia e população | DIREITO | direito de asilo | direito internacional | direitos cívicos | direitos e liberdades | espaço de liberdade, segurança e justiça | estatísticas sobre migrações | instalação para refugiados | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | requerente de asilo | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, is based on concrete quantitative and qualitative evidence, existing available data, studies and analysis from various sources and documents from national and international institutions. It makes a legal and policy analysis of the EU and international standards applicable to the reception of applicants for international protection, and provides a comparative overview of the implementation of the Reception Conditions and Temporary Protection Directives and of further international norms across EUMS. Attention is also paid to how the EU supports and ensures EUMS' compliance with existing rules on reception conditions. The study concludes with policy recommendations addressed to relevant actors – including at Member State and European institutions – involved in the provision of reception conditions across the EU.

[Estudo](#) [EN](#)

[Síntese](#) [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#)

Targeted measures for persons with disabilities to cope with the cost-of-living crisis

Tipo de publicação Estudo

Data 17-11-2023

Autor externo Magdi BIRTHA, Eszter ZÓLYOMI, Felix WOHLGEMUTH & Sabina GJYLSHENI

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Energia | Orçamento | Petições ao Parlamento Europeu | Política Social | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave contabilidade nacional | crise energética | custo de vida | ECONOMIA | ENERGIA | exclusão social | finanças da União Europeia | fundo (UE) | pessoa deficiente | pobreza | política energética | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | segurança social | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PETI Committee, discusses the impact of the ongoing cost-of-living and energy crises on the standard of living for persons with disabilities. Based on available evidence, it provides an overview on legislation, policy measures and schemes that support persons with disabilities and their families to cope with the rising cost of living at the EU level and in selected Member States.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#)

Política de comunicação

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 16-11-2023

Autor ISKRA Katarzyna Anna

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Resumo A necessidade de uma comunicação eficaz tem como base jurídica a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia («Carta»), a qual garante a todos os cidadãos da UE o direito de serem informados sobre assuntos da UE. As instituições da UE desenvolveram vários instrumentos e serviços para manter o contacto e informar o público. Desde o seu lançamento formal em 2012, a iniciativa de cidadania europeia tem permitido um envolvimento mais direto dos cidadãos na nova legislação e nos assuntos da UE.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Recognition of the qualifications of third-country nationals - Pre-legislative synthesis of national, regional and local positions on the European Commission's initiative

Tipo de publicação Briefing

Data 14-11-2023

Autor EISELE Katharina | MARGARAS Vasileios

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | DIREITO | direito internacional | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estrangeiro | país terceiro | política de cooperação | política de vistos da UE | reconhecimento das qualificações profissionais | recrutamento de trabalhadores de empresas concorrentes | RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Resumo This briefing provides a pre-legislative synthesis of the positions of national, regional and local governmental organisations on the European Commission's forthcoming recommendation on the recognition of qualifications of third-country (non-EU) nationals. It forms part of an EPRS series offering a summary of the pre-legislative state-of-play and advance consultation on a range of key European Commission priorities during its 5-year term in office. It outlines the current state of affairs, examines how existing policy is working on the ground, and identifies best practice and ideas for the future from governmental organisations at all levels of the EU's system of multi-level governance.

Briefing [EN](#)

O Comité das Regiões

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-11-2023

Autor BUX Udo | MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Comité das Regiões é composto por 329 membros que representam as autoridades regionais e locais dos 27 Estados-Membros da União. Emite pareceres nos casos de consulta obrigatória fixados pelos Tratados, nos casos de consulta facultativa e por sua própria iniciativa, quando o considere oportuno. Os seus membros não estão vinculados a quaisquer ordens ou instruções. Exercem as suas funções com independência, no interesse geral da União.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Tratado de Nice e a Convenção sobre o Futuro da Europa

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-11-2023

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Tratado de Nice preparou apenas parcialmente a União Europeia para os importantes alargamentos de 1 de maio de 2004 e de 1 de janeiro de 2007, a Leste e a Sul. Assim, em resposta às questões levantadas na Declaração de Laeken, a Convenção sobre o Futuro da Europa procurou elaborar uma nova base jurídica para a União, consubstanciada no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. Na sequência da vitória do «não» em referendos realizados em dois Estados-Membros, este Tratado não foi ratificado.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Os Tratados iniciais

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-11-2023

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Os efeitos desastrosos da Segunda Guerra Mundial e a ameaça permanente de um confronto Leste-Oeste fizeram com que a reconciliação franco-alemã se tornasse numa prioridade máxima. A partilha da indústria do carvão e do aço por seis países europeus, instituída pelo Tratado de Paris em 1951, constituiu o primeiro passo para a integração europeia. Os Tratados de Roma, de 1957, consolidaram subsequentemente os alicerces desta integração e a ideia de um futuro comum para os seis países europeus envolvidos.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Provedor de Justiça Europeu

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-11-2023

Autor ROVENTA-GRIVEI GIORGIANA

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Provedor de Justiça Europeu procede a inquéritos para esclarecer eventuais casos de má administração na atuação de instituições, organismos, gabinetes e agências da União Europeia, intervindo por iniciativa própria ou com base em queixas apresentadas por cidadãos da UE, ou por qualquer pessoa singular ou coletiva com residência ou sede estatutária num Estado Membro. É eleito pelo Parlamento Europeu para um mandato que tem a duração da legislatura.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Comité Económico e Social Europeu

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 09-11-2023

Autor BUX Udo | MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Comité Económico e Social Europeu (CESE) é um órgão consultivo da União Europeia, sediado em Bruxelas. É composto por 329 membros. A sua consulta pela Comissão, pelo Conselho ou pelo Parlamento pode ser obrigatória, nos domínios estabelecidos nos Tratados, ou facultativa. O CESE também pode emitir pareceres por iniciativa própria. Os seus membros não estão vinculados a quaisquer instruções. Exercem as suas funções com total independência, no interesse geral da UE.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Open SLAPP Cases in 2022 and 2023](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 09-11-2023

Autor externo Justin BORG-BARTHET & Francesca FARRINGTON

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ação em matéria civil | comunicação | construção europeia | consumo | dimensão transfronteiras | DIREITO | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | justiça | profissional da comunicação | regiões e política regional | serviço de interesse geral | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was commissioned by the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE) of the European Parliament to analyse SLAPP cases and threats which were initiated in 2022 and 2023. The study provides a detailed analysis of the topics of public interest associated with the identified legal actions or legal threats, the cross-border implications of the public interest matter under dispute and, to the extent possible, information about victims, the cause of action, and litigation tactics engaged. Drawing on these findings, recommendations have been formulated on regulatory responses to SLAPPs.

Estudo [EN](#)

[Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 07-11-2023

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo O Tratado de Maastricht alterou os tratados europeus anteriores e criou uma União Europeia assente em três pilares: as Comunidades Europeias, a política externa e de segurança comum (PESC) e a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos (JAI). Tendo em vista o alargamento da União, o Tratado de Amesterdão introduziu as adaptações necessárias a um funcionamento mais eficaz e democrático da União.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Pedidos de restituição transfronteiriços de obras de arte pilhadas](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 16-10-2023

Autor externo Evelien CAMPFENS

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Comércio internacional | Cultura | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Educação | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governança Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave belas-artes | comércio de arte | cultura e religião | DIREITO | direito internacional | direito internacional | direito penal | furto | obra de arte | QUESTÕES SOCIAIS

Resumo O presente estudo versa sobre os pedidos de restituição transfronteiriços de obras de arte pilhadas, centrando-se em obras espoliadas pelos nazis e nas pilhagens durante o período colonial, mas também em perdas culturais mais recentes resultantes do tráfico ilícito. Embora estas categorias sejam bastante diferentes, existem algumas semelhanças. O estudo sublinha as lacunas nos quadros jurídico e político e formula recomendações sobre a forma como podem ser colmatadas. O referido estudo foi encomendado pelo Departamento Temático dos Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, a pedido da Comissão JURI.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [NL](#), [PT](#), [PL](#)

[European Commercial Contract Law](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 12-10-2023

Autor externo Andrea BERTOLINI

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave competência jurisdicional | contrato | DIREITO | direito civil | direito internacional | direito internacional económico | ECONOMIA | globalização | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | jurisdição de exceção | organização da justiça | política comercial | política comercial | política económica

Resumo This study – commissioned by the Policy Department C at the request of the Committee on Legal Affairs – aims at discussing the reasons why the law chosen in commercial contracts is largely non-European and non-member state law. To do so, it first provides an overview of the relevant academic and policy efforts underwent to formulate a European contract law. Then it moves on to touch upon a broad spectrum of matters emerging both from international reports on the adjudication and the functioning of the courts systems, as well as from academic literature on matters that span from contract qualification, interpretation, integration, and some fundamental aspects of remedies.

Estudo [EN](#)

The 'one in, one out' principle - A real better lawmaking tool?

Tipo de publicação Estudo

Data 05-10-2023

Autor externo Helen XANTHAKI

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | construção europeia | crescimento económico | ECONOMIA | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estratégia de crescimento da UE | formalidade administrativa | mercado do trabalho | mercado do trabalho | organização de empresas | poder executivo e administração pública | política económica | política económica | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study submits that 'One in, one out' is a tool for less, not better, regulation and legislation, and, as such, it is not a suitable instrument for better law-making.
To achieve effectiveness of legislation, the EU must reform its law-making policy holistically by placing the citizen at the core of its legislative communication. The EP must lead on and defend the citizens' right to better legislation. To put this reform to effect, the JURI Committee must place itself at the centre of deliberations, via a Working Group dedicated to Better Regulation, to assure a constant reflection on better regulation with the support of a network of European academic experts.
This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

ECJ case law on judicial independence: A chronological overview

Tipo de publicação Briefing

Data 03-10-2023

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave competência jurisdicional | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | independência da justiça | instituições da União Europeia e função pública europeia | juiz | jurisprudência (UE) | organização da justiça | Tribunal de Justiça (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In recent years, European Court of Justice (ECJ) case law has been playing an increasingly pivotal role in the development of the emerging common minimum standards of judicial independence, binding on the EU Member States as a matter of Union law. The ECJ has based its case law primarily on Article 19 of the Treaty on European Union (TEU), which requires Member States to provide for effective judicial protection in areas covered by EU law, on Article 47 of the Charter of Fundamental Rights of the EU (CFR), which requires Member States to guarantee a fair trial and effective judicial protection when implementing EU law, and on Article 2 TEU, which includes the rule of law among the values that are common to the Member States and to which they have committed when joining the EU (as required by Article 49 TEU). The ECJ sees the development of common minimum standards of judicial independence as necessary not only for national courts to guarantee effective judicial protection but also to preserve the mutual trust between national judiciaries within the EU. In its case law on judicial independence, the ECJ has focused specifically on the autonomy of the judiciary from the other branches of government (legislative and executive), on citizens' perceptions of independence, and on specific guarantees of independence within appointment procedures and disciplinary proceedings for judges. Whereas the ECJ has reiterated that laws setting the rules on how the national judiciaries are to be organised is a competence of the Member States, it has also required, given the Member States' Treaty obligations stemming from Articles 2, 19 and 49 TEU and from Article 47 of the CFR, that they may not, following their accession to the EU, lower their standards of judicial independence (principle of non-regression).

Briefing [EN](#)

The potential impact of the unitary Supplementary Protection Certificate on access to health technologies

Tipo de publicação Estudo

Data 28-09-2023

Autor externo Thyra DE JONGH, Bregtje KAMPHUIS, Sven BOSTYN & Alfred RADAUER

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Coronavírus | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Saúde Pública

Palavra-chave certificado sanitário | construção europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | material médico-cirúrgico | medicamento | mercado da UE | mercado único | patente | política aduaneira | política comercial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | saúde pública | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In April 2023, the European Commission adopted regulatory proposals introducing a Unitary Supplementary Protection Certificate (SPC) and a centralised assessment procedure for SPCs for medicinal products. This study analyses the potential impacts of these proposals on access to medicines, the administrative burden to applicants and the cost to national health systems.
This document was prepared by Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[Fiscal policy in times of crises - An analysis of EMU Constitutional Framework](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 20-09-2023

Autor externo Federico FABBRINI

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Semestre Europeu | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave análise económica | consequências económicas | crise monetária | ECONOMIA | economia monetária | FINANÇAS | finanças da União Europeia | fiscalidade | orçamento da UE | política fiscal | política monetária | recessão económica | relações monetárias | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines the fiscal responses of the EU to the Covid-19 pandemic and the war in Ukraine. It claims that the law & policy tools developed to address these crises have led to the establishment, and consolidation, of an EU fiscal capacity – contributing to overcoming the original imbalance of the EU's Economic & Monetary Union. Nevertheless, the study claims that these developments now require appropriate institutional adjustments, and considers options to achieve them.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

[The use of Article 122 TFEU - Institutional implications and impact on democratic accountability](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 11-09-2023

Autor externo Merijn CHAMON

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | democracia | ECONOMIA | Estado de Direito | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política económica | política económica | quadro político | relação interinstitucional (UE) | transparência administrativa | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, looks into the peculiar nature of Article 122 TFEU as a non-legislative legal basis pursuant to which the European Parliament is not involved in the decision-making. It concludes that the recent recourse to Article 122 TFEU was legally defensible but that the Council does not sufficiently take into account the 'without prejudice to' clause in Article 122(1) TFEU. The analysis identifies different ways to bolster Parliament's position under the current Article 122 TFEU and makes suggestions for Treaty amendment.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

[Policy Departments' Monthly highlights - September 2023](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 08-09-2023

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Controlo Orçamental | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Orçamento | Segurança e Defesa | Transportes

Palavra-chave construção europeia | ECONOMIA | estabilidade financeira | estabilização económica | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | livre circulação de capitais | política económica | política económica | Reino Unido | retirada da UE | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Monthly highlights publication provides an overview, at a glance, on the on-going work of the policy departments, including a selection of the latest and forthcoming publications, and a list of future events.

Em síntese [EN](#)

[Geographical indications protection for craft and industrial products](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-09-2023

Autor MAŃKO Rafał | MILDEBRATH Hendrik Alexander

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave comercialização | comércio internacional | denominação de origem | DIREITO | direitos e liberdades | INDÚSTRIA | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | liberdade de comércio | livre circulação de mercadorias | política e estruturas industriais | produto industrial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade intelectual | rotulagem

Resumo EU lawmakers have drafted and negotiated a regulation on geographical indications for non-agricultural products, to enable the registration of names of craft and industrial products as geographical indications and to enhance their protection within the EU and in third-countries. The European Parliament is expected to vote on the final text resulting from the trilogue negotiations during its September plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

The European Media Freedom Act: media freedom, freedom of expression and pluralism

Tipo de publicação Estudo

Data 27-07-2023

Autor externo Elda BROGI

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | DIREITO | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | liberdade de expressão | liberdade de imprensa | meios de comunicação de massas | pluralismo dos meios de comunicação | redação legislativa | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study analyses the European Media Freedom Act proposal. It provides a political and historical overview of EU policies in the field of media and on information society at large, also taking into account the debate regarding EU competences on media pluralism and media freedom. The study reasons on the legal basis of the proposed Act, and then analyses the provisions of it under each of the Chapters of the Act, basing on relevant academic literature, policy documents, and empirical data. It concludes with policy recommendations.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Lo Stato di diritto, una prospettiva di diritto comparato - Unione europea

Tipo de publicação Estudo

Data 19-07-2023

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Questo studio fa parte di un progetto più ampio, il cui scopo è quello di analizzare, nella prospettiva del diritto comparato, lo Stato di diritto in diversi Stati ed organizzazioni internazionali. Il presente studio è dedicato allo Stato di diritto nell'ordinamento giuridico dell'Unione europea. Lo studio analizzerà i presupposti che hanno portato a prevedere nel trattato istitutivo il riferimento allo Stato di diritto come valore fondamentale dell'Unione europea e come tale principio, enunciato anche in disposizioni di diritto derivato, sia stato poi interpretato dalla giurisprudenza della Corte di giustizia. Verranno in particolare illustrati i meccanismi preventivi per assicurare il rispetto dello Stato di diritto da parte degli Stati membri nonché la procedura prevista in caso di violazione grave del principio dello Stato di diritto. Da ultimo verrà messa in luce la portata semantica non univoca di tale nozione, evidenziandone le prospettive di sviluppo legate ad una sua interpretazione evolutiva. In conclusione, verranno individuate le sfide che il rispetto del principio dello Stato di diritto pone all'Unione europea e agli Stati membri nel processo di integrazione europea.

Estudo [IT](#)

Suspension and expulsion of states from international organisations: Analysis of the Vienna Convention on the Law of Treaties and of the practice at the United Nations and the Council of Europe

Tipo de publicação Briefing

Data 11-07-2023

Autor MANKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave construção europeia | DIREITO | direito internacional | direito internacional público | exclusão de uma organização internacional | Nações Unidas | ONU | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | política internacional | relações da União Europeia | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Sovereign states, as the primary subjects of public international law, voluntarily enter into treaties (international agreements) creating international organisations, as the secondary subjects of public international law. According to a long-standing and well-established principle of public international law, known by the Latin maxim of pacta sunt servanda, states are obliged to abide by the agreements to which they commit. This principle is enshrined in Article 26 of the Vienna Convention on the Law of Treaties ('Vienna Convention'). It also applies, as a matter of course, to the multilateral treaties establishing international organisations. Such treaties may specify duties incumbent upon state parties, such as periodic payment of membership fees or agreement to abide by the decisions of organs of the organisation, as well as a set of values or principles to which state parties to the founding treaties have voluntarily committed, as in Article 3 of the Statute of the Council of Europe. If a state violates a provision of a multilateral treaty that is essential to the accomplishment of its object or purpose, under Article 60 of the Vienna Convention, such breach is considered material. In such case, the other parties may, by unanimous agreement, suspend the operation of the treaty in whole or in part, or terminate it either in the relations between themselves and the defaulting state, or between all the parties to the treaty. Some experts claim that Article 60 of the Vienna Convention could be invoked to terminate a treaty establishing an international organisation, and thereby serve as a means for suspension or expulsion of a recalcitrant member.

Briefing [EN](#)

[The Normative Status of Climate Change Obligations under International Law](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 29-06-2023

Autor externo Marcel BRUS, Panos MERKOURIS, André DE HOOGH

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave adaptação às alterações climáticas | alteração climática | AMBIENTE | Centro Comum de Investigação | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | climatologia | degradação do ambiente | DIREITO | direito internacional | direito internacional | instituições da União Europeia e função pública europeia | política ambiental | proteção do ambiente | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, investigates the normative status of legal commitments of States in the field of international climate law. It concludes that the due diligence obligations of States to realize their nationally determined contributions (NDCs) qualifies as a norm of general international law, but at the moment not as a peremptory norm. It concludes that the legal impact of this norm currently lies in the sphere of interpretation and harmonization of existing international law rather than invalidation of conflicting rules.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

[Metaverse](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 26-06-2023

Autor externo Mariusz MACIEJEWSKI

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ajuda à reconversão | comunicação | comunidade virtual | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informática e processamento de dados | investigação e propriedade intelectual | política económica | política espacial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | realidade virtual | tecnologia e regulamentação técnica | transformação digital | transporte aéreo e espacial | TRANSPORTES | técnica espacial

Resumo This study was prepared by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee. Commercial, industrial and military applications of metaverse bring both opportunities as well as significant concerns for everyday life, health, work, and security. Legislative initiatives promoting fundamental principles of law, legislative and judicial oversight, applied comprehensively across a broad range of policies, are necessary to make sure that metaverse will play a positive role.

Estudo [EN](#)

[Proteção dos valores referidos no artigo 2.º do TUE na UE](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 08-06-2023

Autor MARZOCCHI Ottavio

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Resumo A União Europeia funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, inclusive os direitos das pessoas pertencentes a minorias, tal como preceituado no artigo 2.º do Tratado da União Europeia (TUE). Para garantir que estes valores são respeitados, o artigo 7.º do TUE prevê um mecanismo da UE para determinar a existência e, eventualmente, sancionar violações graves e persistentes dos valores da UE por parte de um Estado-Membro, mecanismo esse que recentemente foi acionado pela primeira vez em relação com a Polónia e a Hungria. A União também está vinculada pela sua Carta dos Direitos Fundamentais e está empenhada na adesão à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. Na sequência da emergência de ameaças aos valores da UE em alguns Estados-Membros, as instituições da UE estão a reforçar o seu conjunto de instrumentos para combater o retrocesso democrático e proteger a democracia, o Estado de direito, os direitos fundamentais, a igualdade e as minorias em toda a União.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Advance Passenger Information \(API\) - An analysis of the European Commission's proposals to reform the API legal framework](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 08-06-2023

Autor externo Niovi VAVOULA, Valsamis MITSILEGAS

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Transportes

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | controlo fronteiriço | dados pessoais | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | direitos e liberdades | direitos fundamentais | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fronteira externa da UE | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | livre circulação de pessoas | migração ilegal | migrações | organização dos transportes | proposta (UE) | proteção dos dados | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | transporte aéreo | transporte aéreo e espacial | transporte de passageiros | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, aims to analyse the European Commission's proposals to reform the legal framework on the processing of Advance Passenger Information (API) data. The analysis takes stock of the current legal framework regarding the processing of travellers' data. Then, it provides an outline of the Commission's proposals, followed by an assessment of the fundamental rights implications, in particular the right to respect for private life (Article 7 of the EU Charter of fundamental rights), protection of personal data (Article 8) and freedom of movement (Article 45).

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[EU's response to the US Inflation Reduction Act \(IRA\)](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 02-06-2023

Autor SCHEINERT CHRISTIAN

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Energia | Fiscalidade | Governação Mundial | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Orçamento | Semestre Europeu

Palavra-chave alteração climática | AMBIENTE | América | construção europeia | degradação do ambiente | ECONOMIA | Estados Unidos | estratégia da UE | financiamento e investimento | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | gás de efeito de estufa | inflação | investimento no estrangeiro | neutralidade carbónica | poluição industrial | política ambiental | relações da União Europeia | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Although the US Inflation Reduction Act (IRA) pursues a range of aims, the two main ones are the lowering of inflation by removing purchasing power from the US economy, and to provide the United State's contribution to fighting climate change. Unlike similar EU measures, most of its climate support is done via tax subsidies. Although hailed in the EU for heralding a new era in US climate policy, the IRA is being criticised for its outright 'Buy American' provisions. Amongst others, it is feared that EU exports to the US will be hampered, and that EU firms might be enticed to relocate to the US. So far, the EU has reacted by adapting its State aid rules and the legislative proposals of the Green Deal Industrial Plan, but it also relies upon the Recovery and Resilience Facility's dedicated climate subsidies to offset the IRA's effects on the EU economy. Further possible EU responses are currently discussed.

Análise aprofundada [EN](#)

[Improving cross-border cooperation in the enforcement of administrative fines and recovery claims](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 26-05-2023

Autor externo Prof. Dr. Marc RÖCKINGHAUSEN and Prof. Dr. Christof MÜTHERS

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Fiscalidade | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação transfronteiriça | créditos | DIREITO | direito civil | formalidade administrativa | infração administrativa | poder executivo e administração pública | poderes públicos | política de cooperação | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sanção administrativa

Resumo This study, commissioned by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, looks into the challenges and possible improvements of administrative cooperation between Member States, as regards cross-border enforcement of administrative fines and recovery claims. Legal instruments to facilitate transnational cooperation are necessary. Also the terms 'fine' and 'recovery claim' are often subject to different definitions in the Member States. Framework Decision 2005/214/JHA works for offenses regulated therein. Measures to improve cooperation are allowed by Article 82(1) TFEU but administrative authorities are regularly not judicial authorities. Amendments can be based on Article 114(1) TFEU if they serve to supplement provisions on information, service and enforcement assistance.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [NL](#)

[An Assessment of the State of the EU Schengen Area and its External Borders](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2023

Autor externo Sergio CARRERA, Davide COLOMBI, Roberto CORTINOVIS

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Acordo de Schengen | construção europeia | cooperação policial (UE) | DIREITO | direito internacional | direitos e liberdades | direitos humanos | fronteira externa da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This Study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, assesses the state of play of the EU Schengen area and the latest legal and policy developments with direct relevance to the Schengen acquis. It analyses the impact of these developments, and the role of 'declared crisis', on the Schengen Borders Code, Luxembourg Court standards and EU Treaty principles and fundamental rights. The Study calls for an approach based on 'merited or deserved trust' to uphold the legitimacy of the Schengen area. Such an approach should focus on the effective and timely enforcement of EU rules and Treaty values – chiefly the rule of law and fundamental rights – instead of expanding intra-EU policing and the proliferation of technological surveillance and databases leading to the (in)securitisation of people's freedom of movement.

[Estudo EN](#)

[Síntese DE, EN, FR](#)

[Strengthening the Role and Independence of Equality Bodies](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 10-05-2023

Autor externo CROWLEY Niall

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comércio intra-UE | controlo de constitucionalidade | DIREITO | direito adquirido | direito da União Europeia | direitos cívicos | direitos e liberdades | diretiva (UE) | fontes e ramos do direito | independência económica | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | poder executivo e administração pública | política comercial | política interna | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE), examines and makes recommendations on the two Directives on standards for equality bodies proposed by the Commission in 2022. It explores the current situation for equality bodies, establishing issues that trammel their potential due to inadequacies in the design of their institutional architecture, and the conditions created for their independence, effectiveness, and accessibility. The study finds that the Directives, while requiring strengthening, hold significant promise.

[Estudo EN](#)

[Síntese DE, EN, ES, FR, IT](#)

[Cross-Border Legal Recognition of Parenthood in the EU.](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 19-04-2023

Autor externo TRYFONIDOU Alina

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Petições ao Parlamento Europeu | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | direitos e liberdades | família | livre circulação de pessoas | poder paternal | política social | princípio de reconhecimento mútuo | proteção da vida privada | QUESTÕES SOCIAIS | responsabilidade paternal | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Petitions (PETI), has as its aim to analyse the Commission's proposal for a Regulation on the recognition of parenthood in the EU. The study examines the problem of non-recognition of parenthood between Member States and its causes, the current legal framework and the (partial) solutions it offers to this problem, the background of the Commission proposal, and the text of the proposal. It also provides a critical assessment of the proposal and issues policy recommendations for its improvement.

[Estudo EN](#)

[Síntese BG, CS, DE, EL, EN, ES, FR, HU, IT, LT, LV, RO, HR, PL, SK, SL](#)

[O processo orçamental](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 12-04-2023

Autor JAMES Eleanor Remo

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Resumo O papel do Parlamento Europeu no processo orçamental tem vindo a ampliar-se progressivamente desde os tratados orçamentais de 1970 e 1975. Em 2009, o Tratado de Lisboa conferiu ao Parlamento e ao Conselho igualdade de poderes no que respeita à globalidade do orçamento da UE.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [GA](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[Social media platforms and challenges for democracy, rule of law and fundamental rights](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 03-04-2023

Autor externo Beatriz BOTERO ARCILA, Rachel GRIFFIN

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comunicação | construção europeia | democracia | DIREITO | direitos cívicos | direitos e liberdades | direitos fundamentais | distribuição digital | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado de Direito | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | media sociais | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | quadro político | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, examines risks that contemporary social media - focusing in particular on the most widely-used platforms - present for democracy, the rule of law and fundamental rights. The study focuses on the governance of online content, provides an assessment of existing EU law and industry practices which address these risks, and evaluates potential opportunities and risks to fundamental rights and other democratic values.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#)

[The European Court of Justice's jurisdiction over national judiciary-related measures.](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-04-2023

Autor externo Laurent PECH

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito da União Europeia | direitos cívicos | direitos e liberdades | direitos fundamentais | independência da justiça | instituições da União Europeia e função pública europeia | jurisprudência (UE) | justiça | organização da justiça | poder judicial | processo prejudicial | quadro político | questão prejudicial | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, focuses on the scope of the CJEU's jurisdiction over national measures relating to the organisation of national judiciaries. After providing an overview of the legal framework post Lisbon Treaty, the study offers a chronological outline and a transversal assessment of the CJEU's case law relating to the second subparagraph of Article 19(1) TEU. Five years after the CJEU's seminal judgment in Associação Sindical dos Juizes Portuguese, this Treaty provision has become the main vehicle through which national measures have been brought to the CJEU's attention, primarily via national requests for a preliminary ruling.

Estudo [EN](#)

[Ensuring Efficient Cooperation with the UK in civil law matters](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 22-03-2023

Autor externo Lotario Benedetto DITTRICH

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo internacional | construção europeia | cooperação reforçada | DIREITO | direitos cívicos | direitos e liberdades | ECONOMIA | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | política internacional | Reino Unido | relações da União Europeia | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | situação económica | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, analyses the implications of Brexit in relation to the profile of judicial cooperation in civil matters. It examines the existing legal framework in order to identify the areas of law in respect of which there is a gap in the relationship between the EU and the UK. It assesses the consequences of the UK's failure to accede to the 2007 Lugano Convention. Concludes that the conclusion of new treaties between the EU and the UK should be pursued in relation to those areas where there is a regulatory gap, with particular reference to the area of human rights.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

[Desenvolvimento de indicadores de integração da perspectiva de género para medir o contributo da Comissão FEMM na posição final do PE](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-03-2023

Autor externo Manuela SAMEK LODOVICI, Flavia PESCE, Daniela LOI, Elena FERRARI, Juliana CHARRY CAMARGO & Alessandra CRIPPA.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave administração do pessoal | administração e remuneração do pessoal | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direitos cívicos | direitos e liberdades | direitos humanos | EMPREGO E TRABALHO | espaço de liberdade, segurança e justiça | igualdade de género | integração da perspectiva de género | movimento de defesa dos direitos do homem | programa da UE | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo O presente estudo foi encomendado pelo Departamento Temático dos Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu a pedido da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEMM). Visa desenvolver indicadores de integração da perspectiva de género para medir em que medida as sugestões e alterações (legislativas) da Comissão FEMM foram incluídas nos trabalhos de outras comissões do Parlamento Europeu e incorporadas nas posições finais do Parlamento Europeu. Partindo de uma análise direta, os indicadores são, em primeiro lugar, explicados e depois calculados dentro de um determinado período de tempo (julho de 2019 – junho de 2022).

Estudo [EN](#)

Síntese [CS](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PT](#), [PL](#)

[60 years of Van Gend & Loos: Direct effect of EU law and a 'new legal order'](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 06-02-2023

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | ECONOMIA | estudo de impacto | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | jurisprudência (UE) | Países Baixos | política aduaneira | regime aduaneiro da UE | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Sixty years ago, on 5 February 1963, the European Court of Justice handed down the first in a series of landmark judgments that laid the constitutional foundations of the EU legal order. The seminal case of Van Gend & Loos offered the Court an opportunity to proclaim the doctrine of the direct effect of EU law within the legal orders of the Member States. In practice, this means that individuals may claim rights directly under EU law and enforce those rights before national courts. The Van Gend & Loos case was triggered by a company that claimed that Dutch customs duties on a product imported from West Germany were in violation of the standstill clause contained in Article 12 of the Treaty of Rome. The clause prohibited Member States from introducing new customs duties on products originating from other Member States, or from raising existing customs duties. In Van Gend & Loos, the product in question was subject to a duty of 3 % at the time of the entry into force of the Treaty of Rome, but this was later raised to 8 %. At that time, the constitutional laws of the Member States were not consistent as regards the effects of the EU Treaties before national courts. The Dutch court asked the European Court of Justice whether the standstill clause had direct effect before national courts and, if so, whether changing the customs classification of the product in question, with the effect of making the customs duties higher, was in breach of the clause. The European Court, rejecting the opinion of the Advocate General and that of three of the six Member States, said yes to the first question, thereby inaugurating the doctrine of direct effect in EU law and empowering individuals to enforce rights derived from EU law before national courts. Marking the 60th anniversary of Van Gend & Loos, this briefing takes a closer look at the landmark decision, outlines the legal background to the dispute, examines the Court's findings, analyses its reasoning and concludes with an analysis of the broader implications of the decision for EU law.

Briefing [EN](#)

[Study for the PEGA Committee Mission to Hungary](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-02-2023

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | democracia | DIREITO | direito internacional | direito nacional | Estado de Direito | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Hungria | país membro | política de cooperação | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | soberania nacional

Resumo This study contains background materials for PEGA Committee mission to Hungary. The briefing has been prepared by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PEGA Committee.

Estudo [EN](#)

Pegasus and the EU's external relations

Tipo de publicação Estudo

Data 25-01-2023

Autor externo Steven FELDSTEIN; Richard YOUNGS

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direitos cívicos | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | organismo público | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | relações da União Europeia | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | teledeteção | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study - commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee of Inquiry to Investigate the Use of Pegasus and Equivalent Surveillance Spyware (PEGA) – analyses the proliferation of new and emerging technologies used for repression and social control. While these technologies still have the potential to positively enhance democratic values and human rights, repressive regimes actively deploy these tools for their own strategic advantage. In particular, the proliferation of commercial spyware, such as Pegasus software, is a big concern. The EU should place a much higher priority in countering government use of these tools.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [HU](#), [PL](#)

Digital rights and principles

Tipo de publicação Em síntese

Data 12-01-2023

Autor CAR POLONA

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave conteúdo digital | digitalização | DIREITO | direitos e liberdades | direitos humanos | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | gestão de direitos digitais | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | literacia digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica | transformação digital

Resumo As digital tools and services are now integral to daily life, the protection of human rights in the digital context has become a top priority, and international organisations are stepping-up their efforts to that end. One EU contribution has been the adoption of the European Declaration on Digital Rights and Principles.

Em síntese [EN](#)

The European Parliament's right to challenge Commission delegated acts

Tipo de publicação Briefing

Data 13-12-2022

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave aplicação do direito da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | ato legislativo (UE) | Comissão Europeia | competência da UE | delegação de poderes | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The distinction between delegated and implementing acts was introduced in Articles 290 and 291 of the Treaty on the Functioning of the European Union by the Treaty of Lisbon. Before its entry into force, the distinction was not formally known, although the idea of delegated legislation in the EU legal order was already present. In particular, acts adopted under the regulatory procedure with scrutiny (RPS) as part of the comitology procedure are often regarded as direct predecessors of today's delegated acts. Under the current legal framework, the European Parliament can, with regard to delegated acts adopted by the Commission, 1) object to the delegated act (i.e. exercise its right of veto regarding the act, preventing its entry into force); 2) bring an action for annulment of the delegated act to the Court of Justice of the European Union (CJEU); and, for the future, 3) revoke the delegation (which does not affect delegated acts that have already been adopted). Parliament can object to a delegated act only once: from the moment the proposed delegated act is submitted to Parliament, up until the deadline for making objections, set in the basic legislative act. Since the introduction of the distinction between implementing and delegated acts, Parliament has used its power only once to challenge a delegated act, by lodging an action for annulment to the CJEU – Case C-286/14, where Parliament successfully challenged a Commission delegated regulation concerning the Connecting Europe Facility. As mentioned above, acts adopted under the RPS as part of the comitology procedure are often seen as predecessors of today's delegated acts, and therefore the earlier Case C-355/10 in which Parliament challenged the legality of the Schengen Borders Code (a Council decision adopted under the RPS procedure, hence a predecessor of a delegated act), is also relevant for the present analysis. Thus far, Parliament has not brought any other relevant cases for annulment of delegated acts.

Briefing [EN](#)

[Assessment of the implementation of the Law Enforcement Directive](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 07-12-2022

Autor externo Plixavra VOGIATZOGLOU, Thomas MARQUENIE

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave aplicação do direito da UE | aproximação das legislações | dados pessoais | DIREITO | direito da informática | direito da União Europeia | direitos e liberdades | diretiva de execução | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fontes e ramos do direito | harmonização das normas | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | lei de harmonização | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study analyses the main provisions of Directive (EU) 2016/680 as well as their implementation within national laws in order to contribute to the European Parliament's positions and findings regarding the evaluation and review of the Directive. In that context, the study identifies shortcomings and explores potential ways forward through a concrete set of recommendations. This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs.

Estudo [EN](#)

[The use of Pegasus and equivalent surveillance spyware - The existing legal framework in EU Member States for the acquisition and use of Pegasus and equivalent surveillance spyware](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 05-12-2022

Autor externo LIGER Quentin, GUTHEIL Mirja

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave comunicação | defesa | DIREITO | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espionagem | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | proteção da vida privada | proteção dos dados | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança da informação | software | tecnologia da informação

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee of Inquiry to investigate the use of Pegasus and equivalent surveillance spyware (PEGA), provides a description of the legal framework (including oversight and redress mechanisms) governing the use of Pegasus and equivalent spyware in a selection of Member States.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [PL](#)

[Young people's participation in European democratic processes - How to improve and facilitate youth involvement](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-12-2022

Autor externo Tomaž DEŽELAN

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | democracia | demografia e população | DIREITO | direitos cívicos | direitos e liberdades | eleição europeia | espaço de liberdade, segurança e justiça | jovem | participação eleitoral | participação política | processo eleitoral | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines young people's participation in democratic processes, with a special focus on the European elections. The study inspects the meaning of political participation for contemporary democracies and the dilemmas behind young people's participation and representation. It also assesses, from a youth perspective, the ongoing legislative proposals on European elections and the electoral participation of EU mobile citizens as well as the Citizens' Proposals adopted in the plenary of the Conference on the Future of Europe in May 2022.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

[The impact of Pegasus on fundamental rights and democratic processes](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-12-2022

Autor externo Giovanni SARTOR; . Andrea LOREGGIA

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | dados pessoais | democracia | DIREITO | direito da informática | direitos e liberdades | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | literacia digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | quadro político | software | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | teledetecção

Resumo This study —commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee of Inquiry to Investigate the Use of Pegasus and Equivalent Surveillance Spyware (PEGA)— analyses the impact of use of Pegasus and similar spyware on Article 2 TEU values, on privacy and data protection, and on democratic processes in Member States.

Estudo [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [HU](#), [HR](#), [PL](#)

Síntese [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [HU](#), [PL](#)

[The implementation of Article 31 of the Treaty on European Union and the use of Qualified Majority](#)

[Voting](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 24-11-2022

Autor externo WESSEL Ramses A., SZÉP Viktor

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cláusula de proteção | construção europeia | direito da União Europeia | disciplina de voto | escrutínio maioritário | Política Externa e de Segurança Comum | política internacional | processo eleitoral | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sistema de repartição | trabalhos parlamentares | tratados europeus | unanimidade | UNIÃO EUROPEIA | votação

Resumo This study has been commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee. It analyses the possibilities and challenges regarding unanimity and qualified majority voting as well as the use of passerelle clauses in EU decision-making, with a special focus on the use of qualified majority voting in the European Union's Common Foreign and Security Policy.

Estudo [EN](#)

[The boundaries of the Commission's discretionary powers when handling petitions and potential infringements of EU law](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 22-11-2022

Autor externo CUYVERS Armin, PIQANI Darinka, BEHRE Frederik, REIJGWART Corlijn

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | ação por incumprimento | competência externa (UE) | cooperação política | DIREITO | direito da União Europeia | direitos cívicos | direitos e liberdades | direitos fundamentais | justiça | petição | poder de decisão | política de cooperação | processo por infração (UE) | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Petitions (PETI) analyses the legal limits on the discretion of the Commission when deciding to launch, or not to launch, an infringement action, especially in response to a petition. In addition, it assesses how the Commission uses this discretion in practice, and formulates recommendations on improved political collaboration between the European Parliament and the Commission, in the interest of EU citizens.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#)

[Special legislative procedures in the Treaties - Institutional balance and sincere cooperation](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 11-11-2022

Autor externo BÖTTNER Robert

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | controlo da UE | controlo de constitucionalidade | DIREITO | direito da União Europeia | direitos cívicos | direitos e liberdades | elaboração do direito da UE | equilíbrio institucional (UE) | fontes e ramos do direito | instituições da União Europeia e função pública europeia | processo legislativo | trabalhos parlamentares | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines the legislative procedures in the Treaties. It focuses on special legislative procedures where either Parliament or the Council adopts an act with the participation (consultation or consent) of the other institution. This should not mean, however, that the participating institution could not influence the substance of the act. Instead, the principles of institutional balance and mutual sincere cooperation require that the opinion of the participating institution be duly taken into account.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

['Brexit Freedoms Bill'](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 07-11-2022

Autor SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave construção europeia | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | direito dos Estados | direito internacional | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | interpretação do direito | primado do direito da UE | Reino Unido | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo On 22 September 2022, the UK government tabled the Retained EU Law (Revocation and Reform) Bill, also referred to as the Brexit Freedoms Bill. It aims to abolish the principle of the supremacy of EU law in the UK by the end of 2023, and proposes to give the government new powers to amend, replace or repeal the EU laws copied into UK domestic legislation following the UK's withdrawal from the EU – 'Brexit'. The bill will now undergo parliamentary scrutiny and votes in both the House of Commons and the House of Lords.

Em síntese [EN](#)

[The legislative frameworks for victims of gender-based violence \(including children\) in the 27 Member States](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 27-10-2022

Autor externo WALKEY Claire, MANTOUVALOU Katerina, MEURENS Nathalie, KOUAYA Oceane, PAVLOVAITE Inga

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave condição feminina | criança | demografia e população | DIREITO | direito penal | direitos da criança | direitos e liberdades | direitos humanos | discriminação sexual | identidade de género | QUESTÕES SOCIAIS | vida social | violência de género | violência doméstica | violência sexual | vítima

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the FEMM Committee, provides an overview of the legislative frameworks for victims (including children) of gender-based violence in the 27 Member States. It provides analysis of measures in place at both Member State and EU level, and recommendations to prevent and combat gender-based violence.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#)

Environmental crime affecting EU financial interests, the economic recovery and the EU's Green Deal objectives

Tipo de publicação Estudo

Data 21-10-2022

Autor externo Michael G. Faure, Kévine Kindji

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave AMBIENTE | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | construção europeia | criminalidade | delito ambiental | DIREITO | direito penal | ecologia | estratégia da UE | petição | política ambiental | política do ambiente da UE | QUESTÕES SOCIAIS | responsabilidade por danos ambientais | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo Recent developments within the framework of the European Green Deal have aimed at criminalization and an overhaul of regulatory frameworks to address environmental crime and its effects on the financial interests of the EU. This document was prepared by the Policy Department for Citizen's Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee of Petitions. The study suggests that despite commendable efforts, the transnational nature of environmental crime and its convergence with organized crime, money laundering and corruption, have not been adequately integrated into current reforms. A proper categorization of environmental crime as a 'serious crime' is needed as an essential basis for policy reforms.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Towards a permanent citizens' participatory mechanism in the EU

Tipo de publicação Estudo

Data 27-09-2022

Autor externo Alberto ALEMANNO

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Semestre Europeu

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | construção europeia | DIREITO | direito internacional | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | gestão administrativa | Iniciativa de Cidadania Europeia | participação cívica | quadro político | tomada de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines the EU participatory system and its existing participatory channels against mounting citizens' expectations for greater participation in EU decision-making in the aftermath of the Conference on the Future of Europe. It proposes the creation of a permanent deliberative mechanism entailing the participation of randomly selected citizens tasked to vet proposals originating from either existing participation channels or the EU institutions, in an attempt at making the EU more democratically responsive.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

FATCA LEGISLATION AND ITS APPLICATION AT INTERNATIONAL AND EU LEVEL: - AN UPDATE

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 22-09-2022

Autor externo Carlo Garbarino.

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave América | análise de políticas | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | Estados Unidos | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | legislação | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | relações da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This in depth analysis updates a previous report commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs and describes the most relevant developments in the period 2018-2022 in chronological order and then draws conclusions which include a systemic view of the current institutional dynamics, a provisional legal analysis on the basis of existing rules and policy suggestions.

Análise aprofundada [EN](#)

[Association Agreements with Ukraine, Georgia and Moldova on the roads to EU Membership](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 25-07-2022

Autor AHAMAD MADATALI HANNAH NAFIZE | JANSEN Talander Hugo

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo de associação (UE) | assistência macrofinanceira | construção europeia | critério de adesão | ECONOMIA | Europa | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Geórgia | integração económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | Moldávia | negociação de adesão | países candidatos à UE | política aduaneira | política económica | Ucrânia | UNIÃO EUROPEIA | zona de comércio livre

Resumo This paper has been produced by the Ex-post Evaluation Unit of the Directorate for Impact Assessment and European Added Value, within the European Parliamentary Research Service (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament, as a regional evaluation in parallel to the EPRS 2022 Peace and Security Outlook. It has been drafted as a contribution to the Normandy World Peace Forum taking place in September 2022. The paper provides the background to EU relations with Georgia, Moldova and Ukraine and analyses the most recent reforms achieved through the implementation of the association agreements in each country, up to the date of their applications for membership. Through an overview of the requirements for accession and of the EU's experiences with enlargement, and within the new context of the reframing of the EU's relations with its neighbourhood, the paper assesses the potential steps each of these countries could take to advance on their roads to EU membership.

Análise aprofundada [EN](#), [FR](#)

[Better regulation in the EU: Improving quality and reducing delays](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 30-06-2022

Autor externo Siôn Jones, Greta Dohler, Luke Pate

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Controlo Orçamental | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Fiscalidade | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Orçamento | Petições ao Parlamento Europeu | Programação | Proteção dos Consumidores | Semestre Europeu | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | elaboração do direito da UE | emprego | EMPREGO E TRABALHO | iniciativa legislativa | liberdade de comércio | livre prestação de serviços | mercado único digital | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, provides recommendations for better regulation in the EU by improving quality and reducing delays. It points at significant actual and potential benefits from EU legislative initiatives amounting to over €2,200bn as well as costs of slow Europe of €319 billion in lost annual benefits.

Briefing [EN](#)

[Assessment of current initiatives of the European Commission on better regulation](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 30-06-2022

Autor externo RENDA Andrea

Domínio de intervenção Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Programação | Semestre Europeu | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação interinstitucional (UE) | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | elaboração de políticas | estratégia da UE | fontes e ramos do direito | instituições da União Europeia e função pública europeia | OCDE | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | poder executivo e administração pública | política regulamentar | processo legislativo | simplificação legislativa | trabalhos parlamentares | transparência administrativa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This in-depth analysis commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, looks at the past and current developments in the EU better regulation agenda. The author finds that, despite important achievements that put the EU at the forefront in this field, many of the most ambitious reforms announced over the past few years are still far from complete. The in-depth analysis offers several policy recommendations.

Análise aprofundada [EN](#)

'This is Europe' debate in the European Parliament: Speech by Andrej Plenković, Prime Minister of Croatia, on 22 June 2022

Tipo de publicação Em síntese

Data 28-06-2022

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Comércio internacional | Controlo Orçamental | Coronavírus | Cultura | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Desenvolvimento Regional | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Fiscalidade | Governação Mundial | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Orçamento | Pescas | Petições ao Parlamento Europeu | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Segurança e Defesa | Semestre Europeu | Transportes | Transposição e Aplicação da Legislação | Turismo | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Balcãs Ocidentais | chefe de governo | conferência europeia | construção europeia | Croácia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | integração europeia | intervenção militar | países candidatos à UE | poder executivo e administração pública | política internacional | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Rússia | saúde | saúde pública | segurança internacional | Ucrânia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo 'This is Europe' – an initiative proposed by the President of the European Parliament, Roberta Metsola – consists of a series of debates with EU leaders to discuss their visions for the future of the European Union. On 22 June, the Prime Minister of Croatia, Andrej Plenković, was the third EU leader to address the Parliament since its Conference of Presidents endorsed the initiative on 28 April. Mr Plenković considered Croatia to be at the centre of EU integration and expressed his support for more shared competences in the area of health cooperation as well as for EU enlargement to Ukraine, Moldova, Georgia and the Western Balkans, especially Bosnia and Herzegovina.

Em síntese [EN](#)

'This is Europe' debate in the European Parliament: Speech by Micheál Martin, Taoiseach of Ireland, 8 June 2022

Tipo de publicação Em síntese

Data 15-06-2022

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Comércio internacional | Controlo Orçamental | Coronavírus | Cultura | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Desenvolvimento Regional | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Fiscalidade | Governação Mundial | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Orçamento | Pescas | Petições ao Parlamento Europeu | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Segurança e Defesa | Semestre Europeu | Transportes | Transposição e Aplicação da Legislação | Turismo | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave adesão à União Europeia | ATIVIDADE POLÍTICA | chefe de governo | conferência europeia | construção europeia | DIREITO | direito internacional | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | integração europeia | medida restritiva da UE | poder executivo e administração pública | política internacional | QUESTÕES SOCIAIS | regiões da Irlanda | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Rússia | saúde | segurança alimentar | soberania nacional | Ucrânia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo 'This is Europe' – an initiative proposed by the President of the European Parliament, Roberta Metsola – consists of a series of debates with EU leaders to discuss their visions for the future of the European Union. Following the first speech in this series by the Italian Prime Minister, Mario Draghi, on 3 May 2022, the Irish Taoiseach (Prime Minister), Micheál Martin, was the second EU leader to address the Parliament, on 8 June.¹ Mr Martin suggested numerous ways to strengthen and further develop the Union, notably by increasing its budget. He also expressed his support for Treaty change, if necessary, as well as for Ukraine's application for EU membership, and stressed the need to protect EU values and apply EU laws.

Em síntese [EN](#)

Perspectives for EU governance: between Community method, new-intergovernmentalism and parliamentarisation

Tipo de publicação Estudo

Data 10-06-2022

Autor externo COSTA Oliver

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Semestre Europeu | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | Conselho da Europa | Conselho Europeu | construção europeia | democracia | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | organizações europeias | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | Parlamento Europeu | política da UE | quadro político | situação da União Europeia | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, analyses the evolutions of the modes of governance at EU level. It shows that the so-called Community method has undergone a double evolution towards more intergovernmentalism, on the one hand, and more parliamentarisation, on the other. In particular, in recent years, the first trend has dominated. The study proposes solutions to defend the centrality of the Community method and to increase the Union's capacity to act in an efficient, integrated and democratic way.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

European declaration on digital rights and principles

Tipo de publicação Briefing

Data 07-06-2022

Autor CAR POLONA

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave comunicação | consumo | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | proteção do consumidor | proteção dos dados | segurança da informação | tecnologia e regulamentação técnica | transformação digital | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Digital transformation concerns us all, in every aspect of our lives, from learning, working, communicating, doing business, to interacting with administrations, shopping and enjoying culture. The online environment has become very often our first and sometimes our only space for interaction. To steer this process so that no one is left behind, the European Commission tabled a draft declaration on digital rights and principles for a human-centred digital transformation. The declaration would serve as an overarching reference framework for the digital transformation, based on the principle that European Union rights and freedoms, as well as European values, should be respected online in exactly the same way as they are offline. The declaration is built around six themes: 1. people at the centre of digital transformation; 2. solidarity and inclusion; 3. freedom of choice; 4. participation; 5. safety and security; and 6. sustainability), and derives from primary and secondary EU law and EU case law. It does not confer new rights, as fundamental rights already apply online, nor does it replace existing proposals, but rather complements them instead. As such, it is not legally binding; it has primarily an advocacy role aimed at raising public awareness as well as promoting digital rights worldwide. The three EU institutions, Commission, Council and Parliament, must now agree on a common text and sign it in the form of a solemn declaration.

Briefing [EN](#)

Genome editing in humans: A survey of law, regulation and governance principles

Tipo de publicação Estudo

Data 03-06-2022

Autor ANTUNES LUISA

Autor externo This study has been written by Ana Nordberg, Associate Professor at the Faculty of Law, Lund University, and Luisa Antunes, Policy Analyst at the Scientific Foresight Unit (STOA), at the request of the Panel for the Future of Science and Technology (STOA) and managed by the Scientific Foresight Unit, within the Directorate General for Parliamentary Research Services (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Política de Investigação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública

Palavra-chave avaliação tecnológica | base de dados genéticos | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | clonagem humana | construção europeia | DIREITO | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estratégia da UE | fontes e ramos do direito | impacto das tecnologias da informação | informática e processamento de dados | legislação | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Genome editing is a powerful new tool allowing precise additions, deletions and substitutions in the genome. The development of new approaches has made editing of the genome much more precise, efficient, flexible, and less expensive, relative to previous strategies. As with other medical advances, each such application comes with its own set of benefits, risks, ethical issues and societal implications, which may require new regulatory frameworks. Important questions raised with respect to genome editing include how to balance potential benefits against the risk of unintended harms; how to govern the use of these technologies, and how to incorporate societal values into salient clinical and policy considerations. This STOA study provides an overview of human genome editing applications and a review of the principles that guide the governance of genome editing in humans, at EU level and worldwide. The study also formulates a series of policy options targeted at basic research and to clinical applications, both somatic and germline.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

[The primacy of EU law and the Polish Constitutional law judgment](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 31-05-2022

Autor externo Niels PETERSEN, Patrick WASILCZYK

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Constituição | DIREITO | direito constitucional | direito da União Europeia | Estado de Direito | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | interpretação do direito | julgamento | jurisdição constitucional | justiça | organização da justiça | Polónia | primado do direito da UE | quadro político | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA | violação do direito da UE

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee. It analyses the consequences of the judgment of the Polish Constitutional Tribunal for the legal relationship between Poland and the EU, compares it to the case law of other Member States' highest courts and makes policy recommendations on how to deal with the judgment.

Estudo [EN](#), [PL](#)

[Regulatory divergences in the draft AI act: Differences in public and private sector obligations](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 31-05-2022

Autor externo This study has been written by Ilina Georgieva, Tjerk Timan and Marissa Hoekstra of TNO at the request of the Panel of Science and Technology (STOA) and managed by the Scientific Foresight Unit, within the Directorate-General for Parliamentary Research Services (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament.

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Política de Investigação | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave dados pessoais | DIREITO | direito da informática | direito da União Europeia | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | regulamento (UE) | tecnologia e regulamentação técnica | tecnologia inteligente | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study identifies and examines sources of regulatory divergence within the AI act regarding the obligations and limitations upon public and private sector actors when using certain AI systems. A reflection upon possible impacts and consequences is provided, and a range of policy options is suggested for the European Parliament that could respond to the identified sources of divergence. The study is specifically focused on three AI application areas: manipulative AI, social scoring and biometric AI systems. Questions regarding how and when those systems are designated as prohibited or high-risk and the potentially diverging obligations towards public versus private sector actors and the rationale behind it, are described.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

[Right to health, a comparative law perspective - Canada](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 24-05-2022

Autor externo Prof Dr Derek J. JONES, McGill University

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Coronavírus | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave América | análise económica | Canadá | consequências económicas | DIREITO | direito comparado | direito à saúde | direitos e liberdades | direitos fundamentais | doença por coronavírus | ECONOMIA | epidemia | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | saúde pública | serviço de saúde

Resumo This study forms part of a larger Comparative Law project which seeks to present the right to health in a broad range of legal systems around the world. After analyzing applicable constitutional sources, federal legislation and leading case law, the definition and content, scope and limits, and evolution of Canada's right to health are explored. The subject of this study is the Canadian legal system. This study begins with an overview of selected historic dangers to Canada's health, challenges of the Covid-19 pandemic, and how such historic tragedies help contextualize and nurture national health needs and duties towards emergence of a right to health. It then explores leading constitutional, statutory and jurisprudential developments at the confluence of health law and human rights as sources of a right to health. While a right to health is not expressly enumerated in the Canadian Constitution, diverse fundamental rights of the Canadian Charter of Rights and Freedoms have been significant drivers of access to medically necessary services and a protectorate of health-related values. Many such rights have proved pivotal in Canada's early Covid litigation. As well, federal human rights law, federal legislation on health services and national public health and safety regulations, underscore the vital role that such laws play in accessing, protecting and promoting human health. The document concludes with an exploration of the contours of the right to health – its definitions, scope and breadth, and its interface with fundamental rights to liberty, security of the person, equality, bodily integrity, privacy, etc. Such Charter rights have reformed Canadian law on abortion, euthanasia, health information privacy, solitary confinement. The study suggests that Canada's right to health encompasses and transcends access to health care. The right is not static; but, dynamic and iterative. It continues to evolve on a spectrum from a narrow right to health services, to a right to health protection, towards a broader right to determinants of health. The right draws on and synergizes with correlative, health-related dignitary rights. Together, they comprise facets of a right to health in diverse contexts. As they advance, a more robust and developed right to health seems likely to emerge in Canadian law.

Estudo [EN](#)

[The primacy of European Union law](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 24-05-2022

Autor externo Jacques Ziller

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | independência da justiça | julgamento | justiça | organização da justiça | política da UE-política nacional | primado do direito da UE | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs of the European Parliament, explains the principle of the primacy of European Union law and its practical consequences, as established by the Treaty system and developed by Court of Justice case-law since 1964. It explains how Member State courts accept, interpret and apply the principle, subject to any limits.

Estudo [EN](#), [FR](#)

[Le droit à la santé, une perspective de droit comparé - Suisse](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 12-05-2022

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Coronavírus | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo Ce document s'intègre dans une série d'études qui, avec une perspective de droit comparé, visent à faire une présentation du droit à la santé dans différents ordres juridiques. Après avoir expliqué la réglementation et la jurisprudence d'application, le contenu, les limites et la possible évolution de ce droit sont examinés. La présente étude a pour objet le cas de la Suisse. Elle présente les tensions idéologiques qui peuvent naître de la rencontre de l'impératif de santé publique d'une part et d'une conception résolument libérale de l'État, qui érige la responsabilité individuelle en valeur cardinale, et l'obstacle qu'elles représentent pour l'émergence et la consécration législative d'un droit à la santé. L'abondante jurisprudence rendue par les tribunaux suisses, dont la portée est parfois très politique, offre toutefois quelques pistes solides pour envisager une telle perspective.

Estudo [FR](#)

[Right to health, a comparative law perspective - United States of America](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 06-05-2022

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Coronavírus | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo This study forms part of a larger comparative law project which seeks to present the right to health in a broad range of legal systems around the world. After analysing the legislation in force and the most relevant case law, the content, limits, and possible evolution of this right are examined. The subject of this study is the United States federal legal system. The United States does not recognize a right to health. Governments are responsible for providing a healthy environment for individuals who are in their custody, such as prisoners, but there is no overall recognized right. The United States is a party to certain international conventions, such as the constitution of the World Health Organization and the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination; however, these instruments play no real role in determining U.S. domestic health policy. Instead, domestic policy is grounded upon the federal system, which assigns certain duties to the central government and the state governments. In addition, individuals have strong rights under the U.S. Constitution, which governments must respect. Courts must balance these rights against the needs of the public.

Estudo [EN](#)

[Practices on the Side-Earnings of EU Public Office Holders and Functionaries](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 05-05-2022

Autor externo Jack MALAN, Marta DIMAURO, Giorgio CACCIAGUERRA RANGHIERI

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Controlo Orçamental | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | ATIVIDADE POLÍTICA | CIÊNCIAS | ciências humanas | deontologia profissional | direito do trabalho | duplo emprego | emprego | EMPREGO E TRABALHO | função pública | militante político | organização internacional | partido político | país terceiro | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política internacional | política regulamentar | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações laborais e direito do trabalho | remuneração do trabalho | ética

Resumo The study on 'Practices on the Side-Earnings of EU Public Office Holders and Functionaries' was carried out for the European Parliament's Budgetary Control Committee in 2022. The study highlights significant differences in the rules being applied in the various EU Institutions and Member States. It highlights a number of good practices and the possible implications for the proposed EU ethics body.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[IPR and the use of open data and data sharing initiatives by public and private actors](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 03-05-2022

Autor externo Matthias Leistner, Lucie Antoine

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave centro distribuidor de bases de dados | comercialização | concorrência | direito da concorrência | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | informação comercial | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | licença comercial | livre-concorrência | política comercial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade intelectual | recolha de dados | registo de dados

Resumo This study analyses recent developments in data related practice, law and policy as well as the current legal framework for data access, sharing, and use in the European Union. The study identifies particular issues of concern and highlights respective need for action. On this basis, the study evaluates the Commission's proposal for a Data Act. The study is commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Legal Affairs.

Estudo [EN](#)

Síntese [EN](#)

[Policy Departments' Monthly Highlights - May 2022](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 29-04-2022

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Controlo Orçamental | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento | Transportes

Palavra-chave ajuda ao desenvolvimento | AMBIENTE | Bielorrússia | condições de trabalho | condições e organização do trabalho | cooperação interinstitucional (UE) | desenvolvimento sustentável | doença por coronavírus | ECONOMIA | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | epidemia | Europa | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia política | gestão administrativa | gestão de crises | instituições da União Europeia e função pública europeia | instrumento económico para o ambiente | orçamento da UE | política ambiental | política de cooperação | política económica | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | saúde | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Monthly Highlights publication provides an overview, at a glance, of the on-going work of the policy departments, including a selection of the latest and forthcoming publications, and a list of future events.

Em síntese [EN](#)

[Protecting EU shared values: How the European Parliament is responding to citizens' expectations](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 27-04-2022

Autor DIAZ CREGO Maria | MAÑKO Rafal

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | critério de elegibilidade | cultura e religião | democracia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado de Direito | finanças da União Europeia | identidade europeia | orçamento da UE | processo por infração (UE) | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | regulamento (UE) | relatório de atividade | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This is the fourth briefing within a series exploring citizens' expectations and recommendations in the context of the Conference on the Future of Europe, and presenting the European Parliament's response. The briefing focuses on citizens' proposals relating to EU common values, especially the rule of law. Citizens have placed EU values, including democracy, the rule of law and the protection of human rights, at the core of a common European identity, and discussed ways to enhance and protect these values. They have highlighted the need to deepen people's awareness and understanding of these values, and encourage dialogue on them. They believe that democratic culture and respect for fundamental rights and the rule of law should be strengthened, and that Member States' performance should be monitored closely against the benchmark of EU values. They have called for the procedure under Article 7 of the Treaty on European Union (TEU) to be made more effective, and for the General Conditionality Regulation to be applied without delay. Parliament's resolutions and input to the legislative process leading to the adoption of the General Conditionality Regulation are largely in tune with citizens' sentiments. Parliament has called repeatedly for the establishment of a comprehensive EU pact on democracy, the rule of law and fundamental rights. In its feedback to the Commission's annual rule of law reports, Parliament has called for more country-specific recommendations with a clear blueprint for action. Parliament has been very critical of the Commission for unnecessarily delaying the application of the General Conditionality Regulation. It has also firmly upheld the primacy of EU law: the cornerstone of the rule of law in the EU and the key prerequisite for EU integration.

Briefing [EN](#)

Controlling Subsidiarity in Today's EU: the Role of the European Parliament and the National Parliaments

Tipo de publicação Estudo

Data 20-04-2022

Autor externo Diane FROMAGE

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | princípio da subsidiariedade | processo legislativo | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Since the entry into force of the Lisbon Treaty (2009), the EU national parliaments have had the right to control the principle of subsidiarity through the Early Warning System (EWS). This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, examines how the EWS has worked over the past 12 years. It also looks into the interaction of the European Commission, local and regional entities, the Committee of the Regions and the Court of Justice of the EU with national parliaments to this end.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Improving urgency procedures and crisis preparedness within the European Parliament and EU institutions

Tipo de publicação Estudo

Data 31-03-2022

Autor externo MAURER Andreas

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | competência da assembleia | consequências económicas | cooperação institucional | doença por coronavírus | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | epidemia | estado de emergência | gestão administrativa | gestão de crises | impacto social | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | quadro social | QUESTÕES SOCIAIS | reunião parlamentar | saúde | saúde pública | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCD Committee, analyses the obstacles to democratic, transparent and efficient decision-making in urgency situations at the EU level, with a specific focus on the European Parliament. It provides a systematic overview of Parliament's role and functions as well as the interinstitutional cooperation during recent crisis situations and concludes with proposals on how to improve the existing set-up and Parliament's internal procedures.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

Le droit à la santé, une perspective de droit comparé - Belgique

Tipo de publicação Estudo

Data 29-03-2022

Autor externo Prof. Dr Christian BEHRENDT, professeur ordinaire à l'Université de Liège et à la Katholieke Universiteit Leuven

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Coronavírus | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo Ce document s'intègre dans une série d'études visant à présenter le droit à la santé dans différents ordres juridiques, et ce dans une perspective de droit comparé. La présente étude est pour sa part consacrée à la protection de la santé en Belgique. Le droit à la protection de la santé a été introduit dans la Constitution belge en 1994 et, à l'heure actuelle, ses contours ne sont pas encore précisément déterminés – à ceci près qu'il est clair qu'il s'agit d'un droit à la protection de la santé, et non un droit à la santé à proprement parler. Il revêt une dimension collective (c'est la protection de la santé publique) ainsi qu'une dimension individuelle (chacun a droit à la protection de la meilleure santé possible). Dans le contexte de la crise sanitaire lié au COVID-19, la protection de la santé (en particulier dans sa dimension collective) a justifié des restrictions à d'autres droits. Après une brève introduction consacrée aux premières occurrences de législations relatives à la protection de la santé, sont analysées la législation et la jurisprudence actuelles en la matière. Nous terminons cette étude par une présentation de certains conflits normatifs qui peuvent surgir entre la protection de la santé et d'autres droits fondamentaux.

Estudo [FR](#)

Counterterrorism policies, measures and tools in the EU

Tipo de publicação Estudo

Data 25-03-2022

Autor externo Dr. Julia BURCHETT, Université Libre de Bruxelles
Prof. Anne WEYEMBERGH, Université Libre de Bruxelles
In collaboration with Georgia THEODORAKAKOU, Intern, Centre de droit européen, Université Libre de Bruxelles

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | defesa | extremismo | política comum de segurança e defesa | política da UE | política europeia de defesa | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | terrorismo | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, aims to provide background information and policy recommendations concerning the impact and effectiveness of the counterterrorism policies, measures and tools in the EU. Besides a mapping of the evolution of the EU counter-terrorism policy architecture, this study assesses the impact and effectiveness of the EU counterterrorism policy by focusing on key policy areas. On the basis of the mapping exercise and the examination of the areas covered by this study, the research team has provided recommendations that could inform future policy developments.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Recast of the EU Roaming Regulation

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-03-2022

Autor Niestadt Maria

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave comunicação | consumo | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | FINANÇAS | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | itinerância | livre prestação de serviços | preços | proteção do consumidor | rede de transmissão | regulamentação de preços | regulamento (UE) | tarifa das comunicações | telefone móvel | UNIÃO EUROPEIA

Resumo To ensure that consumers can continue to 'roam' in other Member States without additional charges, the European Commission proposed on 24 February 2021 to recast the current Roaming Regulation. The new regulation would extend the 'roam like at home' regime for 10 years until 2032. The European Parliament is expected to vote in plenary in March on the agreement reached in interinstitutional negotiations.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Les principes d'égalité et de non-discrimination, une perspective de droit comparé - Suisse

Tipo de publicação Estudo

Data 15-03-2022

Autor externo Dr. Nula FREI, Universität Freiburg

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo Ce document fait partie d'une série d'études qui, sous l'angle du droit comparé, entend présenter les principes d'égalité et de non-discrimination dans différents États. Après avoir présenté la législation et la jurisprudence applicables, l'auteur examine le contenu, les limites et la possible évolution de ces principes. La présente étude porte sur la Suisse. La Suisse a inscrit l'égalité juridique et la non-discrimination dans la Constitution fédérale ainsi que dans plusieurs lois spéciales, qui se concentrent chacune sur des motifs de discrimination et des domaines juridiques spécifiques. Ceux-ci sont étudiés dans le présent document. La troisième section reprend l'importante jurisprudence du Tribunal fédéral suisse. La quatrième section analyse le cadre juridique suisse de manière critique et présente ses lacunes ainsi que les réformes actuelles et à venir. Le présent document est la version en français de l'étude originellement publiée par la Bibliothèque de droit comparé en allemand en octobre 2020. Cette version met à jour la version antérieure par le biais des notes de l'éditeur.

Estudo [FR](#)

Les principes d'égalité et de non-discrimination, une perspective de droit comparé - Allemagne

Tipo de publicação Estudo

Data 08-03-2022

Autor externo Prof. Dr. Franz REIMER, Justus-Liebig-Universität Gießen

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo Ce document s'intègre dans une série d'études qui, en adoptant une perspective de droit comparé, visant à faire une présentation des principes d'égalité et de non-discrimination dans différents ordres juridiques. Après une explication de la législation et de la jurisprudence d'application, le contenu, les limites et la possible évolution de ces principes y sont examinés. La présente étude a pour objet le cas de l'Allemagne. En Allemagne, les principes d'égalité et de non-discrimination sont principalement inscrits dans l'article 3 de la Loi fondamentale (Grundgesetz), en tant que droits fondamentaux, sous la forme du principe général d'égalité (paragraphe 1) et de deux garanties spécifiques (paragraphe 2 et 3). La Cour constitutionnelle fédérale a progressivement concrétisé et appliqué ces droits. Depuis lors de nombreuses lois ont détaillé les principes d'égalité de façon conforme à la Constitution, par exemple en droit privé la loi générale sur l'égalité de traitement (AGG, l'Allgemeines Gleichbehandlungsgesetz). Le présent document est la version en français de l'étude originairement publiée par la Bibliothèque de droit comparé en allemand en octobre 2020. Cette version met à jour la version antérieure par le biais des notes de l'éditeur.

Estudo [FR](#)

Towards a revision of the Regulation on the statute and funding of European political parties and foundations

Tipo de publicação Estudo

Data 07-03-2022

Autor externo Edoardo BRESSANELLI, Sant'Anna School of Advanced Studies, Pisa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estatuto jurídico europeu | financiamento da UE | financiamento dos partidos | finanças da União Europeia | forma jurídica de sociedade | fundação | partido europeu | partido político | proposta (UE) | regulamento (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, provides an in-depth analysis of the key proposed changes to Regulation 1141/2014 on the statute and funding of European political parties and foundations. It assesses the extent to which the reformed regulation strengthens, as per art. 10(4) TEU, the capacity of Europarties to contribute to forming a European political awareness and expressing the will of EU citizens.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Les principes d'égalité et de non-discrimination, une perspective de droit comparé - Canada

Tipo de publicação Estudo

Data 25-02-2022

Autor externo Professor Colleen SHEPPARD, Faculty of Law, McGill University

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo Ce document s'intègre dans une série d'études qui, avec une perspective de droit comparé, visent à faire une présentation des principes d'égalité et de non-discrimination dans différents États. La présente étude a pour objet l'examen des sources de droit, ainsi que la jurisprudence en matière d'égalité et de non-discrimination au Canada. Le droit contemporain en matière d'égalité est le résultat de l'histoire des discriminations tant publiques que privées au Canada. Les lois protégeant l'égalité et la non-discrimination sont apparues après la Seconde Guerre mondiale et ont été étendues et consolidées dans les années 1960 et 1970. Les réformes constitutionnelles entreprises dans les années 1980 ont permis d'inscrire l'égalité dans la Charte canadienne des droits et libertés. Depuis lors, la jurisprudence en matière d'égalité a élargi l'interprétation de la discrimination pour inclure les discriminations directes, indirectes et systémiques. Les tribunaux ont rejeté l'égalité formelle afin d'englober des notions plus larges liées à l'égalité réelle dans l'interprétation des protections constitutionnelles. Malgré les progrès accomplis pour renforcer les principes et protections en matière d'égalité et de non-discrimination au cours des dernières décennies, la mise en œuvre juste et efficace de leurs promesses reste un défi pressant pour le Canada. Le présent document est la version en français de l'étude originairement publiée par la Bibliothèque de droit comparé en anglais en novembre 2020. Cette version met à jour la version antérieure par le biais des notes de l'éditeur.

Estudo [FR](#)

Les principes d'égalité et de non-discrimination, une perspective de droit comparé - États-Unis d'Amérique

Tipo de publicação Estudo

Data 24-02-2022

Autor externo Elizabeth L. OSBORNE, Law Library of Congress, United States Library of Congress

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Transposição e Aplicação da Legislação

Resumo Ce document fait partie d'une série d'études qui vise à examiner, dans une perspective de droit comparé, la manière dont les principes d'égalité et de non-discrimination ont été établis et sont appliqués dans un grand nombre de systèmes juridiques du monde entier. La présente étude porte sur les principes d'égalité et de non-discrimination dans le système juridique fédéral des États-Unis. Elle présente un bref historique de l'évolution des principes d'égalité et de non-discrimination dans le droit fédéral des États-Unis et les événements majeurs qui ont renforcé ces principes. Elle analyse de manière détaillée le droit constitutionnel, législatif et jurisprudentiel en ce qui concerne ces principes et met en lumière les limites actuelles des principes d'égalité et de non-discrimination et celles qui pourraient apparaître à l'avenir à partir de trois exemples : 1) l'action positive dans l'enseignement supérieur ; 2) le « charcutage électoral » à visée raciale et à visée partisane ; et 3) la discrimination fondée sur l'orientation sexuelle et l'identité de genre dans les lieux publics. Le présent document est la version en français de l'étude originairement publiée par la Bibliothèque de droit comparé en anglais en mars 2021. Cette version met à jour la version antérieure par le biais des notes de l'éditeur.

Estudo [FR](#)

Study on the Harmonisation of EU Environmental Law

Tipo de publicação Estudo

Data 15-02-2022

Autor externo Lorenzo Squintani

Domínio de intervenção Ambiente | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | aproximação das legislações | degradação do ambiente | direito da União Europeia | direito do ambiente | gestão das águas | gestão de resíduos | política ambiental | política do ambiente da UE | princípio da proporcionalidade | princípio da subsidiariedade | proteção do ambiente | qualidade do ar | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study analyses the clarity and adaptability of EU environmental law and how these could be improved by means of regulatory options, by looking at four core EU environmental directives, in the field of water, air, nature and waste. Recommendations are made to improve the effectiveness of environmental law in European Union. The research has been prepared at the request of the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs as asked by the Committee on Petitions (PETI).

Estudo [EN](#)

What is new in the Commission's 2021 Better Regulation Guidelines?

Tipo de publicação Briefing

Data 04-02-2022

Autor ANGLMAYER Irmgard | VETTORAZZI STEFANO

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | direito da UE | direito da União Europeia | elaboração de políticas | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política regulamentar | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing examines the revised Better Regulation guidelines and toolbox the European Commission presented in November 2021, which translate the Commission's communication 'Joining forces to make better laws' into practice. Compared to the previous edition, many tools and principles are just validated and adjusted, such as the three pillars of ex-ante impact assessment, ex-post evaluation and stakeholder consultation, or the evaluate-first principle. Two major innovations stand out: the introduction of a new 'one in, one out' approach and the mainstreaming of strategic foresight in policy-making. The former aims at offsetting new administrative burdens (i.e. costs resulting from administrative requirements contained in legal acts) by reducing an equivalent amount of existing burden on businesses and citizens. The latter aims at generating more resilient and future-proof policies by anticipating trends, risks and emerging issues, in particular in areas that are subject to rapid change.

Briefing [EN](#)

[Ensuring the rights of EU citizens against politically motivated Red Notices](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-02-2022

Autor externo Rasmus H. Wandall

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave abuso de poder | DIREITO | direito civil | direitos cívicos | direitos e liberdades | direitos fundamentais | direitos humanos | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | Interpol | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais

Resumo This paper, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, analyses Interpol's system of Red Notices and the EU-based mechanisms to safeguard citizens against political abuse of Interpol's system. Recent reforms of Interpol are significant but many problems remain unaddressed. The paper discusses existing and possible platforms, including the European Search Portal, as ways to ensure a more effective enforcement of EU-based legal limits and fundamental rights on a European level.

Estudo [EN](#)

[Implementation of the UK Withdrawal Agreement: Financial provisions, citizens' rights and the Northern Ireland Protocol](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 20-01-2022

Autor HALLAK ISSAM | MAZUR Sidonia | NEVILLE ANN

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Constituição | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos cívicos | direitos e liberdades | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Reino Unido | retirada da UE | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This EPRS paper analyses the implementation of the UK Withdrawal Agreement in three areas identified by the EU as key to ensuring the UK's orderly exit from the Union: financial settlement, citizens' rights and the Ireland/Northern Ireland Protocol. The citizens' rights provisions contained in Part Two of the Agreement are designed to protect the rights of both EU and UK citizens who had exercised free movement and made life choices based on the rights flowing from the UK's membership of the EU. The paper focuses on the UK's implementation of the citizens' rights provisions in the Agreement, along with the rights provided to protected UK citizens under the Agreement. The paper also discusses the Protocol on Ireland/Northern Ireland. While the Protocol aims to safeguard peace on the island of Ireland, it has been contentious in the UK, due to perceived effects on domestic supply chains. The paper discusses the issues under consideration and EU-UK negotiations to resolve the issues concerned.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Policy Departments' Monthly Highlights - January 2022](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 14-01-2022

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Comércio internacional | Controlo Orçamental | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Orçamento | Pescas | Transportes

Palavra-chave acordo comercial (UE) | acordo internacional | agricultura sustentável | AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | construção europeia | controlo orçamental | FINANÇAS | finanças da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | Mercosul | organismo da UE | organizações extra-europeias | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | orçamento | orçamento da UE | pesca | pesca sustentável | política agrícola | política internacional | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | saúde | saúde pública | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Monthly Highlights publication provides an overview, at a glance, of the on-going work of the policy departments, including a selection of the latest and forthcoming publications, and a list of future events.

Em síntese [EN](#)

[Sunset Clauses in International Law and their Consequences for EU Law](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 04-01-2022

Autor externo Antonios Kouroutakis

Domínio de intervenção Ambiente | Comércio internacional | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Energia

Palavra-chave denúncia de um acordo | DIREITO | direito civil | direito internacional | direito internacional | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | rescisão de contrato | responsabilidade contratual

Resumo Sunset clauses in International Treaties account for numerous benefits. However, their entrenchment effect disproportionately burdens future policymakers. This is the case of the Energy Charter Treaty, which poses unique challenges for two main reasons. First, compared to other treaties, the ECT contains a 20-year sunset clause. Second, the treaty is a multilateral with a rigid amendment procedure, which empowers the entrenchment effect of that treaty. Within this context, the study explores the policy options to disengage from the ECT and the entrenchment effect of its sunset clauses.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#)

[Handbook on the incompatibilities and immunity of the Members of the European Parliament](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 31-12-2021

Autor PAVY Eeva

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave agente (UE) | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | Estado-Membro UE | função pública | GEOGRAFIA | geografia económica | imunidade parlamentar | incompatibilidade | instituições da União Europeia e função pública europeia | mandato eletivo | parlamentar europeu | poder executivo e administração pública | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Upon request by the Committee on Legal Affairs, this handbook, provided by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, summarises, in its first part, the EU legal framework on the incompatibilities and immunity of Members of the European Parliament. Based on national reports, the second part of the handbook gives an overview, for each EU Member State, of the relevant national provisions on the composition of national governments and parliaments as well as those on national parliamentary immunities.

This handbook will be updated regularly based on information received; please hold as reference the date of edition.

Estudo [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Policy Departments' Monthly Highlights - December 2021](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 09-12-2021

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Controlo Orçamental | Democracia | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Emprego | Governação Mundial | Orçamento | Política Social | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Saúde Pública | Transportes

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | cooperação transfronteiriça | cuidados de saúde | demografia e população | DIREITO | direito penal | direito penal internacional | direitos e liberdades | EMPREGO E TRABALHO | envelhecimento da população | igualdade das remunerações | igualdade de género | instituições da União Europeia e função pública europeia | organismo da UE | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | saúde | Tribunal Penal Internacional (CPI) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Monthly Highlights publication provides an overview, at a glance, of the on-going work of the policy departments, including a selection of the latest and forthcoming publications, and a list of future events.

Em síntese [EN](#)

[Il diritto alla salute, una prospettiva di diritto comparato - Unione europea](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 06-12-2021

Autor externo Prof. Dr. Vincenzo SALVATORE, Università degli Studi dell'Insubria, Varese

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Saúde Pública

Resumo Questo studio fa parte di un progetto più ampio, il cui scopo è quello di analizzare, nella prospettiva del diritto comparato, il diritto alla salute in diversi Stati ed organizzazioni internazionali. Il presente studio è dedicato all'Unione europea. Nella parte introduttiva dello studio verranno illustrate le disposizioni contenute nelle fonti di diritto primario e derivato in materia di tutela della salute, analizzate anche attraverso la giurisprudenza interpretativa della Corte di giustizia. Si sottolineerà in particolare la natura ancillare della competenza attribuita all'Unione europea rispetto a quella degli Stati membri, nonché come la tutela della salute sia stata, fino ad epoca recente, prevalentemente invocata come limite alla libertà di circolazione delle persone e delle merci. Tuttavia, si evidenzierà come, al verificarsi di situazioni di emergenza sanitaria, come quella generata dalla recente pandemia, l'Unione europea assuma un ruolo più incisivo, coordinando le iniziative assunte dagli Stati, maggiormente propensi a tollerare limitazioni di sovranità in ambiti tradizionalmente considerati di riservato dominio.

Estudo [IT](#)

[The United Kingdom's possible re-joining of the 2007 Lugano Convention](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 18-11-2021

Autor MANKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave adesão a um acordo | conflito de competências | construção europeia | convenção internacional | cooperação judiciária civil na UE | DIREITO | direito internacional | direito internacional privado | Europa | execução de sentença | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | justiça | organização da justiça | países e territórios ultramarinhos | política internacional | PTU do Reino Unido | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The 2007 Lugano Convention is an international treaty that regulates the free movement of court judgments in civil cases between the Member States of the EU, on one hand, and the three EFTA states (Switzerland, Norway and Iceland), on the other. The convention effectively extends the regime of quasi-automatic recognition and enforcement of judgments that was applicable between EU Member States at the time under the Brussels I Regulation (No 44/2001). Whereas the EU rules currently in force regulating the free movement of judgments in civil cases between the EU Member States – the 2012 Brussels I-bis Regulation (1215/2012) – bring about an even higher level of integration and presume, therefore, a very high level of mutual trust between the national judiciaries of the Member States, relations between the EU and EFTA Member States remain at the level of integration prescribed in 2001 by the Brussels I Regulation. Following the expiry of the transition period provided for by the Withdrawal Agreement between the United Kingdom (UK) and the EU, the UK is no longer bound by either the Brussels I-bis Regulation or the 2007 Lugano Convention. Given the fact that the latter is open not only to EU and EFTA Member States, but also explicitly to third countries, the UK has made a bid to re-join the Lugano Convention. For a third country to become part of this legal regime, all parties to the convention must give their explicit consent. Whereas this has been the case with Switzerland, Norway and Iceland, the European Commission, acting on behalf of the EU as a party to the 2007 Lugano Convention, has indicated that it is not prepared to grant such consent, effectively blocking – for the moment – the UK's reintegration within the Lugano regime of mutual recognition of civil judgments. For the Commission, accession to the Lugano regime is bound up with the notion of close economic integration with the EU, presupposing a high level of mutual trust. Participation in the Lugano system should not therefore be offered to any third country that is not part of the internal market.

[Briefing EN](#)

[Revision of Directive 2008/99/EC on the protection of environment through criminal law](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 10-11-2021

Autor HUEMER MARIE-ASTRID

Domínio de intervenção Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | delito ambiental | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | diretiva CE | investigação e propriedade intelectual | luta contra a poluição | método de avaliação | política ambiental | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção do ambiente | responsabilidade penal | responsabilidade por danos ambientais | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Directive 2008/99/EC on the protection of the environment through criminal law – the Environmental Crime Directive (ECD) – was aimed primarily at improving environmental protection by means of harmonised criminal legislation. Despite noticeable progress on setting up a common legal framework and the undisputed relevance of the directive, there are shortcomings with regard to the uncertain scope of application of the directive, the uneven system for sanctions and the fact that implementation is still lagging behind. In addition, the increasing involvement of organised criminal networks calls for a wider recognition of the problem, enhanced tools, specialisation and engagement from all relevant stakeholders. This implementation appraisal looks at the practical implementation of the ECD in light of the expected Commission proposal for its revision.

[Briefing EN](#)

[The Parliaments of Europe: full part actors or powerless spectators? – A state of play 2010–2020](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 30-09-2021

Autor externo BRACK Nathalie

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | competência dos Estados-Membros | democracia | democratização | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | poder legislativo | quadro político | relações interinstitucionais | relações interparlamentares | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Since the Lisbon Treaty, EU national Parliaments have been recognized as relevant and legitimate players at the supranational level and given tools to be involved beyond the scrutiny of their national government. However, the last decade brought new challenges to the Europeanisation of national Parliaments, with several crises boosting intergovernmentalism. This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCE Committee, examines how EU national Parliaments have adapted to all these challenges and assesses their involvement in EU affairs over the past decade.

[Estudo EN](#)

[Síntese DE, EN, FR, IT](#)

[EU Health data centre and a common data strategy for public health](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 21-09-2021

Autor externo DG, EPRS. This study has been written by Henrique Martins of ISCTE-Lisbon University Institute and Faculty of Medical Sciences, UBI Portugal, at the request of the Panel for the Future of Science and Technology (STOA) and managed by the Scientific Foresight Unit, within the Directorate-General for Parliamentary Research Services (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament.

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Saúde Pública

Palavra-chave comunicação | cooperação transfronteiriça | dados médicos | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fluxo de dados transfronteiriço | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | intercâmbio de informação | política de cooperação | prevenção das doenças | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | saúde | saúde em linha | saúde pública | sistema de saúde

Resumo Regarding health data, its availability and comparability, the Covid-19 pandemic revealed that the EU has no clear health data architecture. The lack of harmonisation in these practices and the absence of an EU-level centre for data analysis and use to support a better response to public health crises is the focus of this study. Through extensive desk review, interviews with key actors, and enquiry into experiences from outside the EU/EEA area, this study highlights that the EU must have the capacity to use data very effectively in order to make data-supported public health policy proposals and inform political decisions. The possible functions and characteristics of an EU health data centre are outlined. The centre can only fulfil its mandate if it has the power and competency to influence Member State public-health-relevant data ecosystems and institutionally link with their national level actors. The institutional structure, its possible activities and in particular its usage of advanced technologies such as AI are examined in detail.

Estudo [EN](#)

Anexo [EN](#)

[Nutzung von SLAPP-Klagen zur Einschüchterung von Journalisten, nichtstaatlichen Organisationen und der Zivilgesellschaft](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-09-2021

Autor externo Justin BORG-BARTHET Benedetta LOBINA Magdalena ZABROCKA.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Resumo Diese Studie, die von der Politischen Abteilung für Bürgerrechte und konstitutionelle Angelegenheiten des Europäischen Parlaments auf Ersuchen des JURI-Ausschusses in Auftrag gegeben wurde, analysiert Rechtsdefinitionen von strategischen Klagen gegen öffentliche Beteiligung (SLAPP) und bewertet die Vereinbarkeit einer Anti-SLAPP-Gesetzgebung mit EU-Recht. Es wird empfohlen, eine Anti-SLAPP-Richtlinie zu verabschieden sowie die Brüssel-Ia-Verordnung und die Rom-II-Verordnung neu zu fassen, um das Auftreten von SLAPP-Klagen zu begrenzen.

Estudo [DE](#)

[L'utilisation des poursuites-bâillons pour réduire au silence les journalistes, les ONG et la société civile](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-09-2021

Autor externo Justin BORG-BARTHET Benedetta LOBINA Magdalena ZABROCKA.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Resumo La présente étude, commandée par le département thématique des droits des citoyens et des affaires constitutionnelles du Parlement européen à la demande de la commission des affaires juridiques (JURI), analyse les définitions juridiques des poursuites stratégiques altérant le débat public (poursuites-bâillons) et évalue la compatibilité de la législation contre les poursuites-bâillons dans le droit européen. Il est recommandé l'adoption d'une directive contre les poursuites-bâillons et la refonte des règlements Bruxelles I bis et Rome II en vue de limiter l'incidence des poursuites-bâillons.

Estudo [FR](#)

[Regulating targeted and behavioural advertising in digital services. How to ensure users' informed consent](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 31-08-2021

Autor externo Giovanni SARTOR, Francesca LAGIOIA, Federico GALLI,

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Comércio internacional | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Resumo The study addresses the regulation of targeted and behavioural advertising in the context of digital services. Marketing methods and technologies deployed in behavioural and target advertising are presented. The EU law on consent to the processing of personal data is analysed, in connection with advertising practices. Ways of improving the quality of consent are discussed as well as ways of restricting its scope as a legal basis for the processing of personal data. This study is commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee...

Briefing [EN](#)

[Regulating targeted and behavioural advertising in digital services. How to ensure users' informed consent](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 30-08-2021

Autor externo Giovanni SARTOR,
Francesca LAGIOIA, Federico GALLI

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Comércio internacional | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comercialização | concorrência | construção europeia | conteúdo digital | dados pessoais | DIREITO | direito da informática | direitos e liberdades | ECONOMIA | economia digital | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estrutura económica | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | merchandising | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | publicidade comparativa | publicidade eletrónica não solicitada | tecnologia e regulamentação técnica | transformação digital | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study addresses the regulation of targeted and behavioural advertising in the context of digital services. Marketing methods and technologies deployed in behavioural and target advertising are presented. The EU law on consent to the processing of personal data is analysed, in connection with advertising practices. Ways of improving the quality of consent are discussed as well as ways of restricting its scope as a legal basis for the processing of personal data. This study is commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee.

Estudo [EN](#)

[Biometric Recognition and Behavioural Detection Assessing the ethical aspects of biometric recognition and behavioural detection techniques with a focus on their current and future use in public spaces](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 06-08-2021

Autor externo Christiane WENDEHORST, Yannic DULLER.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Petições ao Parlamento Europeu | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança e Defesa

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI and PETI Committees, analyses the use of biometric techniques from an ethical and legal perspective. Biometric techniques raise a number of specific ethical issues, as an individual cannot easily change biometric features, and as these techniques tend to intrude into the human body and ultimately the human self. Further issues are more generally associated with large-scale surveillance, algorithmic decision making, or profiling. The study analyses different types of biometric techniques and draws conclusions for EU legislation.

Estudo [EN](#)

The European Commission's legislative proposals in the New Pact on Migration and Asylum

Tipo de publicação Estudo

Data 30-07-2021

Autor externo Evelien BROUWER; Giuseppe CAMPESI ; Sergio CARRERA, Roberto CORTINOVIS, Eleni KARAGEORGIOU, Jens VEDSTED-HANSEN, Lina VOSYLIUTE

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governança Mundial | Política Social | Programação

Palavra-chave ajuda aos refugiados | asilo político | Comissão Europeia | demografia e população | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | direitos cívicos | direitos e liberdades | estatísticas sobre migrações | instituições da União Europeia e função pública europeia | migração | migrações | política de cooperação | proposta (UE) | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | requerente de asilo | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs on request of the Parliament's Committee on Civil Liberties and Justice, aims to provide a detailed mapping and analysis of the central legal changes and issues characterising the five main legislative proposals accompanying the Pact on Migration and Asylum, presented by the Commission in September 2020. The legislative instruments under consideration include a new Screening Regulation, an amended proposal for an Asylum Procedures Regulation, an amended proposal revising the Eurodac Regulation, a new Asylum and Migration Management Regulation, and a new Crisis and Force Majeure Regulation. As a second step, the study provides a critical assessment of the five proposals as to their legal coherence, fundamental rights compliance, and application of the principle of solidarity and fair sharing of responsibility enshrined in Article 80 TFEU.

Estudo [EN](#)

The differing EU Member States' regulations on prostitution and their cross-border implications on women's rights

Tipo de publicação Estudo

Data 27-07-2021

Autor externo Andrea Di Nicola

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito da UE | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | direito nacional | direito penal | direitos da mulher | direitos e liberdades | direitos humanos | discriminação sexual | Estado-Membro UE | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | igualdade de género | movimento de mulheres | prostituição | QUESTÕES SOCIAIS | tráfico de seres humanos | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social | violência sexual

Resumo This Study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the FEMM Committee – after assessing the state-of-the-art of prostitution regulations in EU MSs and the current situation of sex trafficking and related data in the EU – identifies and evaluates cross-border problems/risks related to differing national EU MSs' regulations and suggests future EU legislation to reduce them, thus preventing women from being trafficked while also protecting fundamental rights and gender equality.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

European Court of Justice case law on judicial independence

Tipo de publicação Briefing

Data 19-07-2021

Autor MANKO Rafal

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Article 2 of the Treaty on European Union (TEU) lists the values upon which the Union is founded. According to this Article, these values are shared by the Member States and form the axiological backbone of EU law. The rule of law is listed, alongside democracy and fundamental rights, among the crucial values underpinning the Union. However, Article 2 TEU is more than just a mere declaration; it is also a source of binding obligations upon the Member States to uphold the Union's values, and therefore also the rule of law. The latter concept, despite broad discussions as to its exact content, undoubtedly entails such elements as judicial independence, understood in particular as the independence of the judiciary from other branches of government (legislative, executive). All other elements of the rule of law, such as the principle of legality, whereby government may act only on the basis of law and within its boundaries, or the principle of constitutionalism, whereby the parliament's law-making powers must be exercised within the limits of the constitution, or the existence of judicial review to enforce those principles – all depend on judicial independence as their fundamental pre-condition. Recently, however, faced with challenges to judicial independence in certain Member States (as evidenced by on-going Article 7 TEU proceedings), the European Union has started developing its own standards in this area. Examples include the Commission's rule of law framework (adopted in 2014), its two communications on the rule of law, and the annual rule of law report, the first of which was adopted in September 2020. The case law of the European Court of Justice (ECJ) plays a crucial role in this respect, and scholars point out that the Court has been the most effective EU institution with regard to safeguarding judicial independence in the Member States. The present briefing provides a concise chronological overview of the Court's recent case law on judicial independence – described by scholars as 'truly revolutionary' – starting from the 2018 Portuguese Judges case.

Briefing [EN](#)

[European Court of Justice and international agreements](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-07-2021

Autor CIRLIG Carmen-Cristina | MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo As a subject of public international law, the European Union (EU) concludes international agreements with other subjects of international law, i.e. international organisations and states. The EU may enter into such treaties on its own, or jointly with its Member States – depending on the area of competence (exclusive EU competence or shared competences) to which the treaty in question applies. The European Court of Justice (ECJ) enjoys specific competences with regard to the conclusion, interpretation and application of international treaties to which the EU is a party. The ECJ can verify the compatibility of an international agreement with the EU Treaties either ex ante or ex post. Furthermore, international treaties concluded by the EU are considered as acts of the institutions and may be subject to interpretation by the Court, especially in the preliminary reference procedure. As a rule no ECJ jurisdiction is envisaged in EU free trade agreements (FTAs), as dispute settlement is carried out through a joint committee, followed by arbitration. In certain specific cases, such as in the European Economic Area and the EU-Turkey Customs Union, the ECJ may have direct involvement in the enforcement of the agreement. The EU-UK Withdrawal Agreement and the EU-UK Trade and Cooperation Agreement (TCA), however, diverge on dispute settlement rules and the role of the ECJ. In the former, the ECJ maintained its jurisdiction during, as well as beyond, the transition period with regard to specific chapters; the ECJ also has the final word on interpreting EU law applied in virtue of the agreement. Conversely, the TCA includes a role for the Court only in regard to the United Kingdom's participation in EU programmes, and its dispute settlement rules vary throughout the agreement.

Briefing [EN](#)

[Understanding delegated and implementing acts](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 07-07-2021

Autor DEL MONTE Micaela | MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave direito da UE | direito da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Law-making by the executive is a phenomenon that exists not only in the European Union (EU) but also in its Member States, as well as in other Western liberal democracies. Many national legal systems differentiate between delegated legislation – adopted by the executive and having the same legal force as parliamentary legislation – and purely executive acts – aimed at implementing parliamentary legislation, but that may neither supplement nor modify it. In the EU, the distinction between delegated acts and implementing acts was introduced by the Treaty of Lisbon. The distinction, laid down in Articles 290 and 291 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU), seems clear only at first sight. Delegated acts are defined as non-legislative acts of general application, adopted by the European Commission on the basis of a delegation contained in a legislative act. They may supplement or amend the basic act, but only as to non-essential aspects of the policy area. In contrast, implementing acts are not defined as to their legal nature, but to their purpose – where uniform conditions for implementing legally binding Union acts are needed. Under no circumstances may an implementing act modify anything in the basic act. Delegated acts differ from implementing acts in particular with regard to the procedural aspects of their adoption – the former after consulting Member States' experts, but their view is not binding; the latter in the comitology procedure, where experts designated by the Member States, sitting on specialised committees, can object to a draft implementing act. In the case of delegated acts, however, the Parliament and Council can introduce, in the delegation itself, a right to object to a draft act or even to revoke the delegation altogether. Both delegated and implementing acts are subject to judicial review by the Court of Justice of the EU which controls their conformity with the basic act.

Briefing [EN](#)

[The Use of SLAPPs to Silence Journalists, NGOs and Civil Society](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 30-06-2021

Autor externo Justin BORG-BARTHET Benedetta LOBINA Magdalena ZABROCKA.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | cooperação judiciária civil na UE | democracia participativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito à justiça | direitos e liberdades | direitos humanos | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | justiça | liberdade da informação | liberdade de expressão | processo judicial | profissional da comunicação | proposta (UE) | quadro político | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This At a glance of the study with the same title, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, analyses legal definitions of Strategic Lawsuits Against Public Participation (SLAPP) and assesses the compatibility of anti-SLAPP legislation with EU law. It is recommended that an anti-SLAPP Directive should be adopted, and that the Brussels Ia Regulation and Rome II Regulation should be recast to limit the incidence of SLAPPs.

Em síntese [EN](#)

[Outcome of the meetings of EU leaders, 24-25 June 2021](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 30-06-2021

Autor ANGHEL Suzana Elena | DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Coronavírus | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Saúde Pública

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Conselho Europeu | construção europeia | DIREITO | direitos e liberdades | discriminação baseada na orientação sexual | documentação | doença por coronavírus | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | Estado de Direito | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Hungria | instituições da União Europeia e função pública europeia | migrações | Política Externa e de Segurança Comum | política migratória da UE | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | relatório | relações monetárias | retoma económica | Rússia | saúde | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo The regular European Council meeting of 24-25 June 2021 was noteworthy on several fronts. First, there was an extensive discussion on the rule of law and European values, a topic rarely discussed at the level of EU leaders. It took place in the context of a new Hungarian law on child protection, which includes provisions considered by many as discriminatory against LGBTIQ+ people. Second, following a Franco-German proposal, there was an intense debate about the EU approach to relations with Russia, with apparent disagreement on whether it is currently worthwhile engaging in high-level dialogue with the country. Among the other topics considered were coordination efforts in response to the coronavirus pandemic and economic recovery after the crisis. On migration, EU leaders quickly reviewed the situation on migration routes, mainly reiterating previous commitments. In the field of external policy, alongside Russia, EU leaders also discussed EU-Turkey relations, the situations in Belarus, Libya, Ethiopia and the Sahel, and cybersecurity. EU leaders were also presented with the 2021-22 Leaders' Agenda. In the framework of the Euro Summit, EU leaders addressed the future of the euro area, inviting the Eurogroup to continue its work towards the completion of Banking Union and to move quickly to implement the capital markets action plan.

Briefing [EN](#)

[Studies with a 'Covid 19 angle'](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 23-06-2021

Autor TELL CREMADES MIGUEL

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Saúde Pública

Palavra-chave documentação | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | publicação da UE | QUESTÕES SOCIAIS | relatório de investigação | saúde

Resumo When the pandemic loomed over us in spring 2020, we asked experts to analyze whether it was possible to introduce a Covid angle into their studies. In many cases, it seemed prima facie a bit far-fetched. However, it soon became apparent that even in our area of work there were interesting aspects to investigate. This publication groups together the most relevant parts of the studies published so far and in which a Covid 19 angle has been presented and discussed.

Estudo [EN](#)

[Data Governance Act](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 17-06-2021

Autor MILDEBRATH Hendrik Alexander

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave construção europeia | dados pessoais | DIREITO | direito da informática | direito da União Europeia | direito de reutilização da informação | direitos e liberdades | documentação | ECONOMIA | economia digital | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estrutura económica | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | mercado único digital | proposta (UE) | proteção da vida privada | proteção dos dados | regulamento (UE) | relatório | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Data is a key pillar of the European digital economy. To unlock its potential, the European Commission aims to build a market for personal and non-personal data that fully respects European rules and values. While the volume of data is expected to increase dramatically in the coming years, data re-use is hampered by low trust in data-sharing, conflicting economic incentives and technological obstacles. As the first of a set of measures announced in the European strategy for data, the Commission put forward its proposed data governance act on 25 November 2020. It aims at facilitating (largely) voluntary data sharing across the EU and between sectors by strengthening mechanisms that increase data availability and foster trust in intermediaries. It establishes three principle re-use mechanisms and a horizontal coordination and steering board. While there seems to be considerable support for data governance rules, the appropriate approach remains fundamentally disputed. Issues have been raised concerning, for instance, the ineffectiveness of labelling and registration regimes to foster trust and data re-use, the uncertain interplay with other legislative acts, the onerous rules on international data transfers and the vulnerability of certain mechanisms to commercial exploitation. The co-legislators, the European Parliament and Council, are in the process of assessing whether the Commission's proposal presents an adequate response to the challenges identified and are working towards defining their respective positions.

Briefing [EN](#)

The Use of SLAPPs to Silence Journalists, NGOs and Civil Society

Tipo de publicação Estudo

Data 14-06-2021

Autor externo Justin BORG-BARTHET Benedetta LOBINA Magdalena ZABROCKA.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | democracia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos humanos | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado de Direito | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | liberdade de expressão | liberdade de imprensa | organização não governamental | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações não governamentais | pluralismo dos meios de comunicação | profissional da comunicação | quadro político | regulamento (UE) | relatório de investigação | sociedade civil | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, analyses legal definitions of Strategic Lawsuits Against Public Participation (SLAPP) and assesses the compatibility of anti-SLAPP legislation with EU law. It is recommended that an anti-SLAPP Directive should be adopted, and that the Brussels Ia Regulation and Rome II Regulation should be recast to limit the incidence of SLAPPs.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#)

Policy Departments' Monthly Highlights - June 2021

Tipo de publicação Em síntese

Data 04-06-2021

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Controlo Orçamental | Coronavírus | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Orçamento | Política de Investigação | Transportes

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | associação sem fins lucrativos | atividade agrícola | ATIVIDADE POLÍTICA | bem-estar dos animais | DIREITO | direitos e liberdades | direitos humanos | documentação | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | epidemia | finanças da União Europeia | forma jurídica de sociedade | Fundo de Coesão | organização dos transportes | política agrícola | Política Agrícola Comum | política comum dos transportes | política de transportes | QUESTÕES SOCIAIS | relatório | repressão | saúde | transporte de animais | TRANSPORTES | turismo | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social

Resumo The Monthly Highlights publication provides an overview, at a glance, of the on-going work of the policy departments, including a selection of the latest and forthcoming publications, and a list of future events.

Em síntese [EN](#)

Europeanising the elections of the European Parliament - Outlook on the implementation of Council Decision 2018/994 and harmonisation of national rules on European elections

Tipo de publicação Estudo

Data 03-06-2021

Autor externo Lorenzo CICCHI

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Alemanha | aplicação do direito da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | Chipre | decisão (UE) | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | eleição europeia | Espanha | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | processo eleitoral | relatório de investigação | sistema eleitoral europeu | sufrágio universal | UNIÃO EUROPEIA | votação

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, looks into the main obstacles to unifying and modernising European elections in different Member States. It gives an overview of the implementation of Council Decision 2018/994 and highlights, in particular, the importance of the standardisation and harmonisation of electoral ballots as a means to properly inform voters and strengthen the European party system. As a more general remark, the study concludes that the European and national political parties should further strengthen their relationship, a vital element of the European political system that can increase the transnational nature of European elections.

Estudo [EN](#)

Síntese [BG](#), [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [NL](#)

[New European Commission communication on Better Regulation: Joining forces to make better laws](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 28-05-2021

Autor ANGLMAYER Irmgard | VETTORAZZI STEFANO

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política regulamentar | relatório | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Better Regulation ensures that EU policies and laws are prepared in an open, transparent manner, informed by the best available evidence and backed by comprehensive stakeholder involvement so that they achieve their objectives at minimum cost. It is a dynamic agenda that has gradually evolved in the European Commission since the early 2000s. Today's Better Regulation agenda covers the whole policy cycle. It was shaped under the Juncker Commission presidency, which formally declared it a priority, with the aim of strengthening the effectiveness, transparency and accountability of its actions across all policy areas. The comprehensive Better Regulation package of 2015 presented a strategy, guidelines and a toolbox, and established the Regulatory Scrutiny Board as the Commission's regulatory oversight body. It also paved the way for the Interinstitutional Agreement on Better Law-Making (IIA-BLM) concluded by the Commission, Parliament and Council in April 2016, and which, inter alia, defines their respective roles and responsibilities in the regulatory process. Following a revision in 2017, the Commission took stock of the Better Regulation agenda in 2019, concluding that in a post-fact world, evidence-based policy-making remains an imperative. The long-awaited new Commission communication, adopted on 29 April 2021, draws lessons from the Better Regulation stocktaking review. At the same time, it sets out a policy-making framework that aims at supporting post-crisis recovery and the twin digital and green transformation, in line with the Commission's intention to advance the Better Regulation agenda further, with 'future-proof legislation that can stand the test of time'.

[Briefing](#) [EN](#)

[Policy Departments' Monthly Highlights - May 2021](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 12-05-2021

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Controlo Orçamental | Coronavírus | Cultura | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Governança Mundial | Orçamento

Palavra-chave China | comunicação | desinformação | doença por coronavírus | educação | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | epidemia | Europa | finanças da União Europeia | fundo (UE) | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | guerra de informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | QUESTÕES SOCIAIS | relação interinstitucional (UE) | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Rússia | saúde | segurança europeia | segurança internacional | teletrabalho | Turquia | UNIÃO EUROPEIA | Ásia-Oceânia

Resumo The Monthly Highlights publication provides an overview, at a glance, of the on-going work of the policy departments, including a selection of the latest and forthcoming publications, and a list of future events.

[Em síntese](#) [EN](#)

[Access to medicinal products](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-05-2021

Autor externo Thyra de Jongh, Lennart Velten, Lonneke Schrijver

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação | Saúde Pública

Palavra-chave construção europeia | cooperação transfronteiriça | DIREITO | direito da União Europeia | direito à saúde | direitos do doente | direitos e liberdades | documentação | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | medicamento | penúria | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | relatório de investigação | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | resolução PE | retirada da UE | saúde | saúde em linha | trocas comerciais | UNIÃO EUROPEIA

Resumo There are many factors that can prevent a patient from being able to obtain the medicine they need, ranging from selective marketing decisions by companies to products being too expensive or pharmacy stock-outs. Because of national differences in health systems and market characteristics, access to medicine is not evenly distributed across the European Union. In response to observed problems with access to medicine, in 2017 the European Commission and Member States. This In-Depth Analysis reviews the main actions taken at the Union level since then that could improve access to medicine. It also includes illustrative examples of actions taken by Member States and other actors. The analysis concludes that the Commission has proposed or taken a combination of legislative and non-legislative actions with the potential to improve access to medicine in the Union and beyond, but that it will take time for the effects of these to become clear.

[Estudo](#) [EN](#)

[Primacy's Twilight? On the Legal Consequences of the Ruling of the Federal Constitutional Court of 5 May 2020 for the Primacy of EU Law](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 27-04-2021

Autor externo Niels Petersen - Konstantin Chatziathanasiou

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Alemanha | Banco Central Europeu | competência dos Estados-Membros | DIREITO | direito da União Europeia | economia monetária | Europa | FINANÇAS | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | julgamento | jurisdição constitucional | jurisprudência | jurisprudência (UE) | justiça | organização da justiça | política monetária única | primado do direito da UE | princípio da proporcionalidade | processo por infração (UE) | Tribunal de Justiça (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study analyses the repercussions of the judgment of the German Federal Constitutional Court of 5 May 2020. It puts the decision into context, makes a normative assessment, analyses possible consequences and makes some policy recommendations.

Estudo [EN](#)

[Inter-institutional relations in the treatment of petitions: the role of the Commission](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 26-04-2021

Autor externo Maxime MOULAC, Consultant for Milieu Consulting SRL.
Marta BALLESTEROS, Senior Lawyer and Manager for Milieu Consulting SRL.

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | democracia participativa | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos humanos | instituições da União Europeia e função pública europeia | liberdade de expressão | petição | processo eleitoral | quadro político | sistema de repartição | UNIÃO EUROPEIA | violação do direito da UE | órgão da UE

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PETI Committee. It presents an analysis of the EU right to petition, as a key element of participatory democracy, and its procedure with a focus on the cooperation between the Committee on Petitions and the Commission. It examines the procedures to deal with petitions and infringements of EU law, in particular EU environmental law. It provides an overview of key features of national petition systems in relation to the EU system and proposes recommendations for action by the EP and the Commission to improve the way petitions are handled.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[EU-UK private-sector data flows after Brexit: Settling on adequacy](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 09-04-2021

Autor MILDEBRATH Hendrik Alexander

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acordo comercial (UE) | acordo de cooperação (UE) | comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | dados pessoais | direito da União Europeia | ECONOMIA | economia digital | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estrutura económica | Europa | fluxo de dados transfronteiriço | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | proteção dos dados | regulamento (UE) | Reino Unido | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo EU-UK data flows – the lifelines of our shared digital trade – have come under pressure following the UK's withdrawal from the EU. To take regulatory and business decisions, a clear understanding of the state of play and future prospects for EU-UK transfers of personal data is indispensable. This EPRS in-depth analysis reviews and assesses trade dealings, adequacy challenges and transfer instruments under the EU's General Data Protection Regulation (GDPR).

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Interpretation and implementation of Article 50 TEU Legal and institutional assessment

Tipo de publicação Estudo

Data 24-03-2021

Autor externo PAPAGEORGIOU Ioannis

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave acordo comercial (UE) | acordo de cooperação (UE) | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | interpretação do direito | negociação de acordo (UE) | período de transição (UE) | Reino Unido | retirada da UE | Tratado da União Europeia | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCE Committee, looks into the constitutional and institutional challenges that the European Union faced during the Brexit negotiations, and analyses whether the current wording of Article 50 of the Treaty on European Union was applied in an adequate manner and allowed for an efficient and properly organised withdrawal procedure.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

The European Union and regional economic integration: Creating collective public goods – Past, present and future

Tipo de publicação Briefing

Data 09-03-2021

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave bens públicos | construção europeia | consumo | cooperação monetária | ECONOMIA | economia monetária | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | integração económica | integração europeia | integração regional | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | política económica | regiões e política regional | Reino Unido | relações monetárias | retirada da UE | União Económica e Monetária | UNIÃO EUROPEIA

Resumo EPRS invites leading experts and commentators to share their thinking and insights on important features of the European Union as a political and economic system. In this paper, Iain Begg, Professorial Research Fellow at the London School of Economics (LSE), reflects on the distinctive characteristics of the EU as the world's leading exemplar of regional economic integration, and its unique experience since the 1950s in generating collective public goods for its Member States as a foundation for the continent's collective prosperity.

Briefing [EN](#)

Responsible private funding of litigation

Tipo de publicação Estudo

Data 04-03-2021

Autor MULLER KLAUS | SAULNIER JEROME LEON

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave acesso à informação | acesso à justiça | ação coletiva | CIÊNCIAS | ciências humanas | conflito de interesses | consumo | despesas judiciais | DIREITO | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPREGO E TRABALHO | financiamento e investimento | FINANÇAS | informação e tratamento da informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investimento | justiça | proteção do consumidor | relações laborais e direito do trabalho | seguro | seguros | ética

Resumo A responsible TPLF regulatory framework should aim at lowering costs, simplifying unnecessary procedures, increasing the predictability of costs, and delivering efficient services at costs that are proportionate to the amounts in dispute. We explored additional effective safeguards and a number of policy options regarding the contractual, ethical and procedural aspects of TPLF. We then estimated the European added value (EAV) for two alternatives, namely a moderate and a strong regulatory approach scenario using a standard benefits-costs analytical conceptual framework.

Estudo [EN](#)

[Unfair terms in Swiss franc loans: Overview of European Court of Justice case law](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 04-03-2021

Autor MANKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acórdão do Tribunal de Justiça (UE) | cláusula abusiva | consumo | crédito imobiliário | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | diretiva CE | divisa | economia monetária | empréstimo concedido | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições financeiras e crédito | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | juro | proteção do consumidor | Suíça | taxa de câmbio | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In the first decade of the 21st century, loans denominated in or indexed to foreign currencies, in particular the Swiss franc, became very popular in a number of EU Member States, including Greece, Croatia, Hungary, Austria, Poland, Romania, and Slovenia, and also in two non-EU countries, Montenegro and Serbia. For a certain period, in some Member States these loans became the most popular type of loan issued to consumers. By pegging loans to a stable foreign currency, banks could lend more money to the same consumer by virtue of interest rates being lower than those for the same type of loan expressed in the national currency. However, when, as a result of the global economic crisis, the rate of exchange between the Swiss franc and these national currencies (zlotys, forints, kunas, etc.) soared, consumers found themselves trapped. Often, they had to repay as much as twice the value of the loan taken, and could not escape the unfavourable contract by simply selling the property they had bought, as this would cover only a fraction of their debt. While certain Member States implemented mechanisms aimed at protecting consumers and bringing the situation under control, the case law of the European Court of Justice (ECJ), based on dynamic interpretation of the Unfair Terms Directive (93/13), has proved to be a significant factor in securing effective consumer protection. This briefing explains the legal significance of the relevant ECJ judgments, against the backdrop of the Swiss franc loan situation in Europe.

Briefing [EN](#)

[CAN NATURE GET IT RIGHT? A Study on Rights of Nature in the European Context](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 01-03-2021

Autor externo Jan DARPO

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Cultura | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Governança Mundial | Turismo

Palavra-chave acesso à informação | acesso à justiça | AMBIENTE | Convenção Europeia dos Direitos do Homem | DIREITO | direito do ambiente | direitos e liberdades | direitos humanos | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | política ambiental | política do ambiente da UE | política internacional | processo prejudicial | proteção do ambiente | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | transparência do processo de decisão | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, explores the concept of "Rights of Nature" (RoN) and its different aspects in legal philosophy and international agreements, as well as in legislation and case-law on different levels. The study delves on the ideas of rights of nature in comparison with rights to nature, legal personhood and standing in court for natural entities, and analyses ECtHR and CJEU case-law on access to justice in environmental decision-making. It emphasises, in particular, the need to strengthen the requirements for independent scientific evaluations in certain permit regimes under EU law. The study also highlights the crucial importance of promoting the role of civil society as watchdog over the implementation of EU environmental law by way of a wider access to justice via both the national courts and the CJEU, which is also in line with the political priorities for delivering the European Green Deal.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#)

[Update the Unfair Contract Terms directive for digital services](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 09-02-2021

Autor externo Marco LOOS, Joasia LUZAK

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave cláusula abusiva | consumo | contrato digital | dados pessoais | dano | DIREITO | direito civil | direitos e liberdades | ECONOMIA | economia digital | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estrutura económica | herança | indemnização | informação e tratamento da informação | informação e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | proteção da vida privada | proteção do consumidor | proteção dos dados | rescisão de contrato | responsabilidade contratual

Resumo This study analyses common terms in contracts of digital service providers, indicating when they could significantly distort the balance between the parties' rights and obligations to the detriment of consumers and should, therefore, fall within the scope of the Unfair Contract Terms Directive. Further, the study discusses the particularities of the assessment of online transparency of terms of digital service providers and sanctions they could face if they breach the current consumer protection framework. Recommendations are made to improve the effectiveness of this framework by: introducing a black and grey list of unfair terms, strengthening current sanctions, and introducing new obligations for digital service providers.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#)

[Digital automation and the future of work](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 29-01-2021

Autor externo DG, EPRS This study has been written by David Spencer, Matt Cole, Simon Joyce, Xanthe Whittaker and Mark Stuart of the Leeds University Business School, University of Leeds, UK, at the request of the Panel for the Future of Science and Technology (STOA) and managed by the Scientific Foresight Unit, within the Directorate-General for Parliamentary Research Services (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament.

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direitos Humanos | Emprego | Política Social | Programação

Palavra-chave condições e organização do trabalho | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | impacto das tecnologias da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | mudança tecnológica | nova tecnologia | política de emprego da UE | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | trabalho

Resumo This report addresses the nature, scope and possible effects of digital automation. It reviews relevant literature and situates modern debates on technological change in historical context. It also offers some policy options that, if implemented, would help to harness technology for positive economic and social ends. The report recognises that technological change can affect not just the volume of work but also its quality. It identifies threats to job quality and an unequal distribution of the risks and benefits associated with digital automation. In response, it recommends a number of policy options – ones that aim to go beyond the provision of skills and training and which seek a human-centred approach to digital transformations of work based on industrial democracy and social partnership. Overall, the report pushes for a new Digital Social Contract and a future of work that works for all

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

[I principi di uguaglianza e non discriminazione, una prospettiva di diritto comparato - Unione europea](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 27-01-2021

Autor externo Prof. Dr. Vincenzo SALVATORE

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Il presente studio fa parte di un progetto più ampio il cui scopo è quello di analizzare, nella prospettiva del diritto comparato, i principi di eguaglianza e di non discriminazione. Queste pagine esaminano come tali principi si siano affermati nell'ordinamento giuridico dell'Unione europea. Ci si soffermerà in particolare sul riconoscimento di tali principi, sia nelle fonti di diritto primario (i trattati istitutivi) sia in quelle di diritto secondario (regolamenti e direttive), nonché attraverso la lettura e l'interpretazione evolutiva che di essi ha dato la giurisprudenza della Corte di Giustizia. Si evidenzierà inoltre come da un approccio sociale e prevalentemente giuslavoristico, tali principi abbiano assunto nel tempo un ruolo e una portata sempre più ampia, finendo per estendersi, quale parametro di legittimità, all'attività svolta dall'Unione in tutti i settori di competenza dell'Unione ed assurgere a diritti fondamentali, che trovano oggi esplicito accoglimento e consacrazione nel testo della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea. Da ultimo si cercherà di mettere in luce quali sono i limiti e le eccezioni alla tutela di tali diritti, evidenziando gli ulteriori diritti ritenuti altrettanto meritevoli di tutela suscettibili di entrare in gioco richiedendo di essere adeguatamente (contro)bilanciati, come pure verrà evidenziato il rischio di eventuali distorsioni applicative idonee a generare forme di discriminazione "a rovescio".

Estudo [IT](#)

[Qualified majority voting in foreign and security policy: Pros and Cons](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 19-01-2021

Autor LATICI Tania

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Externos | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Segurança e Defesa

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos humanos | escrutínio maioritário | maioria qualificada | Política Externa e de Segurança Comum | processo eleitoral | Tratado da União Europeia | unanimidade | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In her first State of the Union speech, and in the section of the speech most applauded by the European Parliament, European Commission President Ursula von der Leyen called for the use of qualified majority voting (QMV) in areas such as sanctions and human rights. The crises and security challenges accumulating in and around the European Union have added to the urgency of having a more effective and rapid decision-making process in areas pertaining to the Common Foreign and Security Policy (CFSP) and Common Security and Defence Policy (CSDP). The core encumbrance against unanimous EU agreement on foreign policy is argued to be the absence of a common strategic culture among EU Member States. The Lisbon Treaty's architects have equipped the EU Treaties with 'passerelle clauses' – provisions usually aimed at modifying the decision-making of the Council of the EU. The passerelle clause for CFSP is Article 31(3) of the Treaty on European Union, which empowers the European Council to, by unanimous agreement, allow the Council of the EU to take decisions by QMV in some areas of the CFSP. Another option is an emergency brake – cancelling a vote for vital reasons of national policy – while constructive abstention is an option which allows a Member State to abstain from a unanimous vote without blocking it. Since 2016, the EU has witnessed growing momentum to shape its identity as a security provider and peace promoter. From 2020 and until 2022, it is undertaking a strategic reflection process taking the form of a 'strategic compass', whereby the threats, challenges and objectives for the Union in security and defence will be better defined. It is in this context that the debate about QMV in foreign and security policy has resurfaced and continues to be the subject of policy discussions. Nevertheless, recent efforts to innovate in the EU's methods for adopting sanctions in the field of human rights abuses (the European Magnitsky Act) have been unsuccessful in their attempt to move from unanimity to qualified majority voting.

Briefing [EN](#)

Multimédia [Qualified majority voting in foreign and security policy: Pros and Cons](#)

[What if artificial intelligence in medical imaging could accelerate Covid-19 treatment?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-12-2020

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Transportes

Palavra-chave cibernética | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | diagnóstico médico | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | material médico-cirúrgico | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção dos dados | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | saúde pública | segurança da informação | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo Thermal imaging cameras are currently being installed in office buildings, hospitals, shopping malls, schools and airports as a means of detecting people with fever-like symptoms. Given that these cameras are not necessarily designed to operate as medical devices, there are questions about their suitability in the context of the current pandemic. This note provides an overview of the use of thermal imaging empowered with artificial intelligence (AI) capabilities, its suitability in the context of the current pandemic and the core technical limitations of this technology. The main legal responses and ethical concerns related to the use of AI in the context of thermal imaging at entry points to identify and triage people who may have elevated temperatures are also examined.

[Em síntese](#) [EN](#)

[What if blockchain could guarantee ethical AI?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-12-2020

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar

Palavra-chave banca eletrónica | cadeia de blocos | cibernética | CIÊNCIAS | ciências humanas | ciências naturais e aplicadas | economia monetária | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | FINANÇAS | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições financeiras e crédito | inteligência artificial | livre circulação de capitais | mercado financeiro | moeda virtual | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção dos dados | segurança da informação | tecnologia e regulamentação técnica | ética

Resumo As artificial intelligence (AI) companies and other organisations are seeking ways to comply with ethical principles and requirements, blockchain, under specific circumstances, could be seen as a means to safeguard that AI is deployed in an ethically sound manner.

[Em síntese](#) [EN](#)

Multimédia [What if blockchain could guarantee ethical AI?](#)

[What if AI could improve thermal imaging, to help fight coronavirus?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-12-2020

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Coronavírus | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Política de Investigação | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública

Palavra-chave AMBIENTE | degradação do ambiente | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | material médico-cirúrgico | nova tecnologia | prevenção das doenças | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção dos dados | QUESTÕES SOCIAIS | radiação não ionizante | saúde | saúde pública | segurança da informação | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo Thermal imaging cameras are currently being installed in office buildings, hospitals, shopping malls, schools and airports as a means of detecting people with fever-like symptoms. Given that these cameras are not necessarily designed to operate as medical devices, there are questions about their suitability in the context of the current pandemic. This note provides an overview of the use of thermal imaging empowered with artificial intelligence (AI) capabilities, its suitability in the context of the current pandemic and the core technical limitations of this technology. The main legal responses and ethical concerns related to the use of AI in the context of thermal imaging at entry points to identify and triage people who may have elevated temperatures are also examined.

[Em síntese](#) [EN](#)

Multimédia [What if AI could assist thermal imaging in fighting coronavirus?](#)

[What if AI-powered passenger locator forms could help stop the spread of Covid-19?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-12-2020

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Transportes | Turismo

Palavra-chave dados pessoais | direitos do passageiro | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | nova tecnologia | organização dos transportes | política de transportes | prevenção das doenças | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | saúde | saúde pública | tecnologia e regulamentação técnica | transporte de passageiros | TRANSPORTES

Resumo As decisions about who should get tested in an airport are important from public health and privacy perspectives, contact tracing and targeted testing based on AI-powered PLFs should be subject to thorough validation and accountability requirements so as to gain public trust and acceptance.

Em síntese [EN](#)

[Challenges facing sports event organisers in the digital environment](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 17-12-2020

Autor externo The legal analysis in this European added value assessment was written by Prof. Paolo Marzano, Gabriella Rubino and Francesca Cordova of Legance – Avvocati Associati and by Andrea Giulia Monteleone, assistant researcher at LUISS Guido Carli University, at the request of the European Added Value Unit (EPRS). The introductory analysis was drafted by Lauro Panella of EPRS, with Matteo Firrito.

Domínio de intervenção Cultura | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Proteção dos Consumidores | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave análise económica | combate ao crime | comunicação | consequências económicas | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | internet | investigação e propriedade intelectual | manifestação desportiva | pirataria audiovisual | produção audiovisual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade intelectual | QUESTÕES SOCIAIS | vida social

Resumo Piracy of online broadcast of sports events is a problem in the EU. No action at EU level in this field would lead to additional burdens on economic operators and would hamper completion of the Digital Single Market. This European Added Value Assessment (EAVA) looks at the existing EU legislation and checks if it provides sports events organizers and their licensees with an adequate level of protection against this risk. It also presents potential EU level action that could help solve the problem and estimates economic benefits of addressing the problem.

Estudo [EN](#)

[The Effectiveness of Conflict of Interest Policies in the EU- Member States](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 17-12-2020

Autor externo Christoph DEMMKE; Maros PAULINI; Jari AUTIONIEMI; Florian LENNER

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência

Palavra-chave análise de políticas | ATIVIDADE POLÍTICA | chefe de governo | comissão PE | conflito de interesses | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | estudo comparativo | funcionário público | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | ministro | poder executivo e administração pública | relatório de investigação | relações laborais e direito do trabalho | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This comparative study - commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs - analyses the effectiveness of relevant rules, policies and practices within Member States regarding conflict of interest for top political appointment (Head of Government, Ministers and other high ranking officials). The research highlights the theoretical and practical aspects of the notion of conflict of interest, giving some policy recommendations

Estudo [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#)

[Passerelle clauses in the EU Treaties: Opportunities for more flexible supranational decision-making](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 16-12-2020

Autor KOTANIDIS Sílvia

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Conselho da União Europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | funcionamento institucional | instituições da União Europeia e função pública europeia | maioria qualificada | processo eleitoral | processo legislativo especial | processo legislativo ordinário | proposta (UE) | relatório de investigação | supranacionalidade | tratados europeus | unanimidade | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Passerelle clauses are a mechanism for introducing Treaty change of a very specific nature. They modify the decision-making rules that affect acts of the Council, by allowing a shift from unanimity to qualified majority voting or from a special legislative procedure to the ordinary legislative procedure. This study explores the differences between passerelle clauses and other flexibility measures (enhanced cooperation, the flexibility clause, and accelerator or brake clauses) and explores the main legal issues surrounding the introduction, revocation, and effects of passerelle clauses and their relationship with the other Treaty revision mechanisms. The analysis focuses not only on the two general passerelle clauses set out in Article 48(7) TEU, but also on the specific passerelle clauses contained in the Treaties in the field of environment, social policy, the multiannual financial framework, common foreign and security policy, family law and enhanced cooperation. Finally, the study outlines recent Commission proposals to use general and/or specific passerelles in certain policy areas, and the approaches taken by other institutions with respect to this constitutional tool.

Estudo [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#)

[Article 50 TEU in practice: How the EU has applied the 'exit' clause](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 17-11-2020

Autor CIRLIG Carmen-Cristina

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave construção europeia | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | Reino Unido | relatório de investigação | retirada da UE | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The United Kingdom's 2016 referendum on EU membership triggered the first ever application of Article 50 of the Treaty on European Union (TEU), the withdrawal clause. However, as Article 50 TEU had never been tested, some aspects of the procedure had to be defined in real time, a process that was not without controversy. This EPRS In-depth Analysis looks at how the EU has applied the 'exit clause' that sets out the conditions and procedure to be followed in the event of a Member State wishing to leave the Union. Looking first at the origins and the main features of the withdrawal clause, the paper then emphasises the way in which the Union filled in certain gaps left open in the drafting of Article 50 TEU and took the lead in establishing the main parameters for the withdrawal negotiations with the UK. It also analyses the European Parliament's success in forging a more substantial role in the withdrawal negotiations than that originally assigned to it by the Treaties.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[40 years of the Hague Convention on child abduction: legal and societal changes in the rights of a child](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 06-11-2020

Autor externo Adriana DE RUITER

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave cooperação policial | DIREITO | direito de visita | direito penal | direitos da criança | direitos e liberdades | família | política de cooperação | política familiar | proteção da infância | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sequestro de pessoas | vida social

Resumo This in-depth analysis has been commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee in the context of the workshop to mark the 40th Anniversary of the Hague Convention on the Civil Aspects of International Child Abduction. It looks into the implementation of the 1980 Convention, as regards the respect of autonomy of parts, validity of agreements and mediation, and describes, from a practitioner's point of view, how the parents and children see the process. The paper concludes that in order to protect the interest of the child, the 1980 Convention should be maintained with restricted exceptions, but more should be done in terms of prevention. The new measures should include, in particular, harmonisation of the relocation proceedings and principles, enforceability of mediation agreements, and increasing of the autonomy of the parties through the inclusion of residence and custody plans in prenuptial agreements.

Análise aprofundada [EN](#), [PL](#)

THE CHILD PERSPECTIVE IN THE CONTEXT OF THE 1980 HAGUE CONVENTION

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 31-10-2020

Autor externo Marilyn FREEMAN

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave audiência | convenção internacional | dimensão transfronteiras | DIREITO | direito penal | direitos da criança | direitos e liberdades | doença por coronavírus | ECONOMIA | epidemia | impacto social | justiça | política internacional | proteção da infância | quadro social | QUESTÕES SOCIAIS | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | saúde | sequestro de pessoas | vida social

Resumo This in-depth analysis, commissioned by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Legal Affairs in the context of the Workshop to mark the 40th Anniversary of the Hague Convention on the Civil Aspects of International Child Abduction, examines the way in which subject children feature within Convention proceedings. It considers the aims of the Convention, and the lack of supranational control of its application. It draws on empirical research relating to the effects and consequences of child abduction to discuss the opportunities for children and young people to participate within Convention proceedings, and highlights the international obligations for such participation within the United Nations Convention on the Rights of the Child, The Charter of Fundamental Rights of the European Union, and other regional instruments. Different jurisdictional approaches are explained, and the role of culture in this context is probed. The impact of COVID-19 on abducted children is also explored.

Análise aprofundada [EN](#), [PL](#)

Strengthening transparency and integrity via the new 'Independent Ethics Body' (IEB)

Tipo de publicação Estudo

Data 31-10-2020

Autor externo FRISCHHUT Markus

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Controlo Orçamental | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave análise comparativa | CIÊNCIAS | ciências humanas | construção europeia | deontologia profissional | EMPREGO E TRABALHO | instituições da União Europeia e função pública europeia | integração europeia | investigação e propriedade intelectual | organismo da UE | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | relações laborais e direito do trabalho | UNIÃO EUROPEIA | ética

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, provides an overview of transparency and integrity-related elements in the current EU setting, covering both substantive elements (including, in particular, conflict of interest and revolving-doors) as well as the body in charge of ethical control and guidance. Based on a comparison covering France, Ireland and Canada, this study proposes an 'Independent Ethics Body' (IEB) via a new interinstitutional agreement.

Estudo [EN](#)

Síntese [BG](#), [DE](#), [EN](#), [FR](#), [IT](#), [NL](#)

The functioning of the Internal Market for Digital Services: responsibilities and duties of care of providers Challenges and opportunities

Tipo de publicação Briefing

Data 29-10-2020

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Autor externo Prof. Dr Jan Bernd NORDEMANN.

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | mercado único digital | prestação de serviços | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The original full study reflects on responsibilities and duties of care of online intermediaries as set out in Directive 2000/31/EC (E-Commerce Directive, ECD) and gives recommendations for a possible future EU Digital Services Act.

Briefing [EN](#)

Environemtnal damage. For an implementation of the companies' liability. Remedial perspectives

Tipo de publicação Briefing

Data 26-10-2020

Autor externo Roberta Landi

Domínio de intervenção Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | degradação do ambiente | degradação do ambiente | DIREITO | direito civil | indemnização | política ambiental | princípio do poluidor-pagador | responsabilidade por danos ambientais

Resumo Environemtnal damage. For an implementation of the companies' liability. Remedial perspectives

Briefing [EN](#)

[Environmental liability of companies' Selected Possible Amendments of the ELD](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 26-10-2020

Autor externo Lucas BERGKAMP

Domínio de intervenção Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | direito da União Europeia | diretiva CE | política ambiental | prevenção da poluição | princípio do poluidor-pagador | responsabilidade por danos ambientais | UNIÃO EUROPEIA | vigilância do ambiente

Resumo This in depth analysis explores different possibilities of updating the ELD directive in relation to the environmental responsibility of companies and seeks to highlight the basic policy choices and options in order to ensure a high protection of the environment

Análise aprofundada [EN](#)

[An EU framework for artificial intelligence](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 14-10-2020

Autor MADIEGA Tambiama André

Domínio de intervenção Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Indústria | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave cibernética | CIÊNCIAS | ciências humanas | ciências naturais e aplicadas | DIREITO | direito civil | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | impacto das tecnologias da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | mudança tecnológica | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | responsabilidade civil | robótica | segurança da informação | tecnologia e regulamentação técnica | ética

Resumo European Union (EU) lawmakers are reflecting on how to best legislate for the use of artificial intelligence (AI) technology, seeking to maximise EU citizens' opportunities to benefit from the technology, while regulating against the risks. Parliament is due to vote in its October II plenary session on three own-initiative reports from the Legal Affairs Committee (JURI) in the areas of ethics, civil liability, and intellectual property (IP).

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[An EU mechanism on democracy, the rule of law and fundamental rights](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 02-10-2020

Autor DIAZ CREGO Maria

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | democracia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | economia monetária | Estado de Direito | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | quadro político | Semestre Europeu | Tratado da União Europeia | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Article 2 of the Treaty on European Union (TEU) enshrines the Union's founding values. As these shared values are binding on Member States and the European Union (EU) institutions, several mechanisms have been created to promote them and ensure they are respected. EU institutions have made several proposals to strengthen the mechanisms. Parliament is due to vote during the October I plenary session on a legislative-initiative report proposing to integrate and reinforce them through an EU mechanism on democracy, the rule of law and fundamental rights (DRF).

Em síntese [EN](#)

[Addressing violations of democracy, the rule of law and fundamental rights](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 11-09-2020

Autor VAN BALLEGOOIJ Wouter

Domínio de intervenção Coronavírus | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | China | construção europeia | democracia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | doença por coronavírus | epidemia | Estado de Direito | Eurojust | Europol | fraude contra a UE | GEOGRAFIA | geografia económica | processo por infração (UE) | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | UNIÃO EUROPEIA | Ásia-Oceânia

Resumo The common values of democracy, the rule of law and fundamental rights (DRF) lie at the heart of the European integration process and are central to the values of the European Union (EU). In practice, however, individual and collective (lack of) Member State action can undermine these common values. This situation applied before the outbreak of the coronavirus crisis, but some of the national measures taken since the outbreak of the pandemic have tested the resilience of these values further. More generally, the EU's response to DRF violations has so far not comprehensively tackled the problem. The status quo can result in impunity for criminal activities, as prosecutors are unwilling or unable to take on certain cases, as well as violations of human dignity and fundamental rights. It also denies opportunities for individuals to live out their human potential, and take advantage of economic opportunities, as well as eroding the basis for mutual trust among national administrative and judicial authorities. This Briefing puts forward a set of proposals aimed at enhancing the EU's resilience to DRF violations. It focuses in particular on possibilities for the European Parliament and national parliaments, with their dual mandate from EU citizens, to jointly strengthen their monitoring and investigative capabilities. In particular, they could build on their general resources to evaluate the implementation of (EU) law and further coordinate their tools to ensure the democratic accountability of Member State governments.

[Briefing EN](#)

[The Post-2020 European Disability Strategy](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-07-2020

Autor externo Lisa WADDINGTON, Faculty of Law, Maastricht University (NLs)
Andrea BRODERICK, Faculty of Law, Maastricht University (NLs)

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu | Política Social | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave assistência a inválidos | construção europeia | doença por coronavírus | epidemia | estratégia da UE | pessoa deficiente | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PETI Committee, analyses the European Disability Strategy 2010-2020 and makes recommendations regarding the new European Disability Strategy. The study reflects on the design and implementation of the current Strategy, as well as its achievements and shortcomings. The study makes recommendations in respect of the post-2020 European Disability Strategy. Those recommendations are addressed to the European Parliament, the European Commission and other EU institutions, Member States and key stakeholders, and relate to the groundwork needed to prepare the new Strategy, and the design, content and mechanisms for implementation and enforcement.

[Estudo EN](#)

[Síntese DE, EN, FR](#)

[O direito de iniciativa do Parlamento Europeu](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 09-07-2020

Autor externo Andreas MAURER, Michael C. WOLF

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | competência da assembleia | iniciativa legislativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder de iniciativa | quadro político | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Parlamento Europeu é o único órgão democraticamente eleito da União Europeia. Porém, ao contrário da maioria dos parlamentos, não tem um direito formal de iniciativa legislativa. A iniciativa legislativa é uma competência reservada quase exclusivamente aos órgãos executivos da UE, nomeadamente, a Comissão e — de forma limitada, mas crescente — o Conselho Europeu e o Conselho. Este estudo, encomendado pelo Departamento Temático dos Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, a pedido da Comissão AFÇO, revela que os «relatórios de iniciativa» do Parlamento constituem um instrumento, geralmente subestimado e pouco reconhecido, que permite moldar de forma informal a agenda política da União. O estudo apresenta uma análise exaustiva dos relatórios de iniciativa legislativa e não legislativa. Consideramos que o Parlamento tem condições para criar um ambiente de cooperação, suscetível de levar a Comissão a seguir as suas prioridades legislativas e, por vezes, a aceder aos seus pedidos de iniciativa legislativa que podem ser bastante específicos. Com base nos dados relativos à atividade do Parlamento desde 1993, o estudo analisa, por fim, as modalidades para proceder a uma reforma pragmática e a uma revisão dos tratados.

[Estudo EN](#)

[Síntese DE, EN, ES, FR, IT, PT](#)

[States of emergency in response to the coronavirus crisis: Situation in certain Member States IV](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 07-07-2020

Autor CUNDERLIKOVÁ Zuzana | DEL MONTE Micaela | ECKERT GIANNA | KOTANIDIS Silvia | LANGOVA VENDULA | RAKOVSKA Violeta

Domínio de intervenção Coronavírus | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | China | Chipre | doença por coronavírus | epidemia | Eslováquia | estado de emergência | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Grécia | Irlanda | Lituânia | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | saúde pública | vida política e segurança pública | Ásia-Oceânia | Česko

Resumo With the virulence of the coronavirus pandemic gradually diminishing, and in the light of the restrictive measures adopted by Member States, attention remains on the way chosen by the various states to respond to the crisis. With states at various stages of relaxing emergency constraints, the effects of the coronavirus pandemic are likely to last in terms of health, economic, social, psychological and possibly even political impact. Although public attention is now turned towards the widely differing measures that states are taking in order to live with the virus, new challenges are emerging as international and domestic traffic, trade and free movement of people are re-established, having been all but frozen. In this context, it is still necessary to complete the overview of Member States' constitutional frameworks in response to the coronavirus pandemic with the hope that this might offer some guidance or insight, should a comparable crisis arise in the future. This is the last in a series of four briefings and completes the comparative overview of Member States' institutional responses to the coronavirus crisis by analysing the legislation of Cyprus, Czechia, Greece, Ireland, Lithuania and Slovakia. The first in the series gave an overview of the responses in Belgium, France, Germany, Hungary, Italy, Poland and Spain, the second covered Austria, Bulgaria, Estonia, Latvia, Malta, Romania and Slovenia, while the third covered Croatia, Denmark, Finland, Luxembourg, the Netherlands, Portugal and Sweden.

Briefing [EN](#)

[The impact of the General Data Protection Regulation \(GDPR\) on artificial intelligence](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 25-06-2020

Autor externo DG, EPRS. The study was led by Professor Giovanni Sartor, European University Institute of Florence, at the request of the Panel for the Future of Science and Technology (STOA) and managed by the Scientific Foresight Unit, within the Directorate-General for Parliamentary Research Services (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament. It was co-authored by Professor Sartor and Dr Francesca Lagioia, European University Institute of Florence, working under his supervision.

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Política de Investigação | Programação

Palavra-chave dados pessoais | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | proteção dos dados | regulamento (UE) | segurança da informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study addresses the relation between the EU General Data Protection Regulation (GDPR) and artificial intelligence (AI). It considers challenges and opportunities for individuals and society, and the ways in which risks can be countered and opportunities enabled through law and technology. The study discusses the tensions and proximities between AI and data protection principles, such as in particular purpose limitation and data minimisation. It makes a thorough analysis of automated decision-making, considering the extent to which it is admissible, the safeguard measures to be adopted, and whether data subjects have a right to individual explanations. The study then considers the extent to which the GDPR provides for a preventive risk-based approach, focused on data protection by design and by default.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

[Europeanising European Public Spheres](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-06-2020

Autor externo Katrin AUER, Guido TIEMANN

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | comunicação | construção europeia | consulta pública | difusão da informação da UE | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | eleição europeia | ensino | instituições da União Europeia e função pública europeia | integração europeia | investigação e propriedade intelectual | investigação universitária | meios de comunicação de massas | processo eleitoral | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | relatório de investigação | universidade | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCD Committee, provides a brief overview of the academic debates on Europeanisation as well as contestation and politicisation of the EU and European integration. Against this background, it focuses on the European public sphere(s), in particular those based on the media and parliaments. The study further discusses current reform proposals aiming to Europeanise the European elections and concludes with recommendations on increasing the legitimacy of the European Union.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Conference on the Future of Europe

Tipo de publicação Em síntese

Data 11-06-2020

Autor KOTANIDIS Silvia

Domínio de intervenção Coronavírus | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave China | conferência europeia | doença por coronavírus | epidemia | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | política internacional | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | saúde | Ásia-Oceânia

Resumo Announced by Ursula von der Leyen and supported by Parliament, the Conference on the Future of Europe was supposed to offer the opportunity for a thorough reflection on the direction of the EU and its institutional set up. However, the Covid-19 pandemic has halted the preparation process, with the result that the three institutions have not yet agreed on the format, composition and structure of the Conference. Parliament is nevertheless fully engaged in resuming this initiative as soon as possible in the post-coronavirus context, and will debate the issue with the Council and Commission during the June plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Possible Avenues for Further Political Integration in Europe - A Political Compact for a More Democratic and Effective Union?

Tipo de publicação Estudo

Data 03-06-2020

Autor externo FABBRINI Federico

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | conferência intergovernamental (UE) | construção europeia | controlo das migrações | direito da União Europeia | documentação | doença por coronavírus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | Estado de Direito | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | integração europeia | migrações | moeda europeia | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | relatório de investigação | relações monetárias | retirada da UE | saúde | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, analyses possible avenues for further political integration in the EU after Brexit. The study maps the multiple crises that the EU has weathered in the past decade and explains how these crises, including the recent Covid-19 pandemic, reveal several substantive and institutional weaknesses in the current EU system of governance. The study considers the potentials of the nascent Conference on the Future of Europe to renew the EU and examines the obstacles and opportunities for EU treaty reforms, considering the option of channelling the Conference's outcome into a new Political Compact, subject to new, less-than-unanimous ratification rules.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Unlocking the potential of the EU Treaties: An article-by-article analysis of the scope for action

Tipo de publicação Estudo

Data 28-05-2020

Autor BASSOT Etienne

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | análise da informação | ATIVIDADE POLÍTICA | competência da UE | construção europeia | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração de políticas | migração ilegal | migrações | poder executivo e administração pública | política ambiental | Política Externa e de Segurança Comum | política migratória da UE | política para as alterações climáticas | QUESTÕES SOCIAIS | relatório de investigação | terrorismo | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The latest Eurobarometer surveys indicate that there is consistent support for more EU action in various policy areas, including preventing climate change, tackling irregular migration, designing a common foreign and security policy and preventing terrorism. Assuming that the Treaty of Lisbon will be the framework for EU action for the foreseeable future, this paper explores possibilities for broadening the scope of EU action in order to respond to these repeated calls from EU citizens. With a view to reappraising the legal framework of the EU, it aims at identifying those legal bases in the Treaties that remain either under-used (in terms of the purposes they could be used to achieve) or completely unused. It analyses possible ways of delivering on EU policies, including in the development of common rules, providing enhanced executive capacity, better implementation of existing measures, targeted financing and increased efficiency. An overview table sets out possible initiatives, which are then explored in greater detail in 50 fiches, organised according to broad policy clusters reflecting the priorities of the von der Leyen Commission. Possible measures are mentioned in each fiche, along with the legal bases in the current Treaties on which action could potentially be based. It is a revised and expanded version of a paper published in January 2019, ahead of the European elections.

Estudo [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Setting New Priorities for the ECB's Mandate

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2020

Autor externo Christophe BLOT, Jérôme CREEL, Emmanuelle FAURE and Paul HUBERT

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave alteração climática | AMBIENTE | Banco Central Europeu | competência institucional (UE) | degradação do ambiente | desenvolvimento sustentável | ECONOMIA | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estabilidade financeira | estabilização de preços | FINANÇAS | fiscalidade | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | pleno emprego | política económica | política fiscal | política monetária | preços | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Beyond price stability, the EU Treaties assign to the ECB a range of secondary objectives. We investigate the linkages between price stability and these objectives to assess whether they are independent, complementary or substitutable, which is important to refine the definition of the mandate. Keeping the current mandate would not provide leeway for the ECB to reach other objectives. We propose to broaden the mandate to include employment and financial stability. Enhanced coordination should contribute to fulfilling the objectives.
This document was provided by the Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies at the request of the committee on Economic and Monetary Affairs.

Análise aprofundada [EN](#)

The Dimensions of Responsibility: Perspectives on the ECB's Monetary Policy Mandate

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2020

Autor externo Joseph E. GAGNON, Jacob F. KIRKEGAARD, David W. WILCOX, Christopher G. COLLINS

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave alteração climática | AMBIENTE | Banco Central Europeu | competência institucional (UE) | degradação do ambiente | desenvolvimento sustentável | ECONOMIA | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estabilidade financeira | estabilização de preços | FINANÇAS | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | mercado do trabalho | mercado do trabalho | pleno emprego | política económica | política monetária | preços | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo A strong theoretical and empirical case exists for a dual monetary policy mandate. Central banks should aim to stabilise both prices (or inflation) and output (or employment). Other objectives, such as financial stability, reversing climate change, and reducing inequality are at best secondary objectives for which better policy tools are available. This document was provided by the Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies at the request of the committee on Economic and Monetary Affairs.

Análise aprofundada [EN](#)

The ECB Mandate: Perspectives on Sustainability and Solidarity

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2020

Autor externo Rosa Maria LASTRA, Kern ALEXANDER

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Coronavírus | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | competência institucional (UE) | controlo bancário | desenvolvimento sustentável | doença por coronavírus | ECONOMIA | economia monetária | epidemia | estabilidade financeira | estabilização de preços | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | política económica | política monetária única | preços | QUESTÕES SOCIAIS | recessão económica | saúde | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report analyses the ECB mandate in light of its primary objective of price stability along with its secondary objective to support the general economic policies in the Union (Article 127 TFEU), which include employment, growth, climate change, and the quality of the environment, bearing in mind the broader goals of sustainability and solidarity (Article 3 TEU). The pursuit of financial stability directly interacts with the price stability mandate.
This document was provided by the Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies at the request of the committee on Economic and Monetary Affairs.

Análise aprofundada [EN](#)

Environmental liability of companies

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2020

Autor externo Prof. Dr. Michael G. Faure, Professor of comparative and international environmental law, at Maastricht University and Professor of comparative private law and economics, at Erasmus School of Law in Rotterdam, The Netherlands

Domínio de intervenção Ambiente | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | custo da poluição | delito ambiental | DIREITO | direito civil | direito penal | política ambiental | política do ambiente da UE | prevenção da poluição | prevenção de riscos ambientais | princípio do poluidor-pagador | proteção do ambiente | responsabilidade civil | responsabilidade penal | responsabilidade por danos ambientais

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, aims at gaining deeper insights into the environmental liability of companies in the European Union. It analyses the role of companies within the Environmental Liability Directive (ELD) and pays attention to potential hurdles that may limit the possibility to hold companies liable for environmental harm. Various remedies to the limited liability of the corporation are discussed and suggestions are formulated to improve access to justice for victims of environmental harm. Specific attention is paid to a balanced regime of mandatory solvency guarantees to support the ELD liabilities of companies.

Estudo [EN](#)

The ECB in the COVID-19 Crisis: Whatever it Takes, Within its Mandate

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2020

Autor externo Grégory CLAEYS

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Coronavírus | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | crise monetária | doença por coronavírus | ECONOMIA | economia monetária | epidemia | estabilização de preços | FINANÇAS | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | política comercial | política monetária | preços | QUESTÕES SOCIAIS | recessão económica | regularização do mercado | relações monetárias | saúde | Sistema Europeu de Bancos Centrais | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo To keep the euro-area economy afloat, the European Central Bank (ECB) has announced a large number of measures since the beginning of the COVID-19 crisis. This response has triggered fears of a future increase in inflation. We discuss the risks that the ECB is unable to fulfil its price-stability mandate, and also whether these new measures respect legal limits set by the EU Treaties. We conclude that the measures introduced by the ECB during the crisis and the resulting increase in the size of its balance sheet, even if it were to be permanent, should not restrict its ability to achieve its price-stability mandate in the future, within its legal obligations. This document was provided by the Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies at the request of the committee on Economic and Monetary Affairs.

Análise aprofundada [EN](#)

The ECB's Mandate and Legal Constraints

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2020

Autor externo Karl WHELAN

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | competência institucional (UE) | controlo de preços | desemprego conjuntural | ECONOMIA | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estabilização de preços | Eurossistema | FINANÇAS | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | política monetária única | preços | recessão económica | relações monetárias | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo This paper considers how the ECB can implement its mandate in the current crisis conditions and the legal constraints that exist on its actions. The current position of the euro area economy means the threat to meeting the ECB's primary objective of price stability stems from the possibility of a long period of below-target inflation. This means the ECB should consider a wide range of stimulative policies that would help it meet both its primary and secondary objectives. The ECB, however, will be constrained by the ECJ's interpretation of the monetary financing clause and its ability to meet its primary objective (and its independence) could be threatened by the recent German constitutional court judgement which is flawed in both its legal and economic analysis. This document was provided by the Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies at the request of the committee on Economic and Monetary Affairs.

Análise aprofundada [EN](#)

The ECB's Mandate: Perspectives on General Economic Policies

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2020

Autor externo Rosa M. LASTRA, Kern ALEXANDER, Karl WHELAN, Joseph E. GAGNON, Jacob F. KIRKEGAARD, David W. WILCOX, Christopher G. COLLINS, Christophe BLOT, Jérôme CREEL, Emmanuelle FAURE, Paul HUBERT, Grégory CLAEYS

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Coronavírus | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | comissão PE | competência institucional (UE) | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | instituições da União Europeia e função pública europeia | relatório de investigação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The ECB has a clear primary objective to maintain price stability. The Treaty is less clear on how the ECB is required to fulfil its so-called secondary objective of "supporting general economic policies of the Union". Just as the ECB was about to start its monetary policy strategy review which also provided an opportunity to clarify these elements of the mandate, the COVID-19 crisis brought the toughest test yet for its ability to deliver on the objectives. In addition, the German constitutional court delivered a judgement on the ECB's public sector purchase programme (PSPP) which might bring further legal and economic consequences.

In advance of the Monetary Dialogue with ECB President Christine Lagarde on 8 June 2020, the ECON Committee's Monetary Expert Panel has prepared a set of five papers on this topic.

This publication is provided by Policy Department A at the request of the Committee on Economic and Monetary Affairs (ECON).

Estudo [EN](#)

Ten technologies to fight coronavirus

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 22-04-2020

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Política de Investigação | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública

Palavra-chave biologia | cadeia de blocos | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | doença por coronavírus | drone | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | impressão em 3D | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | nanotecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | robotização | saúde | saúde em linha | software aberto | tecnologia e regulamentação técnica | transporte aéreo e espacial | TRANSPORTES

Resumo From synthetic biology to artificial intelligence and from blockchain technologies to nanotechnology, a wide range of technological applications are being deployed to combat COVID-19. Are they safe and effective? Have they been tested before in a public health emergency context? Does their use involve risks and threaten our values and rights? This well-timed STOA publication of ten central technological trajectories employed in the fight against this pandemic disease offers us a much-needed analysis of what is at stake in technological terms word-wide, but also of what legislators may need to do in order to tackle the relevant legal and ethical questions.

Análise aprofundada [EN](#)

Key issues in the European Council - State of play in March 2020

Tipo de publicação Estudo

Data 26-03-2020

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | PAPUNEN Annastiina

Domínio de intervenção Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Indústria | Segurança e Defesa

Palavra-chave análise de políticas | ATIVIDADE POLÍTICA | Conselho Europeu | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | funcionamento institucional | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | relatório de investigação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This EPRS publication, 'Key issues in the European Council', which will be updated quarterly to coincide with European Council meetings, aims to provide an overview of the institution's activities on major EU issues. It analyses twelve broad policy areas, explaining the legal and political background and the main priorities and orientations defined by the European Council.

Estudo [EN](#)

European Council conclusions - A rolling check-list of commitments to date

Tipo de publicação Estudo

Data 26-03-2020

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | PAPUNEN Annastiina

Domínio de intervenção Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social | Segurança e Defesa

Palavra-chave Conselho Europeu | construção europeia | estratégia da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | política da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The role of the European Council – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' – has evolved rapidly over the last decade. This overview of European Council conclusions is the latest edition of the Rolling Check-List, which has been published regularly by the European Council Oversight Unit since 2014. It is designed to review the degree of progress in achieving the goals that the European Council has set itself and to assist the Parliament in exercising its important oversight role in this field.

Estudo [EN](#)

Temporary border controls in the Schengen area

Tipo de publicação Em síntese

Data 16-03-2020

Autor DUMBRAVA Costica

Domínio de intervenção Coronavírus | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | doença por coronavírus | epidemia | fronteira interna da UE | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | vida política e segurança pública

Resumo Free movement across internal borders is one of the EU's most important achievements, with important benefits for EU citizens. The Schengen Borders Code (or Schengen Code) specifies the conditions under which Member States can introduce temporary checks at their internal borders in cases of serious threats to public policy or internal security. The Code was revised in 2017 in order to strengthen the EU's external borders and to help cope with unprecedented migratory pressure and cross-border security threats. A Commission legislative proposal to further update the Schengen Code in order to tighten up the rules on temporary border controls is currently with the co-legislators. The recent coronavirus outbreak has pushed several Member States to reintroduce border controls at some of the EU's internal borders in an attempt to contain the spread of the virus.

Em síntese [EN](#)

The European Parliament's Right of inquiry in context - A comparison of the national and the European legal frameworks

Tipo de publicação Estudo

Data 16-03-2020

Autor externo Diane FROMAGE

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão de inquérito | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | inquérito parlamentar | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | relatório de investigação | Tratado de Lisboa | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo One of Parliament's main tools of political control vis-à-vis the EU executive is its capacity to establish Committees of inquiry. This possibility, now formally recognised in Article 226 TFEU, has existed since 1981 but it has been scarcely used by Parliament.

This study provides an analysis of Parliament's right of inquiry as it stands after the entry into force of the Lisbon Treaty, and examines how it has evolved since it was first introduced. It also compares Parliament's right of inquiry with the investigatory powers of other European Union institutions and bodies, and with the rules governing the right of inquiry of Member State parliaments. The study concludes with some proposals for reform.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Committees of Inquiry in National Parliaments - Comparative Survey

Tipo de publicação Estudo

Data 16-03-2020

Autor PAVY Eeva

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise comparativa | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão de inquérito | comissão PE | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | estudo comparativo | GEOGRAFIA | geografia económica | inquérito parlamentar | instituições da União Europeia e função pública europeia | investigação e propriedade intelectual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | relatório de investigação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This survey, provided by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, looks into the legal and administrative framework in which parliamentary committees of inquiry operate in the EU Member States. It focuses, in particular, in the investigative powers these committees have at hand to assist national parliaments in exercising parliamentary control. It also examines the role of Member States' parliamentary committees of inquiry in guiding the action of the government, enhancing transparency and eradicating contraventions and maladministration.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Handbook on the incompatibilities and immunity of the Members of the European Parliament

Tipo de publicação Estudo

Data 16-03-2020

Autor PANIZZA Roberta | PAVY Eeva

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo comparativo | imunidade parlamentar | incompatibilidade | instituições da União Europeia e função pública europeia | parlamentar europeu | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Upon request by the Committee on Legal Affairs, this handbook, provided by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, summarises, in its first part, the EU legal framework on the incompatibilities and immunity of Members of the European Parliament. Based on national reports, the second part of the handbook gives an overview, for each EU Member State, of the relevant national provisions on the composition of national governments and parliaments as well as those on national parliamentary immunities.

This handbook will be updated regularly based on information received; please hold as reference the date of edition.

Estudo [EN](#)

Inquiries by Parliaments - The political use of a democratic right

Tipo de publicação Estudo

Data 16-03-2020

Autor externo Olivier ROZENBERG

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise comparativa | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão de inquérito | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | inquérito parlamentar | instituições da União Europeia e função pública europeia | investigação e propriedade intelectual | Parlamento Europeu | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | relatório de investigação | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Conducting in-depth investigations is an ancient and essential right of parliaments in Europe. Yet, despite a provision of the Lisbon treaty, the European Parliament still has a limited institutional capacity to conduct inquiries. This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, discusses the theoretical basis of parliamentary investigation, compares recent committees of inquiries and develops recommendations for up-grading the European Parliament's capacity.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[The ethics of artificial intelligence: Issues and initiatives](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 11-03-2020

Autor externo DG, EPRS This study has been drafted by Eleanor Bird, Jasmin Fox-Skelly, Nicola Jenner, Ruth Larbey, Emma Weitkamp and Alan Winfield from the Science Communication Unit at the University of the West of England, at the request of the Panel for the Future of Science and Technology (STOA), and managed by the Scientific Foresight Unit, within the Directorate-General for Parliamentary Research Services (EPRS) of the Secretariat of the European Parliament.

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Transportes

Palavra-chave análise económica | CIÊNCIAS | ciências humanas | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | impacto social | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | quadro social | QUESTÕES SOCIAIS | robótica | tecnologia e regulamentação técnica | ética

Resumo This study deals with the ethical implications and moral questions that arise from the development and implementation of artificial intelligence (AI) technologies. It also reviews the guidelines and frameworks that countries and regions around the world have created to address these. It presents a comparison between the current main frameworks and the main ethical issues, and highlights gaps around mechanisms of fair benefit sharing; assigning of responsibility; exploitation of workers; energy demands in the context of environmental and climate changes; and more complex and less certain implications of AI, such as those regarding human relationships.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

[The Unified Patent Court after Brexit](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 11-03-2020

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação

Palavra-chave construção europeia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | investigação e propriedade intelectual | organizações europeias | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | patente europeia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | Reino Unido | retirada da UE | Tribunal Unificado de Patentes | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Great Britain has recently made known that it does not intend to apply the International Agreement on a Unified Patent Court (UPCA).

Em síntese [EN](#)

[What if we could fight coronavirus with artificial intelligence?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-03-2020

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Comércio internacional | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Governação Mundial | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública

Palavra-chave cuidados de saúde | doença por coronavirus | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | epidemia | informação e tratamento da informação | inteligência artificial | prevenção das doenças | QUESTÕES SOCIAIS | saúde

Resumo As coronavirus spreads, raising fears of a worldwide pandemic, international organisations and scientists are using artificial intelligence to track the epidemic in real-time, effectively predict where the virus might appear next and develop effective responses. Its multifaceted applications in the frame of this public health emergency raise questions about the legal and ethical soundness of its implementation.

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if we could fight coronavirus with artificial intelligence?](#)

[European arrest warrant](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 19-02-2020

Autor KIENDL KRISTO IVANA | VAN BALLEGOOIJ Wouter

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Orçamento | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave construção europeia | decisão-quadro | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | extradição | justiça | mandado de captura europeu | processo penal | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Arrest Warrant has led to simplified and faster surrender procedures for suspects and sentenced persons. However, trust in the system needs to be enhanced through proper implementation and further harmonisation of substantive and procedural criminal law.

Análise aprofundada [EN](#)

[Parliament's right of legislative initiative](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 12-02-2020

Autor KOTANIDIS Silva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | iniciativa legislativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder de iniciativa | poder legislativo | quadro político | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Commission has a near monopoly on legislative initiative in the European Union (EU), with special initiative rights for other institutions applying only in certain specific cases. However, the European Parliament and the Council may invite the Commission to submit legislative proposals. Whilst this 'indirect' initiative right does not create an obligation on the Commission to propose the legislation requested, the Treaty of Lisbon codified the Commission's obligation to provide reasons for any refusal to follow a parliamentary initiative. Against this backdrop, some argue that Parliament could take the Commission to the Court of Justice of the EU if it fails to justify a negative decision. Others see Parliament's increasing participation in overall political planning – particularly through negotiations on the Commission's annual work programme (CWP) – as a further channel for Parliament to increase its influence on EU legislation. It is thus argued that the increased role of Parliament in the legislative procedure should have reduced the need for its Members to make use of legislative initiatives. Notwithstanding that, there is a trend towards greater use of formal parliamentary legislative initiatives to assert greater influence on the political process. Most recently, in her inaugural address in July 2019 and in her Political Guidelines, the then newly elected President of the European Commission, Ursula von der Leyen, pledged to strengthen the partnership with the European Parliament, inter alia, by responding with a proposal for a legislative act whenever Parliament, acting by a majority of its members, adopts a resolution requesting that the Commission submit legislative proposals. She added that this commitment would have to be in full respect of the proportionality, subsidiarity and better law-making principles. President von der Leyen also declared herself supportive of moves towards recognition of a right for Parliament of legislative initiative. This briefing is an update of a European Parliament Library briefing from 2013, by Eva-Maria Poptcheva.

Briefing [EN](#)

Multimédia [European Parliament's legislative initiative](#)

[Ten issues to watch in 2020](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 06-01-2020

Autor BASSOT Etienne

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Externos | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Orçamento | Política de Investigação | Programação | Questões de Género, Igualdade e Diversidade

Palavra-chave 5G | administração eletrónica | AMBIENTE | América | ATIVIDADE POLÍTICA | biodiversidade | comunicação | democracia | demografia e população | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | eleição presidencial | ENERGIA | Estados Unidos | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | jovem | meio natural | migrações | poder executivo e administração pública | política ambiental | política do ambiente da UE | política energética | política energética da UE | política migratória da UE | processo eleitoral | quadro financeiro plurianual | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | Artigo

Resumo This is the fourth edition of an annual EPRS publication designed to identify and frame some of the key issues and policy areas that are likely to feature prominently on the political agenda of the European Union over the coming year. The topics analysed are biodiversity, EU policies for children, the 5G era, the price for energy transition, 'gamification' of EU democracy, finding solutions for asylum policy, the EU's long-term budget, climate action, the US elections, and the Arctic.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Multimédia [Ten issues to watch in 2020](#)

[Election of the European Ombudsman](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-12-2019

Autor ATANASSOV Nikolai

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | Provedor de Justiça Europeu | recurso ao Provedor de Justiça Europeu | UNIÃO EUROPEIA | vida institucional | vida política e segurança pública

Resumo In December, the European Parliament is set to elect the European Ombudsman for the new parliamentary term following a public hearing of the candidates by the Committee on Petitions (PETI). Five candidates are running: Giuseppe Fortunato (Italy), Ombudsman of the Campania Region; Julia Lafranque (Estonia), judge at the European Court of Human Rights; Nils Muižnieks (Latvia), former Commissioner for Human Rights at the Council of Europe; Emily O'Reilly (Ireland), the incumbent Ombudsman (since 2014); and Cecilia Wikström (Sweden), former MEP and Chair of the PETI committee.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

The European Council under the Lisbon Treaty: How has the institution evolved since 2009?

Tipo de publicação Estudo

Data 04-12-2019

Autor ANGHEL Suzana Elena | DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Conselho Europeu | cronologia | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | instituições da União Europeia e função pública europeia | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA | vida institucional | vida política e segurança pública

Resumo On 1 December 2009, with the coming into force of the Treaty of Lisbon, the European Council became a formal EU institution. Ten years later, the European Council is seen by many as representing the centre of gravity of the EU's institutional framework. However, was this development purely the result of the changes to the Treaties made with Lisbon or did it happen naturally over time? This study analyses both the formal changes brought about by the Lisbon Treaty and the incremental evolution resulting from the institution's day-to-day practice, including the European Council's behaviour during the various crises of the last decade. It outlines the responsibilities envisaged for the European Council in the Treaty and the informal roles it has taken on over time. It explores the extent to which the Lisbon Treaty changed the functioning of the European Council, and how EU leaders themselves tried to optimise the working methods of their institution. Special attention is to the new position of full-time European Council President and the way in which the first two incumbents have interpreted their office. The analysis concludes that, while the EU's various crises strongly contributed to the rise of the European Council, the Lisbon Treaty united two previously separate dimensions – the political and the legal, formally adding new competences to the role already performed by the EU Heads of State or Government. Many of these competences have yet to be fully exploited and represent a rich seam of unused Treaty potential for the future.

Estudo [EN](#)

Preparing the Conference on the Future of Europe

Tipo de publicação Briefing

Data 03-12-2019

Autor KOTANIDIS Silvia

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | ata de reunião | comunicação | construção europeia | consulta pública | documentação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudos prospetivos | Europa dos cidadãos | plano de desenvolvimento | política económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo After the many debates and declarations of principles on the future of Europe of recent years, the time for a more structured reflection on the future of Europe's development has arrived. The new President of the European Commission, Ursula von der Leyen has pledged to establish a Conference on the Future of Europe, in an effort to give new impulse to European construction and bring Europe closer to citizens. At this stage, details of this initiative are still up for discussion. For Dubravka Šuica, the Commissioner who will take charge of the process, the inclusion of all citizens' voices will be an essential characteristic of the Conference. However, how to ensure that European citizens are properly represented remains to be clarified. Preparation of the Conference, in von der Leyen's approach, will follow three steps: first, the elaboration of the concept, structure, timing and scope with Parliament and Council; then, design of a means to ensure that citizens participate as much as possible, including by fostering online participation for younger people; and last, making sure that appropriate follow-up is provided to the actions agreed by the Conference. The Parliament has created a working group to contribute to the design of the Conference, in particular in respect of its structure, with a view to a vote in plenary. Parliament's Committee on Constitutional Affairs (AFCO) has also launched discussions, confirming the eagerness of Parliament and its political bodies to play an active part from the beginning of this process. The Conference on the Future of Europe should be an excellent opportunity to engage in more structured debate, with the intention to find concrete proposals to improve the way in which the EU works not only in terms of institutional dynamics, but also of its policies. Some have however cautioned that the initiative needs to be carried out with the utmost care, in particular on the follow-up to be given to its outcomes, so that it can remain a meaningful endeavour.

Briefing [EN](#)

Commitments made at the hearing of Maroš ŠEFČOVIČ, Vice-President-designate - Interinstitutional Relations and Foresight

Tipo de publicação Briefing

Data 22-11-2019

Autor Mussa Giorgio | PANIZZA Roberta

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | audiência pública | comissário europeu | comitologia | direito da União Europeia | elaboração de políticas | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | Parlamento Europeu | pergunta oral | petição | poder executivo e administração pública | política regulamentar | relação interinstitucional (UE) | trabalhos parlamentares | transparência do processo de decisão | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing includes a series of quotes, which make reference to the oral commitments made during the hearing of Vice-President-designate for Interinstitutional Relations and Foresight Maroš Šefčovič.

Briefing [EN](#)

[Rule of law \[What Think Tanks are thinking\]](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-11-2019

Autor CESLUK-GRAJEWSKI Marcin

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave análise da informação | ATIVIDADE POLÍTICA | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado de Direito | grupo de reflexão | investigação e propriedade intelectual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | quadro político | relatório de estudo da UE

Resumo The European Union is a community of law, with the rule of law being a basic value since the Union's inception. The President-elect of the European Commission, Ursula von der Leyen, has confirmed a strong commitment to uphold the rule of law, which remains a shared responsibility for all EU institutions and all Member States. However, developments in several EU Member States – for example Czechia, Hungary, Poland, Slovakia and Malta – have raised concerns over how far this commitment is actually being observed in practice, sparking a lively debate across the EU and action in the EU institutions themselves. This note offers links to recent commentaries, studies and reports from major international think tanks on the rule of law debate.

[Briefing](#) [EN](#)

[La libertà di espressione, una prospettiva di diritto comparato - Unione europea](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 13-11-2019

Autor externo Questo studio è stato scritto dal Prof. Dr. Vincenzo Salvatore, Università degli Studi dell'Insubria, Varese (Italia), su richiesta della Unità Biblioteca di diritto comparato, Direzione generale dei Servizi di ricerca parlamentare (DG EPRS), Segretariato generale del Parlamento europeo.

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Il presente studio fa parte di un progetto più ampio il cui scopo è quello di analizzare, nella prospettiva del diritto comparato, la libertà di espressione in diversi ordinamenti giuridici. Le pagine descrivono, in relazione all'Unione europea e in relazione all'oggetto dello studio, la legislazione in vigore, la giurisprudenza più significativa e il concetto di libertà di espressione con i suoi limiti attuali e futuri, per concludersi con alcune considerazioni riguardo a possibili soluzioni alle sfide future. Verranno in particolare analizzate le varie forme in cui si articola la libertà di espressione (libertà di opinione, libertà di parola, libertà di comunicare o ricevere informazioni o idee), mettendo in luce la necessità di individuare, da parte delle istituzioni dell'Unione europea, nuove forme di tutela, nel contemperamento dei diversi interessi coinvolti, anche alla luce della rapida evoluzione tecnologica che ha interessato i mezzi di comunicazione e del sempre più diffuso utilizzo dei social media.

[Estudo](#) [IT](#)

[Action for annulment of an EU act](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 08-11-2019

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ato da UE | capacidade processual | DIREITO | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | recurso de anulação (UE) | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo An action for annulment is a legal procedure before the Court of Justice that guarantees the conformity of EU legislative acts, regulatory acts and individual acts with the superior rules of the EU legal order. An action can be brought within two months of the publication or notification of the contested measure. Applicants are divided into three categories: privileged, semi-privileged and non-privileged. Privileged applicants – the Member States, Parliament, Commission and Council – may bring an action for annulment purely in the interests of legality, without proving any particular interest. Semi-privileged applicants – comprising the European Committee of the Regions, the European Central Bank and the European Court of Auditors – may bring an action for annulment only to protect their own prerogatives. Finally, non-privileged applicants, comprising all natural and legal persons, including regional or local governments, may bring an action for annulment only if they prove that the contested act infringes upon their interests. More specifically, they may bring an action against an act addressed to them, or – if it is not addressed to them – if it is of direct and individual concern to them, as well as against a regulatory act that is of direct concern to them and does not entail implementing measures. The Treaty provides five grounds for annulment, i.e. reasons for which the Court may declare an EU act to be null and void. These are lack of competence; infringement of an essential procedural requirement; infringement of the Treaties; infringement of a rule relating to the application of the Treaties; and, finally, misuse of powers. If the Court finds the action well founded, it declares the nullity of the contested act, which, in principle, is considered null from the moment of its adoption. However, the Court may decide that some effects of the contested act should, nonetheless, remain in force in the interests of protecting legitimate interests and legal security.

[Briefing](#) [EN](#)

Protecting the rule of law in the EU: Existing mechanisms and possible improvements

Tipo de publicação Briefing

Data 06-11-2019

Autor MANKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | controlo da UE | democracia | DIREITO | direito da União Europeia | Estado de Direito | Europa | finanças da União Europeia | fundo (UE) | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | independência da justiça | jurisprudência (UE) | organização da justiça | Polónia | processo por infração (UE) | quadro político | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Under the rule of law, governmental powers are limited by law and may be exercised only on the basis of law. An independent judiciary is indispensable to guaranteeing this state of affairs, and appropriate procedures, including legal remedies, must be in place to guarantee that individuals can protect their rights and trigger judicial review of governmental action. The rule of law has been an enduring basic value of the European Union from its inception, and the principles of the rule of law have been enshrined in the case law of the European Court of Justice (ECJ). The EU's very design is based on a shared responsibility for upholding and enforcing EU law, which is the joint task of the ECJ and national courts. The rule of law within the Member States, at least in areas covered by EU law, is therefore indispensable for the proper functioning of the Union and its legal system. Furthermore, the rule of law is one of the EU's fundamental values, enshrined in Article 2 of the Treaty on European Union, which must be respected by the Member States, including in areas not covered by EU law. Should an EU Member State be suspected of breaching the rule of law, a number of procedures are available to verify this and, if needed, remedy the situation. First of all, there are three 'soft' mechanisms, which do not give rise to legally binding results, yet nevertheless have a certain political resonance and can be seen as a preparatory step towards legal action. These include the transitional 'special cooperation and verification mechanism' (included in the Act of Accession for Bulgaria and Romania), the Commission's rule of law framework, and the Council's annual dialogues on the rule of law. Apart from these 'soft' mechanisms, three legal procedures are also available which, if concluded, can produce legally binding results. First of all, infringement proceedings can be brought by the Commission if the alleged breach could also amount to the violation of a specific rule of EU law. Secondly, national courts from a Member State in which the rule of law is breached may refer preliminary questions to the ECJ, seeking guidance on the interpretation of EU law with a view to assessing the compatibility of national legislation. Finally, the breach of values procedure can be triggered, possibly leading to the suspension of a Member State's membership rights. This briefing has been produced at the request of a member of the European Committee of the Regions, in the framework of the Cooperation Agreement between the Parliament and the Committee.

Briefing [EN](#)

Global and regional trends

Tipo de publicação Briefing

Data 25-10-2019

Autor CESLUK-GRAJEWSKI Marcin

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave análise de políticas | ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação interinstitucional (UE) | documentação | ECONOMIA | economia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | ENERGIA | estrutura económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política | política energética | política energética | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | relatório de estudo da UE | tecnologia | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The European Union's key institutions held a joint annual conference on 14-15 October entitled 'Challenges and Choices for Europe.' The annual event was organised under the auspices of the European Strategy and Policy Analysis System (ESPAS), which is a framework for cooperation between the administrations of the European Parliament, European Commission, Council of the European Union, European External Action Service and other bodies, to work together on medium- and long-term trends facing or relating to the European Union.

Briefing [EN](#)

European Union electoral law: Current situation and historical background

Tipo de publicação Briefing

Data 17-10-2019

Autor KOTANIDIS Silvia

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | direito eleitoral | eleição europeia | processo eleitoral | sistema eleitoral europeu

Resumo The European Parliament did not always enjoy the powers and democratic legitimacy it does now. This is clear from a quick glance at how Parliament has evolved. Starting life as an Assembly – a name reminiscent of institutions linked to international diplomacy – with members simply appointed by national parliaments of Member States, it grew into an institution, the European Parliament, directly elected by citizens and now the only one representing EU citizens directly. This transformation has taken several decades. Despite Parliament's increased role, the current electoral rules remain only partly harmonised, to the extent that there is no uniform electoral process for all Member States. The current situation is that certain fundamental principles are enshrined in the 1976 Electoral Act, but many aspects are regulated by national law. This lack of a uniform electoral process also leads to differences in treatment between EU citizens depending on their country of origin and potentially deprives European elections of a truly European dimension. Several reforms of the EU electoral system have been attempted over the years, but not all have resulted in legislation. The introduction of a transnational constituency in particular is a perennially controversial issue. Some consider it a step towards the genuine 'Europeanisation' of elections, others believe that it could increase the distance between the public and elected representatives. While the co-existence of differing electoral rules under the aegis of common European principles is probably destined to last, the latest reform – adopted in 2018 – will bring in mechanisms designed to increase public participation in the EU political debate and make the appointment of one of the top EU leadership roles, president of the European Commission, more 'political', by means of the Spitzenkandidaten process.

Briefing [EN](#)

Key issues in the European Council - State of play in October 2019

Tipo de publicação Estudo

Data 16-10-2019

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | VUKOVIC MARKO

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Política Social | Segurança e Defesa

Palavra-chave AMBIENTE | Conselho Europeu | construção europeia | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estratégia da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | política ambiental | política da UE | política do ambiente da UE | política do emprego | política económica | política económica | Política Externa e de Segurança Comum | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This EPRS publication, 'Key issues in the European Council', which will be updated quarterly to coincide with European Council meetings, aims to provide an overview of the institution's activities on major EU issues. It analyses nine policy areas, explaining the legal and political background and the main priorities and orientations defined by the European Council. It also assesses the results of European Council involvement to date and identifies future challenges in the various policy fields.

Estudo [EN](#)

Role of Advocates General at the CJEU

Tipo de publicação Briefing

Data 10-10-2019

Autor MAŇKO Rafal

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave DIREITO | direito civil | estatuto jurídico | instituições da União Europeia e função pública europeia | membro do Tribunal de Justiça (UE) | nomeação de membros | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The institution of the Advocate General was introduced into the Treaty of Rome under the influence of the French delegation during the preparation of the Treaty. The French were staunchly opposed to allowing individual judges to present dissenting or concurring opinions, and instead proposed this be done by an Advocate General, a figure modelled on the French commissaire du gouvernement, who offers legal advice to the Conseil d'État on the cases being tried. Initially, there were two Advocates General – one French and one German. Over time, this number increased, and a number of Advocates General posts were permanently assigned to the larger Member States, whilst the remaining ones were 'rotated' among the smaller countries. Today, there are 11 Advocates General, six of these posts are permanently assigned to the larger Member States. Advocates General are Members of the Court of Justice of the EU, and are appointed under the same procedure as judges. They enjoy the same privileges as judges (immunity), and cannot be removed from office before the end of their six-year term of office. They may be re-elected. Unlike judges, however, they only have an advisory role and do not take part in the decision-making on cases. As a matter of principle, the opinion of an Advocate General is sought in every case tried by the Court of Justice (CJ), unless the latter decides that there is no new point of law. This happens in roughly 30 % of the cases each year. Even though the General Court (GC) has the power to appoint ad hoc Advocates General, it does not now apply this in practice. In contrast to CJ judges, whose opinions are written in a formal and terse language that uses standard phrases and wording often borrowed from earlier judgments, the Advocates General can choose their own style. Again, unlike CJ judges, they also consider the interpretive alternatives and various options of deciding on a case, before proposing their own solution. In the absence of dissenting opinions filed by the CJ judges, the opinions of the Advocates General therefore play an important role and are referred to in later cases. The CJ is not bound by these opinions; nonetheless, according to empirical research, in the case of an action for annulment of an EU act, the CJ is 67 % more likely to annul it if doing so was advised by an Advocate General. This Briefing is one in a series aimed at explaining the activities of the CJEU.

Briefing [EN](#)

Hearings of the Commissioners-designate: Maroš Šefčovič – Vice-President: Interinstitutional Relations and Foresight

Tipo de publicação Briefing

Data 26-09-2019

Autor TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | candidato | comissário europeu | comissão PE | difusão da informação da UE | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração de políticas | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | poder executivo e administração pública | processo de aprovação | processo eleitoral | processo parlamentar | relação interinstitucional (UE) | resumo de textos | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA | vice-presidente da instituição

Resumo This briefing is one in a set looking at the Commissioners-designate and their portfolios as put forward by Commission President-elect Ursula von der Leyen. Each candidate faces a three-hour public hearing, organised by one or more parliamentary committees. After that process, those committees will judge the candidates' suitability for the role based on 'their general competence, European commitment and personal independence', as well as their 'knowledge of their prospective portfolio and their communication skills'. At the end of the hearings process, Parliament votes on the proposed Commission as a bloc, and under the Treaties may only reject the entire College of Commissioners, rather than individual candidates. The Briefing provides an overview of key issues in the portfolio areas, as well as Parliament's activity in the last term in that field. It also includes a brief introduction to the candidate.

Briefing [EN](#)

Hearings of the Commissioners-designate: Didier Reynders - Justice

Tipo de publicação Briefing

Data 26-09-2019

Autor MAŃKO Rafał | VORONOVA Sofija

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | candidato | comissário europeu | comissão PE | construção europeia | difusão da informação da UE | DIREITO | direito da informática | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado de Direito | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | política comum de segurança e defesa | processo de aprovação | processo eleitoral | processo parlamentar | quadro político | resumo de textos | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing is one in a set looking at the Commissioners-designate and their portfolios as put forward by Commission President-elect Ursula von der Leyen. Each candidate faces a three-hour public hearing, organised by one or more parliamentary committees. After that process, those committees will judge the candidates' suitability for the role based on 'their general competence, European commitment and personal independence', as well as their 'knowledge of their prospective portfolio and their communication skills'. At the end of the hearings process, Parliament votes on the proposed Commission as a bloc, and under the Treaties may only reject the entire College of Commissioners, rather than individual candidates. The Briefing provides an overview of key issues in the portfolio areas, as well as Parliament's activity in the last term in that field. It also includes a brief introduction to the candidate.

Briefing [EN](#)

Hearings of the Commissioners-designate: Věra Jourová – Vice-President: Values and Transparency

Tipo de publicação Briefing

Data 26-09-2019

Autor DIAZ CREGO Maria

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | candidato | comissário europeu | comissão PE | democracia | difusão da informação da UE | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado de Direito | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | processo de aprovação | processo eleitoral | processo parlamentar | quadro político | resumo de textos | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA | vice-presidente da instituição

Resumo This briefing is one in a set looking at the Commissioners-designate and their portfolios as put forward by Commission President-elect Ursula von der Leyen. Each candidate faces a three-hour public hearing, organised by one or more parliamentary committees. After that process, those committees will judge the candidates' suitability for the role based on 'their general competence, European commitment and personal independence', as well as their 'knowledge of their prospective portfolio and their communication skills'. At the end of the hearings process, Parliament votes on the proposed Commission as a bloc, and under the Treaties may only reject the entire College of Commissioners, rather than individual candidates. The Briefing provides an overview of key issues in the portfolio areas, as well as Parliament's activity in the last term in that field. It also includes a brief introduction to the candidate.

Briefing [EN](#)

How EU Treaties are changed

Tipo de publicação Em síntese

Data 20-09-2019

Autor TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | revisão de tratado (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The EU's founding Treaties have been revised by the Member States in numerous rounds of reforms. Such Treaty revision is a way to ensure that EU primary law evolves, adapts, and responds to new developments and changing needs. The last comprehensive Treaty reform dates back to the Lisbon Treaty, which entered into force on 1 December 2009. While another comprehensive Treaty change is not yet on the agenda, the recent debates on the 'Future of Europe' triggered a number of reform proposals, some of which would necessitate revision of the EU Treaties. Such revision is governed by Article 48 of the Treaty on European Union (TEU), which provides for two main procedures: the ordinary and the simplified revision procedures. The former applies to the TEU, to the Treaty on the Functioning of the EU (TFEU) and to the Euratom Treaty; the latter only to part of the TFEU.

Em síntese [EN](#)

[The European Council's role in the EU policy cycle](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 02-09-2019

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação do Impacto ex-ante | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave competência institucional (UE) | Conselho Europeu | construção europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | política da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Since its establishment in 1975, the European Council, which is made up of the Heads of State or Government of EU Member States, has wielded considerable influence over the development of the European Union. According to the Treaties, the European Council's primary role is to 'define the general political directions and priorities' (Article 15(1) of the Treaty on European Union). This role has rapidly evolved over the past decade, and today the European Council's involvement in the EU policy cycle is much broader, covering tasks from agenda-setting to exercising scrutiny. In practice, its activities often exceed the role envisaged in the Treaties. This level of involvement has a significant impact both on the role of the other EU institutions within the policy cycle and the functioning of the ordinary legislative procedure.

[Briefing](#) [EN](#)

[Blockchain and the General Data Protection Regulation](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 24-07-2019

Autor externo This study was written by Dr Michèle Finck

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave cadeia de blocos | dados pessoais | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção dos dados | regulamento (UE) | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In recent times, there has been much discussion in policy circles, academia and the private sector regarding the tension between blockchains and the European Union's General Data Protection Regulation ('GDPR'). Whereas, the GDPR is based on an underlying assumption that in relation to each personal data point there is at least one the data controller, blockchains make the allocation of responsibility and accountability burdensome. Further, although the GDPR is based on the assumption that data can be modified or erased where necessary to comply with legal requirements, blockchains, however, render the unilateral modification of data purposefully onerous in order to ensure data integrity and to increase trust in the network.

[Estudo](#) [EN](#)

[Anexo 1](#) [EN](#)

[How the General Data Protection Regulation changes the rules for scientific research](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 24-07-2019

Autor externo DG, EPRS; This study has been conducted by the Health Ethics and Policy Lab, ETH Zurich

Domínio de intervenção Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Governança Mundial | Política de Investigação | Programação

Palavra-chave análise económica | dados pessoais | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | integridade da investigação | investigação científica | investigação e propriedade intelectual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | regulamento (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The implementation of the General Data Protection Regulation (GDPR) raises a series of challenges for scientific research, especially regarding research that is dependent on data. This study investigates the promises and challenges associated with the implementation of the GDPR in the scientific domain and examines the adequacy of the GDPR exceptions for scientific research in terms of safeguarding scientific freedom and technological progress.

[Estudo](#) [EN](#)

[Anexo 1](#) [EN](#)

Multimédia [How the General Data Protection Regulation changes the rules for scientific research](#)

[Parliamentary scrutiny of the European Commission: Implementation of Treaty provisions](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 09-07-2019

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise da informação | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo parlamentar | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder de controlo | poder executivo | quadro político | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Parliament's application of scrutiny prerogatives of political oversight of the European Commission increases the democratic legitimacy of the European Union, and the transparency and accountability of the European executive. The update of the 2018 study examines the European Parliament's powers of scrutiny of the European Commission in the last two legislative terms. The cases examined pertain mainly to electoral and institutional issues, motions of censure, parliamentary questions, inquiry committees and special parliamentary committees and reporting, consultation and provision of information. It also touches upon scrutiny in budgetary issues, scrutiny of delegated acts, scrutiny in the legislative procedure, legal proceedings and the EU's external relations.

Estudo [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Impact Assessment and European Added Value work during the eighth legislative term, 2014-2019](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 03-07-2019

Autor HILLER WOLFGANG

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Avaliação do Impacto ex-ante | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração de políticas | elaboração do direito da UE | estudo de impacto | fontes e ramos do direito | legislação | poder executivo e administração pública | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The responsibility for better law-making is shared between the European Union institutions. In recent years Parliament has developed its own instruments to guarantee proper and independent assessment and to support parliamentary committees in their work. The concept of impact assessment is applied throughout the whole policy cycle – on both an ex-ante and an ex-post basis – from the design of legislation through to its implementation, evaluation and revision. The European Parliament also advocates a proper assessment of European added value, in terms of what savings will result from a European solution and if supplementary costs would arise in the absence of a European solution. This briefing provides a look back over five years' experience in support of better regulation for the benefit of citizens.

Briefing [EN](#)

[Outcome of the European Council and Euro Summit, 20-21 June 2019](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 26-06-2019

Autor ANGHEL Suzana Elena | DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | cimeira | Conselho Europeu | construção europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | política ambiental | política internacional | política para as alterações climáticas | relações da União Europeia | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo At their most recent meeting, EU Heads of State or Government postponed decisions on nominating a set of high-level EU appointments, including the position of President of the European Commission. EU leaders will now reconvene for a special meeting of the European Council on 30 June, with the aim of reaching an agreement on a package of candidates. On climate policy, the European Council did not achieve consensus on ensuring climate neutrality by 2050 either. Conversely, it adopted the strategic agenda for 2019-24, setting four priority areas that will guide the work of the EU institutions over the next five years. EU leaders also discussed a wide range of external relations issues, including the situation in eastern Ukraine and the Azov Sea, and reconfirmed economic sanctions on Russia.

Briefing [EN](#)

European Council conclusions - A rolling check-list of commitments to date

Tipo de publicação Estudo

Data 14-06-2019

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | VUKOVIC MARKO

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Política Social | Segurança e Defesa

Palavra-chave AMBIENTE | Conselho Europeu | construção europeia | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estratégia da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | política ambiental | política da UE | política do ambiente da UE | política do emprego | política económica | política económica | Política Externa e de Segurança Comum | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The role of the European Council – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' – has evolved rapidly over the last decade. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery on commitments made in the conclusions of its meetings. This overview of European Council conclusions is a new, updated and more comprehensive edition of the Rolling Check-List, which has been published regularly by the European Council Oversight Unit since 2014. It distinguishes between four types of European Council conclusions (commitments, reviews, endorsements and statements) and indicates the follow-up given to calls for action made by EU leaders. It also offers an introductory analysis of each policy area, highlighting the background to the main orientations given by the European Council, as well as the follow-up to them and the future challenges.

Estudo [EN](#)

Reform of the Service of Documents Regulation

Tipo de publicação Briefing

Data 14-06-2019

Autor MANKO Rafal

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave construção europeia | cooperação judiciária civil na UE | cooperação transfronteiriça | DIREITO | documentação | documento eletrónico | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fornecimento de documentos | justiça | política de cooperação | processo civil | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In May 2018, the Commission put forward a proposal for amending the existing Regulation on Cross-border Service of Documents in civil proceedings. The proposal aims, above all, to replace the existing mechanisms of paper transmission with an electronic system. National information technology (IT) systems would be connected into one network, and the use of paper transmission would become an exception, available only in the event of a failure of the electronic system. Within Parliament, a draft report was prepared by the Legal Affairs Committee in October 2018, and in February 2019, the institution adopted its first-reading position on the proposal. Within Council, following an exchange of views between delegations and work at technical level, a policy debate is envisaged. Once Council reaches a general approach, trilogue negotiations will be able to start.

Briefing [EN](#)

Revising the European Citizens' Initiative

Tipo de publicação Briefing

Data 10-06-2019

Autor ATANASSOV Nikolai

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | audição pública | cidadania europeia | construção europeia | democracia participativa | direito da União Europeia | iniciativa da UE | Iniciativa de Cidadania Europeia | poder de iniciativa | processo legislativo ordinário | quadro político | trabalhos parlamentares | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The ECI enables European citizens to invite the Commission to table a proposal for a legal act. The detailed rules for such initiatives are laid down in a 2011 regulation, whose main stated aim is encouraging citizens' participation in the political life of the European Union (EU). However, since the regulation became applicable in April 2012, numerous actors have raised concerns regarding the instrument's functioning and have called for reform, aiming to simplify the existing procedures and increasing the tool's usability. On 13 September 2017, the Commission presented a legislative proposal which would update the tool and replace the existing regulation on the European Citizens' Initiative. Following interinstitutional negotiations between September and December 2018, the co-legislators reached provisional agreement on the proposal for revision of the ECI. The agreed text was approved by the Parliament and Council in March 2019 and published in the OJ in May 2019. The new provisions apply in full from 1 January 2020. Fourth edition of a briefing originally drafted by Laura Tilindyte. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing [EN](#)

Multimédia [Revising the European Citizens' Initiative](#)

[Revising the Taking of Evidence Regulation](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 27-05-2019

Autor MANÇO Rafael

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ação em matéria civil | comunicação | construção europeia | cooperação judiciária civil na UE | DIREITO | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | inquérito judiciário | justiça | testemunho | UNIÃO EUROPEIA | videocomunicação

Resumo On 31 May 2018, the Commission proposed a proposal for a new regulation on taking of evidence in civil proceedings. It takes stock of the existing regulation (from 2001), but provides for a number of changes to remove legal uncertainty and to promote electronic communications. Parliament adopted its legislative resolution on the proposal on 13 February 2019. The main points of Parliament's position include modifying the definition of the term 'court', to mean any authority in a Member State that is competent under the laws of that Member State to take evidence according to this regulation (i.e. not only judicial bodies). Parliament also considers that any decentralised information technology (IT) system for cross-border communication of evidence must be based on e-CODEX, and that the use of videoconferencing or any other appropriate distance communication technology should be subject to the consent of the person to be heard. Any electronic systems used to take evidence must also ensure that professional secrecy and legal professional privilege (lawyers' secrets) are duly protected. The discussion in Council is ongoing, thus trilogue negotiations on the proposal have not yet been able to commence.

[Briefing](#) [EN](#)

[Artificial intelligence, data protection and elections](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 20-05-2019

Autor MONTELEONE Shara

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | campanha eleitoral | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | comercialização | comunicação | construção europeia | código de conduta | dados pessoais | desinformação | DIREITO | direito da informática | direito da União Europeia | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | media sociais | política internacional | processo eleitoral | proteção da vida privada | proteção dos dados | publicidade | regulamento (UE) | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Facebook/Cambridge Analytica case in 2018, revealing alleged misuse of personal data for political advertising, demonstrated how the underlying values of the European data protection rules are essential for democracy. The EU has recently adopted a series of additional initiatives to support free and fair elections, reflected not least in European Parliament (EP) debates and resolutions.

[Em síntese](#) [EN](#)

Multimédia [Artificial intelligence, data protection and elections](#)

[Contribution to Growth. Free Movement of Services and Freedom of Establishment. Delivering Improved Rights to European Citizens and Businesses](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2019

Autor externo Prof. Dr. Friedmann KAINER

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aproximação das legislações | construção europeia | dimensão transfronteiras | direito da União Europeia | direito de estabelecimento | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | livre prestação de serviços | mercado único | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study discusses European legal policy to ensure freedom to provide services and freedom of establishment since 2009, examines the market-opening effects of enacted acts and pro-posals, and identifies legislative challenges that the Union institutions should address in the coming legislative period. It also addresses the specific Brexit-related issues for the freedom to provide services. This document was provided by Policy Department A, in collaboration with IMCO Secretariat, at the request of the IMCO Committee.

[Estudo](#) [EN](#)

Contribution to Growth: Consumer Protection - Delivering improved rights for European citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2019

Autor externo Dr. M. Buwowski, T. Kaczor

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave construção europeia | consumo | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | política dos consumidores | proteção do consumidor | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The following in-depth analysis explores economic benefits of policy achievements related to European Consumer Protection. Theoretical background indicates that measures aimed at improving consumer protection should provide mostly positive wider economic impact. Analysed studies related to EU legislation provide numerous evidence that it is the case indeed, however frequently lack quantification of effects. Some areas open for additional intervention are suggested in the study. This document was prepared for Policy Department A on request of the Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

Workshop on “Strengthening Competitiveness of the Internal Market by Developing the EU Customs Union and its Governance”

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2019

Autor DOBRIȚA ANDREEA-MĂDĂLINA

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave competitividade | construção europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | organização de empresas | política aduaneira | regulamentação aduaneira | união aduaneira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report summarises the discussion that took place at the workshop on “Strengthening Competitiveness of the Internal Market by Developing the EU Customs Union and its Governance”. The Union Customs Code is a key element of the ongoing actions to modernise EU customs. With the aim of discussing the main challenges related to this topic and the recent proposal of the European Commission to postpone the deadline of 2020, the workshop was hosted by Ms Virginie Rozière, MEP. This document was prepared by Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Análise aprofundada [EN](#)

Identifying Optimal Policy Making and Legislation

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2019

Autor externo Prof. Dr. Sion Jones

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação

Palavra-chave construção europeia | consumo | ECONOMIA | estratégia de crescimento da UE | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | política económica | proteção do consumidor | relançamento económico | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This Briefing forms part of a programme of research commissioned by the Internal Market and Consumer Protection Committee of the European Parliament ('the IMCO Committee'). The research programme has the aim of updating the study undertaken for the IMCO Committee in 2014 on the “Contribution of the Internal Market and Consumer Protection to Growth”. The overall aim is to provide background information and advice for IMCO Committee members on the benefits of legislation established in the field of internal market and consumer protection and to reflect on priority measures and actions to be undertaken in this field. A workshop was held in Brussels on 10th July 2018, at which progress on this programme of research was presented and discussed. This Briefing focusses on tools for use in the identification of optimal policy making and their application in the area of the internal market and consumer protection. It uses the smart Single Market regulation concept – developed in earlier research for the IMCO Committee – to present the tools for optimal policy making and to assess the development of policy for the internal market and consumer protection. First, some context is provided with a discussion of the Europe 2020 targets, the “Contribution to growth” report and the Juncker Plan. Second, the smart Single Market regulation concept is introduced and finally policy developments and legislation for the internal market and consumer protection are discussed with recommendations for improvements to the policy-making process.

Briefing [EN](#)

Contribution to Growth: Free movement of goods: Delivering improved rights for European citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2019

Autor externo Prof. Dr.Stefan Enchelmaier

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aproximação das legislações | comércio internacional | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | fontes e ramos do direito | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | lei de harmonização | livre circulação de mercadorias | mercado único | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Following a brief overview of the legal mechanisms provided for in the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU), this study summarises and analyses the Directives and Regulations in the harmonised and non-harmonised areas of the free movement of goods, adopted during the 7th and 8th electoral periods of the European Parliament (2009–2019). It will also highlight the rights that businesses and citizens enjoy under the current legislation, and ways in which the legislation could be improved. This document was prepared for Policy Department A on request of the Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

Contributing to Growth: European Digital Single - Market Delivering improved rights for citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2019

Autor externo Prof. Alexandre de STREEL, University of Namur and CERRE (Centre on Regulation in Europe) Christian HOCEPIED, University of Namur With the assistance of Michael LOGNOUL and Zorana ROSIC, University of Namur

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aproximação das legislações | construção europeia | consumo | direito da União Europeia | ECONOMIA | economia digital | estrutura económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção do consumidor | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study reviews all the rules adopted during the 8th Parliamentary legislature (2014-2019) to strengthen the Digital Single Market. On that basis, the report analyses the rights and obligations as well as the institutions and procedures created or improved in the main policy fields of the Digital Single Market (e-commerce and online platforms, e-government, data and AI, cybersecurity, consumer protection and electronic communications networks and services). Finally, the report identifies remaining gaps and possible actions for the forthcoming Parliament's legislature. This study has been prepared for the IMCO Committee at the request of the Policy Department A of the European Parliament.

Estudo [EN](#)

Os debates sobre o futuro da Europa no Parlamento Europeu, 2018-2019: Síntese das intervenções dos chefes de Estado ou de Governo da UE

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 08-05-2019

Autor DRACHENBERG Ralf | KOTANIDIS Silvia

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | análise da informação | ATIVIDADE POLÍTICA | chefe de Estado | chefe de governo | construção europeia | difusão da informação da UE | documentação | economia monetária | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | ENERGIA | FINANÇAS | finanças da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | migrações | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | política ambiental | política energética | política energética da UE | Política Externa e de Segurança Comum | política migratória da UE | política para as alterações climáticas | quadro financeiro plurianual | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | sessão legislativa | trabalhos parlamentares | União Económica e Monetária | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O presente documento conclui a série de quatro briefings relativos aos debates sobre o futuro da Europa que esclareceram os pontos de vista dos diferentes chefes de Estado ou de Governo que intervieram nas sessões plenárias do Parlamento Europeu entre janeiro de 2018 e abril de 2019. A primeira parte descreve os pontos gerais de convergência e divergência entre os oradores, as tendências nos temas tratados e as propostas apresentadas. Na segunda parte, incluem-se excertos de algumas das intervenções mais significativas dos oradores, bem como uma análise mais pormenorizada das suas diversas posições sobre os seguintes domínios de intervenção fundamentais: União Económica e Monetária, migração, a dimensão social, comércio internacional, alterações climáticas e energia, segurança e defesa, o próximo quadro financeiro plurianual e questões institucionais.

Análise aprofundada [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

The impact of the UK's withdrawal on the institutional set-up and political dynamics within the EU

Tipo de publicação Estudo

Data 07-05-2019

Autor externo BESSELINK Leonard, SWIDER Katja, MICHEL Bastian

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave análise económica | construção europeia | ECONOMIA | estudo de impacto | Europa | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | país terceiro | política de cooperação | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines the impact of Brexit on the institutional balance within the Council and European Parliament, on the interinstitutional balance and on the necessity of Treaty changes, and delineates constitutional limits on the participation of non-Member States in EU policies.

Estudo [EN](#)

The protection of fundamental rights in the EU: European Parliament achievements during the 2014-2019 legislative term and challenges for the future

Tipo de publicação Briefing

Data 17-04-2019

Autor MARZOCCHI Ottavio

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave análise da informação | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | construção europeia | DIREITO | direitos e liberdades | direitos fundamentais | direitos humanos | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In the years between 2014 and 2019, the EU has faced serious challenges related to the protection of fundamental rights within its territory, notably in connection to the Rule of Law (RoL) and democracy in some EU Member States. The Commission and the European Parliament (EP), led by the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE), have addressed these challenges by activating - for the first time since its introduction in the Treaties - the procedure foreseen in art. 7.1 TEU, respectively against Poland and against Hungary. The EP has also consolidated its former requests under the proposal for an EU mechanism on Democracy, the Rule of Law and Fundamental rights (EU DRF Pact). Important legislative dossiers on procedural rights were approved (presumption of innocence, safeguards for children in criminal proceedings, legal aid). While the EP continued to report annually on the situation of fundamental rights in the EU and on traditional issues of interest (among which minorities, Roma, anti-Semitism, right-wing extremism, prisons, media freedom, as well as follow up activities on mass surveillance and CIA), it has also addressed new issues, such as protection of whistle-blowers (a Commission proposal was issued following insistence of the EP), islamophobia, afrophobia and fundamental rights of intersex persons. The EP has also adopted resolutions on the situation in specific Member States, such as Malta, Slovakia, Romania, expressing Rule of Law concerns. Among the challenges that remain open for the next term are the art. 7 TEU procedures against Hungary and Poland, the strengthening of the protection of art. 2 TEU values including through the promotion of the EU DRF Pact, the EU accession to the ECHR, the enhancement of the EU and EP monitoring mechanisms, the adoption of pending files, including the Rule of Law conditionality for EU funds, the Rights and Values and Justice programmes, the equal treatment directive, the reform of the transparency regulation and, in the longer term; the reform of the Treaties.

Briefing [EN](#)

Contribution to Growth: Legal Aspects of Protecting European Consumers

Tipo de publicação Estudo

Data 15-04-2019

Autor externo Aneta WIEWIÓROWSKA-DOMAGALSKA

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aproximação das legislações | construção europeia | consumo | direito da União Europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMÉRCIAIS | mercado único digital | política dos consumidores | proteção do consumidor | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study contains an analysis of the legal aspects of protecting European consumers, advanced during the 7th and 8th legislative period of the European Parliament (2009 - 2019). It examines policy developments in the area of consumer protection and (digital) single market, and identifies new substantive rights offered to EU consumers. This document was provided by Policy Department A at the request of the Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

[Outcome of the Special European Council \(Article 50\) meeting, 10 April 2019](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 12-04-2019

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Conselho Europeu | construção europeia | direito da União Europeia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | pertença à União Europeia | Reino Unido | retirada da UE | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo At the special European Council (Article 50) meeting on 10 April 2019, Heads of State or Government agreed to further extend the Article 50 period until 31 October 2019 at the latest. This goes beyond the request made by the UK Prime Minister, Theresa May (30 June 2019), but represents only half the time period some European Council members had been seeking to offer. The compromise found, which maintains unity amongst the EU-27, is designed to reduce as much as possible the disruptive effects of the Brexit negotiations on EU affairs at the start of the new institutional cycle. With the longer extension period – and if the Withdrawal Agreement, is not ratified by 22 May – the UK will be required to organise European elections. The decision excludes any reopening of the Withdrawal Agreement.

Briefing [EN](#)

[Protection of EU external borders. Achievements during the legislative term 2014-2019: the role of the European Parliament](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 12-04-2019

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | fronteira externa da UE | Frontex | instituições da União Europeia e função pública europeia | migrações | política migratória da UE | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Gradually since 1995, checks at the internal borders were abolished and a single external border was created. Ever since, the EU had tried to advance with a common policy on external borders and its various aspects, such as border controls, visas, asylum, regular migration and return. There has also been a considerable impact on internal border controls (Schengen area). Considerable progress was made regarding safeguarding the EU's external borders during the legislative term 2014-2019, although the migratory crisis of 2015 made deficiencies of the European common policy evident.

Briefing [EN](#)

[2019 European elections: National rules](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 11-04-2019

Autor DOBREVA Alina | SABBATI Giulio | SGUEO Gianluca

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | eleição europeia | organização eleitoral | processo eleitoral | sistema eleitoral europeu

Resumo This infographic contains up-to-date information on key data concerning the forthcoming European elections (to be held in May 2019). In a one-page format, readers will find information on the election day in each country, the voting systems adopted at Member State level, as well as on rules governing eligibility and allocation of seats. The infographic also explains the re-distribution of seats which would take place following the United Kingdom's withdrawal from the EU, now expected to take place only after the European elections, and the consequent overall reduction in the total number of seats to 705. Further information and clarification is provided on the second page of the infographic.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Safeguarding the Schengen Acquis. Achievements during the legislative term 2014-2019: the role of the European Parliament](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 11-04-2019

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | fronteira externa da UE | vida política e segurança pública

Resumo The Schengen Area, one of the most valued achievements of the EU, this single area without internal border checks has come under pressure because of recent migration flows: In order to preserve Schengen in the next years, a common policy on the EU's external borders is also needed.

Briefing [EN](#)

Protection of whistle-blowers

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-04-2019

Autor SGUEO Gianluca

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | comunicação de irregularidades | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | proposta (UE) | relatório | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | violação do direito da UE

Resumo The proposed new EU regulation on the protection of persons reporting on breaches of Union law covers a broad swathe of EU law, including money laundering, corporate taxation, data protection, protection of the Union's financial interests, food and product safety, environmental protection and nuclear safety. Parliament is due to vote on approving a compromise text on the proposal during the final plenary session of this term.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Adapting legal acts to Articles 290 and 291 TFEU

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-04-2019

Autor TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | ato da UE | base jurídica | direito da União Europeia | poder de execução | quadro político | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo By introducing delegated and implementing acts, the Lisbon Treaty (2007) reformed the system of conferring upon the Commission the power to adopt non-legislative measures. However, a certain category of pre-Lisbon acts, referred to as 'regulatory procedure with scrutiny' (RPS) measures, remained unaligned to the new system. Following Commission proposals of December 2016, a number of acts referring to RPS are now to be aligned with the Lisbon Treaty, while others remain to be negotiated. Having reached an agreement with the Council on 64 acts, the Parliament is expected to vote on the proposals during its April II plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Election of the President of the European Commission: Understanding the Spitzenkandidaten process

Tipo de publicação Briefing

Data 05-04-2019

Autor TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo interinstitucional | ATIVIDADE POLÍTICA | Conselho Europeu | direito da União Europeia | eleição europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | participação eleitoral | presidente da Comissão | processo eleitoral | transparência do processo de decisão | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Parliament has long sought to ensure that, by voting in European elections, European citizens not only elect the Parliament itself, but also have a say over who would head the EU executive – the European Commission. What became known as the 'Spitzenkandidaten process' is a procedure whereby European political parties, ahead of European elections, appoint lead candidates for the role of Commission President, with the presidency of the Commission then going to the candidate of the political party capable of marshalling sufficient parliamentary support. The Parliament remains firmly committed to repeating the process in 2019 and, with EP elections now only weeks away, attention has shifted to the European political parties. A number of parties have nominated lead candidates, and this briefing gives an overview of their nominees, as well as looking more broadly at the process. This is a revised and further updated edition of an earlier briefing; previous edition from February 2019.

Briefing [EN](#)

Multimédia [Election of the President of the European Commission: Understanding the Spitzenkandidaten process](#)

A governance framework for algorithmic accountability and transparency

Tipo de publicação Estudo

Data 04-04-2019

Autor externo DG, EPRS

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Emprego | Política Social | Programação

Palavra-chave DIREITO | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | gestão administrativa | igualdade de tratamento | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | megadados | processamento de dados | tomada de decisão

Resumo Transparency and accountability are both tools to promote fair algorithmic decisions by providing the foundations for obtaining recourse to meaningful explanation, correction, or ways to ascertain faults that could bring about compensatory processes. The study develops policy options for the governance of algorithmic transparency and accountability, based on an analysis of the social, technical and regulatory challenges posed by algorithmic systems. Based on an extensive review and analysis of existing proposals for governance of algorithmic systems, the authors propose a set of four policy options each of which addresses a different aspect of algorithmic transparency and accountability. 1. Awareness raising: education, watchdogs and whistleblowers. 2. Accountability in public sector use of algorithmic decision-making. 3. Regulatory oversight and Legal liability. 4. Global coordination for algorithmic governance.

[Estudo](#) [EN](#)

[Anexo 1](#) [EN](#)

EU investment protection after the ECJ Opinion on Singapore: Questions of competence and coherence

Tipo de publicação Estudo

Data 25-03-2019

Autor externo Prof. Dr. Steffen HINDELANG, LL.M., Department of Law, University of Southern Denmark, and Dr. Jurgita BAUR, Germany; and Prof. Dr. Stephan SCHILL, LL.M., Amsterdam Center for International Law, University of Amsterdam, the Netherlands

Domínio de intervenção Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave acordo comercial (UE) | Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos | competência da UE | comércio internacional | construção europeia | diferendo comercial | difusão da informação da UE | direito da União Europeia | financiamento e investimento | FINANÇAS | garantia do investimento | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investimento da UE | investimento no estrangeiro | Nações Unidas | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | parecer do Tribunal de Justiça (UE) | política comercial | política comercial comum | Singapura | UNIÃO EUROPEIA | Ásia-Oceânia

Resumo Investment protection continues to be a controversial issue, as shown in particular during the negotiations on the EU-US Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) and the EU-Canada Comprehensive Economic and Trade Agreement (CETA). To address stakeholder concerns, the EU has moved from traditional investor-state dispute settlement arrangements towards introducing bilateral investment court systems in new agreements and pursuing the goal of establishing a permanent multilateral investment court. At the same time, the European Court of Justice defined the limits of the Union's exclusive competence in its opinion of 16 May 2017 with regard to the EU-Singapore Free Trade Agreement (FTA), which has led to the splitting of new FTAs into two parts, treating investment protection separately. Adding to the complex picture, a plethora of EU Member States' bilateral investment treaties also remain in place. The workshop held by the Committee on International Trade took stock of existing EU investment protection provisions and analysed the options for a coherent and predictable dispute settlement system in line with the EU Treaties.

[Estudo](#) [EN](#)

Outlook for the meetings of EU leaders, 21-22 March 2019

Tipo de publicação Briefing

Data 20-03-2019

Autor DRACHENBERG Ralf | VUKOVIC MARKO

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | comunicação | concorrência | Conselho Europeu | construção europeia | crescimento económico | criação de emprego | desinformação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INDÚSTRIA | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | mercado único | política ambiental | política de concorrência da UE | política e estruturas industriais | política industrial da UE | política para as alterações climáticas | Reino Unido | relações da União Europeia | retirada da UE | situação económica | união dos mercados de capitais | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Council of 21-22 March 2019, is expected to discuss the future development of the single market, the capital markets union, industrial policy and European digital policy, in preparation for the next strategic agenda. In the external relations field, the focus will be on the forthcoming EU-China summit. EU leaders will also look at developments on fighting disinformation and will give guidance on the future EU climate policy. However, Brexit will again take centre stage following recent developments in the House of Commons.

[Briefing](#) [EN](#)

[European Council Conclusions: A Rolling Check-List of Commitments to Date](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 20-03-2019

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | VUKOVIC MARKO

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social | Segurança e Defesa | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave AMBIENTE | Conselho Europeu | construção europeia | ECONOMIA | estratégia da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | política ambiental | política do ambiente da UE | política económica | política económica | Política Externa e de Segurança Comum | política social europeia | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo The role of the European Council – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' – has evolved rapidly over the last decade. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery on commitments made in the conclusions of its meetings. This overview of European Council conclusions is a new, updated and more comprehensive edition of the Rolling Check-List, which has been published regularly by the European Council Oversight Unit since 2014. It distinguishes between four types of European Council conclusions (commitments, reviews, endorsements and statements) and indicates the follow-up given to calls for action made by EU leaders. It also offers an introductory analysis of each policy area, highlighting the background to the main orientations given by the European Council, as well as the follow-up to them and the future challenges.

[Estudo](#) [EN](#)

[Automated tackling of disinformation-Major challenges ahead](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-03-2019

Autor externo DG, EPRS

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Política de Investigação | Política Social

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | desinformação | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | media sociais | processo eleitoral | propaganda eleitoral | propaganda política | vida política e segurança pública

Resumo This study maps and analyses current and future threats from online misinformation, alongside currently adopted socio-technical and legal approaches. The challenges of evaluating their effectiveness and practical adoption are also discussed. Drawing on and complementing existing literature, the study summarises and analyses the findings of relevant journalist and scientific studies and policy reports in relation to detecting, containing and countering online disinformation and propaganda campaigns. It traces recent development and trends and identifies significant new or emerging challenges. It also addresses potential policy implications of current socio-technical solutions for the EU.

[Estudo](#) [EN](#)

[Anexo 1](#) [EN](#)

[Appointment of the Commission's Secretary General in 2018](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-03-2019

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Controlo Orçamental | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave Comissão Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | resumo de textos | secretário-geral da instituição | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The appointment of the new Secretary-General of the Commission in 2018 has been taken up by the European Parliament and has been put on its agenda on several occasions. In order to give interested readers an overview on the controversial decision, its circumstances and its assessment by different actors, this documentation contains a chronology of the related activities of the European Parliament and the European Ombudsman. It collects the most relevant texts from these institutions and also the answers given to them by the European Commission.

[Estudo](#) [EN](#)

Contribution to Growth: Free Movements of Goods - Delivering Economic Benefits for Citizens and Businesses

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-03-2019

Autor externo Prof. Dr. Panu Poutvaara

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comércio internacional | construção europeia | DIREITO | direitos e liberdades | ECONOMIA | integração económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | liberdade de comércio | livre circulação de mercadorias | mercado único | política económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study summarizes the current literature on the economic benefits of the free movement of goods in the EU Single Market. A theory-grounded sectoral gravity model has found that EU Single Market increased real income in the European Union by approximately 6,43%. Furthermore, we discuss ex-ante analyses of the benefits of legislation that enhances European Market integration. This document was commissioned by the Policy Department A at the request of the European Parliament's Committee on Internal Market and Consumer Protection (IMCO)..

Análise aprofundada [EN](#)

Contribution to Growth: Customs union Delivering improved rights for European citizens and businesses

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-03-2019

Autor externo Prof. Dr. Tobias STOLL

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ECONOMIA | integração económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | política aduaneira | política económica | regulamentação aduaneira | união aduaneira

Resumo This in-depth analysis was prepared by Policy Department A at the request of the IMCO Committee to provide background information on rights and benefits delivered to European citizens by developments of the EU Customs Union and on the potential for further achievements.

Análise aprofundada [EN](#)

Regulating disinformation with artificial intelligence

Tipo de publicação Estudo

Data 13-03-2019

Autor externo DG, EPRS

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Emprego | Governança Mundial | Política de Investigação | Política Social

Palavra-chave comunicação | desinformação | difusão da informação | DIREITO | direitos e liberdades | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | inteligência artificial | liberdade de expressão | pluralismo dos meios de comunicação

Resumo In this study, we examine the consequences of the increasingly prevalent use of artificial intelligence (AI) disinformation initiatives upon freedom of expression, pluralism and the functioning of a democratic polity. The study examines the trade-offs in using automated technology to limit the spread of disinformation online. It presents (self-regulatory to legislative) options to regulate automated content recognition (ACR) technologies in this context. Special attention is paid to the opportunities for the European Union as a whole to take the lead in setting the framework for designing these technologies in a way that enhances accountability and transparency and respects free speech. The present project reviews some of the key academic and policy ideas on technology and disinformation and highlights their relevance to European policy.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

Revising the European Citizens' Initiative

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-03-2019

Autor TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | construção europeia | cooperação interinstitucional (UE) | democracia participativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | Iniciativa de Cidadania Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | petição | poder de iniciativa | proposta (UE) | quadro político | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Citizens' Initiative (ECI) has been in operation for almost seven years, and the rules governing its functioning are now subject to revision. Following interinstitutional negotiations, the Parliament and Council reached a provisional agreement on the Commission's proposal to revise the ECI. That agreement now requires formal approval by the co-legislators, and the European Parliament is expected to vote on the proposal during its March I plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Understanding algorithmic decision-making: Opportunities and challenges

Tipo de publicação Estudo

Data 05-03-2019

Autor externo DG, EPRS

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave DIREITO | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | gestão administrativa | igualdade de tratamento | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | megadados | processamento de dados | tomada de decisão

Resumo The expected benefits of Algorithmic Decision Systems (ADS) may be offset by the variety of risks for individuals (discrimination, unfair practices, loss of autonomy, etc.), the economy (unfair practices, limited access to markets, etc.) and society as a whole (manipulation, threat to democracy, etc.). We present existing options to reduce the risks related to ADS and explain their limitations. We sketch some recommendations to overcome these limitations to be able to benefit from the tremendous possibilities of ADS while limiting the risks related to their use. Beyond providing an up-to-date and systematic review of the situation, the report gives a precise definition of a number of key terms and an analysis of their differences. The main focus of the report is the technical aspects of ADS. However, other legal, ethical and social dimensions are considered to broaden the discussion.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

The meaning of 'association' under EU law - A study on the law and practice of EU association agreements

Tipo de publicação Estudo

Data 18-02-2019

Autor externo Peter VAN ELSUWEGE, Merijn CHAMON

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo de associação (UE) | construção europeia | negociação de acordo (UE) | país associado | país terceiro | política de cooperação | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCE Committee, analyses the law and practice of EU association agreements. It maps out different types of association agreements concluded on the legal basis of Article 217 TFEU and identifies the key features characterising the nature of association under EU law.

Estudo [EN](#)

Contribution to Growth: The Single Market for Services. Delivering Economic benefits for citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 15-02-2019

Autor externo Jacques Pelkmans, Foundation EUROSCOPE and College of Europe

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | consequências económicas | construção europeia | contratação pública | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre prestação de serviços | mercado único | política comercial | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study surveys generic economic impact studies on services in the single market, summarizes the achievements of the EU legislator in the single services market in the period 2010 – 2018 as well as the principal non-legislative initiatives, discusses the estimated economic benefits of those achievements up to 2018 and attempts to identify the potential for further economic benefits in the near future. Suggestions for continued and new initiatives for the single services market are provided.
This document was prepared by Policy Department A: Economic and Scientific Policy, at the request of the Committee for the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

The EU framework for enforcing the respect of the rule of law and the Union's fundamental principles and values

Tipo de publicação Estudo

Data 25-01-2019

Autor externo Diego LÓPEZ GARRIDO, Antonio LÓPEZ CASTILLO

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | democracia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | Estado de Direito | quadro político | Tratado da União Europeia | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines the EU founding values and principles set out in Article 2 TEU and the instruments at the EU's disposal to uphold them, in particular Article 7 TEU and Article 258 TFEU, as well as the Rule of Law Framework launched by the European Commission. Focusing on rule of law, the study also examines how these instruments have been used, in particular in the cases of Poland and Hungary. The study also looks into the proposals put forward by the Parliament and the Commission and gives recommendations: it proposes, in particular, the signing of the European Convention on Human Rights by the EU as well as the introduction of economic conditionality into EU Cohesion Policy and its funds as a sanction mechanism.

Estudo [EN](#)

Contribution to growth. The European Digital Single Market. Delivering economic benefits for citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 15-01-2019

Autor externo J. Scott Marcus, Dr Georgios Petropoulos, Dr Timothy Yeung

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comercialização | comércio eletrónico | construção europeia | ECONOMIA | economia digital | estrutura económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Numerous legislative measures have been initiated or enacted in support of the overall achievement of a Digital Single Market (DSM). This in-depth analysis provides a brief stock-taking of what has been achieved in economic terms, of what remains to be done, and of candidate initiatives for the next legislative term. The study was prepared by Policy Department A on the request of European Parliament's Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#), [PL](#)

Contribution to growth: European Public Procurement

Tipo de publicação Estudo

Data 15-01-2019

Autor externo Christopher BOVIS

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave adjudicação por contrato | administração eletrónica | apresentação de propostas a concurso | ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | construção europeia | contratação eletrónica | contratação pública ecológica | desenvolvimento sustentável | despesas públicas | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estratégia de crescimento da UE | FINANÇAS | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | organização de empresas | orçamento | parceria público-privado | poder executivo e administração pública | política comercial | política económica | serviço público | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study evaluates the objectives of legislative actions in the area of public procurement during the 7th and 8th legislature and assesses the contribution of current initiatives to the achievement of EU objectives. This document provides for a critical analysis of the legal framework of the public procurement regime and identifies the future potential of European public procurement. This document was prepared by Policy Department A: Economic and Scientific Policy, at the request of the Committee for the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

State of the art and future of artificial in-telligence

Tipo de publicação Briefing

Data 15-01-2019

Autor externo Dr Aleksandra Przegalinska

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | mudança tecnológica | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | robótica | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo Artificial Intelligence is a booming field of scientific discovery and practical deployments. Once a mostly academic area of study, twenty-first century AI enables a spectrum of mainstream technologies that are having a substantial impact on everyday lives. In many cases, already now, AI accompanies the users in our everyday errands and professional lives. In the future it will not only reshape business, public administration, health care, finances or education, but may also contribute to solving grand civilizational challenges such as climate change, hunger or inequality. The phase of AI massively transforming society, economy, and politics has already begun.

Briefing [EN](#)

Employment barriers in border regions: Strategies and EU funding

Tipo de publicação Estudo

Data 15-01-2019

Autor externo Vanessa Ludden, Angeli Jeyarajah

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Orçamento | Política Social

Palavra-chave competências linguísticas | comunicação | construção europeia | cooperação transfronteiriça | dimensão transfronteiras | disparidade económica | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | finanças da União Europeia | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | Fundo Social Europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mobilidade da mão de obra | operário qualificado | organismo da UE | política de cooperação | programa da UE | quadro social | qualidade de vida | QUESTÕES SOCIAIS | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | situação económica | sítio internet | trabalhador fronteiriço | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study draws primarily on available literature, as well as on information gathered from interviews to examine barriers to employment in border regions. The study first outlines cross-border labour mobility trends and drivers. It then looks at barriers to cross-border labour mobility before assessing measures - including legislation, key programmes and initiatives, and funding structures - adopted at EU-level to address them. The study concludes by presenting a series of recommendations on ways to facilitate cross-border labour mobility going forward. This analysis has been produced by Policy Department A at request of the EMPL Committee to feed into its work on the European Social Fund Plus.

Estudo [EN](#)

The Council of the EU: from the Congress of Ambassadors to a genuine Parliamentary Chamber?

Tipo de publicação Estudo

Data 14-01-2019

Autor externo Olivier Rozenberg

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | Conselho da União Europeia | Conselho Europeu | estrutura institucional | governação | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | reforma institucional | relação interinstitucional (UE) | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee discusses the parliamentary nature of the Council. It analyses how the Council is in between a pure parliamentary institution and a non-parliamentary one from a wide range of perspectives, for example its structure, procedure and transparency. The study recommends incremental reforms towards further parliamentarisation rather than radical ones.

Estudo [EN](#)

[Ten issues to watch in 2019](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 08-01-2019

Autor BASSOT Etienne

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Orçamento | Política de Investigação | Segurança e Defesa

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | comércio internacional | construção europeia | degradação do ambiente | digitalização | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | eleição europeia | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | inteligência artificial | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | megadados | meio marinho | meio natural | mercado único digital | mobilidade sustentável | organização dos transportes | orçamento da UE | Parlamento Europeu | pesca | poluição marítima | política comum da pesca | política de transportes | processo eleitoral | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA | veículo elétrico | África | África

Resumo This is the third edition of an annual EPRS publication designed to identify and frame some of the key issues and policy areas that are likely to feature prominently on the political agenda of the European Union over the coming year. The topics analysed are the outlook for a new European Parliament and new European Commission, the way forward for the soon-to-be EU-27, the future financing of the Union, the process of digital transformation, artificial intelligence and collective intelligence, internal security, trade wars, Africa, electric mobility, and the oceans.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Unlocking the potential of the EU Treaties: An article-by-article analysis of the scope for action](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 07-01-2019

Autor BASSOT Etienne

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | FINANÇAS | fraude contra a UE | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | missão civil da UE | missão militar da UE | Política Externa e de Segurança Comum | proteção dos dados | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações monetárias | segurança europeia | segurança internacional | terrorismo | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | zona euro

Resumo Public opinion often expresses the view that the European Union should do more to improve the lives of citizens in various policy areas, but a lack of convergence among Member States on the desired changes, not to mention likely hurdles in the ratification process, as well as other factors make any significant reform of the EU Treaties unlikely in the near term. This study identifies and analyses 34 policy areas where there may be the potential to do more under the existing legal bases provided by the Treaties without recourse to any amendment or updating of those texts. It looks at currently unused or under-used legal bases in the Treaties with a view to their contributing more effectively to the EU policy process.

Estudo [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Fit for purpose? The Facilitation Directive and the criminalisation of humanitarian assistance to irregular migrants: 2018 update](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 21-12-2018

Autor externo Sergio CARRERA (scientific coordinator), CEPS and the Migration Policy Centre – European University Institute
Lina VOSYLIUTE, CEPS
Stephanie SMIALOWSKI, CEPS
Dr Jennifer ALLSOPP, Postdoctoral Research Fellow, Migration Leadership Team, London International Development Centre, SOAS University of London
Gabriella SANCHEZ, Migration Policy Centre – European University Institute

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Petições ao Parlamento Europeu | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave análise económica | aproximação das legislações | combate ao crime | crime organizado | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | direitos e liberdades | direitos humanos | diretiva CE | ECONOMIA | Estado-Membro UE | estudo de impacto | GEOGRAFIA | geografia económica | infração | migração ilegal | migrações | QUESTÕES SOCIAIS | sanção penal | tráfico de seres humanos | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PETI Committee, aims to update the 2016 study "Fit for purpose? The Facilitation Directive and the criminalisation of humanitarian assistance to irregular migrants". It takes stock of and examines the latest developments that have taken place since 2016, specifically the legislative and policy changes, along with various forms and cases of criminalisation of humanitarian actors, migrants' family members and basic service providers. The study uses the notion of 'policing humanitarianism' to describe not only cases of formal prosecution and sentencing in criminal justice procedures, but also wider dynamics of suspicion, intimidation, harassment and disciplining in five selected Member States – Belgium, France, Greece, Hungary and Italy. Policing humanitarianism negatively affects EU citizens' rights – such as the freedom of assembly, freedom of speech and freedom of conscience. When civil society is effectively (self-)silenced and its accountability role undermined, policies to combat migrant smuggling may be overused and give rise to serious breaches of the EU's founding values, notably the rule of law, democracy and fundamental rights. Moreover, policing humanitarianism negatively affects wider societal trust and diverts the limited resources of law enforcement from investigating more serious crimes.

Estudo [EN](#)

Implementation of the Treaty provisions concerning enhanced cooperation

Tipo de publicação Estudo

Data 20-12-2018

Autor KIENDL KRISTO IVANA

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Segurança e Defesa

Palavra-chave comissão PE | construção europeia | cooperação judiciária civil na UE | cooperação reforçada | DIREITO | direito da União Europeia | direito matrimonial | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa comum europeia | Estado-Membro UE | família | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | investigação e propriedade intelectual | jurisprudência (UE) | livre circulação de capitais | ministério público | organização da justiça | Política Externa e de Segurança Comum | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade intelectual | QUESTÕES SOCIAIS | relatório | transação financeira | Tratado de Amesterdão | união civil | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study examines the existing (and planned) instances of enhanced cooperation (EnC), their institutional set up and state of play. Our analysis is at this point of time limited to the one EnC case with sufficient implementation record (EnC in divorce law, applied for more than six years to date). The remaining cases either began very recently (PESCO in late 2017); are in the preparatory stages (EPPO); are set to start in the near future (2019 for EnC in property regime rules); have not as yet entered into force (EnC in unitary patent protection awaiting ratification of the UPC Agreement by DE); or are yet to be agreed upon (FTT).

Estudo [EN](#)

Societal costs of “Fake news” in the Digital Single Market

Tipo de publicação Estudo

Data 14-12-2018

Autor externo Prof. Dr. Divina Frau-Meigs

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso à informação | ATIVIDADE POLÍTICA | autoestrada da informação | autorregulamentação | comunicação | desinformação | difusão da informação | DIREITO | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | informação e tratamento da informação | media sociais | organização eleitoral | processo eleitoral | propaganda política | Rússia | sítio internet | vida política e segurança pública

Resumo This in-depth analysis explores the mechanisms of “fake news” and its societal costs in the Digital Single Market. It describes the risks to the integrity of information and to the integrity of elections. It highlights the roles of the various actors involved in the production and amplification of such information disorders. Finally, it outlines responses that are being tested in different parts of Europe to deal with the issue. The document has been provided by Policy Department A at the request of the European Parliament Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

Contribution to growth. European Public Procurement. Delivering economic benefits for citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 14-12-2018

Autor externo Jörg Becker, Marco Niemann, Sebastian Halsbenning

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave adjudicação por contrato | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio intra-UE | concorrência | concorrência | construção europeia | contratação eletrónica | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | interligação entre sistemas | mercado único | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política comercial | recolha de dados | regiões e política regional | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Numerous legislative measures have been initiated or enacted in support of the overall achievement of a Digital Single Market (DSM). This in-depth analysis provides a brief stock-taking of what has been achieved in economic terms, of what remains to be done, and of candidate initiatives for the next legislative term. The study was prepared by Policy Department A on the request of European Parliament’s Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

[European Council conclusions - A rolling check-list of commitments to date](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 12-12-2018

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Segurança e Defesa

Palavra-chave Acordo de Schengen | AMBIENTE | cimeira | competitividade | comércio internacional | comércio internacional | Conselho Europeu | construção europeia | DIREITO | direito internacional | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | espaço de liberdade, segurança e justiça | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | mercado único digital | migrações | organização de empresas | política ambiental | política de desenvolvimento | política de emprego da UE | política económica | política económica | política energética | política energética da UE | Política Externa e de Segurança Comum | política internacional | política migratória da UE | política para as alterações climáticas | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The role of the European Council – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' – has evolved rapidly over the last decade. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think-tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery on commitments made in the conclusions of its meetings. This overview of European Council conclusions is a new, updated and more comprehensive edition of the Rolling Check-List which has been published regularly by the European Council Oversight Unit since 2014. It is designed to review the degree of progress in achieving the goals that the European Council has set itself and to assist the Parliament in exercising its important oversight role in this field.

Estudo [EN](#)

[What if we genetically engineered an entire species?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 07-12-2018

Autor VAN WOENSEL Lieve

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Política de Investigação | Saúde Pública

Palavra-chave AMBIENTE | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | ecossistema | genética | impacto ambiental | meio natural | organismo geneticamente modificado | política ambiental | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo 'Gene drives' are best known for their capacity to suppress malaria by eradicating mosquito populations. However, its applications reach even further, including the potential to eliminate other insect-transmitted diseases, erasing herbicide and pesticide resistance in weeds and pests, and removing invasive species from ecosystems. How do we navigate the potential benefits and significant risks that are involved in gene drive use?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if we genetically engineered an entire species?](#)

[Action for damages against the EU](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 07-12-2018

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | ação civil | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | competência jurisdicional | construção europeia | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | Estado de Direito | jurisprudência (UE) | justiça | organização da justiça | perdas e danos | quadro político | responsabilidade | Tratado de Lisboa | Tratado sobre o Funcionamento da UE | União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Most legal systems, both of states and of international organisations, provide for the liability of public administrations for damage done to individuals. This area of the law, known as 'public tort law', varies considerably from country to country, even within the European Union (EU). The EU Treaties have, from the outset, provided for liability of the EU for public torts (wrongs), in the form of action for damages against the EU, now codified in the second and third paragraphs of Article 340 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU). However, these rules are notoriously vague and brief, and refer to the 'general principles common to the laws of the Member States' as the source for the rules of EU public tort law. Since the laws of the Member States on public torts differ significantly, the reference has been treated by the Court of Justice of the European Union (CJEU) as empowerment to develop EU public tort law in its own case law. The rules developed by the CJEU have been criticised by some academics as being very complex, non-transparent and unpredictable. Experts have also pointed out that the threshold of liability is set so high that actions for damages prove successful in very few cases only. According to the data available, from the establishment of the EU until 2014, the Court only actually granted compensation to applicants in 39 cases. As a result, some scholars have even pointed out that the principle of EU liability for public torts is 'illusory' and that action for damages is not an effective means of protecting fundamental rights. Other academics add that the question of establishing the principles of EU public tort law is not merely a technical issue, but a political one, as it touches upon fundamental questions of distributive justice and the form of government in the Union, and therefore should be the subject of democratic debate. This Briefing is one in a series aimed at explaining the activities of the CJEU.

Briefing [EN](#)

[Expedited settlement of commercial disputes](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 05-12-2018

Autor MANKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave comércio internacional | diferendo comercial | DIREITO | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | justiça | processo civil | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | resolução de diferendos | segurança internacional

Resumo The value of cross-border civil litigation is estimated at €7.7 billion annually. However, enforcing cross-border commercial contracts in national courts is cumbersome due to often protracted civil proceedings and divergences in national procedural rules. The Legal Affairs Committee suggests to remedy this by creating a European expedited civil procedure, and possibly even establishing a European commercial court. The committee's legislative-initiative report is due to be debated during the December plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[Outcome of the special European Council \(Article 50\), 25 November 2018](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 29-11-2018

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Conselho Europeu | construção europeia | DIREITO | direitos e liberdades | direitos fundamentais | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Gibraltar | instituições da União Europeia e função pública europeia | negociação de acordo (UE) | países e territórios ultramarinos | pertença à União Europeia | período de transição (UE) | política de cooperação | política de cooperação | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo EU-27 leaders endorsed the withdrawal agreement and approved the political declaration on future EU-UK relations on 25 November 2018. After last minute statements regarding Gibraltar and clarification on a possible extension to the transition period removed all obstacles. The agreement is due to enter into force on 30 March 2019. President Tajani stressed that the European Parliament 'welcomes the Political Declaration on the future relationship and regards it as an excellent basis on which to develop [the EU's] post-Brexit cooperation with the United Kingdom'.

Briefing [EN](#)

[EU Agencies, Common Approach and Parliamentary Scrutiny](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 21-11-2018

Autor externo EPRS, DG

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave agência europeia | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | competência do PE | controlo parlamentar | finanças da União Europeia | governação | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | transparência administrativa | transparência financeira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Decentralised agencies were set up on a case-by-case basis over the years, to respond to emerging individual policy needs. Currently there are 36 of them and they have been operating under very diverse conditions. This study provides an overview of the different decentralised EU agencies according to a number of criteria; including their functions, legal bases, sources of financing, respective roles of Parliament, Council, Commission and Member States, stakeholder involvement and transparency. It particularly examines how the parliamentary scrutiny over decentralised agencies is ensured and suggests possible improvements to those mechanisms in order to reach a more coherent, efficient and transparent institutional set up for the parliamentary scrutiny over agencies' activities.

Estudo [EN](#)

[Transposition of EU legislation into domestic law: Challenges faced by National Parliaments](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 21-11-2018

Autor externo Wim Voermans, Professor of Constitutional and Administrative Law, Leiden University

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | relações interinstitucionais | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo National Parliaments have emancipated themselves into the EU legislative process and have become more actively involved at the European level. This briefing provides an analysis of the role of National Parliaments in the process of transposition of EU legislation – a mere segment of the overall implementation process.

Briefing [EN](#)

[What if algorithms could abide by ethical principles?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 20-11-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Política de Investigação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave CIÊNCIAS | ciências humanas | DIREITO | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | gestão administrativa | impacto das tecnologias da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | luta contra a discriminação | sistema informático | tomada de decisão | ética

Resumo Algorithms, are step-by-step procedure for solving a problem, usually expressed in computer code as a set of instructions for a computer to follow in order to complete a task. Day-to-day decisions around the world are increasingly based on data science techniques powered by machine learning algorithms that are gradually making a meaningful impact on human lives. For example, the operation of intermediary platforms that propose accommodation (AirBnB) or transportation alternatives (Uber) are extensively using algorithms. Algorithms implicitly or explicitly are not neutral as they comprise essential value-judgments that can potentially have race or sex biases. This raises an important question: is it possible to develop and ensure that algorithms are ethical?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if algorithms were to become ethical?](#)

[The European Ombudsman: Reflections on the role and its potential](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 20-11-2018

Autor KOTANIDIS Sílvia

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave administração da instituição | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | Provedor de Justiça Europeu | transparência administrativa | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA | vida institucional | vida política e segurança pública

Resumo The European Ombudsman is a body established to ensure that maladministration in the EU institutions is addressed and where possible remedied. From the establishment of the European Ombudsman, personalities and the open-ended character of the notion of maladministration have been relevant in shaping the activity of the office. Maladministration is widely accepted to be a sphere of inappropriate behaviour of the administration that goes beyond simple illegality. The particularity of the Ombudsman lies therefore on the fact that it is able, through the exercise of 'soft power', to tackle issues that would escape the scrutiny of the Court of Justice of the EU. This paper provides an overview of the activity of the Ombudsman, and attempts to identify the main areas of activity in quantitative terms, the main institutions to which the Ombudsman addresses inquiries and recommendations and highlights the proactive role exercised by this body so far. The compliance rate with the recommendations of the Ombudsman is rather high, although it would seem to decrease where the Ombudsman, by issuing critical remarks, exercises an 'educational' function. This paper also sets out some proposals to modify the Statute, with some less-extensive proposals, that would take into account already established practices, and other more far-reaching proposals, that would need however to be carefully considered so as not to distort the nature of the body.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

[Commission work programme 2019](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 19-11-2018

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | aplicação do direito da UE | aprofundamento da União Europeia | ATIVIDADE POLÍTICA | cimeira | construção europeia | direito da União Europeia | ECONOMIA | eleição europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | gestão administrativa | livre circulação de capitais | mercado de capitais | pesca | política ambiental | política comum da pesca | política económica | política energética | política energética da UE | política internacional | política para as alterações climáticas | processo eleitoral | programa de ação | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing is intended as a background overview for parliamentary committees planning their activities in relation to the European Commission's work programme 2019. It gives a brief description of the content of the work programme concentrating on the Commission's communication COM(2018)800 and its annexes.

Briefing [EN](#)

[Transposition, implementation and enforcement of Union law](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 15-11-2018

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | medida nacional de execução | processo por infração (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The note provides a simplified and brief explanation of terminology linked with the transposition, implementation and application of EU law. It also points out the main roles of the EU institutions and Member States during the legislative procedures leading to adoption of European legislation and a possible infringement procedure.

[Em síntese](#) [EN](#)

[Challenges in the implementation of EU Law at national level](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-11-2018

Autor externo Melanie Smith

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing analyses specific implications of the better regulation package for the European Commission's enforcement policy. It also assesses the current state of play of implementation of EU law using the latest available data. Additionally, it analyses the main barriers to effective implementation and how the EU institutions can assist national parliaments with these problems. Finally, it makes some key policy recommendations for further empowering national and EU institutions in ensuring timely and correct application of EU law.

[Briefing](#) [EN](#)

[Money laundering and tax evasion risks in free ports](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 17-10-2018

Autor KORVER RONNIE JOHANNES

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | branqueamento de capitais | comércio de arte | cooperação administrativa | cooperação aduaneira | cultura e religião | DIREITO | direito penal | Europa | FINANÇAS | fraude fiscal | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de capitais | Luxemburgo | poder executivo e administração pública | política aduaneira | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | regime aduaneiro da UE | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Suíça | zona franca

Resumo Freeports are conducive to secrecy. In their preferential treatment, they resemble offshore financial centres, offering both high security and discretion and allowing transactions to be made without attracting attention of regulators and direct tax authorities. This study argues that the legal anti-money laundering and tax evasion framework in place in the EU (and elsewhere) is only partially effective in combatting money laundering and tax evasion.

[Estudo](#) [EN](#)

[What if gene editing became routine practice?](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 16-10-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Política de Investigação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar

Palavra-chave bioética | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | engenharia genética | genética | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | tecnologia e regulamentação técnica | vida social

Resumo The CRISPR-Cas9 system currently stands out as the fastest, cheapest and most reliable system for 'editing' genes. It is seen as the biggest game changer in the field of gene editing due to its high degree of reliability, effectiveness and low cost. At the same time, the use of CRISPR has generated a series of socio-ethical concerns over whether and how gene editing should be used to make heritable changes to the human genome, to lead to designer babies, to generate potentially risky genome edits or to disrupt entire ecosystems.

[Em síntese](#) [EN](#)

Brexit and Migration

Tipo de publicação Estudo

Data 16-10-2018

Autor externo Carolus Grütters, Elspeth Guild, Paul Minderhoud, Ricky van Oers, Tineke Strik

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Segurança e Defesa

Palavra-chave acordo internacional | construção europeia | demografia e população | DIREITO | direito internacional | direito à segurança social | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Europa | fronteira interna da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | livre circulação de pessoas | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | migração familiar | migrações | negociação de acordo (UE) | país terceiro | política de cooperação | política de vistos da UE | política internacional | política migratória | prestação social | profissão independente | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | residência | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, at the request of the European Parliament Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE Committee), focuses on the future relationship between the UK and the EU following the UK's withdrawal from the EU in the field of migration (excluding asylum), including future movement of EU citizens and UK nationals between the EU and UK. Moreover, it investigates the role of the Court of Justice of the EU.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

Research for AGRI Committee - The CAP support beyond 2020 - Assessing the future structure of direct payments and the rural development interventions in the light of the EU agricultural and environmental challenges

Tipo de publicação Estudo

Data 15-10-2018

Autor externo R.A. Jongeneel; H. Silvis; K. Poppe - Wageningen UR

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave agricultura sustentável | AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AGROALIMENTAR | ajuda à agricultura | algodão | AMBIENTE | desenvolvimento rural | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estrutura económica | gestão administrativa | gestão de riscos | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | jovem agricultor | pagamentos diretos da UE | pequenas e médias empresas | política agrícola | política ambiental | política para as alterações climáticas | produto vegetal | proteção do ambiente | regiões e política regional | rendimento do agricultor | setor agrícola | sistema de exploração agrícola | tipos de empresa | trocas agrícolas | trocas comerciais

Resumo This study provides an assessment of the structure and type of interventions as proposed by the European Commission on the CAP beyond 2020 (Title III of the proposal COM(2018) 392). All Direct Payment and Rural development interventions have been examined in the context of the main agricultural and environmental challenges the EU faces. A set of recommendation is made for the improvement of specific instruments and to address policy priorities and level playing field concerns.

Estudo [EN](#)

Research for AGRI Committee - The sectoral approach in the CAP beyond 2020 and possible options to improve the EU food value chain

Tipo de publicação Estudo

Data 15-10-2018

Autor externo Tomás García Azcárate, Institute of Economics, Geography and Demography, (Spanish Research Council - CSIC)

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave agricultor | AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | ajuda à agricultura | AMBIENTE | desenvolvimento rural | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estrutura económica | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | pequenas e médias empresas | política agrícola | Política Agrícola Comum | política ambiental | política para as alterações climáticas | proteção do ambiente | recolha de dados | regiões e política regional | setor agrícola | sistema de exploração agrícola | tipos de empresa | trocas agrícolas | trocas comerciais

Resumo This study addresses the current rules both the current European rules applicable to the Common Agricultural Market Organisation and the recent proposal of the Commission in the CAP beyond 2020. It also suggests possible improvements of the proposal. It was presented to the Committee on Agriculture and Rural Development on 15 October 2018.

Estudo [EN](#)

Research for AGRI Committee - The CAP Strategic Plans beyond 2020 - Assessing the architecture in order to achieve the EU-wide objectives

Tipo de publicação Estudo

Data 15-10-2018

Autor externo Emil Erjavec, Marko Lovec, Luka Juvančič, Tanja Šumrada, Ilona Rac - Ljubljana University

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave agricultor | AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | ajuda à agricultura | AMBIENTE | desenvolvimento rural | ECONOMIA | Estado-Membro UE | estrutura económica | GEOGRAFIA | geografia económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | política agrícola | Política Agrícola Comum | política ambiental | política para as alterações climáticas | proteção do ambiente | regiões e política regional | setor agrícola | sistema de exploração agrícola | trocas agrícolas | trocas comerciais

Resumo The study is assessing the design of the new CAP Strategic Plans as foreseen in the proposal COM (2018) 392. The proposed strategic planning is a step forward in evidence-based policy-making, enabling greater flexibility for Member states and the efficiency of the policy. The remaining challenges are associated with the complexity of the process and limited capability, or willingness, of the policy system to implement it. Suggested improvements relate to analytical support, inclusive preparation process, smooth implementation and rewarded ambition.

Estudo [EN](#)

The future relationship between the UK and the EU in the field of international protection following the UK's withdrawal from the EU

Tipo de publicação Estudo

Data 15-10-2018

Autor externo Mirja GUTHEIL; Quentin LIGER; James EAGER; Aurélie HEETMAN; Micol TEDESCHI

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave acordo internacional | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direito de asilo | direito internacional | estrangeiro | Europa | finanças da União Europeia | fundo (UE) | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | jurisprudência (UE) | migrações | negociação de acordo (UE) | país terceiro | política de cooperação | política internacional | política migratória da UE | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | requerente de asilo | retirada da UE | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, at the request of the LIBE Committee, provides expertise on the legal, institutional and technical implications of the UK's withdrawal from the EU in the field of international protection. More specifically, this analysis presents the current situation with regard to UK-EU cooperation in the field, the legal standards that will be applicable to the UK following its withdrawal, the areas of common interest in the field and the potential forms of future cooperation.

Estudo [EN](#)

Anexo 1 [EN](#)

Il diritto al rispetto della vita privata: le sfide digitali, una prospettiva di diritto comparato - Unione europea

Tipo de publicação Estudo

Data 04-10-2018

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Resumo Il presente studio fa parte di un progetto più ampio che mira a gettare le basi per comparare il regime giuridico applicabile per quanto concerne il diritto al rispetto della vita privata in diversi ordinamenti giuridici e per confrontare le varie soluzioni che tali ordinamenti prevedono per le sfide che l'era digitale comporta per tale diritto. Il documento esamina, per quanto riguarda l'Unione europea e l'argomento trattati, la legislazione vigente, la giurisprudenza principale e la natura del diritto al rispetto della vita privata. Vengono infine formulate alcune conclusioni sulle sfide summenzionate. Lo studio si propone di analizzare l'evoluzione storica della tutela del diritto al rispetto della vita privata, in tutti gli ambiti in cui si articola, nonché la portata delle norme introdotte da fonti primarie e di diritto derivato nell'ordinamento giuridico dell'Unione europea, lette alla luce della giurisprudenza interpretativa della Corte di giustizia nonché valutate in considerazione delle sfide poste dai processi di progressiva digitalizzazione dei dati e delle informazioni personali.

Estudo [IT](#)

Lessons from ESF for ESF+: Workshop summary report

Tipo de publicação Briefing

Data 28-09-2018

Autor KENNEDY AOIFE | KRAATZ Susanne

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Cultura | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Emprego | Orçamento | Política Social | Programação

Palavra-chave ajuda ao emprego | construção europeia | contabilidade nacional | criança | demografia e população | ECONOMIA | Estado-Membro UE | finanças da União Europeia | Fundo Social Europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | iniciativa da UE | integração social | pobreza | política económica | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This briefing summarises presentations and recommendations from a workshop having been organised for the Employment and Social Affairs Committee to support its work on the new regulation. Topics include: absorption, beneficiaries' experience, fighting child poverty, institutional capacity building, the integration of FEAD and YEI.

Briefing [EN](#)

What if blockchain offered a way to reconcile privacy with transparency?

Tipo de publicação Em síntese

Data 27-09-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Comércio internacional | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Política Social | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave banca eletrónica | cadeia de blocos | criptografia | dados pessoais | DIREITO | direito da informática | direito da União Europeia | direitos e liberdades | economia monetária | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | FINANÇAS | impacto das tecnologias da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | moeda virtual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | regulamento (UE) | supervisão financeira | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo One of the most appealing aspects of blockchain technology is the degree of transparency that it can provide. Blockchain has the potential to improve supply chains and clinical trials, enforce the law, enable responsible consumption and enhance democratic governance through a traceability of information as a means of ensuring that nothing is unduly modified. The level of transparency that blockchain brings forward adds a degree of accountability that has not existed to date. At the same time, one of the most appealing aspects of blockchain technology is the degree of privacy that it can provide. How could blockchain safeguard the rights to privacy and control over one's data, whilst promoting data transparency?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if blockchain were to be truly decentralised?](#)

What if blockchain were to be truly decentralised?

Tipo de publicação Em síntese

Data 27-09-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Comércio internacional | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave banca eletrónica | cadeia de blocos | centralização da informação | economia monetária | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | FINANÇAS | informação e tratamento da informação | instituições financeiras e crédito | moeda virtual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo Technological systems, once introduced in a particular socio-economic context, often evolve in unforeseen ways and may fall prey to unexpected power relations. Blockchain, as a technology that relies on decentralisation to enable storing and securing data-based transactions without central administration, is currently facing significant centralisation pressures that may undermine the purpose of operating a decentralised blockchain network. But what if blockchain fulfilled its promise to be truly decentralised?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if blockchain were to be truly decentralised?](#)

The future partnership between the European Union and the United Kingdom: Negotiating a framework for relations after Brexit

Tipo de publicação Estudo

Data 25-09-2018

Autor CIRLIG Carmen-Cristina | PUCCIO Laura

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo preferencial | ajuda ao desenvolvimento | comércio internacional | construção europeia | cooperação policial | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | negociação de acordo (UE) | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | país terceiro | política comercial | política de cooperação | Política Externa e de Segurança Comum | Reino Unido | relações comerciais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | segurança europeia | segurança internacional | União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Following the European Council's additional guidelines of March 2018, the European Union (EU) and the United Kingdom (UK) have started discussions on their future relationship after Brexit. The aim is to agree on a political framework for their future partnership by autumn 2018, to be adopted alongside the withdrawal agreement. Conclusion of a treaty or treaties establishing future EU-UK relations will only take place after the UK leaves the Union and becomes a third country. Both parties have expressed the desire to remain in a close partnership, which would cover several areas including trade and economic matters, internal security, foreign and security policy, and cooperation on defence. This study looks at the respective aims for, and principles underpinning, the negotiations, as expressed publicly to date by each party, and analyses some of the legal constraints and existing practices or precedents shaping EU cooperation with third-country partners. This allows assessment of the possibilities and limits of any future EU-UK partnership, in light of the stated objectives and 'red lines' officially announced, leading to the conclusion that, notwithstanding several common aims, significant divergences still persist with respect to the means of achieving the stated objectives.

[Estudo EN](#)

[Anexo 1 EN](#)

The Development of an Institutional Framework for the Implementation of the Association Agreements in Georgia, Moldova and Ukraine: a comparative perspective

Tipo de publicação Estudo

Data 19-09-2018

Autor externo Kataryna WOLCZUK, Professor of East European Politics, University of Birmingham and Associate Fellow, Russia and Eurasia Programme, Chatham House, United Kingdom

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Comércio internacional | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave acervo comunitário | acordo de associação (UE) | ajustamento estrutural | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | competência da assembleia | construção europeia | cooperação técnica | corrupção | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | ECONOMIA | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Geórgia | independência da justiça | Moldávia | organização da justiça | política de cooperação | política económica | reforma institucional | reforma judiciária | reforma política | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | situação política | Ucrânia | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo In recent years the EU concluded Association Agreements, including the creation of a Comprehensive Free Trade Areas with Georgia, Moldova and Ukraine. These are amongst the most complex and comprehensive legal treaties concluded by the EU with third countries. The treaties place a profound obligation on the partner countries of legal approximation, that is, to undertake extensive, binding commitments to adopt vast swathes of the *acquis* in order to stimulate political and economic development and institutional modernisation. This study shows that creating the institutional framework for implementation is a challenging and drawn-out process. While all countries have made some progress with devising these mechanisms, they are short of the necessary political leadership, policy planning, administrative capacity and there is a dearth of budgetary planning to enable effective implementation. There is also a notable need to embed implementation into wider reform strategies. While these issues are being addressed on the part of the countries, the EU can assist them by providing the necessary systemic support in an integrated, sequenced and long-term way.

[Estudo EN](#)

Research for AGRI Committee – New competition rules for the agri-food chain in the CAP post 2020

Tipo de publicação Estudo

Data 14-09-2018

Autor externo C. Del Cont; A. Iannarelli

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | agroalimentar | agroalimentar | AGROALIMENTAR | atividade agrícola | comércio internacional | comércio internacional | concurso (UE) | construção europeia | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | organização comum de mercado | política agrícola | produto agrícola | produção agrícola | reforma da PAC | regulamento (UE) | sistema de exploração agrícola | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In connection with the next reform of the CAP post 2020, the Commission has proposed a new Regulation (COM(2018)394 of 1 June 2018) on the common market organisation, amending Regulation (EU) No 1308/2013 of 13 December 2013 (amended by Regulation (EU) No 2017/2393 of 13 December 2017). This draft regulation does not, however, cover questions on the relationship between the CAP and competition; the proposal does not contain any provisions concerning the responsibilities of professional and interbranch organisations and the possible conditions of their submission to competition rules. The recent Omnibus Regulation (EU) No 2017/2393 has made changes to the legal framework for the application of competition rules to the agreements and practices of farmers and their associations. However, this new legislative framework is not yet entirely consistent and, in the light of the Court of Justice judgment handed down on 14 November 2017 in the Endive case, the progress ought to be consolidated and clarified in order to guarantee the real effectiveness of these provisions and greater legal certainty for operators. This study analyses the development of the relationship between the CAP and the competition rules and highlights the need to take corrective action with respect to current farming legislation to ensure that the CAP has primacy over the competition rules and the implementation of the objectives set out in Article 39 of the Treaty.

Estudo [EN](#), [FR](#)

Síntese [EN](#)

Workshop on “Free Flow of Data - a Cornerstone of the Digital Single Market”

Tipo de publicação Estudo

Data 14-09-2018

Autor externo Dr Simon Forge, SCF Associates
Dr Kristina Irion, University of Amsterdam
Ms Zlatina Nikolova, Counsellor, Permanent Representation of the Republic of Bulgaria to the European Union
Ms Agnes Courades Allebeck, Swedish National Board of Trade
Mr Bertrand Deprez, Digital Europe
Mr Christian Borggreen, CCIA
Ms Danielle Jacobs, INTUG
Mr Lenard Koschwitz, Allied for Startups
Ms Gabriella Cattaneo, IDC - European Government Consulting

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comunicação | construção europeia | consulta pública | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | mercado único digital | processamento de dados | proteção dos dados | transmissão de dados | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report summarises discussion which took place at the workshop “Free Flow of Data - A Cornerstone of the Digital Single Market”. The free flow of data is a complex issue with the potential to strongly influence the EU economy. With the aim of discussing the main challenges related to this topic and the recently proposed draft regulation of the European Commission, the workshop was hosted by Ms Anna Maria CORAZZA BILDT (MEP), Vice-President of the IMCO Committee in the European Parliament. This document was prepared by Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

EP-EUI Roundtable on Strategy for Artificial Intelligence in Europe

Tipo de publicação Estudo

Data 14-09-2018

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Autor externo Luis Carlos Matos

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | desinformação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inteligência artificial | investigação e desenvolvimento | investigação e propriedade intelectual | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propaganda política | proteção dos dados | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Proceedings summarise the EP-EUI roundtable on the Strategy for Artificial Intelligence in Europe. The roundtable with academics from European University Institute involved MEP Róza THUN (Chair of the Digital Single Market Working Group of the Committee for the Internal Market and Consumer Protection), MEP Mady DELVAUX (MEP), Mr Riccardo RIBERA D'ALCALA, Director-General of DG IPOL, European Parliament, Ms Catelijne MULLER (European Economic and Social Committee), and Dr Cecile HUET, the Deputy Head of Robotics and Artificial Intelligence Unit in DG CNECT. This document was prepared by Policy Department A in the framework of scientific cooperation between European Parliament and European University Institute.

Estudo [EN](#)

European political parties and political foundations – Statute and funding

Tipo de publicação Briefing

Data 07-09-2018

Autor GROSEK Kristina

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | cofinanciamento | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | financiamento da UE | financiamento dos partidos | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | liberdade de associação | liberdade de expressão | partido europeu | partido político | proposta (UE) | regulamento CE | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA

Resumo On 13 September 2017, the European Commission adopted a proposal to amend the rules on the statute and funding of European political parties and European political foundations. The proposal aimed to revise the existing, 2014, regulation ahead of the 2019 European elections, to address specific loopholes. The limited number of proposed amendments focus on providing more transparency, improving democratic legitimacy and strengthening enforcement. However, a more thorough revision will be considered at a later date. Stakeholders shared the view that the 2014 regulation needs revising in advance of the 2019 European elections. Furthermore, the proposal came as a direct response to the European Parliament resolution of 15 June 2017, which called for the revision of the current legislation. Following agreement in trilogue in March 2018, the new regulation entered into force on 4 May 2018. Second edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing [EN](#)

What if technologies challenged our ethical norms?

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-09-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave CIÊNCIAS | ciências humanas | inovação | investigação e propriedade intelectual | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica | ética

Resumo Exploring the relationship between ethics and technological innovation has always been a challenging task for policy-makers. Ethical considerations concerning the impact of research and innovation (R&I) are increasingly important owing to the quickening pace of technological innovation and the transformative potential and complexity of contemporary advances in science and technology. The multiplication of legal references to ethical principles and the mushrooming of ad hoc ethics committees indicate the institutional embedding of ethics into the scientific research process as such, but also into an increasing array of technological trajectories. Yet the rapid development of disruptive technologies means that social and ethical norms often struggle to keep up with technological development. But what if disruptive technologies were to challenge traditional ethical norms and structures?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if technologies challenged our ethical norms?](#)

What if technologies had their own ethical standards?

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-09-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Política de Investigação | Política Social | Programação | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave CIÊNCIAS | ciências humanas | inovação | investigação e propriedade intelectual | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica | ética

Resumo Technologies are often seen either as objects of ethical scrutiny or as challenging traditional ethical norms. The advent of autonomous machines, deep learning and big data techniques, blockchain applications and 'smart' technological products raises the need to introduce ethical norms into these devices. The very act of building new and emerging technologies has also become the act of creating specific moral systems within which human and artificial agents will interact through transactions with moral implications. But what if technologies introduced and defined their own ethical standards?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if technologies had their own ethical standards?](#)

Innovation and Better Synergies of Public Procurement with other Policies

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 31-08-2018

Autor externo Prof. Christopher BOVIS

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave adjudicação por contrato | AMBIENTE | apresentação de propostas a concurso | construção europeia | contratação pública | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estratégia de crescimento da UE | impacto ambiental | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | pequenas e médias empresas | política ambiental | política comercial | regiões e política regional | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This document provides the legal and policy background for the interface of the public procurement regime with policies which promote socio-economic and environmental objectives and allow innovative and strategic procurement to deploy its application in alignment with the European 2020 Growth Strategy.
This document was prepared by Policy Department A: Economic and Scientific Policy, at the request of the Committee for the Internal Market and Consumer Affairs.

Análise aprofundada [EN](#)

STUDY IN FOCUS - SKILLS DEVELOPMENT: THE POTENTIAL OF THE EUROPEAN FUND FOR STRATEGIC INVESTMENTS

Tipo de publicação Briefing

Data 16-08-2018

Autor KRAATZ Susanne

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Orçamento

Palavra-chave análise económica | ECONOMIA | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | estatística | finanças da União Europeia | Fundo de Coesão | Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | Fundo Social Europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | intercâmbio escolar | mercado do trabalho | mercado do trabalho | política de emprego da UE | reciclagem profissional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing summarises key results from a comprehensive study prepared at request of the Employment and Social Affairs Committee. It includes an action plan taking account of the Commission proposal for the new programme InvestEU.

Briefing [EN](#)

Mitigating labour market dualism: Single Open-Ended Contracts and other instruments

Tipo de publicação Briefing

Data 16-08-2018

Autor KRAATZ Susanne

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Política Social

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | análise económica | análise económica | contrato de trabalho | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | mercado do trabalho | mercado do trabalho | trabalho temporário

Resumo This briefing summarises key results from a comprehensive study prepared at request of the Employment and Social Affairs Committee. It concludes with a discussion of policy options to mitigate the negative side effects of increasing temporary employment.

Briefing [EN](#)

[EP-EUI Roundtable - Role of the European Parliament in promoting the use of independent expertise in the legislative process](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 16-08-2018

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | governação | grupo de peritos (UE) | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio científico | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | política de cooperação | redação legislativa | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | trabalhos parlamentares | transparência administrativa | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report reflects on the role of European Parliament in promoting the use of independent expertise in the European legislative process.
The European Parliament has a unique model of involving independent expertise of universities and think tanks in the European legislative process to guarantee that its decisions are based on the best available evidence. The EP-EUI roundtable discussed the general framework, best practices and the way forward for involving independent expertise in the European legislative process.
This document has been prepared in the framework of scientific cooperation between the European Parliament and the European University Institute.

Estudo [EN](#)

[Fighting child poverty: the role of EU funding](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 16-08-2018

Autor externo Haroldas BROZAITIS, Alina MAKAREVICIENE, Karolina LIPNICKIENE et al., PPMI

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Cultura | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Emprego | Orçamento | Política Social | Programação

Palavra-chave análise económica | contabilidade nacional | criança | cuidados de saúde | demografia e população | ECONOMIA | economia monetária | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | estatística da UE | FEADER | FINANÇAS | finanças da União Europeia | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | Fundo Social Europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | pobreza | política da educação | QUESTÕES SOCIAIS | repartição do financiamento da UE | saúde | Semestre Europeu | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study focuses on the role of EU funding in fighting multidimensional child poverty in EU Member States. It analyses the use of EU funding (ESF, ERDF, EAFRD and FEAD) to address the problems of children at risk of poverty and social exclusion, and in particular materially deprived children. It reveals that although investments addressing child poverty problems are less visible in the strategic and monitoring framework of EU funds, Member States do use the available EU funding.

Estudo [EN](#)

[Brexit and ICT Policy - Workshop Proceedings](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 16-08-2018

Autor externo J Scott MARCUS, Bruegel, Alexander ROTH, Bruegel and Gaurav SANDHAR, Bruegel

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Energia | Indústria | Política de Investigação

Palavra-chave América | comunicação | construção europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estados Unidos | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | inovação | investigação e propriedade intelectual | itinerância | negociação de acordo (UE) | política da UE | política internacional | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | programa-quadro de IDT | Reino Unido | relações bilaterais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | telecomunicação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report summarises the presentations given and subsequent discussion at the "Brexit and ICT Policy" workshop which was held on 19 June 2018. A range of views on the potential impact of Brexit on research, innovation, and regulation of Information and Communications Technologies (ICT) within the EU27 was presented, taking into account the different forms of Brexit that are possible. This document was prepared by Policy Department A at the request of the Committee on Industry, Research and Energy (ITRE).

Estudo [EN](#)

Study in focus: Fighting child poverty: the role of EU funding

Tipo de publicação Briefing

Data 16-08-2018

Autor KRAATZ Susanne

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Cultura | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Emprego | Orçamento | Programação

Palavra-chave análise económica | contabilidade nacional | criança | demografia e população | ECONOMIA | Estado-Membro UE | estatística da UE | finanças da União Europeia | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | Fundo Social Europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | pobreza | QUESTÕES SOCIAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing summarises key results from a comprehensive study prepared at request of the Employment and Social Affairs Committee. It concludes with a set of recommendations how to design EU funding post-2020 in order to better target children living in poverty.

Briefing [EN](#)

EU law for an open independent and efficient European administration

Tipo de publicação Estudo

Data 27-07-2018

Autor EVAS Tatjana

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave acção da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | consulta pública | código de conduta | deontologia profissional | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | EMPREGO E TRABALHO | Europa dos cidadãos | governação | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações laborais e direito do trabalho | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The results of the public consultation clearly suggest - EU citizens want action. Citizens call for an action that would turn their EU right to good administration into solution. The workable and enforceable solution that adds value. Europe needs innovation! Innovation not only in tools and technologies but also in how EU governs itself.

Estudo [EN](#)

SKILLS DEVELOPMENT: THE POTENTIAL OF THE EUROPEAN FUND FOR STRATEGIC INVESTMENTS

Tipo de publicação Estudo

Data 16-07-2018

Autor externo Jan Franke et al.

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Orçamento | Política Social

Palavra-chave análise económica | análise económica | crescimento económico | ECONOMIA | Estado-Membro UE | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | GEOGRAFIA | geografia económica | investimento da UE | repartição do financiamento da UE | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study investigates the potential of using the European Fund for Strategic Investment (EFSI) to support skills development and Active Labour Market Policies (ALMP). It analyses the development of EFSI to date and explores projects in four EU Member States with funding models that could finance and scale up investments in skills development using EFSI financing in the future.
The study concludes that whilst there is potential to intensify the use of EFSI and its successor InvestEU to support these areas, a number of challenges related to the typical nature of investments and the national/local capacity to develop and structure investment projects in human capital would have to be overcome.

Estudo [EN](#)

Improving road infrastructure safety management

Tipo de publicação Briefing

Data 13-07-2018

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transportes

Palavra-chave acidente de transporte | análise económica | construção europeia | direito da União Europeia | ECONOMIA | estudo de impacto | infraestrutura do transporte | organização dos transportes | política comum dos transportes | política de transportes | proposta (UE) | rede de estradas | rede de transporte | rede transeuropeia | segurança rodoviária | sinalização | transporte terrestre | TRANSPORTES | trânsito por estrada | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In order to improve the EU road safety and substantially reduce road deaths, several measures were taken at the EU level. A general policy document was adopted in 2010, when the European Commission published the Road Safety Programme 2011-2020. The current revision of the road safety management procedures was triggered by the fact that the progress in the reduction of road fatalities stalled and that the existing road security measures needed to be adapted to changes in mobility resulting from societal trends and technological developments. The impact assessment accompanying this proposal clearly explains the problems currently encountered, and proposes adequate solutions. The Commission used different sources to substantiate the impact assessment and also undertook several stakeholder consultation activities. However, some parts of the IA do not entirely follow the requirements of the Better Regulation Guidelines in that it does not set sufficiently specific and time-bound objectives. More detailed information on proportionality and publication of the support study would have also been desirable.

Briefing [EN](#)

Subsidiarity: Mechanisms for monitoring compliance

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 12-07-2018

Autor TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave aplicação do direito da UE | assembleia | assembleia nacional | assembleia regional | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional | direito da União Europeia | funcionamento institucional | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | jurisprudência (UE) | princípio da proporcionalidade | princípio da subsidiariedade | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The principle of subsidiarity requires decisions to be taken at the lowest practical level of government without, however, jeopardising mutually beneficial cooperation at the supranational level. Recent decades have seen efforts to strengthen the subsidiarity principle in EU law, including the introduction of the well-known early warning mechanism (EWM) for national parliaments. At the same time, the principle of subsidiarity remains a contested notion. This has important implications for the regulatory, political and judicial bodies monitoring compliance with the principle. In this context, commentators have called for a better (and shared) understanding of the principle and have formulated a number of suggestions as to how to monitor compliance with the principle more effectively.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

Impact Assessment of possible action at EU level for an open, efficient and independent EU administration

Tipo de publicação Estudo

Data 12-07-2018

Autor externo EPRS, DG

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acção da UE | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | código de conduta | deontologia profissional | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | EMPREGO E TRABALHO | estudo de impacto | governação | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações laborais e direito do trabalho | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The fragmentation of EU administrative law impinges on the EU's ability to consistently uphold standards of good governance and administration, as well as to protect citizens' rights when they interact with the administration. The impact assessment analyses what action could be taken to guarantee an open, efficient and independent EU administration. It compares the option of "doing nothing" with two alternative policy options. The study concludes that adopting a regulatory framework for administrative procedures would be the preferred option, since it would lead to clear advantages in terms of cost savings for the public, as well as the accessibility, transparency, legal certainty and predictability as well as the legitimacy of, and trust in, EU institutions. It would also compliment the transition of the EU administration towards e-government and e-administration tools.

Estudo [EN](#)

[The Impact of the UK's Withdrawal on EU Integration](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 09-07-2018

Autor externo Dr Tim OLIVER
Dr Garvan WALSH
Professor Catherine BARNARD
Professor Linda HANTRAIS
Professor Matthias MATTHIJS
Professor Steven PEERS

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Cultura | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aprofundamento da União Europeia | construção europeia | economia monetária | espaço de liberdade, segurança e justiça | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | integração europeia | mercado único | Política Externa e de Segurança Comum | política social europeia | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | retirada da UE | União Económica e Monetária | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCC Committee, examines the potential effects of the UK's withdrawal on European integration. It does so by examining the UK's role in pushing forward and/or blocking integration in five areas: the internal market; social policy; freedom, security and justice; the Eurozone; and foreign, security and defence.

Estudo [EN](#)

[Plenary round-up – Strasbourg, July 2018](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-07-2018

Autor FERGUSON CLARE | SOCHACKA KATARZYNA

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento | Segurança e Defesa | Transportes | Turismo

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | América | Arménia | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | crise política | DIREITO | direito eleitoral | direito internacional | epidemia | estatística agrícola | Europa | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | orçamento geral (UE) | Parlamento Europeu | política comum de segurança e defesa | política de vistos da UE | processo eleitoral | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | sessão legislativa | sistema de exploração agrícola | trabalhos parlamentares | transporte rodoviário | transporte terrestre | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA | Venezuela | vida política e segurança pública

Resumo The July plenary session highlights were: the continuation of the debate on the Future of Europe, this time with the Prime Minister of Poland, Mateusz Morawiecki, the discussion on the outcome of the European Council meeting of 28-29 June 2018, and the review of the Bulgarian and presentation of the activities of the Austrian Presidencies. The European Commission and Council participated in discussions on the Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo. VP/HR Federica Mogherini's statement on the migration crisis and humanitarian situation in Venezuela and at its borders was also discussed. Angola's President, João Manuel Gonçalves Lourenço, addressed Parliament in a formal sitting. Parliament approved, inter alia, proposals for a European Travel Information and Authorisation System, a European Defence Industrial Development Programme, financial rules applicable to the general EU budget and two amending budgets for 2018. Parliament agreed on the conclusion of a partnership agreement between the EU and Armenia and approved the reform of the electoral law of the EU. Three reports on the social and market aspects of the first mobility package were rejected and sent back to the Transport and Tourism Committee.

Em síntese [EN](#)

[European Council: Facts and Figures](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 05-07-2018

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | chefe de Estado | chefe de governo | cimeira | Conselho Europeu | ECONOMIA | estatística | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política internacional | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Council brings together the Heads of State or Government of the 28 EU Member States, and seeks to set the overall direction and priorities of the European Union. This Briefing provides some of the main facts and figures on different aspects of this key institution, detailing its membership, political make-up over time, historical development and roles, as well as the main topics on its agenda, and the number and format of its meetings

Briefing [EN](#)

The Institutional Consequences of a 'Bespoke' Agreement with the UK based on a 'Distant' Cooperation Model

Tipo de publicação Estudo

Data 04-07-2018

Autor externo Franklin DEHOUSSE, Professor of International Economic Law, University of Liège

Domínio de intervenção Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave acesso ao mercado | acordo comercial (UE) | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação judiciária | Estado-Membro UE | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | governação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | negociação de acordo (UE) | país terceiro | poder executivo e administração pública | política comercial | política de cooperação | política internacional | Reino Unido | relações bilaterais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | resolução de diferendos | retirada da UE | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This in-depth analysis, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, examines the impact for the European Union's legal system and institutions of a "bespoke" agreement based on a "distant" cooperation model (with the EU/Ukraine and the EU/Canada agreements as main illustrations). The analysis of these agreements' main characteristics reveals that even "distant" cooperation already has quite impressive consequences. These should be better taken into consideration in the present Brexit negotiation.

Estudo [EN](#)

Review Clauses in EU Legislation: A Rolling Check-List (6th edition)

Tipo de publicação Estudo

Data 29-06-2018

Autor KIENDL KRISTO IVANA

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Controlo Orçamental | Cultura | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Desenvolvimento Regional | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governação Mundial | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Orçamento | Pescas | Petições ao Parlamento Europeu | Política de Investigação | Política Social | Proteção dos Consumidores | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Saúde Pública | Segurança Alimentar | Segurança e Defesa | Transportes | Turismo

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | ato legislativo (UE) | Comissão Europeia | comissão parlamentar | Conselho da União Europeia | construção europeia | controlo parlamentar | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | política regulamentar | programa da UE | relação interinstitucional (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study provides an overview of review clauses (reviews, evaluations, implementation reports) contained in EU legislation during the sixth, seventh and the current, eighth parliamentary term. Drawing on information publicly available across several sources, it provides in a single, comprehensive repository an analytical overview of acts that contain a review clause. The study puts a special focus on (and the analysis of) review clauses in EU legislative acts adopted during the current parliamentary term (with a total of 147 legislative acts with a review clause adopted through the ordinary legislative procedure up until end of December 2017).

Estudo [EN](#)

What if law shaped technologies?

Tipo de publicação Em síntese

Data 28-06-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Governação Mundial | Proteção dos Consumidores | Segurança Alimentar | Transportes

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | código jurídico | DIREITO | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | fontes e ramos do direito | impacto das tecnologias da informação | informática e processamento de dados | mudança tecnológica | poder executivo e administração pública | política regulamentar | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | redação legislativa | tecnologia e regulamentação técnica | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Existing legal structures may prove a poor match for new types of disputes raised by disruptive technologies. Can the legal system overcome the temporal gap between the emergence of a technology and the subsequent need for controlling its possible effects and retain both flexibility and responsiveness? What regulation is justified by a particular technology? How should a particular technology be regulated? How can law regulate uncertain and unknown futures in the face of limited knowledge?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if law shaped technologies ?](#)

[Statute for social and solidarity-based enterprises](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 27-06-2018

Autor WIDUTO Agnieszka

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | ECONOMIA | economia social | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estrutura económica | organização de empresas | poder executivo e administração pública | rótulo social | serviço público

Resumo Social enterprises combine entrepreneurial activity with a positive social, environmental or community impact. However, they also struggle with regulatory obstacles, access to funding and visibility. No consensus exists on a definition of 'social enterprise', which makes their regulation and funding problematic across various systems. The European Parliament is expected to vote in July 2018 on an own-initiative report, which calls on the European Commission to improve the regulatory framework by creating a 'European social economy label' scheme aimed at providing coherent legal rules in support of social enterprises.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[Reform of the electoral law of the EU](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 27-06-2018

Autor GROSEK Kristina

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | direito da União Europeia | direito eleitoral | eleição europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | processo eleitoral | proposta (UE) | quociente eleitoral | representação proporcional | sistema eleitoral europeu | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA | voto por correspondência

Resumo The European Parliament is expected to give its consent during its July session to a draft Council decision amending the Electoral Act of 1976 laying down common rules governing elections to the European Parliament. Among other things, the new rules will put in place a minimum threshold, of between 2 % and 5 %, for constituencies comprising more than 35 seats.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[European Labour Authority: Structure and tools](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-06-2018

Autor KRAATZ Susanne

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave construção europeia | cooperação transfronteiriça | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | iniciativa da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mercado único | mobilidade da mão de obra | organismo da UE | política aduaneira | política de cooperação | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | serviço de emprego | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing gives an overview of structures and tools connected with the "European Labour Authority". Further, it looks at budget to be redeployed due to the planned re-organisation. The note has been prepared in the context of a Workshop on the European Labour Authority held on 24 May 2018 at request of the Employment and Social Affairs Committee.

Briefing [EN](#)

[Brexit and Energy Policy - Workshop Proceedings](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-06-2018

Autor externo Gustav FREDRIKSSON, Bruegel
Alexander ROTH, Bruegel
Simone TAGLIAPIETRA, Bruegel
Georg ZACHMANN, Bruegel

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Energia | Indústria

Palavra-chave construção europeia | direito da União Europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | Europa | forma jurídica de sociedade | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | indústrias nuclear e elétrica | negociação de acordo (UE) | política energética | política energética | política nuclear | Reino Unido | retirada da UE | sociedade de pessoas | Tratado CEEA | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This document summarises the presentations and discussions of the workshop on "Brexit and Energy Policy", which was held on 16 May 2018. The impact of Brexit on the EU27 energy systems and the future EU electricity and gas partnership with the UK were assessed. The effects of Brexit on Ireland and the potential impact of the UK's withdrawal from Euratom were also discussed. This document was prepared at the request of the Committee on Industry, Research and Energy (ITRE).

Estudo [EN](#)

Mitigating labour market dualism: Single Open-Ended Contracts and other instruments

Tipo de publicação Estudo

Data 15-06-2018

Autor externo Werner Eichhorst, IZA and University of Bremen
Paul Marx, University of Duisburg-Essen, SDU and IZA
Andrea Broughton, Ecorys UK
Paul de Beer, University Amsterdam / AIAS et. al.

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Política Social

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | análise económica | análise económica | contrato de trabalho | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | mercado do trabalho | mercado do trabalho | trabalho temporário

Resumo This Policy Department A study prepared at request of the Employment and Social Affairs Committee examines the incidence of temporary forms of working in Europe, transitions to permanent work and the types of reform options that could help to mitigate labour market dualism. It explores labour market reforms aimed at combatting dualism in eight Member States. On this basis, it concludes that overall, further evaluation and recalibration of employment policy, taking into account post-reform experiences, would be advisable; better communication from could governments help overcome employer hiring reluctance; and human-capital oriented ALMPs should complement any strategy to tackle segmentation.

Estudo [EN](#)

The legal framework to address “fake news”: possible policy actions at the EU level

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-06-2018

Autor externo Dr Andrea RENDA

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | comunicação | desinformação | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | funcionamento institucional | guerra de informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | internet | media sociais | meios de comunicação de massas | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propaganda política | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This paper argues that the current policy initiatives adopted by the European Commission are meaningful, but still incomplete. The policy response to online disinformation should ideally rely on: (i) the promotion of responsible behaviour in conveying information to end users; (ii) the enactment of a proactive media policy aimed at promoting pluralism and improving the exposure of diverse content to end users; and (iii) the empowerment of end users through media literacy initiatives, and supports to user behaviour.

Análise aprofundada [EN](#)

What if technologies shaped the law?

Tipo de publicação Em síntese

Data 07-06-2018

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Proteção dos Consumidores | Segurança Alimentar

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cadeia de blocos | código jurídico | DIREITO | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | fontes e ramos do direito | impacto das tecnologias da informação | informática e processamento de dados | mudança tecnológica | poder executivo e administração pública | política regulamentar | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | redação legislativa | tecnologia e regulamentação técnica | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Is there a relationship between law, technological innovation, and regulatory governance? Are technologies ordinary objects of formal law that can fit into the traditional doctrinal classification? What if technologies were legal artefacts that question and challenge the traditional boundaries of legal thought? Has technology been developed to the extent that it exerts the functions of law? Is there a gradual shift from the traditional notion of “code is law” (i.e. code having the effect of law) to the new conception of “law is code”?

Em síntese [EN](#)

Multimédia [What if technologies shaped the law?](#)

Composition of the European Parliament

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-06-2018

Autor KOTANIDIS Silvia

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | composição da assembleia | construção europeia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | Reino Unido | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Parliament is due to give its consent to a decision of the European Council establishing the composition of the European Parliament for the next legislature with a vote in plenary in June. The decision aims to adjust the current distribution of seats among Member States and to redistribute some of the seats that would become vacant after the UK's withdrawal from the EU. This is an updated version of an 'At a glance' note published in February 2018, PE 614.687.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

The Institutional Consequences of a 'Hard Brexit'

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2018

Autor externo Federico Fabbrini, Professor of EU Law & Director of the Brexit Institute, Dublin City University

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Orçamento | Segurança e Defesa

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | comércio internacional | construção europeia | Europa | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | negociação de acordo (UE) | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | orçamento da UE | país terceiro | política de cooperação | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | segurança europeia | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA | vida institucional | vida política e segurança pública

Resumo This in-depth analysis, commissioned by the European Parliament at the request of the Committee of Constitutional Affairs, considers the institutional, budgetary and policy implications that a so-called 'hard Brexit' would pose on the EU. It analyses from a legal perspective how a withdrawal of the UK from the EU without a withdrawal treaty, transition deal and framework on future relations would affect each specific EU Institution, the EU budget for the remaining years of the current MFF, and EU policies in the crucial fields of trade, security and justice. While the study does not endorse a 'hard Brexit' it provides guidelines for the EU to be prepared in case such scenario were to materialise.

Análise aprofundada [EN](#)

Technology as Enabler of Fake News and a Potential Tool to Combat It

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-05-2018

Autor externo Dr Ziga TURK

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | desinformação | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | guerra de informação | internet | media sociais | meios de comunicação de massas | nova tecnologia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propaganda política | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional | tecnologia e regulamentação técnica | vida política e segurança pública

Resumo This paper investigates the role of technology in the circulation of the so-called fake news. Technology is a major tool for the dissemination of fake news but also offers methods to analyse their real impacts and tools with which fake news can be argued against and even, more or less democratically, stopped. This document was prepared for Policy Department A at the request of the Internal Market and Consumer Protection Committee.

Análise aprofundada [EN](#)

European Labour Authority and Social Security Coordination

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2018

Autor externo Stefano Giubboni

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave construção europeia | dimensão transfronteiras | direito à segurança social | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | harmonização da segurança social | informação e tratamento da informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mercado único | mobilidade da mão de obra | organismo da UE | política aduaneira | prestação social | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | regiões e política regional | serviço de emprego | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing discusses the Commission proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing a European Labour Authority with a focus on social security coordination, posted workers and planned changes in the governance framework.
It has been prepared by the Policy Department for Economic and Scientific Policies at the request of the Employment and Social Affairs Committee. Together with other briefings it contributes to a Committee workshop dedicated to the European Labour Authority (24 May 2018).

Briefing [EN](#)

European Labour Authority and Support for Labour Mobility (EURES)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2018

Autor externo Vanessa Ludden / Angeli Jeyarajah

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave construção europeia | cooperação transfronteiriça | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | iniciativa da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mercado único | mobilidade da mão de obra | organismo da UE | política aduaneira | política de cooperação | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | serviço de emprego | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing discusses the Commission proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing a European Labour Authority with a view to implications for EURES and supporting services for labour mobility.
It has been prepared by the Policy Department for Economic and Scientific Policies at the request of the Employment and Social Affairs Committee. Together with other briefings it contributes to a Committee workshop dedicated to the European Labour Authority (24 May 2018).

Briefing [EN](#)

Proceedings of the Workshop on the Public Procurement Strategy Package

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2018

Autor externo Luis Carlos Matos

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | construção europeia | contratação pública | contrato público | cooperação transfronteiriça | corrupção | crescimento económico | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento e investimento | FINANÇAS | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poderes públicos | política comercial | política de cooperação | política de investimento | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | situação económica | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report summarises the discussion which took place at the workshop "Public Procurement Strategy Package". Public procurement is a complex issue with the potential to strongly influence the EU economy. With the aim of discussing the main challenges related to this topic and the recently proposed draft regulation of the European Commission, the workshop was hosted by Mr Carlos Coelho, MEP.
This document was prepared by Policy Department A at the request of the Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

The European Labour Authority and Enhanced Enforcement

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2018

Autor externo Jan Cremers

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave construção europeia | cooperação transfronteiriça | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mercado único | mobilidade da mão de obra | organismo da UE | política aduaneira | política de cooperação | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | serviço de emprego | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing discusses the Commission proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing a European Labour Authority with a focus on ways how to strengthen enforcement of EU law in the field of labour mobility. It has been prepared by the Policy Department for Economic and Scientific Policies at the request of the Employment and Social Affairs Committee. Together with other briefings it contributes to a Committee workshop dedicated to the European Labour Authority (24 May 2018).

Briefing [EN](#)

European Labour Authority: Profile and Governance

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2018

Autor externo Ellen Vos

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação transfronteiriça | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | governação | informação e tratamento da informação | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mercado único | mobilidade da mão de obra | organismo da UE | país terceiro | poder executivo e administração pública | política aduaneira | política de cooperação | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | serviço de emprego | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing discusses the Commission proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing a European Labour Authority with a view to its profile and governance compared to other EU agencies and the provisions of the Common Approach. It has been prepared by the Policy Department for Economic and Scientific Policies at the request of the Employment and Social Affairs Committee. Together with other briefings it contributes to a Committee workshop dedicated to the European Labour Authority (24 May 2018).

Briefing [EN](#)

European Labour Authority: Workshop summary report

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2018

Autor KRAATZ Susanne

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação transfronteiriça | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | estudo de impacto | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | governação | informação e tratamento da informação | iniciativa da UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mercado único | mobilidade da mão de obra | organismo da UE | poder executivo e administração pública | política aduaneira | política de cooperação | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | serviço de emprego | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing gives a summary of presentations and discussions from the workshop "European Labour Authority" held on 24 May 2018 at request of the Employment and Social Affairs Committee. This combined an exchange on the Commission Impact Assessment and on the Initial Appraisal by the European Parliament with a panel of experts focusing on different dimensions: Enhanced enforcement, social security coordination, support for labour mobility (EURES), profile and governance of the planned new agency.

Briefing [EN](#)

Review of the Directive on the Re-use of Public Sector Information (Directive 2013/37/EU)

Tipo de publicação Briefing

Data 25-04-2018

Autor KORVER RONNIE JOHANNES

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação

Palavra-chave acesso à informação | base de dados | computação na nuvem | comunicação | consulta pública | dados abertos | difusão da informação | direito da União Europeia | direito de autor | diretiva (UE) | documentação | documento eletrónico | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa pública | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | investigação e propriedade intelectual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | sistema documental | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Directive on the re-use of public sector information 2013/37/EU (PSI Directive) provides a common legal framework for a European market for public sector information. It entered into force on 17 July 2013 following a review of the initial PSI Directive of 17 November 2003. This implementation appraisal is written in anticipation of the second review of the directive, the plans for which are likely to be presented by the end of April 2018 as part of a broader package targeting the data economy. The upcoming review will attempt to identify opportunities for reducing regulatory costs and for simplifying the existing legislation without negatively affecting the achievements of the underlying policy goals. The ongoing evaluation of the Directive on the legal protection of databases 96/9/EC (Database Directive) will feed into the review by identifying potential issues with the interplay between the PSI and Database Directives. The Commission has also announced that the PSI review will be aligned with the follow-up actions to the REFIT mid-term policy evaluation of Directive 2007/2/EC, 'INSPIRE' (Directive establishing an Infrastructure for Spatial Information in the European Community). For these reasons, both these directives have been included in this appraisal.

Briefing [EN](#)

Public Security Exception in the Area of non-personal Data in the European Union

Tipo de publicação Briefing

Data 16-04-2018

Autor externo Dr. Kristina Irion

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso à informação | comunicação | construção europeia | criminalidade informática | DIREITO | direito da informática | direito da UE | direito da União Europeia | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | fluxo de dados transfronteiriço | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | informática documental | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | internet | memorização de dados | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção das comunicações | proteção dos dados | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In order to avoid conflict with the freedom to conduct a business and the freedom of contract the wording of article 4(1) should be amended and be addressed to the Member States;
• The proposal underplays that information security has a legal dimension to it, notoriously so because member states' national security activities operate outside the scope of EU law;
• The principle aversion against locality that emanates from the proposal may not be fully aligned with state-of-the-art technology where multiple data mirrors geographically distribute a dataset. For example, one local mirror is advisable for business continuity in the event of a disruption of transmission infrastructure;
• Not all non-personal data is created equal; from the stream of non-personal data that is for example generated in the Internet of Things (IoT) data necessary to control real world devices should in addition be locally accessible;
• Without contradicting the philosophy behind the free flow of non-personal data proposal this briefing presents examples for interventions that should be justifiable on grounds of public policy or the protection of health and life of humans, animals or plants.

Briefing [EN](#)

Systems and e-Procurement—Improving Access and Transparency of Public Procurement

Tipo de publicação Briefing

Data 16-04-2018

Autor externo Prof Dr Jorg Becker

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave administração eletrónica | assinatura eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | construção europeia | contratação eletrónica | documentação | documento eletrónico | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | normalização | poder executivo e administração pública | política comercial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | sistema de informação | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo 2000 billion euros are spent every year on public procurement in the EU, a more than considerable amount which justifies investment and research in this area. e-Procurement is the end-to-end digitisation of the traditional public procurement process.
Access is improved through the centralization of otherwise dispersed procurement processes in the form of one or a few central, electronic platforms, significantly reducing the search efforts for potential bidders
With this, transparency and integrity are increased, as well as the visibility and traceability of the procurement process by the whole public. Furthermore, data quality is also improved thanks to the enforcing of the provision of required information and the use of structured and validated forms. Search costs also go down due to the sharing of common catalogues.
Recommendations are as follow: e-procurement process must be digital from end to end; end-users must be trained to ensure efficiency and acceptance; adoption from the supplier side is just as important as internal acceptance; security must be as modern as possible, to guarantee trust and legal compliance; usability and accessibility of the process are fundamental.

Briefing [EN](#)

[Interoperability of Justice and Home Affairs Information Systems](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 12-04-2018

Autor externo Mirja GUTHEIL
Quentin LIGER
James EAGER
Yemi OVIOU
Daniel BOGDANOVIC

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência

Palavra-chave Agência da União Europeia para o Asilo | ATIVIDADE POLÍTICA | biometria | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | construção europeia | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | documento de identidade | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | Estado-Membro UE | fronteira interna da UE | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | proteção dos dados | recolha de dados | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | Sistema de Informação de Schengen | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, at the request of the European Parliament Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE Committee), primarily assesses the Commission's December 2017 proposals for a Regulation on establishing a framework for interoperability between EU Justice and Home Affairs information systems. The study first analyses the relationships between the information systems in the current and proposed implementation before assessing the key elements of the Commission's proposals, including the concept of interoperability used, the problem definition and objectives and the proposed solutions, as well as the implementation, fundamental rights and data security implications.

Estudo [EN](#)

Síntese [DE](#), [FR](#)

[Statute and funding of European political parties and European political foundations](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 11-04-2018

Autor GROSEK Kristina

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito da União Europeia | direitos e liberdades | eleição europeia | financiamento da UE | financiamento dos partidos | finanças da União Europeia | liberdade de associação | partido europeu | partido político | processo eleitoral | proposta (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo European political parties and European political foundations are currently regulated by a 2014 EU regulation, which establishes European political parties as legal entities, allowing them access to funding from the EU budget. In September 2017, the European Commission adopted a proposal to amend the existing regulation and address certain shortcomings ahead of the 2019 European elections. The European Parliament is due to vote on the proposal during its April plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[Outlook for the meetings of EU leaders on 22-23 March 2018](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 21-03-2018

Autor DRACHENBERG Ralf | POLIDORI Silvia

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Semestre Europeu

Palavra-chave competitividade | comércio internacional | comércio internacional | Conselho Europeu | construção europeia | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estratégia de crescimento da UE | Europa | FINANÇAS | fiscalidade | fiscalidade | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | organização de empresas | política de emprego da UE | Política Externa e de Segurança Comum | Reino Unido | relações monetárias | retirada da UE | Semestre Europeu | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo On 22 and 23 March 2018, the EU Heads of State or Government will convene in four different formations with varying compositions and levels of formality: a regular meeting of the European Council, a Leaders' meeting on taxation, a Euro Summit and a European Council (Article 50) meeting. The agenda of the formal European Council includes single market issues, the European semester, social policy and international trade relations. Following the recent announcements by the US administration on trade matters, the latter issue is likely to take a more prominent place than originally expected. The informal Leaders' meeting will focus exclusively on taxation, in particular in the digital economy, whilst the Euro Summit will discuss further developments in the euro area, banking union and the gradual completion of Economic and Monetary Union (EMU). At the European Council (Article 50) meeting, EU-27 leaders are due to adopt guidelines for the framework for the future relationship between the EU and the United Kingdom (UK).

Briefing [EN](#)

Optimal Scope for Free Flow of Non-Personal Data in Europe

Tipo de publicação Briefing

Data 15-03-2018

Autor externo Dr. Simon Forge

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso à informação | comunicação | confidencialidade | construção europeia | criminalidade informática | dados abertos | DIREITO | direito da informática | direito da UE | direito da União Europeia | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | fluxo de dados transfronteiriço | GEOGRAFIA | geografia económica | informação e tratamento da informação | informática documental | informática e processamento de dados | internet | memorização de dados | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção das comunicações | proteção dos dados | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Data is not static in a personal/non-personal classification – with modern analytic methods, certain non-personal data can help to generate personal data – so the distinction may become blurred. Thus, de-anonymisation techniques with advances in artificial intelligence (AI) and manipulation of large datasets will become a major issue.

In some new applications, such as smart cities and connected cars, the enormous volumes of data gathered may be used for personal information as well as for non-personal functions, so such data may cross over from the technical and non-personal into the personal domain.

A debate is taking place on whether current EU restrictions on confidentiality of personal private information should be relaxed so as to include personal information in free and open data flows. However, it is unlikely that a loosening of such rules will be positive for the growth of open data. Public distrust of open data flows may be exacerbated because of fears of potential commercial misuse of such data, as well of leakages, cyberattacks, and so on.

The proposed recommendations are: to promote the use of open data licences to build trust and openness, promote sharing of private enterprises' data within vertical sectors and across sectors to increase the volume of open data through incentive programmes, support testing for contamination of open data mixed with personal data to ensure open data is scrubbed clean - and so reinforce public confidence, ensure anti-competitive behaviour does not compromise the open data initiative.

Briefing [EN](#)

The Future of the Schengen Area: Latest Developments and Challenges in the Schengen Governance Framework since 2016

Tipo de publicação Estudo

Data 06-03-2018

Autor externo Prof. Sergio Carrera, Dr Marco Stefan, Dr Ngo Chun Luk , Lina Vosyliūtė

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | fronteira externa da UE | fronteira interna da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | governação | informática e processamento de dados | migração ilegal | migrações | poder executivo e administração pública | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | refugiado | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional | vida política e segurança pública

Resumo This Study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE-Committee), takes stock of the main developments that have occurred in the Schengen Governance Framework since 2016. It analyses the legitimacy of a number of States' decisions to maintain internal border controls. Also, most recent policy proposals in the field of internal police checks are assessed in light of relevant EU legal standards. The paper also questions the legality of the border walls and fences, which have been recently erected at the EU external borders and within the Schengen area.

Estudo [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#)

[Smart Border 2.0 Avoiding a hard border on the island of Ireland for customs control and the free movement of persons](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 26-02-2018

Autor ERIKSSON Eeva | HULME BENJAMIN

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | construção europeia | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | Europa | fronteira externa da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | Irlanda | Irlanda do Norte | livre circulação de mercadorias | livre circulação de pessoas | mercado único | negociação de acordo (UE) | país terceiro | política de cooperação | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo One of the most politically-sensitive aspects of the current 'Brexit' negotiations is the issue of the border between Northern Ireland and Ireland. In many respects, the Irish border is unique, with some 200 possible crossing points along the 500km border. Managing such a porous border in the event that the UK, following Brexit, does not participate in a customs union with the EU, thus becoming an external EU border, presents significant challenges for the EU and UK alike.
In order to analyse the various options, on 26 November 2017, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs organised a workshop for the AFCO Committee to examine this question. As part of this, Lars Karlsson, a former director at the World Customs Organisation, proposed a solution in his paper 'Smart Border 2.0'. This at a glance provides a short summary of the paper.

[Em síntese](#) [EN](#)

[Brexit Literature Update 02/2018](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-02-2018

Autor HULME BENJAMIN | PAPAGEORGIOU IOANNIS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | cidadão da UE | construção europeia | DIREITO | direito internacional | direitos e liberdades | direitos fundamentais | estrangeiro | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Irlanda | livre circulação de capitais | mercado financeiro | negociação de acordo (UE) | país terceiro | política ambiental | política de cooperação | política do ambiente | política internacional | Reino Unido | relações bilaterais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Following a relevant request by the Committee on Constitutional Affairs, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs has been compiling, on a regular basis, academic and scholarly material related to the process of, and the negotiations on, the withdrawal of the UK from the EU. Since the June 2016 referendum in the UK, Brexit-related literature has grown significantly and it is probably going to expand further in the future. Thus, this compilation is far from exhaustive; rather, it identifies some of the more useful articles, taking into account, in particular, the following elements:
•Scholarly rather than a journalistic character of the publication
•Originality and interest
•Recent publication
•Be of interest for the EU
•Constitutional or institutional relevance.

[Em síntese](#) [EN](#)

[The euro-area denominated payment systems and the conduct of monetary policy: Some considerations ahead of Brexit](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-02-2018

Autor externo Corrado MACCHIARELLI, Mara MONTI, London School of Economics

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave acordo de compensação | ATIVIDADE POLÍTICA | Banco Central Europeu | construção europeia | economia monetária | Europa | FINANÇAS | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | país terceiro | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política monetária | política regulamentar | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações monetárias | retirada da UE | sistema de pagamento | supervisão financeira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The framework for euro-denominated payment systems has undergone significant changes in recent years leading to a concentration of payments performed by Central Counterparty Clearing Houses. As it stands, a large part of euro-denominated transactions, derivatives in particular, are cleared through CCPs located in the UK; which poses challenges to the current supervisory framework because of the UK leaving the EU. Against this background, this note discusses the extent to which the current set-up bears risks, including for the conduct of the ECB monetary policy.

[Análise aprofundada](#) [EN](#)

Single Digital Gateway: how EU could meet expectations of citizens and businesses?

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2018

Autor externo Dr. Charlotte Duke

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso à informação | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | comunicação | construção europeia | consumo | cooperação administrativa | digitalização | DIREITO | direito internacional | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fluxo de dados transfronteiriço | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | poder executivo e administração pública | proteção do consumidor | serviços | sistema de informação | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Briefing [EN](#)

An economic recovery with little signs of inflation acceleration: Transitory phenomenon or evidence of a structural change?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-02-2018

Autor externo Salomon FIEDLER, Nils JANNSEN, Ulrich STOLZENBURG, Kiel Institute for the World Economy

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | análise económica | análise económica | crescimento económico | desemprego | ECONOMIA | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estatística da UE | FINANÇAS | fixação de salário | inflação | mercado do trabalho | mercado do trabalho | política monetária única | relações monetárias | retoma económica | situação económica | zona euro

Resumo Inflation has been persistently below the inflation target of the ECB despite the ongoing economic recovery in the euro area. In this paper, we analyse whether the relationship between inflation and economic activity in the euro area has changed based on a review of the literature and discuss implications for monetary policy.

Análise aprofundada [EN](#)

Economic recovery and inflation

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-02-2018

Autor externo Marek Dabrowski, CASE

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | análise económica | Banco Central Europeu | crescimento económico | desemprego | ECONOMIA | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estatística da UE | FINANÇAS | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | mercado do trabalho | mercado do trabalho | política monetária única | relações monetárias | retoma económica | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo In the last decade, advanced economies, including the euro area, experienced deflationary pressures caused by the global financial crisis of 2007-2009 and the anti-crisis policies that followed—in particular, the new financial regulations (which led to a deep decline in the money multiplier). However, there are numerous signs in both the real and financial spheres that these pressures are disappearing. The largest advanced economies are growing up to their potential, unemployment is systematically decreasing, the financial sector is more eager to lend, and its clients—to borrow. Rapidly growing asset prices signal the possibility of similar developments in other segments of the economy. In this new macroeconomic environment, central banks should cease unconventional monetary policies and prepare themselves to head off potential inflationary pressures.

Análise aprofundada [EN](#)

[Persistent low inflation in the euro area: Mismeasurement rather than a cause for concern?](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-02-2018

Autor externo Daniel GROS, CEPS

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | análise económica | análise económica | crescimento económico | desemprego | ECONOMIA | economia monetária | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estatística da UE | FINANÇAS | fixação de salário | inflação | mercado do trabalho | mercado do trabalho | política monetária única | relações monetárias | retoma económica | situação económica | zona euro

Resumo The huge literature on the causes of the persistent weakness in inflation in the euro area has not identified one single key factor. Moreover, inflation has also been lower than expected in many advanced countries. Low inflation expectations seem to have played an important role in reducing wage demand, both in the US and the euro area; but a residual output gap also contributes. The concerns about low inflation seem overblown. The HICP (Harmonized Index of Consumer Prices) used to measure inflation in the euro area differs from the indices used in most advanced countries in that it does not account for the cost of owner occupied housing. This omission has a considerable impact on measured inflation and can explain most of the difference between inflation in the US and in the euro area. If the HICP were to incorporate the available estimates of inflation in owner occupied housing, measured inflation would be close to 2 %.

Análise aprofundada [EN](#)

[Brexit, financial stability and the supervision of clearing systems](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-02-2018

Autor externo Andromachi GEORGOSOULI, Centre for Commercial Law Studies, Queen Mary University of London

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave acordo de compensação | ATIVIDADE POLÍTICA | Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados | Banco Central Europeu | construção europeia | economia monetária | Europa | FINANÇAS | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | país terceiro | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política monetária | política regulamentar | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações monetárias | retirada da UE | sistema de pagamento | supervisão financeira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This paper examines the evolution of the supervisory framework of third-country CCPs in the EU making special reference to risks associated with the imminent withdrawal of the United Kingdom from the European Union (Brexit). Its key finding is that the proposed reform is in principle in the right direction but there are still challenges ahead and a more comprehensive package of measures will be required to address them.

Análise aprofundada [EN](#)

[Note on the interactions between payment systems and monetary policy](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-02-2018

Autor externo Francesco PAPADIA, Bruegel

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave acordo de compensação | Banco Central Europeu | economia monetária | estabilização de preços | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | política monetária | preços | relações monetárias | risco financeiro | sistema de pagamento | UNIÃO EUROPEIA | valores mobiliários

Resumo This paper analyses the interactions between, on one hand, monetary policy and financial stability responsibilities of the ECB and, on the other hand, Post-Trading-Financial Market Infrastructures. Its basic conclusion is that Payment Systems are critical for monetary policy while Central Counter Parties (CCPs) are critical for financial stability. However, in stressed conditions CCPs can be the source of risks also for monetary policy.

Análise aprofundada [EN](#)

[Geo-Blocking](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 06-02-2018

Autor MACIEJEWSKI Mariusz

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | comercialização | comunicação | comércio eletrónico | comércio intra-UE | construção europeia | consumo | DIREITO | direito da União Europeia | direito de autor | direitos e liberdades | discriminação em razão da nacionalidade | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | literacia digital | mercado único | mercado único digital | política comercial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | proteção do consumidor | proteção dos dados | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | telecomunicação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This leaflet provides abstracts of selection of latest publications prepared by the European Parliament's Policy Department on Economic and Scientific Policy at the request of the IMCO Committee in relation to the geo-blocking phenomenon.

Briefing [EN](#)

[The implications of the United Kingdom's withdrawal from the European Union on readmission cooperation](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 06-02-2018

Autor HULME BENJAMIN | TELL CREMADES MIGUEL

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave apátrida | construção europeia | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | direito internacional | entrada de estrangeiros | espaço de liberdade, segurança e justiça | Estado-Membro UE | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | migração de regresso | migrações | país terceiro | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing investigates the implications of the United Kingdom's withdrawal from the European Union in the area of readmission policy as part of the wider Area of Freedom, Security and Justice. The authors examine the UK's current engagement with the EU's readmission policy and the asymmetrical nature of the impact of the UK's withdrawal. They also map the potential future relationship on readmission and, using existing models of cooperation with third countries, set out how this can be structured within the future relationship agreement.

Briefing [EN](#)

[Prospects for e-democracy in Europe](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 02-02-2018

Autor externo EPRS, DG

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público | Programação | Transposição e Aplicação da Legislação | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | democracia participativa | difusão das inovações | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | governação | informática e processamento de dados | inovação | internet | investigação e propriedade intelectual | nova tecnologia | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | programa-quadro de IDT | quadro político | segurança da informação | tecnologia da informação | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | trabalhos parlamentares | transparência administrativa | voto eletrónico

Resumo Digital tools could create stronger connections between European citizens and the EU decision-making process and, by doing so, might contribute to reducing the EU democratic deficit. This report investigates what lessons can be drawn from local, national and European experiences of the use of digital tools for the functioning of EU decision-making procedures and institutions. For that purpose, a review of current literature on e-democracy and the European public sphere has been carried out; 22 local, national and EU experiences with existing digital tools have been investigated and evaluated; and an analysis has been made of the suitability of the most promising digital tools for implementation and use at EU level. The most important factors for successful e-participation identified in the report are: a close and clear link between e-participation processes and a concrete formal decision-making process; the participatory process and the contribution of its outputs to the overall decision-making process have to be clear to participants from the start; feedback to the participants about what has been done with their contributions is an indispensable feature of the process; a participative process should not be limited to one event but should be imbedded in an institutional 'culture of participation'; e-participation must be accompanied by an effective mobilisation and engagement strategy, involving communication instruments tailored for different target groups.

Estudo [EN](#), [IT](#), [NL](#)

Anexo 1 [EN](#)

Anexo 2 [EN](#)

Anexo 3 [EN](#)

Anexo 4 [EN](#)

[Composition of the European Parliament](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 31-01-2018

Autor KOTANIDIS Silva

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | composição da assembleia | construção europeia | direito da União Europeia | eleição europeia | Estado-Membro UE | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | parlamentar europeu | Parlamento Europeu | processo eleitoral | proposta (UE) | Reino Unido | retirada da UE | sistema eleitoral europeu | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Parliament is due to vote in plenary in February on a report from the Committee on Constitutional Affairs (AFCO) which aims to adjust the current distribution of seats among Member States and to redistribute some of the seats that would become vacant after Brexit.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

[European Citizens' Initiative \(ECI\)](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 29-01-2018

Autor ATANASSOV Nikolai

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave admissibilidade | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadania europeia | comunicação | construção europeia | consulta pública | dados pessoais | democracia participativa | DIREITO | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | incompatibilidade | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | iniciativa da UE | iniciativa legislativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | internet | justiça | organização não governamental | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações não governamentais | petição | poder de iniciativa | proteção dos dados | Provedor de Justiça Europeu | quadro político | trabalhos parlamentares | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Citizens' Initiative (ECI), introduced in 2009 with the Lisbon Treaty, is a key element of participatory democracy, allowing citizens to play an active role in the EU's democratic life, through addressing a request to the European Commission to make a proposal for a legal act. The procedure and conditions for ECIs are governed by Regulation (EU) No 211/2011, in force since April 2012. In September 2017, the European Commission presented a proposal for its amendment, picking up on a number of suggestions for improvement. This is a further update of an 'at a glance' note published in July 2017: PE 608.644. For more detailed information on the proposed amendment of the ECI Regulation, please see EPRS' 'EU Legislation in progress' briefing, Revising the European Citizens' initiative, PE 614.627.

Em síntese [EN](#)

[Brexit Literature Update 01/2018](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 15-01-2018

Autor PAPAGEORGIOU IOANNIS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito penal | direitos e liberdades | direitos humanos | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Gibraltar | negociação de acordo (UE) | países e territórios ultramarinos | política internacional | Reino Unido | relações bilaterais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA | vida institucional | vida política e segurança pública

Resumo Following a relevant request by the Committee on Constitutional Affairs, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs has been compiling, on a regular basis, academic and scholarly material related to the process of, and the negotiations on, the withdrawal of the UK from the EU. Since the June 2016 referendum in the UK, Brexit-related literature has grown significantly and it is probably going to expand further in the future. Thus, this compilation is far from exhaustive; rather, it identifies some of the more useful articles, taking into account, in particular, the following elements:

- Scholarly rather than a journalistic character of the publication
- Originality and interest
- Recent publication
- Be of interest for the EU
- Constitutional or institutional relevance.

Em síntese [EN](#)

The (ir-)revocability of the withdrawal notification under Article 50 TEU

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 11-01-2018

Autor PAPAGEORGIOU IOANNIS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave construção europeia | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | direito internacional | direito internacional | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | negociação de acordo (UE) | pertença à União Europeia | Reino Unido | retirada da UE | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This in-depth analysis examines the issue of the possible revocation of a withdrawal notification under article 50 TEU. In light of the ongoing negotiations on the UK's withdrawal from the EU, the possibility for the UK to revoke its withdrawal notification has become a significant political and legal/institutional issue. The analysis examines the case of revocation of a withdrawal notification under international law and under the EU law and assesses the various positions expressed so far on the matter.

Análise aprofundada [EN](#)

Recast of the Brussels IIa Regulation

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-01-2018

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave comissão PE | competência jurisdicional | construção europeia | cooperação judiciária | cooperação judiciária civil na UE | DIREITO | direito da União Europeia | direito matrimonial | Estado-Membro UE | execução de sentença | família | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | organização da justiça | política de cooperação | princípio de reconhecimento mútuo | proposta (UE) | proteção da infância | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | responsabilidade paternal | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo On 21 November 2017, Parliament's Committee on Legal Affairs adopted its report on the Commission proposal for a recast Brussels IIa Regulation concerning the 'free movement' of judgments in non-patrimonial family matters. Since a special legislative procedure applies, the European Parliament is only consulted; it is expected to vote during its January plenary session.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Jurisdiction upon and after the UK's withdrawal: The perspective from the UK Constitutional Order

Tipo de publicação Briefing

Data 10-01-2018

Autor externo Steve PEERS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | direito internacional | direito internacional - direito interno | Europa | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | jurisprudência | jurisprudência (UE) | Reino Unido | retirada da UE | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCO Committee, looks into the issue of the governance of the UK Withdrawal Agreement from the perspective of the UK legal and constitutional order. It examines, in particular, how the UK, as a dualist state, where international agreements have domestic legal effect only to the extent provided for in domestic legislation, will and can ensure respect of this agreement. It also looks on the role of domestic courts as well as the continued impact of CJEU -UK courts' rulings. It finally looks into the relevant provisions on jurisdiction in the draft EU Withdrawal Bill currently debated in the UK Parliament.

Briefing [EN](#)

Ten issues to watch in 2018

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 08-01-2018

Autor BASSOT Etienne

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Educação | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Política Social | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Segurança e Defesa

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | Coreia do Norte | criminalidade informática | desigualdade social | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | eleição europeia | estratégia da UE | Europa | FINANÇAS | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | migração | migrações | orçamento da UE | Parlamento Europeu | política da juventude | política internacional | processo eleitoral | proteção dos dados | quadro social | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | relações internacionais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações monetárias | retirada da UE | terrorismo | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social | zona euro | Ásia-Oceânia

Resumo This is the second edition of an annual EPRS publication designed to identify key issues and policy areas that are likely to feature prominently on the political agenda of the European Union over the coming year. Topics presented include: the implications for the EU of the terrorism threat, the North Korean issue, the security challenges posed by disinformation, fake news and cyber-crime, the ongoing migration crisis and rising inequalities. Other important policy areas covered are youth empowerment, the EU budget, the future of the euro area, the European elections in 2019 and, last but not least, Brexit.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Liability of Online Service Providers for Copyrighted Content – Regulatory Action Needed?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 21-12-2017

Autor externo Prof. Dr Jan Nordemann

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | cultura e religião | direito de autor | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | indústria da informação | informação e tratamento da informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | investigação e propriedade intelectual | livre prestação de serviços | mercado único | pirataria audiovisual | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade literária e artística | QUESTÕES SOCIAIS | sociedade da informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This paper looks at liability of online providers for copyright infringements. The liability privileges in Articles 12 to 15 E-Commerce Directive can remain unchanged; they seem to be sufficiently flexible to adopt to new business models, which also make them in general future proof. These privileges do not, however, establish liability. With regard to injunction claims, Article 8(3) Copyright Directive provides for a satisfactory solution. EU rules establishing liability beyond injunction (e.g. damages) should be harmonised following the requirements (1) sufficient intervention by the internet provider and (2) breach of an adequate duty of care by the internet provider.

Análise aprofundada [EN](#)

The impact of Brexit on the legal status of European Union officials and other servants of British nationality

Tipo de publicação Estudo

Data 20-12-2017

Autor PANIZZA Roberta

Autor externo Herwig C.H. HOFMANN, Professor, University of Luxembourg

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave cidadania europeia | condição de reforma | condições de trabalho | condições e organização do trabalho | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estatuto dos funcionários da UE | Europa | funcionário europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | nacionalidade | Reino Unido | retirada da UE | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, focuses on the legal status of EU active and retired officials and other servants of British nationality in the context of the UK leaving the EU under Article 50 TEU. It examines the legal position of EU officials and other servants of British nationality with their rights and possible remedies. It further explores avenues towards solutions for open legal questions.

Estudo [EN](#)

[The implications of the United Kingdom's withdrawal from the European Union for the Area of Freedom, Security and Justice](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 19-12-2017

Autor externo Susie ALEGRE; Prof. Didier BIGO; Prof. Elspeth GUILD; Elif MENDOS KUSKONMAZ; Hager BEN JAFFEL; Dr. Julien JEANDESBOZ (CCLS, Université Libre de Bruxelles) acted as administrative coordinator for this study and lfe KUBLER provided research assistance.

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | base de dados | comunicação | construção europeia | controlo fronteiriço | cooperação judiciária | cooperação policial (UE) | dados pessoais | DIREITO | direito da família | direito da União Europeia | direito internacional | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | Europa | família | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | livre circulação de pessoas | país terceiro | política de cooperação | princípio de reconhecimento mútuo | proteção dos dados | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | terrorismo | transmissão de dados | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, appraises the implications of the United Kingdom's withdrawal from the European Union for the Area of Freedom, Security and Justice and protection of personal data for law enforcement purposes. It maps the various policy areas in which the UK is currently participating and analyses the requirements for the disentanglement of the UK from them, as well as the prerequisites for possible UK participation in AFSJ policies after withdrawal. Furthermore, it provides an assessment of the political and operational impact of Brexit for the EU in the Area of Freedom, Security and Justice.

Estudo [EN](#)

[European Council Conclusions: A Rolling Check-List of Commitments to Date](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 18-12-2017

Autor BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | TENHUNEN Susanna

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Direitos Humanos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Segurança e Defesa | Semestre Europeu

Palavra-chave AMBIENTE | competitividade | comércio internacional | comércio internacional | Conselho Europeu | construção europeia | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | espaço de liberdade, segurança e justiça | FINANÇAS | fiscalidade | harmonização fiscal | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | mercado único digital | organização de empresas | política ambiental | política de desenvolvimento | política de emprego da UE | política económica | política económica | política energética | política energética | Política Externa e de Segurança Comum | política internacional | política para as alterações climáticas | política social | QUESTÕES SOCIAIS | relações internacionais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo The European Council's role – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' - has developed rapidly over the past eight years. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think-tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery of the various commitments made in the conclusions of its meetings. This overview, presented in the form of a regularly updated Rolling Check-List of Commitments to Date, is designed to review the degree of progress in realising the goals which the European Council has set itself since January 2010 and to assist the Parliament in exercising its important oversight role in this field.

Estudo [EN](#)

[EU and Member States' policies and laws on persons suspected of terrorism-related crimes](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 18-12-2017

Autor externo Optimity Advisors:
Mirja GUTHEIL, Quentin LIGER, Carolin MÖLLER, James EAGER, Max HENLEY, Yemi OVIOUSU

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | conflito internacional | construção europeia | ECONOMIA | Estado-Membro UE | estatística da UE | estratégia da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | país terceiro | política de cooperação | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | terrorismo | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the European Parliament Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE Committee), presents an overview of the legal and policy framework in the EU and 10 select EU Member States on persons suspected of terrorism-related crimes. The study analyses how Member States define suspects of terrorism-related crimes, what measures are available to state authorities to prevent and investigate such crimes and how information on suspects of terrorism-related crimes is exchanged between Member States. The comparative analysis between the 10 Member States subject to this study, in combination with the examination of relevant EU policy and legislation, leads to the development of key conclusions and recommendations.

Estudo [EN](#)

Digital Services in the Area of Accommodation and Transportation: Economic and Legal Aspects

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-12-2017

Autor externo Prof. Dr. Stuart John BARNE

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | análise económica | comercialização | comunicação | construção europeia | consumo | digitalização | documentação | ECONOMIA | economia colaborativa | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estrutura económica | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | informação do consumidor | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | mercado único digital | organização dos transportes | QUESTÕES SOCIAIS | tempos livres | transporte aéreo | transporte aéreo e espacial | transporte de passageiros | TRANSPORTES | turismo | UNIÃO EUROPEIA | venda direta | vida social

Resumo This paper examines the development of digital business models in the provision of flights and short-term accommodation services. It discusses the growing importance of digital intermediaries and their associated business model features, some of which provide significant value, and others which could be considered deleterious and in need of regulatory scrutiny. The paper concludes with some suggestions for regulation based on technology, algorithms and big data analytics. This could enable a more soft-touch, automatic, dynamic and individualised approach to regulation. This research paper has been commissioned by Policy Department at the request of the Internal Market and Consumer Protection Committee.

Análise aprofundada [EN](#)

The proposed Directive on Copyright in the Digital Single Market (Articles 11, 14 and 16) Strengthening the Press Through Copyright

Tipo de publicação Briefing

Data 07-12-2017

Autor externo Thomas HÖPPNER, Professor of Business and Intellectual Property Law, Technical University Wildau

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave análise económica | comunicação | construção europeia | cultura e religião | direito de autor | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | fluxo de dados transfronteiriço | indústria audiovisual | informação e tratamento da informação | internet | investigação e propriedade intelectual | mercado único digital | património cultural | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade literária e artística | QUESTÕES SOCIAIS | rede de transmissão | reprografia | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The briefing gives a brief introductory presentation of the provisions of the proposal concerning the creation of new rights for press publishers to protect their press publications under EU copyright law. Also, it discusses the reasoning behind the creation of new rights for press publishers to ensure a fair remuneration. It also discusses the definitions (of press publishers and press publications) and the scope of the protection as well as the effects of the proposed directive.

Briefing [EN](#)

Legal analysis with focus on Article 11 of the proposed Directive on Copyright in the Digital Market

Tipo de publicação Briefing

Data 07-12-2017

Autor externo Christophe CARON, Professor of the Faculty of Law, University Paris-Est

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave análise económica | comunicação | construção europeia | cultura e religião | DIREITO | direito da União Europeia | direito de autor | direitos e liberdades | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | gestão de direitos digitais | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | internet | investigação e propriedade intelectual | liberdade de imprensa | mercado único | mercado único digital | património cultural | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | QUESTÕES SOCIAIS | radiodifusão | rede de transmissão | reprografia | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | televisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The briefing paper gives a brief introductory presentation of the provisions of the copyright proposal COM (2016)593 concerning the creation of new rights for press publishers to protect their press publications under EU law. It also discusses the reasoning behind the creation of new rights for press publishers to ensure a fair remuneration and sheds light on the definitions "press publishers" and "press publications" and the scope of the protection as well as the effects of the proposed directive.

Briefing [EN](#)

A Europe for mobile and international families

Tipo de publicação Briefing

Data 30-11-2017

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Questões de Género, Igualdade e Diversidade | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia | cooperação europeia | dimensão transfronteiras | DIREITO | direito da família | direito da UE - direito internacional | direito internacional | ECONOMIA | Estado-Membro UE | família | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de pessoas | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo As an EU citizen, you can freely move around the EU with your partner and/or children. The EU has clear rules on which national court has jurisdiction in international divorce and parental responsibility cases. The European Parliament supports amicable solutions through mediation in cross-border family disputes, including parental child abductions.

Briefing [EN](#)

The settlement of disputes arising from the United Kingdom's Withdrawal from the European Union

Tipo de publicação Estudo

Data 17-11-2017

Autor externo Antonio Francisco FERNÁNDEZ TOMÁS

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave acordo de associação (UE) | arbitragem internacional | competência institucional (UE) | comércio internacional | comércio internacional | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | Espaço Económico Europeu | Estado-Membro UE | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | jurisdição de arbitragem | organização da justiça | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | parecer do Tribunal de Justiça (UE) | país terceiro | política de cooperação | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | resolução de diferendos | retirada da UE | segurança internacional | Tribunal de Justiça da União Europeia | Turquia | UNIÃO EUROPEIA | Ásia-Oceânia

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the AFCE Committee, analyses the various jurisdiction options, under EU law and under public international law, in settling disputes arising from the Withdrawal Agreement of the UK from the EU and in the context of the Future Relationship Agreement with the UK. It examines in particular the continued involvement of the CJEU in the new context of the EU-UK relations and, based on CJEU case-law and previous international agreements, presents the various governance possibilities for these agreements.

Estudo [EN](#)

DESIGN AND SEQUENCING OF EXIT FROM NONSTANDARD MONETARY POLICY MEASURES: WHAT SHOULD THE ECB "NEW NORMAL" LOOK LIKE?

Tipo de publicação Briefing

Data 16-11-2017

Autor DESSIMIROVA Denitza | PATERNOSTER Dario

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | análise económica | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | FINANÇAS | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | política monetária única | relações monetárias | retoma económica | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo With the economic upswing in the euro area strengthening, both consumer and business confidence indicators at their highest levels since the beginning of the crisis, there is mounting pressure on the ECB for a change to its monetary policy stance. However, President Draghi has repeatedly stated that the programme of asset purchases will continue until the ECB "sees a sustained adjustment in the path of inflation consistent with its inflation aim". Even though the recovery appears to be gaining momentum, there is still a lot of slack in the euro-area economy (as well as significant heterogeneity between countries) and the inflation outlook is still well below the ECB's target. In any case, however, exit strategies from unconventional monetary measures are likely to be implemented very gradually to preserve financial market stability. The normalisation of monetary policy will thus entail a long period characterised by large central banks' balance sheets.

Briefing [EN](#)

TARGET (IM)BALANCES AT RECORD LEVEL: SHOULD WE WORRY?

Tipo de publicação Briefing

Data 16-11-2017

Autor DESSIMIROVA Denitza | PATERNOSTER Dario

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | banco central | Banco Central Europeu | créditos | DIREITO | direito civil | ECONOMIA | economia monetária | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder de execução | política monetária única | quadro político | relações monetárias | responsabilidade | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo TARGET balances are the claims and liabilities of euro area national central banks (NCBs) with the ECB. TARGET balances add up to zero but the sum of the absolute value of these balances has grown substantially since 2008. The levels of TARGET balances within the Eurosystem has never been so high. In September 2017, Germany's positive TARGET balance equalled €879 billion, which is over 25 percent of current German GDP. Luxembourg, Netherlands and Finland have also built up large claims relative to their levels of GDP. On the other side, Italy (€432 billion) and Spain (€373 billion) have built up large negative balances. The ECB itself had a negative TARGET balance of €215 billion in September 2017.

Briefing [EN](#)

What should the ECB “new normal” look like?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Christophe BLOT, Jérôme CREEL, Paul HUBERT (Sciences Po, OFCE)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | balanço | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estabilidade financeira | FINANÇAS | gestão contabilística | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | macroeconomia | obrigação financeira | política monetária única | relações monetárias | taxa de câmbio | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo We review the set of arguments in favour of adding permanently balance sheet policies to the central bank toolkit. Balance sheet policies could support financial stability and complement the role of the standard – pre-crisis – policy to enhance macroeconomic stability. There are two major challenges though. The first one refers to the trade-off between effectiveness and distortions. Conventional interest rate policy aims at market neutrality whereas balance sheet policies target specific securities or markets by construction. We argue however that under inefficient financial markets, balance sheet policies would be helpful at mitigating market imperfections. The second challenge relates to communication. If central banks have two instruments at hands – interest rate and balance sheet policies – they must make clear how they use them and for what purpose in order to avoid sending a confusing signal on the monetary policy stance.

Análise aprofundada [EN](#)

How should the ECB ‘normalise’ its monetary policy?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Grégory CLAEYS, Maria DEMERTZIS (Bruegel)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | balanço | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estabilidade financeira | FINANÇAS | gestão contabilística | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | macroeconomia | política monetária única | relações monetárias | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo Discussions on how the ECB should reduce monetary policy accommodation as growth picks up in the euro area are gaining momentum. Given that the ECB's main interest rate instrument was constrained by the zero-lower bound, monetary accommodation has also been implemented through a number of unconventional monetary tools, which would have to be phased out. As this is unknown territory, it is important to consider how to do that as well as what the 'new normal' in monetary policy should look like.

Análise aprofundada [EN](#)

[The Protection Role of the Committee on Petitions in the Context of the Implementation of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-11-2017

Autor externo Mark Priestley, Professor of Disability Policy, University of Leeds

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Emprego | Petições ao Parlamento Europeu | Política Social | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | convenção ONU | DIREITO | direitos e liberdades | direitos fundamentais | direitos humanos | discriminação fundada na deficiência | EMPREGO E TRABALHO | igualdade de tratamento | mercado do trabalho | pessoa deficiente | petição | política internacional | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | trabalhador com deficiência | vida social

Resumo This briefing note provides an update on developments in the implementation of the UNCRPD in the EU since the study "The Protection Role of the Committee on Petitions in the Context of the Implementation of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities", requested by PETI in 2015 and updated in 2016. It reviews the recommendations of that study and identifies the key challenges regarding the European Parliament's responsibilities in relation to the UN CRPD and other EU institutions. There have been developments in legislation, increased visibility for disability issues in the open methods of co-ordination, and progress on disability data and indicators for rights monitoring. However, some long-standing blockages remain and few of the PETI study recommendations have been actioned.

Briefing [EN](#)

[TARGET imbalances at record levels: Should we worry?](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Daniel GROS, CEPS

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | direito da UE | direito da União Europeia | economia monetária | FINANÇAS | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | pagamento intra-UE | política monetária | relações monetárias | sistema de pagamento | Sistema Europeu de Bancos Centrais | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo The imbalances within the Eurosystem's Target 2 payment system are an indication that financial markets are not fully integrated. However, the increase in these imbalances in the wake of the large asset purchases (often called QE, for quantitative easing) that started in early 2015, should not be a particular cause for concern. The imbalances had declined until the start of QE, accompanied by a reduction in risk premia. QE was associated with a further reduction in financial stress. There is thus little reason to believe that the increase since 2015 reflects renewed fears about a euro break-up. The 'technical' nature of the increasing imbalances in the wake of QE is illustrated by the fact that the European Central Bank (the central institution of the Eurosystem) has also run up a negative Target balance of over €200 billion. No one would argue that this is motivated by a fear of a break-up of the euro area. There are reasons to believe that the recent run-up in the negative balances of Italy and Spain is due to similarly technical reasons.

Análise aprofundada [EN](#)

[TARGET \(im\)balances at record level: Should we worry?](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Paul DE GRAUWE, Yuemei JI, Corrado MACCHIARELLI

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | direito da UE | direito da União Europeia | economia monetária | FINANÇAS | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | pagamento intra-UE | política monetária | relações monetárias | sistema de pagamento | Sistema Europeu de Bancos Centrais | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo According to the ECB, the recent rise in TARGET 2 balances could be seen as the result of the decentralised implementation of the extended asset purchase programme (APP). The programme entails cross-border payments by the purchasing NCBs, with around 50% of involved counterparties resident outside the euro area, including the UK. These counterparties access the TARGET system via a limited number of financial centres, particularly Germany and, to a lesser extent, the Netherlands. According to the ECB, the increase in TARGET balances stemming from the concentration of cross border flows due to APP transactions would reflect technical features of the euro-area financial structure rather than evidence of financial stress. However, these imbalances recently may be well indicative of a persistent fragmentation within the euro area's financial markets as well as uneven liquidity allocation; the risks of which may be understated. Against this background, the paper discusses what the underlying factors behind the recent rise of TARGET2 (im)balances are, and the risks associated to rising Target (im)balances for the ECB's monetary policy.

Análise aprofundada [EN](#)

TARGET imbalances at record levels: Should we worry?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Andrew HUGHES HALLETT

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | direito da UE | direito da União Europeia | economia monetária | FINANÇAS | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | pagamento intra-UE | política monetária | relações monetárias | sistema de pagamento | Sistema Europeu de Bancos Centrais | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo TARGET is the payments system for making settlements between euro area economies and five other EU economies. Cross-border transactions generate claims/surpluses and liabilities/deficits among national central banks which "net out" for the system as a whole. These imbalances are manageable in relative terms, but look large in absolute terms. None are larger than one third of their corresponding public debt ratios; and despite a big build up in the 2010-13 period, the imbalances now appear to be on a non-expanding cyclical path. The implications for the EU economies and their policymakers are less easy. The main drivers, beyond the need to fund persistent current account deficits or surpluses, are the use of different funding sources (some outside the euro area), internal and external portfolio re-balancing, loose monetary policy and exchange rate risks. TARGET imbalances support quantitative easing, but are not driven by it. The main threats are the divergence that interrupts further economic integration; and the increasing liabilities taken on by the ECB since 2015. That said, self-correcting mechanisms are weak which makes symmetric adjustments by both creditor and debtor countries essential (because of the adding up constraint); and the difficulty that the imbalances cannot always be eliminated simply by balancing current accounts around the system.

Análise aprofundada [EN](#)

TARGET (im-)balances at record level: Should we worry?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Salomon Fiedler, Stefan Kooths, Ulrich Stolzenburg (Kiel Institute for the World Economy)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | direito da UE | direito da União Europeia | economia monetária | FINANÇAS | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | pagamento intra-UE | política monetária | relações monetárias | sistema de pagamento | Sistema Europeu de Bancos Centrais | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo Target2 balances have re-increased since late 2014 in parallel with extraordinary monetary policy measures. At first glance, the ECB's asset purchasing programme seems to contribute just mechanically to a widening of Target2 positions. However, excessive liquidity provision reduces the role of cross-border interbank markets, which could otherwise reduce Target2 imbalances. Also, other factors like hetero-geneous country risk may also continue to play a role, but are concealed in the current monetary policy environment. After categorising the root causes of Target2 imbalances (current account financing, capital flight, or deposit flight) and the associated risks, we discuss possible reforms that would prevent the build-up of large Target2 imbalances.

Análise aprofundada [EN](#)

Should we be concerned about TARGET balances?

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Karl WHELAN, University College Dublin

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | direito da UE | direito da União Europeia | economia monetária | FINANÇAS | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | pagamento intra-UE | política monetária | relações monetárias | sistema de pagamento | Sistema Europeu de Bancos Centrais | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo This document was provided to Policy Department A at the request of the Economic and Monetary Affairs Committee. The paper describes how the Eurosystem's processing of cross-border banking transactions via its TARGET2 payments system produces a set of assets and liability items on the balance sheets of national central banks. The factors determining the evolution of TARGET-related balances are discussed and the risks associated with these balances are addressed.

Análise aprofundada [EN](#)

[Effective access to justice](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-11-2017

Autor externo Ms Nathy Rass-Masson, Ms Virginie Rouas (Milieu)

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Petições ao Parlamento Europeu | Semestre Europeu

Palavra-chave acesso à justiça | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | despesas judiciais | DIREITO | direito da União Europeia | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | petição | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs upon request by PETI Committee, aims to identify and understand the issues affecting effective access to justice raised by the EU citizens and residents in some Member States with the main aim to frame the analysis and obtain a fair representation of recurring issues pertaining to access to justice across the EU. It seeks to understand why citizens have turned to the EU institutions to seek access to justice, and looks at a large range of factors, including legal and procedural issues as well as practical, social, historical and political factors that underpin the issues raised in these petitions. More broadly, the study intends to assess the relevance of the petitions system to address access to justice issues experienced by citizens at national level.

Estudo [EN](#)

[Design and sequencing of exit from non-standard monetary policy measures: What should the ECB “new normal” look like?](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Roman Horvath (CASE)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave Banco Central Europeu | contabilidade nacional | ECONOMIA | economia monetária | estabilização de preços | estabilização económica | FINANÇAS | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | política monetária única | preços | produto interno bruto | relações monetárias | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo This paper discusses 1) the design and sequencing of exiting from unconventional monetary policy measures, which the ECB has undertaken to achieve price stability and support the euro area economy and 2) the new normal—namely, how the future operational framework of the ECB should look and to what extent it will resemble the pre-crisis state of affairs. We argue that the exit from unconventional measures should be gradual and accompanied by transparent communication, and that the exit should precede interest rate hikes. The new normal for the ECB is likely to be different from what we know from pre-crisis times (prior to 2008). It is likely to be characterised by the continuation of an extended balance sheet, more active communication measures towards the public, and a greater emphasis on financial stability issues.

Análise aprofundada [EN](#)

[Simulating the macroeconomic effects of ECB tapering](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-11-2017

Autor externo Marius CLEMENS, Stefan GEBAUER, Malte RIETH (DIW Berlin)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise económica | análise económica | Banco Central Europeu | construção europeia | ECONOMIA | economia monetária | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estabilização de preços | FINANÇAS | gestão contabilística | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | macroeconomia | política monetária única | preços | programa da UE | relações monetárias | Sistema Europeu de Bancos Centrais | situação económica | taxa de desconto | UNIÃO EUROPEIA | valor acrescentado | valores mobiliários | zona euro

Resumo Although macroeconomic effects of asset purchases are intensively discussed, the literature addressing “tapering” is rather thin. Using a broad definition of tapering the study considers three tapering scenarios within a Dynamic Stochastic Equilibrium Model: A reduction of net purchases in the expansionary stage, the announcements of an earlier exit, and a faster than expected exit. In all three cases the effects on long-term yields are positive and negative on output growth and inflation. Quantitatively, the effects are rather modest, however.

Análise aprofundada [EN](#)

[Precision agriculture in Europe: Legal, social and ethical considerations](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 13-11-2017

Autor KRITIKOS Michail

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Energia | Política de Investigação | Política Social | Proteção dos Consumidores | Segurança Alimentar

Palavra-chave agricultura sustentável | AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | alteração climática | AMBIENTE | automatização | biotecnologia | bioética | degradação do ambiente | impacto ambiental | modernização da exploração agrícola | política agrícola | política ambiental | produção agrícola | produção e estruturas agrícolas | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | regulamentação da produção agrícola | saúde | segurança dos alimentos | sistema de exploração agrícola | tecnologia e regulamentação técnica | vida social

Resumo The aim of this study is to illustrate the different ways in which the current EU legislative framework may be affected by the digitisation and automation of farming activities and the respective technological trends. The study analyses the issues that might have to be dealt with, identifying the European Parliament committees concerned and the legislative acts that might need to be revisited, especially in view of the forthcoming Commission communication on the future of the Common Agricultural Policy (CAP). It also provides a series of overarching recommendations that EU actors may wish to take into account when dealing with precision agriculture. To do so, an analysis of the multiple ethical and legal challenges associated with precision farming technologies has been performed, along with a scanning of current legislation in a wide range of areas of EU policy-making, including agricultural policy and related fields, such as environment, health, food safety and climate change.

[Estudo](#) [EN](#)

[Cross-border restitution claims of looted works of art and cultural goods](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 09-11-2017

Autor SALM Christian

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional público

Palavra-chave aproximação das legislações | bem cultural | combate à delinquência | comércio de arte | cultura e religião | DIREITO | direito civil | direito comercial | direito da União Europeia | direito internacional | direito internacional privado | INTERCAMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | política comercial | propriedade pública | proteção do património | QUESTÕES SOCIAIS | tráfico ilícito | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo Works of art and cultural goods looted in armed conflicts or wars usually travel across several borders when they are sold. The cross-border character of looted art creates legal challenges for restitution claims as they often concern various national jurisdictions, with differing rules, as well as fragmented and insufficiently defined legal requirements in international and European legal instruments. Against this background, this European Added Value Assessment identifies weaknesses in the existing EU legal system for restitution claims of works of art and cultural goods looted in armed conflicts and wars. Moreover, it outlines potential legislative measures that could be taken at the EU level and that could generate European added value through simplification and harmonisation of the legal system in this area.

[Estudo](#) [EN](#)

[The European Council and the 2017 State of the Union proposals](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 27-10-2017

Autor DRACHENBERG Ralf

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | ação penal | Conselho Europeu | construção europeia | DIREITO | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | Política Externa e de Segurança Comum | presidente da Comissão | relação interinstitucional (UE) | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | terrorismo | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo In his 2017 State of the Union address to the European Parliament, the European Commission's President, Jean-Claude Juncker, took stock of EU developments over the past year and outlined his vision for the future of the EU, which would lead to a 'more united, stronger and more democratic Europe'. His vision consists of five proposals which would require a decision by the European Council, as well as one suggestion which would directly impact on the composition and working methods of this EU institution. The five proposals are: 1) using the general passerelle clause to shift from unanimity to qualified majority voting (QMV) in the Council on remaining internal market issues and aspects of taxation policy; 2) moving to QMV in the field of Common Foreign and Security Policy (CFSP); 3) setting up a European Defence Union; 4) extending the competences of the European Public Prosecutor's Office; 5) agreeing on a new composition for the European Parliament, including transnational lists. The additional suggestion is to merge the positions of President of the European Council and European Commission. In principle, all proposed initiatives could be carried out without a Treaty change. The Treaty on European Union (TEU) and the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU) include a series of clauses enabling the European Council to go beyond the current status quo. In three cases, the European Council would need the consent of the European Parliament before taking its decision. A comparison between President Juncker's proposals and the views of the European Parliament indicates that their opinions overlap regarding four of the ideas, while on one of them, discussions in the Parliament are still ongoing (see Table 1 below).

[Briefing](#) [DE](#), [EN](#), [IT](#)

European Council Conclusions - A Rolling Check-List of Commitments to Date

Tipo de publicação Estudo

Data 26-10-2017

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | TENHUNEN Susanna

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Direitos Humanos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Segurança e Defesa | Semestre Europeu

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | comércio internacional | comércio internacional | Conselho Europeu | construção europeia | documentação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | espaço de liberdade, segurança e justiça | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | organização de empresas | poder executivo e administração pública | política da UE | política de emprego da UE | política económica | política económica | política energética | política energética da UE | política regulamentar | relatório de atividade | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Council's role – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' - has developed rapidly over the past seven years. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think-tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery of the various commitments made in the conclusions of its meetings. This overview, presented in the form of a regularly updated Rolling Check-List of Commitments to Date, is designed to review the degree of progress in realising the goals which the European Council has set itself since January 2010 and to assist the Parliament in exercising its important oversight role in this field.

Estudo [EN](#)

Protection of whistle-blowers at EU level

Tipo de publicação Em síntese

Data 23-10-2017

Autor SGUEO Gianluca

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de irregularidades | DIREITO | direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fraude contra a UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | organismo da UE | organização de empresas | proteção de testemunhas | Provedor de Justiça Europeu | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | ética empresarial

Resumo In October, the European Parliament is due to discuss on an own-initiative report on legitimate measures to protect whistle-blowers. Whistle-blowers have proved to be a crucial resource in revealing harm to the public interest. The report calls on the Commission to present a horizontal legislative proposal with a view to protecting whistle-blowers effectively in the EU.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

The revision of the Posting of Workers Directive

Tipo de publicação Briefing

Data 12-10-2017

Autor SCHMID-DRÜNER Marion

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Programação

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | análise económica | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | condições e organização do trabalho | direito da União Europeia | diretiva CE | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | estatística da UE | estudo de impacto | GEOGRAFIA | geografia económica | hora extraordinária | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mobilidade da mão de obra | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | relações interparlamentares | revisão da lei | salário mínimo | segurança social | trabalhador destacado | trabalhador fronteiriço | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing provides an update on the revision of the posting of workers directive in the European Parliament, and thus a follow up to the June 2016 study prepared for the EMPL Committee 'Posting of Workers Directive - current situation and challenges', the May 2016 EPRS appraisal of the Commission Impact Assessment 'Revision of the Posting of Workers Directive', and the March 2017 EPRS briefing 'Posting of Workers Directive'.

Briefing [EN](#)

Working with national parliaments on EU affairs

Tipo de publicação Briefing

Data 10-10-2017

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | grupo político (PE) | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | relações interparlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo To complement the European Implementation Assessment, Working with national parliaments on EU affairs, prepared for the Committee on Constitutional Affairs' implementation report on implementation of the Treaty provisions on national parliaments, an anonymous survey was made of the permanent representatives of Member States' national parliaments in the European Parliament. The survey was carried out between 23 August and 30 September 2017 by the Ex-Post Evaluation Unit of the Directorate for Impact Assessment and European Added Value, within the European Parliament's Directorate-General for Parliamentary Research Services. It focused on the practical and administrative aspects of the permanent representatives' work. The replies received also included views on various possibilities for the European Parliament to move forward based on its institutional prerogatives. This briefing presents and summarises the responses to the survey, and should be considered in conjunction with the above-mentioned European Implementation Assessment.

Briefing [EN](#)

I ricorsi individuali dinanzi alle più alte giurisdizioni. Una prospettiva di diritto comparato - Italia

Tipo de publicação Estudo

Data 06-10-2017

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Lo studio fa parte di un progetto più ampio il cui scopo è quello di analizzare, nella prospettiva del diritto comparato, i ricorsi dei cittadini dinanzi ai più alti organi giurisdizionali di diversi Stati nonché dinanzi a determinate giurisdizioni internazionali. L'obiettivo dello studio è quello di esaminare i diversi ricorsi a disposizione dei cittadini nel diritto italiano e, in particolare, dinanzi alla Corte costituzionale. A tal fine, dopo un'introduzione generale, che presenta il quadro storico, sono presi in esame i diversi tipi di ricorso accessibili ai cittadini, sia a livello amministrativo che a livello giudiziario. Si procede in seguito a un esame delle disposizioni utilizzate come norme di riferimento per la tutela dei cittadini e della giurisprudenza della giurisdizione costituzionale in materia di tutela giurisdizionale effettiva. Sono state infine redatte alcune conclusioni sull'esame della situazione, comprendenti proposte di miglioramento. Sin dalla proclamazione del Regno (nel 1861), l'ordinamento italiano ha previsto numerosi istituti di tutela dei diritti individuali. Inizialmente, la tutela era assicurata dalla legge e dalla giurisdizione ordinaria e amministrativa. Oggi, le garanzie vengono anzitutto dalla Costituzione e dalla giurisdizione costituzionale. Non è previsto il ricorso individuale alla Corte costituzionale, ma le altre vie di accesso (specie quella incidentale) sono efficienti e la tutela dei diritti è assicurata.

Estudo [IT](#)

Rechtsbehelfe des Einzelnen bei den höchsten gerichtlichen Instanzen: eine Perspektive der Rechtsvergleichung - Deutschland

Tipo de publicação Estudo

Data 06-10-2017

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Diese Studie ist Teil eines umfassenderen Projekts, das zum Ziel hat, im Wege der Rechtsvergleichung die Rechtsbehelfe von Einzelpersonen bei den höchsten gerichtlichen Instanzen der verschiedenen Staaten sowie bei bestimmten internationalen Gerichten zu analysieren. Ziel dieser Studie ist es, die verschiedenen Rechtsbehelfe zu untersuchen, die Einzelpersonen im deutschen Recht zur Verfügung stehen und insbesondere beim Verfassungsgericht dieses Landes. Hierfür werden nach einer allgemeinen Einführung, die den geschichtlichen Rahmen aufzeigt, die verschiedenen Arten der Einzelpersonen zur Verfügung stehenden Rechtsbehelfe sowohl auf der Verwaltungsebene als auch auf der gerichtlichen Ebene untersucht. Danach folgt eine Prüfung der Bestimmungen, die als Referenznormen für den Schutz von Einzelpersonen benutzt werden, sowie der Rechtsprechung der Verfassungsgerichtsbarkeit im Bereich des wirksamen Rechtsschutzes. Schließlich wurden einige Schlussfolgerungen zur Bilanz der Situation gezogen, die einige Verbesserungsvorschläge enthalten. Auf der Grundlage der verfassungsrechtlichen Garantie effektiven Rechtsschutzes ist das deutsche Rechtsschutzsystem auf den Schutz individueller subjektiver Rechte ausgerichtet. Die Verfassungsbeschwerde zum Bundesverfassungsgericht bildet den Schlusspunkt dieses Rechtsschutzes. Sie steht jeder Person mit der Behauptung offen, durch die öffentliche Gewalt in einem ihrer Grundrechte verletzt zu sein. Zur Sicherung der Funktionsfähigkeit des Gerichts auch und gerade als Bürgergericht wird der grundsätzlich weite Zugang durch eine Reihe zusätzlicher Voraussetzungen beschränkt.

Estudo [DE](#)

I ricorsi individuali dinanzi alle più alte giurisdizioni, una prospettiva di diritto comparato - UE: Corte di giustizia dell'Unione europea

Tipo de publicação Estudo

Data 06-10-2017

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Lo studio fa parte di un progetto più ampio il cui scopo è quello di analizzare, nella prospettiva del diritto comparato, i ricorsi dei cittadini dinanzi ai più alti organi giurisdizionali di diversi Stati nonché dinanzi a determinate giurisdizioni internazionali. Oggetto dello studio è l'esame dei diversi ricorsi a disposizione dei cittadini nel diritto dell'Unione europea e, in particolare, dinanzi alla Corte di giustizia dell'Unione europea. A tal fine, dopo un'introduzione generale, che delinea l'evoluzione storica, sono presi in esame i diversi tipi di ricorso accessibili ai cittadini, sia in sede amministrativa sia in sede giurisdizionale. Si procede poi all'individuazione ed all'esame delle disposizioni contenute nei trattati, nella Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea e negli atti di diritto derivato che prevedono strumenti a tutela dei diritti individuali nonché della giurisprudenza della Corte di giustizia in materia di tutela giuridica effettiva. Lo studio si conclude con osservazioni di sintesi sul contesto normativo e giurisprudenziale attuale, alle quali fanno seguito infine alcune considerazioni su eventuali prospettive de jure condendo.

[Estudo IT](#)

Los recursos de los particulares ante las mas altas jurisdicciones, una perspectiva de Derecho Comparado - España

Tipo de publicação Estudo

Data 06-10-2017

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Este estudio forma parte de un proyecto más extenso que tiene como finalidad analizar, desde una perspectiva de Derecho Comparado, los recursos de que disponen los particulares ante las más altas jurisdicciones de diferentes Estados así como ante ciertas jurisdicciones internacionales. El objetivo del presente estudio es examinar las distintas vías de recurso a disposición de los particulares en el Derecho español, y en especial, ante el Tribunal Constitucional de ese país. Para ello, tras una introducción general, en la que se presenta el contexto histórico, se examinan las diferentes vías de recurso disponibles para los particulares, tanto a nivel administrativo como judicial. A continuación, se lleva a cabo un examen de las disposiciones que se utilizan como normas de referencia para la protección de los particulares, así como de la jurisprudencia del Tribunal Constitucional en materia de tutela judicial efectiva. Por último, se exponen algunas conclusiones sobre el balance de la situación, que incluyen algunas propuestas de mejora. Este estudio versa sobre el recurso de amparo constitucional, cuya principal finalidad consiste en dotar de protección, por parte del Tribunal Constitucional, a los derechos fundamentales y las libertades públicas, así como garantizar la defensa objetiva de la Constitución (STC 1/1981, FJ 2), al constituir dichos derechos y libertades fundamento de orden político y paz social (art. 10.1 CE). También se ofrece una visión global de la protección jurisdiccional que el Ordenamiento español ofrece.

[Estudo ES](#)

Los recursos de los particulares ante las más altas jurisdicciones, una perspectiva de Derecho Comparado - Consejo de Europa: Tribunal Europeo de Derechos Humanos

Tipo de publicação Estudo

Data 06-10-2017

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Este estudio forma parte de un proyecto más extenso que tiene como finalidad analizar, desde una perspectiva de Derecho Comparado, los recursos de que disponen los particulares ante las más altas jurisdicciones de diferentes Estados así como ante ciertas jurisdicciones internacionales. El objeto del presente estudio es examinar el recurso individual de que disponen los particulares ante el Tribunal Europeo de Derechos Humanos. Para ello, tras una introducción general, que describe el cuadro histórico, se examinan los aspectos procesales del recurso individual. A continuación se explican cuáles son los derechos protegidos así como la jurisprudencia del Tribunal en materia de protección jurisdiccional efectiva. Por último, a modo de conclusión, se hace un balance de la situación actual que conlleva a algunas propuestas de mejora.

[Estudo ES](#)

[Recours des particuliers devant les plus hautes juridictions, une perspective de droit comparé - Belgique](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 06-10-2017

Autor externo EPRS, Comparative Law

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Resumo Cette étude fait partie d'un projet plus global qui a pour but d'analyser depuis une perspective de droit comparé les recours des particuliers devant les plus hautes juridictions de différents États ainsi que devant certaines juridictions internationales. L'objet de cette étude est d'examiner les différents recours à disposition des particuliers en droit belge, et en particulier devant la juridiction constitutionnelle de ce pays. Pour ce faire, après une introduction générale, qui donne le cadre historique, sont examinés les différents types de recours ouverts aux particuliers, tant au niveau administratif qu'au niveau judiciaire. Ensuite un examen est fait des dispositions qui sont utilisées comme normes de référence pour la protection des particuliers ainsi que de la jurisprudence de la juridiction constitutionnelle en matière de protection juridictionnelle effective. Quelques conclusions sur le bilan de la situation et contenant quelques propositions d'amélioration se trouvent à la fin.

Estudo [FR](#)

[Working with national parliaments on EU affairs](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 03-10-2017

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação interparlamentar | difusão da informação | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | transparência do processo de decisão | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo National parliaments possess certain democratic qualities and responsibilities, such as popular legitimacy or scrutiny of the executive power. However, for decades the European Treaties have neither regulated nor envisaged any substantive relations between national parliaments and the European institutions – the role of national parliaments was marginal or overlooked. The situation began to change slowly with the adoption of the Treaty of Maastricht (1992). However, the real change in national parliaments' status in the EU is connected with the adoption of the Treaty of Lisbon (2007), which has enabled national parliaments' active involvement in EU affairs and enhanced the dialogue between national parliaments and the EU institutions. Today, national parliaments actively participate in the scrutiny of subsidiarity principles in draft EU legislative acts; they are engaged in a political dialogue with the European Commission; and they are involved in interparliamentary cooperation with the European Parliament. National parliaments strive to become an active and appreciated player at EU level. Against this background, this European Implementation Assessment seeks to provide an overview and analysis of the body of research carried out with regard to the position of national parliaments in the EU.

Estudo [EN](#)

[Parlamento Europeu: relações com os parlamentos nacionais](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor RAFFAELLI Rosa

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo parlamentar | direito da União Europeia | défice democrático | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | princípio da proporcionalidade | princípio da subsidiariedade | processo legislativo ordinário | relações interparlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Os avanços no processo de integração europeia transformaram o papel dos parlamentos nacionais. A fim de assegurar um controlo democrático eficaz da legislação europeia a todos os níveis, foram criados vários instrumentos de cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais. Esta tendência foi reforçada por novas disposições introduzidas pelo Tratado de Lisboa.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Comité Económico e Social Europeu

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Comité Económico e Social Europeu | competência institucional (UE) | direito da União Europeia | estrutura institucional | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | processo de consulta | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Comité Económico e Social Europeu (CESE) é um órgão consultivo da União Europeia. É composto por 350 membros. A sua consulta pela Comissão, pelo Conselho ou pelo Parlamento pode ser obrigatória, nos domínios estabelecidos nos Tratados, ou facultativa. O Comité pode também emitir pareceres por iniciativa própria. Os seus membros não estão vinculados a quaisquer instruções. Exercem as suas funções com total independência, no interesse geral da União.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Parlamento Europeu: processos eleitorais

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | candidato | cidadania europeia | construção europeia | DIREITO | direito eleitoral | direitos cívicos | direitos e liberdades | eleição europeia | incompatibilidade | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | processo eleitoral | repartição dos mandatos | resultado eleitoral | sistema eleitoral | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O processo eleitoral relativo ao Parlamento Europeu é regido, simultaneamente, pelas disposições do Direito europeu que estabelecem regras comuns a todos os Estados-Membros e pelas disposições nacionais específicas que variam de Estado para Estado. As regras comuns estabelecem o princípio da representação proporcional, bem como determinadas incompatibilidades com o mandato de um deputado ao Parlamento Europeu. Muitas outras questões importantes, como o sistema eleitoral concreto que é utilizado e o número de círculos eleitorais, são regidas pelo Direito nacional.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Provedor de Justiça Europeu

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor MARZOCCHI Ottavio

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direitos e liberdades | estrutura institucional | inquérito parlamentar | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | petição | poder executivo e administração pública | proteção das liberdades | Provedor de Justiça Europeu | transparência administrativa | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Provedor de Justiça Europeu procede a inquéritos para esclarecer eventuais casos de má administração na atuação de instituições, organismos, gabinetes e agências da União Europeia, intervindo por iniciativa própria ou com base em queixas apresentadas por cidadãos da UE. É nomeado pelo Parlamento Europeu para um mandato que tem a duração da legislatura.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Comité das Regiões

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Comité das Regiões Europeu | competência institucional (UE) | comunidade territorial | direito da União Europeia | estrutura institucional | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | parecer do CdR | poder consultivo | poder executivo e administração pública | princípio da subsidiariedade | quadro político | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Comité das Regiões é composto por 350 membros que representam as autoridades regionais e locais dos 28 Estados-Membros da União. Emite pareceres nos casos de consulta obrigatória fixados pelos Tratados, nos casos de consulta facultativa e por sua própria iniciativa, quando o considere oportuno. Os seus membros não estão vinculados a quaisquer ordens ou instruções. Exercem as suas funções com independência, no interesse geral da União.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Os Tratados iniciais

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave construção europeia | direito da União Europeia | história da Europa | Tratado CECA | Tratado CEE | Tratado CEEA | Tratado de Fusão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Os efeitos desastrosos da Segunda Guerra Mundial e a ameaça constante de um confronto Leste-Oeste tornaram a reconciliação franco-alemã uma prioridade essencial. A partilha da indústria do carvão e do aço por seis países europeus, instituída pelo Tratado de Paris em 1951, constituiu o primeiro passo para a integração europeia. Os Tratados de Roma de 1957 vieram consolidar os alicerces desta integração e reforçar a ideia de um futuro comum para os seis países europeus.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O princípio da subsidiariedade

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor RAFFAELLI Rosa

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | controlo parlamentar | direito da União Europeia | governação | poder executivo e administração pública | princípio da subsidiariedade | transferência de competências | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA

Resumo No âmbito das competências não exclusivas da União, o princípio da subsidiariedade, inscrito no Tratado da União Europeia, define as condições em que esta última tem prioridade de ação em relação aos Estados-Membros.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Parlamento Europeu: organização e funcionamento

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comissão PE | Delegação do PE | eleição europeia | grupo político (PE) | instituições da União Europeia e função pública europeia | parlamentar europeu | processo eleitoral | repartição dos mandatos | sede da instituição | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo A organização e o funcionamento do Parlamento Europeu são definidos pelo seu Regimento. Os órgãos políticos, as comissões, as delegações e os grupos políticos orientam as atividades do Parlamento.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Política de comunicação

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor ISKRA Katarzyna Anna

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave acesso à informação da UE | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | cidadania europeia | comunicação | construção europeia | consulta pública | democracia participativa | difusão da informação da UE | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | instituições da União Europeia e função pública europeia | participação social | petição | promoção da ideia europeia | quadro político | QUESTÕES SÓCIAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo A política de comunicação não é regida por disposições específicas nos Tratados, mas decorre naturalmente da obrigação que impende sobre a UE de explicar o seu funcionamento e as suas políticas, bem como a «integração europeia» em termos mais gerais, ao público. A necessidade de uma comunicação eficaz tem uma base jurídica na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a qual garante a todos os cidadãos da UE o direito de serem informados sobre as questões europeias. Desde o seu lançamento formal em 2012, a nova iniciativa de cidadania europeia tem permitido um envolvimento mais direto dos cidadãos na nova legislação e nas questões europeias.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[O Tribunal de Contas](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-10-2017

Autor VERDINS Rudolfs

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave administração da instituição | auditoria | direito da União Europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | gestão administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | parecer do Tribunal de Contas | Tribunal de Contas Europeu | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Tribunal de Contas Europeu é responsável pela auditoria das finanças da União Europeia. Enquanto auditor externo da UE, contribui para o aperfeiçoamento da sua gestão financeira e atua como guardião independente dos interesses financeiros dos cidadãos da União.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[State of play of negotiations with the UK](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 29-09-2017

Autor CIRLIG Carmen-Cristina

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acesso ao mercado | construção europeia | cooperação judiciária | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | Irlanda do Norte | livre circulação de pessoas | mercado único | negociação de acordo (UE) | política comercial | política de cooperação | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | resolução PE | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Since June 2017, the European Union (EU) and the United Kingdom (UK) have held four rounds of Brexit talks, focused on the first phase priority issues: citizens' rights, the financial settlement and the situation on the island of Ireland. The European Parliament is due to vote a resolution prior to the October European Council (EU 27) meeting, which is set to consider whether 'sufficient progress' has been achieved to move negotiations onto the second phase, on the future EU-UK relationship.

Em síntese [EN](#)

[Establishing the European Public Prosecutor](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 28-09-2017

Autor BAKOWSKI Piotr

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ação penal | competência jurisdicional | construção europeia | cooperação judiciária em matéria penal (UE) | cooperação reforçada | DIREITO | direito da União Europeia | estrutura institucional | fraude contra a UE | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | ministério público | organismo da UE | organização da justiça | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Parliament is expected to vote during the October I plenary session on giving its consent to the proposed regulation on the European Public Prosecutor's Office (EPPO), agreed by 20 Member States under enhanced cooperation in June 2017.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Multimédia [Establishing the European Public Prosecutor](#)

[Completing the Digital Single Market for European Consumers and Citizens: Tackling Geo-blocking in the EU - 10th Meeting of the IMCO Working Group on the Digital Single Market](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 20-09-2017

Autor externo Ms. Chloe Grondin

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | consumo | DIREITO | direito da União Europeia | direito de autor | direitos e liberdades | discriminação em razão da nacionalidade | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | literacia digital | mercado único | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | proteção do consumidor | proteção dos dados | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | telecomunicação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report summarizes the discussion during the 10th Meeting of the IMCO Working Group on the Digital Single Market. It summarizes the exchange of views between MEPs, independent academic experts and the European Commission on the topic of geo-blocking in the Digital Single Market. The proceedings were prepared by Policy Department A for the Internal Market and Consumer Protection Committee.

Estudo [EN](#)

The corporate sector purchase programme (CSPP): Effectiveness and challenges ahead

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Corrado MACCHIARELLI, Mara MONTI, Andrea VEDOLIN

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | análise económica | banco | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | empréstimo concedido | estabilidade financeira | financiamento e investimento | FINANÇAS | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | investimento da UE | livre circulação de capitais | mercado financeiro | obrigação financeira | pequenas e médias empresas | política monetária única | promoção do investimento | relações monetárias | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo In March 2016 the ECB announced the launching of the Corporate Sector Purchase Programme (CSPP), enabling the direct purchase by the ECB of investment grade euro-denominated bonds issued by non-bank corporations based in the Euro area in the primary and secondary markets. Although a new monetary policy instrument in the Eurosystem, the CSPP is not a global innovation, since other central banks have resorted to similar initiatives since the onset of the Great Recession in 2008. While undoubtedly contributing to the smooth functioning of the transmission mechanism for monetary policy, CSPP also present challenges, like other aspects of the ECB's Asset Purchase Programme. This note discusses the effectiveness of the programme and some options available to the ECB.

Análise aprofundada [EN](#)

The single monetary policy and its decentralised implementation: An assessment

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Daniel GROS (CEPS)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave América | análise de custo-eficácia | análise económica | análise económica | banco central | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estados Unidos | Eurosystem | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | gestão contabilística | instituições da União Europeia e função pública europeia | política monetária única | relações monetárias | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo The statutes of the European Central Bank (ECB) stipulate that it should have recourse to national central banks (NCBs) to carry out monetary policy operations. Such a structure would not be a problem if these operations were all identical across member states and if the resulting profits and losses were shared. But this is not the case today. In this sense, the euro area no longer has a 'single' monetary policy. There is little one can do about this situation, except to wait until the government purchase programme ends and is then reversed. However, two steps could be undertaken already now: i) the granting of emergency liquidity assistance should be shifted to the ECB, and ii) the NCBs should be forbidden to undertake any financial operation that is not a direct consequence of their execution of the ECB's monetary policy decisions. The existing stocks of assets (and liabilities), the so-called ANFA (Agreement on Net Financial Assets) holdings, which are not related to monetary policy, should be transferred to either national finance ministries or national special purpose vehicles.

Análise aprofundada [EN](#)

Providers Liability: From the eCommerce Directive to the future

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Prof. Dr Giovanni Sartor

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aplicação do direito da UE | comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | indústria da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | livre prestação de serviços | mercado único | processamento de dados | sociedade da informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study addresses the secondary liability of Internet intermediaries, namely, the issue of whether and to what extent, intermediaries—who bring together or facilitate transactions between third parties on the Internet—should be liable for, or in dependence of, illegal activities by their users. The report discusses the main issues related to the application of the Directive, and makes some suggestions for future improvements. It argues that the exemption should be maintained, since it is needed to ensure the diverse provision of intermediation services and the freedoms of the users of such services. Some updates to the current regulation may provide better guidance to Internet intermediaries, their users, and legal professionals.

Análise aprofundada [EN](#)

The Corporate Sector Purchase Programme (CSPP): Challenges and future prospects

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Andrew HUGHES HALLETT

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave América | análise económica | análise económica | banco | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | estabilidade financeira | Estados Unidos | Europa | financiamento e investimento | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | investimento da UE | livre circulação de capitais | mercado financeiro | obrigação financeira | política monetária única | promoção do investimento | Reino Unido | relações monetárias | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo Large-scale asset purchase programmes are a form of monetary policy in which market interest rates are reduced by different amounts at different maturities – and lower them at the long rates that affect investment and consumption decisions. They are designed to stimulate spending by increasing liquidity, raising asset prices, creating wealth effects, lowering borrowing costs and increasing investment. Corporate bond purchases (CSPP) are complementary to, not an alternative to standard QE policies. They increase the impact of QE policies; widen the pool of (potentially) high quality assets that can be used (itself a risk reducing measure that reduces the pressure on reserves); and make it easier to steer economic performance by reducing risk premia, that is sectoral or regional interest spreads. That not only reduces average borrowing costs; it delivers better economic performance where it matters most. More important perhaps, this technique allows us to bypass the risk aversion and regulatory constraints in the banking system that have limited the transmission of greater liquidity into loans and new investment spending despite lower borrowing costs. The risks to the ECB's balance sheet appear to be small, and likely to be less than using bonds from highly indebted governments.

Análise aprofundada [EN](#)

The corporate sector purchase programme (CSPP): Challenges and future prospects

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Salomon FIEDLER, Nils JANNSEN, Matthias RADDANT (Kiel Institute for the World Economy)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | análise económica | banco | Banco Central Europeu | ECONOMIA | economia monetária | estabilidade financeira | financiamento e investimento | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | investimento da UE | livre circulação de capitais | mercado financeiro | obrigação financeira | política monetária única | promoção do investimento | relações monetárias | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo The ECB has adopted a variety of different unconventional monetary policy measures since the Global Financial Crisis. In 2016, the ECB additionally adopted the corporate sector purchase programme (CSPP), during which the ECB buys bonds of the private non-financial sector for the first time. One important reason for the adoption of the CSPP possibly was that business investment has been persistently weak in the euro area after the Global Financial Crisis. In this briefing paper, we provide a first assessment of the CSPP, including a discussion of challenges for and future prospects of the programme.

Análise aprofundada [EN](#)

Policy decentralization at the ECB

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Christophe BLOT, Jérôme CREEL (Sciences Po, OFCE)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | banco central | Banco Central Europeu | crescimento económico | descentralização | ECONOMIA | economia monetária | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | estatística da UE | FINANÇAS | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | gestão administrativa | gestão de riscos | inflação | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política monetária única | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The decentralized implementation of ECB policy to national central banks has raised concerns about the transparency of policy operations. We argue that these concerns are misplaced: first, the sharp monetary easing under the assets purchase programme is actually allocated according to the capital key of the ECB; second, this allocation may feed divergences between the different Eurozone member states. Though the latter point is not part of the ECB mandate, we argue that another policy may well be possible.

Análise aprofundada [EN](#)

The Single Monetary Policy and Decentralisation: An Assessment

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Mark HALLERBERG, Rosa M. LASTRA

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | banco central | Banco Central Europeu | controlo de liquidez | crescimento económico | descentralização | ECONOMIA | economia monetária | Estado-Membro UE | estatística da UE | FINANÇAS | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | inflação | instituição de crédito | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | poder executivo e administração pública | política monetária única | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Monetary policy in the Eurosystem is 'one and indivisible', an exclusive EU competence. However, there remains an operational distinction: while the decision-making stage is centralized at the ECB, the implementation stage is decentralized at the level of the National Central Banks (NCBs). In response to the crisis the Eurosystem operational framework has undergone major changes with the introduction of non-standard monetary policy instruments as well as the recourse to emergency liquidity assistance or lender of last resort (LOLR). Against this background, we assess the balance between centralization and decentralisation, considering in particular the LOLR function both as regards market liquidity assistance (ECB competence) and individual liquidity assistance (national competence, NCBs). We discuss measures which may improve the simplicity, transparency and cost efficiency of the existing operational framework and facilitate the effective exercise of accountability by the European Parliament. We further recommend that the role of the ECB in the provision individual liquidity assistance be reconsidered in the light of Article 18 ESCB Statute (European System of Central Banks) and the advent of banking union. We also argue that data on Emergency Liquidity Assistance (ELA) should be reported, albeit with a lag, and that all banks provide a disclosure policy.

Análise aprofundada [EN](#)

The new Restrictiveness Indicator for Professional Services: an assessment

Tipo de publicação Estudo

Data 15-09-2017

Autor externo Prof. Dr Jacques Pelkmans

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | comercialização | difusão seletiva da informação | DIREITO | documentação | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | organização do ensino | organização do ensino | prestação de serviços | qualificação profissional | reconhecimento dos diplomas | recrutamento | simplificação legislativa

Resumo This document was prepared by Policy Department A: Economic and Scientific Policy, at the request of the Committee for the Internal Market and Consumer Affairs. After setting out the background of recent EU initiatives in the realm of services, in particular professional services, it explains in considerable detail the new Restrictiveness Indicator for Professional Services developed by the European Commission, followed by a careful assessment based on seven queries. It shows that, technically, this indicator is an improvement over similar work done by the OECD but that the empirical results are not radically different from those of the OECD in four such professions. The study cautions that the use of the new indicator has to be combined with assessments of proportionality, and that more attention should be paid to barriers to free movement.

Estudo [EN](#)

Thesaurus on Brexit

Tipo de publicação Estudo

Data 15-09-2017

Autor GERNERT SOPHIA | HONNEFELDER Stephanie | KOLASSA Doris | SILVESTRI ROBERTO

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave acordo bilateral | acordo comercial | análise económica | análise económica | comércio internacional | construção europeia | contribuição dos Estados-Membros | direito da União Europeia | ECONOMIA | Europa | FINANÇAS | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Gibraltar | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de capitais | mercado financeiro | negociação de acordo (UE) | organização internacional | orçamento da UE | país terceiro | países e territórios ultramarinos | política aduaneira | política de cooperação | política internacional | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | Tratado da União Europeia | união aduaneira | União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This thesaurus is a collection of ECON related articles, papers and studies on the possible withdrawal of the UK from the EU. Recent literature from various sources is categorised, chronologically listed – while keeping the content of previous editions - and briefly summarised. To facilitate the use of this tool and to allow an easy access, certain documents may appear in more than one category. The thesaurus is non-exhaustive and may be updated. This document was provided by Policy Department A at the request of the ECON Committee.

Estudo [EN](#)

Economic effects of reform in professional services

Tipo de publicação Briefing

Data 15-09-2017

Autor externo Dr Erik Van Der Marel

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | condições e organização do trabalho | crescimento económico | ECONOMIA | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | estatística da UE | estrutura económica | funcionamento institucional | GEOGRAFIA | geografia económica | governação | instituições da União Europeia e função pública europeia | OCDE | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | poder executivo e administração pública | produtividade do trabalho | reforma económica | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing is based on: World Bank Regular Economic Report; van der Marel, E., J. Kren and M. Iooty (2016) "Services in the European Union: What Kinds of Regulatory Policies Enhance Productivity?", World Bank Policy Research Paper Series, No. 7919: <http://bit.ly/2dtb45p>; van der Marel, E. (2017) "Reforming Services: What Policies Warrant Attention?", ECIPE Five Freedoms Policy Brief, No. 1/2017: <http://bit.ly/2uhzl3W>. It was prepared by Policy Department A for the Internal Market and Consumer Protection Committee.

Briefing [EN](#)

Strengthening the Position of Press Publishers and Authors and Performers in the Copyright Directive

Tipo de publicação Estudo

Data 15-09-2017

Autor externo Lionel Bently
Martin Kretschmer
Tobias Dudenbostel
María del Carmen Calatrava Moreno
Alfred Radauer

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave aproximação das legislações | comunicação | construção europeia | cultura e religião | direito da União Europeia | direito de autor | editora | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | indústria audiovisual | investigação e propriedade intelectual | mercado único digital | património cultural | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | profissão literária | QUESTÕES SOCIAIS | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI committee. It reviews Art 11 and Arts 14-16 of the proposed Directive on Copyright in the Digital Single Market. It outlines criticisms that have been made of the proposals, includes reports of research into the operation and effects of precursors of Article 11 in Germany and Spain, a summary of the cultural economics literature on legal regulation of authors' contracts and analysis of the laws of 7 Member States to see in what way Arts 14-16 would "add value".

Estudo [EN](#)

Smart Single Market regulation in the area of professional services

Tipo de publicação Briefing

Data 15-09-2017

Autor externo Sion Jones

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave avaliação comparativa | construção europeia | direito da União Europeia | INDÚSTRIA | indústria de serviços | indústrias diversas | mercado único | política da UE | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | regulamento (UE) | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo •In the Communication on reform recommendations [COM(2017)8290 final], the European Commission has shown how the regulation of professional services is a significant policy issue for the Single Market. It also underlines the relevance of policy action in this area in the wider context of European labour markets and EU strategies and policies. •The policy objectives for the reform recommendations need to be articulated more clearly. This includes being clear that Member States need to balance the costs and benefits of regulatory reform. The reform process is not just about reducing the cost of regulation, it also recognises the benefits of regulation and seeks to encourage better regulation. •Experiences during the mutual evaluation suggest strongly that Member States need guidance from the Commission on how to undertake the process of balancing costs and benefits as they implement the reform recommendations. The European Commission needs to review why Member States faced problems with this process and apply lessons learnt in order to assist Member States with the implementation of the reform recommendations. •When legislating the European Parliament should ensure that the European Commission has the following tasks: publication of detailed monitoring and evaluation plans; annual repetition of the EU Survey of Regulated Occupations; and the creation of a central repository for sharing evidence and data. •When legislating, the European Parliament should ensure that Member States are recommended to follow the guidelines on regulation of professional services issued by the European Commission and to cooperate with each other and with the European Commission in the development and sharing of evidence.

Briefing [EN](#)

The single monetary policy and its decentralised implementation: An assessment

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-09-2017

Autor externo Francesco PAPADIA, Alexander ROTH (Bruegel)

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Programação

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | América | análise de custo-eficácia | análise económica | análise económica | Banco Central Europeu | controlo de liquidez | custo de funcionamento | ECONOMIA | economia monetária | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estabilidade financeira | Estados Unidos | Eurossistema | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | gestão contabilística | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | pessoal | política monetária única | relações monetárias | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo While the Eurosystem has considerably improved its operational transparency in the last few years, it is still lagging the Federal Reserve System (Fed), especially in terms of the information it provides on operating costs and staff numbers, for which it provides very scarce data. In addition, the available information is scattered throughout different publications, rather than being presented in a user-friendly fashion. Compared to the Fed, the Eurosystem seems to have higher staff numbers and operational costs for similar tasks. Also because of the Treaty requirement to implement monetary policy in a decentralised way, the Eurosystem's implementation of monetary policy is fairly complex.

Análise aprofundada [EN](#)

Online Platforms: How to Adapt Regulatory Framework to the Digital Age?

Tipo de publicação Briefing

Data 08-09-2017

Autor externo Dr. Aneta Wiewiórowska-Domagalska

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave construção europeia | contrato comercial | contrato digital | digitalização | DIREITO | direito civil | direito da UE | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | política comercial | UNIÃO EUROPEIA

Resumo •Platforms, understood as a method of organising digital markets that allows two groups of users (suppliers and customers) to meet, are one of the pillars of the digital market. They facilitate its development, providing adequate solutions to the needs of the sharing, collaborative, data, and P2P economies.
•Platforms that often operate as marketplaces have a triangle structure where users must first conclude a contract with the platform to be subsequently able to conclude contracts between themselves. The status of platform user is very often difficult to define, as platforms allow a rapid development of the pursued activities, which pushes the users outside the realm of consumer. These two characteristics make platforms difficult to fit with the EU market and consumer regulations.

Briefing [EN](#)

Legal Implications of Brexit: Customs Union, Internal Market Acquis for Goods and Services, Consumer Protection Law, Public Procurement

Tipo de publicação Estudo

Data 09-08-2017

Autor externo Fabian AMTENBRINK, Menelaos MARKAKIS and René REPASI
Erasmus School of Law, Erasmus University Rotterdam /
European Research Centre for Economic and Financial Governance (EURO-CEFG)
Erasmus University Rotterdam

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acordo comercial | análise económica | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | comércio internacional | construção europeia | consumo | contrato público | cooperação comercial | direito da União Europeia | ECONOMIA | Estado-Membro UE | estudo de impacto | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | negociação de acordo (UE) | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | política aduaneira | política comercial | política de cooperação | proteção do consumidor | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | relações interparlamentares | retirada da UE | Tratado da União Europeia | união aduaneira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This in-depth analysis addresses the implications of several scenarios of the UK withdrawing from the EU in relation to the EU Customs Union, the Internal Market law for Goods and Services, and on Consumer Protection law, identifying the main cross-cutting challenges that have to be addressed irrespective of the policy choices that will be made in due course. The analysis takes the fully-fledged EU membership as a point of departure and compares this baseline scenario to a membership of the UK in the European Economic Area (EEA), the application of tailor-made arrangements, as well as the fall-back scenario, in which the mutual relationship is governed by WTO law. Following an analysis of the EU legal framework defining the withdrawal of a Member State from the EU the study develops an analytical framework that allows for the identification of the legal impact of different Brexit scenarios on policy fields falling within the ambit of the IMCO Committee. In this context, the general impact of the EEA model, the tailor-made model and the WTO model on key pieces of the currently existing acquis communautaire in these policy areas are highlighted.

Estudo [EN](#)

EU-Mapping 2017: Systematic overview on economic and financial legislation

Tipo de publicação Estudo

Data 14-07-2017

Autor DE LEMOS PEIXOTO SAMUEL | HONNEFELDER Stephanie | KOLASSA Doris | KRISCHEL Anne Katharina | LINDEMANN CLAUDIA | MAIER Rudolf | SILVESTRI ROBERTO | VAN ES Ivo

Autor externo Prof Katja LANGENBUCHER, Research Center SAFE and Goethe University Frankfurt
Prof Tobias TRÖGER, Research Center SAFE and Goethe University Frankfurt
Lara MILIONE, Research Center SAFE and Goethe University Frankfurt
Andreas ROTH, Research Center SAFE and Goethe University Frankfurt

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | branqueamento de capitais | construção europeia | consumo | controlo bancário | direito da UE | direito da União Europeia | ECONOMIA | Europa | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças públicas e política orçamental | fundo de pensões | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições financeiras e crédito | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investimento | livre circulação de capitais | poder executivo e administração pública | política económica | política económica | proteção do consumidor | regulamento financeiro | Reino Unido | retirada da UE | seguro | seguros | serviços financeiros | transparência administrativa | UNIÃO EUROPEIA | valores mobiliários

Resumo This study provides a graphic overview on core legislation in the area of economic and financial services. The presentation essentially covers the areas within the responsibility of the Economic and Monetary Affairs Committee (ECON); hence it starts with core ECON areas but also displays neighbouring areas of other Committees' competences which are closely connected to and impacting on ECON's work. It shows legislation in force, proposals and other relevant provisions on banking, securities markets and investment firms, market infrastructure, insurance and occupational pensions, payment services, consumer protection in financial services, the European System of Financial Supervision, European Monetary Union, euro bills and coins and statistics, competition, taxation, commerce and company law, accounting and auditing. Moreover, it notes selected provisions that might become relevant in the upcoming Article 50 TEU negotiations. This document was provided by Policy Department A on request of the ECON Committee.

Estudo [EN](#)

Liability in Subcontracting Chains: National Rules and the Need for a European Framework

Tipo de publicação Estudo

Data 10-07-2017

Autor externo Alexander Heinen; Dr. Axel Müller; Bernd Kessler

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | condições e organização do trabalho | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito à segurança social | diretiva (UE) | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | mercado do trabalho | mercado do trabalho | pequenas e médias empresas | produção | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | responsabilidade contratual | revisão da lei | saúde e higiene no trabalho | subcontratação | tipos de empresa | trabalhador destacado | trabalho temporário | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was commissioned upon request by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs, upon request of the Committee on Legal Affairs. It provides a comprehensive update on recent developments on a European and national level concerning liability in subcontracting chains and the protection of workers involved in subcontracting chains. A strong focus lies on the existing European legal framework and recent developments in that regard. By assessing the country reports and the findings on a European level, the study closes with "Policy Recommendations" and answers the question from its authors view, if the European Legislator should adopt (further) legislation.

Estudo [EN](#)

[Preliminary reference procedure](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 06-07-2017

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competência administrativa | cooperação judiciária | DIREITO | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | direito penal | direito penal | Estado-Membro UE | fontes e ramos do direito | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | interpretação do direito | jurisdição de arbitragem | jurisprudência (UE) | legalidade | organização da justiça | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política externa | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional | Tratado sobre o Funcionamento da UE | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The preliminary reference procedure, provided for in Article 267 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU), is an institutionalised mechanism of dialogue between the Court of Justice of the European Union (CJEU) and national courts. This dialogue serves three principal purposes. First of all, to provide national courts with assistance on questions regarding the interpretation of EU law. Secondly, to contribute to a uniform application of EU law across the Union. Thirdly, to create an additional mechanism – on top of the action for annulment of an EU act (set out in Article 263 TFEU) – for an ex post verification of the conformity of acts of the EU institutions with primary EU law (the Treaties and general principles of EU law). The scope of the preliminary reference procedure covers the entire body of EU law with the exclusion of acts under common foreign and security policy and certain limitations in the area of judicial and police cooperation in criminal matters. EU law does not have a doctrine of binding precedent such as that entertained in common law countries. Therefore, a judgment of the CJEU in a preliminary reference procedure is, strictly speaking, binding only on the national court that submitted the question, as well as on other courts in the same domestic procedure. Nonetheless, CJEU judgments interpreting EU law enjoy an authority similar to those of national supreme courts in civil law countries – national courts interpreting EU law should take them into account. Furthermore, if the CJEU decides that an act of the EU institutions is illegal, no national court may find to the contrary and consider that act legal. The decision whether to submit a preliminary reference to the CJEU rests with the national court concerned. However, if it is a court of last instance and a question of interpretation of EU law or the validity of an act of the EU institutions is necessary to decide a question before it, that court must submit a question. If it refrains from doing so, the Member State concerned may be held liable for a breach of EU law. This briefing is one in a series aimed at explaining the activities of the CJEU.

Briefing [EN](#)

[EU accession to the European Convention on Human Rights \(ECHR\)](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 06-07-2017

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave adesão a um acordo | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | construção europeia | Convenção Europeia dos Direitos do Homem | direito da União Europeia | jurisprudência (UE) | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tratados europeus | União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Neither of the founding treaties of the European Communities – the Treaty of Paris (1951) or the Treaty of Rome (1957) included any reference to fundamental rights. Nonetheless, in its case law the European Court of Justice started to treat such rights as unwritten 'general principles of Community law', thereby granting them the status of primary law. As for the source of these general principles of Community law, the Court referred to the common constitutional traditions of the Member States, and to international treaties to which at least a majority of Member States were party, in particular the European Convention on Human Rights (ECHR) of 1950. When the European Union was formally established by the Treaty of Maastricht (1992), this case law of the Court of Justice on the dual sources of fundamental rights in the EU was codified in the new Treaty on European Union in its Article F(2). The entry into force of the Charter of Fundamental Rights as a binding legal act in 2009 did not, however, deprive the ECHR of its role in the EU legal system as a source of fundamental rights in the form of general principles. The Treaty of Lisbon provided for a duty of the EU to accede to the ECHR. However, when the negotiated agreement was put to the Court of Justice for opinion, it ruled (in December 2015) that the agreement did not provide for sufficient protection of the EU's specific legal arrangements and the Court's exclusive jurisdiction. For the time being, no new accession agreement has been drafted, but both the Parliament and the Commission underline the need for EU accession. Scholars remain divided, some considering that accession would bring added value, whilst others express the view that accession would actually do more harm than good to EU citizens.

Briefing [EN](#)

[Common minimum standards of civil proceedings](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 27-06-2017

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave acesso à justiça | competência da UE | competência jurisdicional | construção europeia | cooperação judiciária civil na UE | DIREITO | direito da União Europeia | direitos da defesa | execução de sentença | justiça | organização da justiça | processo civil | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Since 2015, Member States must accept most civil judgments from other EU countries without reviewing their content (abolition of exequatur). This has raised concerns about the need for ensuring that civil proceedings across the EU conform to common minimum standards. The European Parliament is due to vote in July on a report requesting the Commission table a proposal for a directive on such standards, which might be a first step towards a European Code of Civil Procedure.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

The Brexit negotiations: Issues for the first phase

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 22-06-2017

Autor D'ALFONSO Alessandro | MCELDOWNEY James | POPTCHEVA Eva-Maria Alexandrova | TILINDYTE-HUMBURG Laura

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave cidadania europeia | cidadão da UE | construção europeia | DIREITO | direito de residência | direito internacional | direito à segurança social | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPREGO E TRABALHO | estrangeiro | Europa | fronteira externa da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Irlanda | Irlanda do Norte | livre circulação de pessoas | mercado do trabalho | organização do ensino | procura de emprego | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | Reino Unido | residência de estudantes | retirada da UE | saúde | sistema de saúde | transferência do direito à pensão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Negotiations on the arrangements for the UK's withdrawal from the EU started on 19 June 2017. The European Commission is negotiating on behalf of the EU, on the basis of the European Council guidelines and the mandate given to it by the Council. The European Parliament, for its part, has laid down key principles and conditions for its approval of a UK withdrawal agreement. Three key priorities are set to dominate the first phase of the negotiations (with the future relationship between the EU and the UK being left to a second phase). These are: citizens' rights for EU-27 citizens in the UK and UK citizens in the EU-27; the settlement of the UK's financial obligations; and ensuring the Northern Ireland peace process is not compromised. This paper looks at the EU negotiating position and the major issues raised under those three priorities to date.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#), [FR](#)

European Council Conclusions: A Rolling Check-List of Commitments to Date (12th edition)

Tipo de publicação Estudo

Data 20-06-2017

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | TENHUNEN Susanna

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Democracia | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito e regulamentação da concorrência | Direitos Humanos | Emprego | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Segurança e Defesa | Semestre Europeu

Palavra-chave AMBIENTE | competitividade | comércio internacional | comércio internacional | Conselho Europeu | construção europeia | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | espaço de liberdade, segurança e justiça | FINANÇAS | fisco | harmonização fiscal | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | mercado único digital | organização de empresas | política ambiental | política de desenvolvimento | política de emprego da UE | política económica | política económica | política energética | política energética | Política Externa e de Segurança Comum | política internacional | política para as alterações climáticas | política social | QUESTÕES SOCIAIS | relações internacionais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo The European Council's role – to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' - has developed rapidly over the past seven years. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think-tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery of the various commitments made in the conclusions of its meetings. This overview, presented in the form of a regularly updated Rolling Check-List of Commitments to Date, is designed to review the degree of progress in realising the goals which the European Council has set itself since January 2010 and to assist the Parliament in exercising its important oversight role in this field.

Estudo [EN](#)

Consequences of Brexit in the area of public procurement

Tipo de publicação Estudo

Data 15-06-2017

Autor externo Sue ARROWSMITH, Public Procurement Research Group, School of Law, University of Nottingham

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso ao mercado | acordo comercial (UE) | análise económica | auxílio estatal | consequências económicas | construção europeia | contrato público | ECONOMIA | Espaço Económico Europeu | estudo de impacto | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | pertença à União Europeia | política comercial | política económica | Reino Unido | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This paper examines the implications of the UK's departure from the EU for the EU-UK legal relationship in the field of public procurement. It assesses, in comparison with the position under EU membership, the implications of four approaches found in the EU's relationships with other trading partners: the EEA model; the GPA model; and, between these two, what we call an "EEA-minus" approach and a "GPA-plus" approach. It also notes the procurement-specific issues that may need to be addressed in any withdrawal agreement (or later transition arrangement). This document was prepared for Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

[Proceedings of the Workshop on the consequences of Brexit](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-06-2017

Autor externo Anna CITARELLA, European Research Centre for Economic and Financial Governance ; Menelaos MARKAKIS, European Research Centre for Economic and Financial Governance

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acervo comunitário | acordo comercial (UE) | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | comércio internacional | comércio internacional | construção europeia | consumo | direito da União Europeia | ECONOMIA | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | interdependência económica | mercado único | negociação de acordo (UE) | Parlamento Europeu | política aduaneira | processo eleitoral | proteção do consumidor | referendo | Reino Unido | retirada da UE | situação económica | tratados europeus | união aduaneira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The workshop organised for the IMCO Committee by the Policy Department A in cooperation with the European Research Centre for Economic and Financial Governance (EURO-CEFG) of the Universities of Leiden, Delft and Rotterdam aimed at discussing the consequences of Brexit on the EU in general and on the policy fields covered by the IMCO Committee in particular. It allowed for a first exchange of opinion on the consequences of Brexit and for questions by EU decision-makers in preparation of the upcoming negotiations.

[Estudo](#) [EN](#)

[The Role and Powers of the European Parliament in the Brexit Process](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-06-2017

Autor externo Prof. Dr Peter-Tobias STOLL, Institute for International Law and European Law, Faculty of Law, University of Göttingen

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competência do PE | construção europeia | direito da União Europeia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | negociação de acordo (UE) | Parlamento Europeu | processo eleitoral | referendo | Reino Unido | retirada da UE | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This document explores the role and powers of the European Parliament in the Brexit process. It describes the challenges and relevant steps and stages of the process and highlights the significance of agreement(s) to be concluded between the EU and the UK. On that basis, the Parliament's mandate and powers in substantial terms as well as its involvement in the procedure are outlined. Some options are highlighted to enable the Parliament to adequately fulfil its mandate and play its role in the process. The document was provided by Policy Department A at the request of the European Parliament's Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

[Análise aprofundada](#) [EN](#)

[The Consequences of Brexit for the Customs Union and the Internal Market Acquis for Goods](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 15-06-2017

Autor externo Prof. Dr Piet Eeckhout

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acervo comunitário | acordo comercial | acordo de comércio livre | acordo pautal | comércio extra-UE | comércio internacional | construção europeia | diferendo comercial | direito da União Europeia | Europa | formalidade aduaneira | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de mercadorias | mercado único | negociação de acordo (UE) | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | país terceiro | política aduaneira | política comercial | política de cooperação | princípio de reconhecimento mútuo | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo •The consequences of Brexit depend on the model which will be adopted for the future relationship between the EU and the UK. These models should be compared with a respect to a number of different parameters, which are not confined to substantive trade rules but include also questions of legal effect and dispute settlement.
•There are very substantial differences between, on the one hand, the EU Membership and EEA models; and on the other the WTO/FTA models. Those differences are focused on the approach to regulatory convergence and to the legal effects of the agreements and their enforcement.

[Briefing](#) [EN](#)

The consequences of Brexit on Services and Establishment. Different Scenarios for Exit and Future Cooperation

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-06-2017

Autor externo Prof. Dr Friedemann Kainer

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acordo comercial (UE) | acordo de associação (UE) | acordo de comércio livre | cidadão da UE | comércio internacional | comércio intra-UE | construção europeia | DIREITO | direito de residência | direito internacional | Espaço Económico Europeu | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INDÚSTRIA | indústria de serviços | indústrias diversas | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | negociação internacional | país terceiro | política comercial | política de cooperação | política internacional | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This paper addresses the challenges Brexit will pose to the future of trade in services between the EU and the UK. It discusses the specific barriers to cross-border establishment and trade in services and possible solutions for a future EU-UK trade agreement. Hereby, it takes existing EU Free Trade Agreements with other states into consideration. This research paper has been commissioned by Policy Department at the request of the Internal Market and Consumer Protection Committee.

Análise aprofundada [EN](#)

Consequences of Brexit in the Area of Consumer Protection

Tipo de publicação Estudo

Data 15-06-2017

Autor externo Dr. Malte KRAMME, Research Centre for Consumer Law, University of Bayreuth

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acervo comunitário | comércio internacional | comércio internacional | construção europeia | consumo | cooperação judiciária | cooperação judiciária civil na UE | direito da União Europeia | direito derivado | Espaço Económico Europeu | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | negociação de acordo (UE) | Organização Mundial do Comércio | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações mundiais | período de transição (UE) | política de cooperação | proteção do consumidor | Reino Unido | relações comerciais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA

Resumo TThis paper outlines the consequences of the United Kingdom's withdrawal from the European Union in the area of consumer protection. It examines the withdrawal's impact on consumer protection under different scenarios: a future EEA membership of the UK (a); a relationship governed only by WTO rules; (c) a relationship governed by a "tailor-made agreement". It comes to the conclusion that from the perspective of consumers in the EU28, an EEA membership of the UK is the most favourable scenario. Irrespective of the scenario, adequate transitory provisions taking into consideration the "two-step" negotiating schedule are necessary to resolve legal uncertainties occurring irrespective of the scenario. This document was prepared for Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

CHILDREN ON THE MOVE: A PRIVATE INTERNATIONAL LAW PERSPECTIVE

Tipo de publicação Estudo

Data 13-06-2017

Autor externo Sabine Corneloup; Bettina Heiderhoff; Costanza Honorati; Fabienne Jault-Seseke; Thalia Kruger; Caroline Rupp; Hans van Loon; Jinske Verhellen

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave acordo internacional | cooperação transfronteiriça | criança | demografia e população | DIREITO | direito civil | direito civil | direito dos estrangeiros | direito internacional | direito internacional privado | direito matrimonial | Estado-Membro UE | estrangeiro | família | GEOGRAFIA | geografia económica | integração de migrantes | jovem | migrações | política de cooperação | política internacional | política migratória | proteção da infância | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | residência | segurança internacional | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, will be presented during a Workshop dedicated to potential and challenges of private international law in the current migratory context. The child's best interests are a primary consideration under international and EU law. EU migration and private international law frameworks regulate child protection, but in an uncoordinated way: the Dublin III and Brussels IIa Regulations are neither aligned nor applied coherently. This should change. In particular, the rules and mechanisms of Brussels IIa should be used to enhance the protection of migrant children. These include rules on jurisdiction to take protective measures, on applicable law, and on recognition and enforcement of protective measures, and mechanisms for cross-border cooperation between authorities.

Estudo [EN](#)

Private international law in a context of increasing international mobility: challenges and potential

Tipo de publicação Estudo

Data 12-06-2017

Autor externo Sabine Corneloup (coordinator), Professor at the University Paris II Panthéon-Assas, France, member of TEE
Bettina Heiderhoff, Professor at the University of Münster, member of TEE
Costanza Honorati, Professor at the University of Milano-Bicocca, member of TEE
Fabienne Jault-Seseke (coordinator), Professor at the University of Versailles Saint-Quentin, France, member of TEE, member of GEDIP
Thalia Kruger, Professor at the University of Antwerp, Belgium, member of TEE
Caroline Rupp, Junior Professor at the Julius-Maximilians-University Würzburg, Germany, member of TEE
Hans van Loon, Former Secretary General of the Hague Conference on Private International Law, member of GEDIP
Jinske Verhellen (coordinator), Professor at the Ghent University, Belgium, member of TEE

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave adoção | convenção ONU | cooperação transfronteiriça | demografia e população | DIREITO | direito civil | direito civil | direito dos estrangeiros | direito internacional | direito matrimonial | Estado-Membro UE | estrangeiro | família | GEOGRAFIA | geografia económica | integração de migrantes | migrações | política de cooperação | política internacional | política migratória | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | residência | segurança internacional

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, will be presented during a Workshop dedicated to potential and challenges of private international law in the current migratory context. While Private International Law governs private relations between persons coming from or living in different States, migration law regulates the flow of people between States. The demarcation between these two areas of law seems clear, but in practice it is not. Rights related to migration are often linked to private relations (marriage, parentage) or personal status (age). The EU should have a coherent approach in these areas, both internally and in relations with third States. Authorities active in the different areas must coordinate their work.

Estudo [EN](#)

Potential and Challenges of Private International Law in the Current Migratory Context - Experiences from the Field

Tipo de publicação Briefing

Data 12-06-2017

Autor externo Martina Erb Klünemann

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Alemanha | apátrida | criança | demografia e população | DIREITO | direito de asilo | direito dos estrangeiros | direito internacional | direitos da criança | direitos e liberdades | entrada de estrangeiros | Estado-Membro UE | Europa | filho de migrante | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | integração de migrantes | migrante | migrações | política migratória da UE | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional

Resumo •The rights of the child (Art. 3, Convention on the Rights of the Child, Art. 24, EU Charter of Fundamental Rights) are well ensured by the German approach to treat unaccompanied minors first and foremost as children in need of protection.
•The responsibility of the youth authorities (Jugendamt) to give shelter has priority.
•The immediate legal representation of an unaccompanied child is guaranteed by the right of the youth authorities to act as first representatives of the child. The family court then appoints an appropriate guardian.
•As it is not always advisable to apply for asylum, the representative of the child has to decide on the application in order to clarify the child's perspective.
•Amendments and interdisciplinary practical action plans already improved the situation of unaccompanied minors. There is still a need for clarification and improvements.

Briefing [EN](#)

The Commission Insolvency Proposal and its Impact on the Protection of Creditors

Tipo de publicação Estudo

Data 10-06-2017

Autor externo Dr. Reinhard DAMMANN

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | consumo | direito da União Europeia | direito de estabelecimento | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | empresa em dificuldade | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | estudo de impacto | falência | FINANÇAS | garantia de crédito | GEOGRAFIA | geografia económica | informação do consumidor | instituições financeiras e crédito | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre prestação de serviços | organização de empresas | proposta (UE) | revisão da lei | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee compares the preventive insolvency restructuring regimes of various Member States and sets forth the scope of the Commission proposal for a draft Directive of 22 November 2016, the transposition of such proposal and policy recommendations in connection therewith.

Estudo [DE](#), [EN](#)

[International Protection in Greece - Background information for the LIBE Committee delegation to Greece](#)

[22-25 May 2017](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 06-06-2017

Autor PAPAGEORGIOU IOANNIS

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave acordo internacional | ajuda aos refugiados | análise económica | criança | decisão (UE) | demografia e população | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | ECONOMIA | estatística | estrangeiro | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Grécia | ilhas do mar Egeu | instituições da União Europeia e função pública europeia | integração de migrantes | jovem | migração de regresso | migrações | organismo da UE | país terceiro | política de cooperação | política internacional | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional | Turquia | UNIÃO EUROPEIA | Ásia-Oceânia

Resumo Upon request by the LIBE Committee, this paper provides a general overview of the latest developments in terms of international protection and reception of third-country nationals in Greece for the purposes of the visit of a delegation of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs to Greece.

Estudo [EN](#)

[O Parlamento Europeu: poderes](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-06-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | competência do PE | controlo parlamentar | direito da União Europeia | elaboração do orçamento da UE | finanças da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | petição | processo de aprovação | processo de consulta | processo de cooperação | processo legislativo ordinário | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Parlamento desempenha plenamente o seu papel institucional no plano da elaboração das políticas europeias através do exercício das suas várias funções. A participação do Parlamento no processo legislativo, os seus poderes em matéria orçamental e de controlo, a sua participação na revisão dos Tratados e o seu direito de intervir nos processos submetidos ao Tribunal de Justiça da União Europeia permitem-lhe assegurar o respeito pelos princípios democráticos a nível europeu.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[A Carta dos Direitos Fundamentais](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-06-2017

Autor SY Sarah Salome

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | construção europeia | Convenção Europeia dos Direitos do Homem | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | direitos sociais | ordem jurídica da UE | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo A Carta dos Direitos Fundamentais estabelece os direitos fundamentais que a União e os Estados-Membros devem respeitar aquando da aplicação do direito da União. Trata-se de um instrumento juridicamente vinculativo que foi criado no sentido de ser expressamente reconhecido e posto em relevo o papel dos direitos fundamentais na ordem jurídica da União.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

[O Tratado de Lisboa](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-06-2017

Autor NOVAK Petr | RAFFAELLI Rosa

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | competência da UE | construção europeia | democratização | direito da União Europeia | estrutura institucional | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | reforma institucional | revisão de tratado (UE) | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo A presente ficha técnica apresenta os antecedentes e as disposições essenciais do Tratado de Lisboa, de modo a contextualizar historicamente a emergência deste último texto fundamental da UE face aos precedentes. As disposições específicas (com remissões para os artigos) e os respetivos efeitos são explicados com mais pormenor nas fichas seguintes, que abordam políticas e matérias específicas.

Fichas temáticas sobre a [UE](#) [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O processo orçamental

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-06-2017

Autor CALATOZZOLO Rita

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Orçamento

Palavra-chave acordo interinstitucional | competência do PE | controlo orçamental | disciplina orçamental (UE) | exercício orçamental | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | instituições da União Europeia e função pública europeia | orçamento | orçamento geral (UE) | regulamento financeiro | tramitação orçamental | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O papel do Parlamento Europeu no processo orçamental tem vindo a ser progressivamente reforçado desde os tratados de 1970 e 1975. O Tratado de Lisboa conferiu ao Parlamento e ao Conselho igualdade de poderes no que respeita à globalidade do orçamento da UE.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Brexit Literature Update 6/2017

Tipo de publicação Em síntese

Data 01-06-2017

Autor PAPAGEORGIOU IOANNIS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave bibliografia | construção europeia | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | pertença à União Europeia | Reino Unido | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs has been compiling, on a regular basis, academic and scholarly material related to the process of, and the negotiations on, the withdrawal of the UK from the EU.

Em síntese [EN](#)

The Impact on SMEs of the Proposal of Preventive Restructuring, Second Chance and Improvement Measures

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 20-05-2017

Autor externo Stephan MADAUS

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave ajuda à reestruturação | ajuda às empresas | aproximação das legislações | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | liquidação de sociedade comercial | organização de empresas | participação | pequenas e médias empresas | política económica | registo de sociedade | solvibilidade financeira | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee. It looks at the effects the recent Commission proposal might have both on micro and small and medium-sized enterprise, thus reflecting the diversity of SMEs. It identifies and explains the issues at stake of concerned SMEs related to their capacity as both debtors and creditors.

Análise aprofundada [DE](#), [EN](#)

European Travel Information and Authorisation System (ETIAS): Border management, fundamental rights and data protection

Tipo de publicação Estudo

Data 18-05-2017

Autor externo Susie ALEGRE, Director, Alegre Consulting Ltd and Associate Tenant, Doughty Street Chambers
Dr. Julien JEANDESBOZ (Coordinator), Associate Researcher, CCLS (Centre d'étude sur les conflits)
Dr. Niovi VAVOULA, Queen Mary University of London

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | controlo fronteiriço | dados pessoais | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estrangeiro | Europol | fronteira externa da UE | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | política de vistos da UE | proposta (UE) | proteção dos dados | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | sistema de informação | terrorismo | turismo | UNIÃO EUROPEIA | viagem | vida política e segurança pública | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, appraises the proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing a European Travel Information and Authorisation System (ETIAS), adopted by the European Commission on 16 November 2016. It provides an assessment of the necessity, implications in relation to interoperability, and impact in terms of fundamental rights, including the right to personal data protection and the right to privacy. It finds that the necessity of ETIAS has not been made, that the proposal is likely to introduce interoperability through the backdoor, and that it constitutes a significant interference with fundamental rights.

Estudo [EN](#)

Contracts for the supply of digital content and personal data protection

Tipo de publicação Briefing

Data 15-05-2017

Autor MAŃKO Rafał | MONTELEONE Shara

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da Propriedade Intelectual | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comunicação | construção europeia | consumo | contrato | dados pessoais | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito privado | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | fontes e ramos do direito | impacto das tecnologias da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internauta | mercado único digital | proteção da vida privada | proteção do consumidor | proteção dos dados | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The proposed directive on the supply of digital content is intended to regulate the main contractual rights and duties of parties to contracts for the supply of digital content and services, and create a harmonised legal framework for digital content to benefit both consumers and businesses. It covers not only contracts where digital content or services are provided in exchange for money, but also those where the consumer provides personal or other data in lieu of money to gain access to digital content or services. The interplay between this proposed private law instrument and the existing public law rules on data protection (notably the recently adopted General Data Protection Regulation) have been the subject of some debate. The European Data Protection Supervisor's recent opinion was critical of the proposal, arguing that, in the EU, personal data 'cannot be conceived as a mere economic asset' and cannot therefore be treated as the consumer's contractual counter-performance in lieu of money. The draft report prepared by the co-rapporteurs in Parliament includes those contracts in which consumers do not pay a price (but potentially provide data) within the scope of the proposal. It eliminates however the notion of personal data as a form of contractual 'counter-performance'. The co-legislators are now facing the challenging task of reconciling the fundamental rights approach with the requirements of economic reality, including the need to grant legal protection to consumers who provide their data in order to access digital content or services.

Briefing [EN](#)

Effective Corporate Tax Rate” and “Digital Business Establishment” in the Corporate Tax Base Proposals

Tipo de publicação Briefing

Data 10-05-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave aproximação das legislações | construção europeia | cooperação fiscal europeia | cooperação transfronteiriça | direito da União Europeia | direito fiscal | empresa multinacional | empresa transnacional | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | FINANÇAS | fiscalidade | harmonização fiscal | imposto sobre as sociedades | matéria coletável | mercado único digital | política de cooperação | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo On 25 October 2016, the Commission presented two proposals for two Council directives on a Common Corporate Tax Base, COM (2016)0685 (CCTB) and a Common Consolidated Corporate Tax Base, COM (2016)0683 (CCCTB). They both are based of Article 115 TFEU (Council decides after consultation of EP- special legislative procedure). As approximation under this Article shall directly affect the establishment or functioning of the internal market the Council decides by unanimity (exception for fiscal provisions in Article 114, par.2 TFEU). The purpose of the proposals is to establish common rules for corporate taxes and to make it possible for corporations to submit a single consolidated tax declaration for the corporation's activities to the tax authority in only one EU Member State. The proposals shall ensure a corporate tax system that encourages fairness in the internal market as currently businesses with cross-border activity have to comply with up to 28 divergent corporate tax systems (generally, corporate income is taxed at national level).

Briefing [EN](#)

The impact and consequences of Brexit on acquired rights of EU citizens living in the UK and British citizens living in the EU-27

Tipo de publicação Estudo

Data 02-05-2017

Autor externo Diego LÓPEZ GARRIDO, Fundación Alternativas, Antonio FERNÁNDEZ TOMÁS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave cidadania europeia | construção europeia | Convenção Europeia dos Direitos do Homem | demografia e população | DIREITO | direito da UE-direito nacional | direito da União Europeia | direito de residência | direito internacional | direitos e liberdades | direitos fundamentais | discriminação em razão da nacionalidade | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | nacionalidade | negociação de acordo (UE) | política internacional | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | segunda residência | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo On the request of the AFCO Committee, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs commissioned this study, which examines the concept of acquired (or 'vested') rights in public international law, analyses the gradual establishment and evolution of these rights and draws from case law as well as other precedents in order to establish the validity and force of acquired rights in customary and conventional international law. It also analyses the protection of such rights within the EU legal order, and examines the citizenship rights that will have to be taken into account during the UK withdrawal negotiations as well as their potential permanence in the EU and UK legal orders after Brexit. It concludes with an assessment on the legal force of acquired rights after Brexit and recommendations for their treatment during and after the withdrawal negotiations.

Estudo [EN](#)

Os processos de decisão de tipo supranacional

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-05-2017

Autor SCHONARD Martina

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave competência externa (UE) | direito da União Europeia | elaboração do orçamento da UE | finanças da União Europeia | processo de consulta | processo de cooperação | processo legislativo especial | processo legislativo ordinário | transferência de competências | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Em resultado da sua adesão à UE, os Estados-Membros da União Europeia acordaram em transferir para as instituições desta alguns dos seus poderes em determinados domínios de ação política. Logo, as instituições da UE tomam decisões vinculativas supranacionais no âmbito dos seus processos legislativos e executivos, processos orçamentais, processos de nomeação e processos de natureza quasi-constitucional.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

The Impact of the United Kingdom's withdrawal from the European Union on Scotland, Wales and Gibraltar

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 26-04-2017

Autor externo Michael KEATING

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Política Social

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | consequências económicas | construção europeia | descentralização | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Escócia | estudo de impacto | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Gibraltar | livre circulação de trabalhadores | mercado único | País de Gales | países e territórios ultramarinos | poder executivo e administração pública | reforma administrativa | reforma institucional | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | Reino Unido | relações Estado-região | retirada da UE | situação política | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Upon request by the AFCO Committee, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs has commissioned this in-depth analysis on the impact of Brexit on the devolved territories of Scotland and Wales as well as the Overseas Territory of Gibraltar. It examines the economic and political implications of Brexit on these territories, the consequences of the possible return to devolved administrations of formerly 'Europeanised' competencies and looks at how Brexit might affect their future status within the UK as well as their relations with the EU.

Análise aprofundada [EN](#)

Rules on independence and responsibility regarding auditing, tax advice, accountancy, account certification services and legal services

Tipo de publicação Estudo

Data 14-04-2017

Autor externo Ian ROXAN (LSE), Saipriya KAMATH (LSE), Willem Pieter DE GROEN (CEPS) ; Research support: Katharina EHRHART (LSE Enterprise)

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Governação Mundial | Programação

Palavra-chave Alemanha | América | auditoria financeira | branqueamento de capitais | Chipre | conselheiro jurídico | DIREITO | direito penal | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estados Unidos | Europa | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | fraude fiscal | fuga de capitais | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | gestão contabilística | Ilhas Virgens Britânicas | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | livre circulação de capitais | Luxemburgo | organização da justiça | países e territórios ultramarinos | regulamentação financeira | Reino Unido | sigilo bancário | Suíça | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study maps the rules on independence and responsibility that are applicable at national, EU, and international level that govern the service provision by intermediaries such as companies working in auditing, tax advice, accountancy and account certification or by legal advisors (attorneys, solicitors, legal consultants, in-house lawyers, etc.). The mapping forms the basis for policy recommendations to encourage intermediaries to deliver a positive contribution to combatting tax evasion, tax avoidance and money laundering. This document was prepared for Policy Department A at the request of the Committee of Inquiry into Money Laundering, Tax Avoidance and Tax Evasion (PANA).

Estudo [DE](#), [EN](#)

[Role of advisors and intermediaries in the schemes revealed in the Panama Papers](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 14-04-2017

Autor externo Willem Pieter DE GROEN (CEPS)

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Comércio internacional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Governação Mundial | Programação

Palavra-chave América | ATIVIDADE POLÍTICA | branqueamento de capitais | combate ao crime | comissão PE | competência jurisdicional | conselheiro jurídico | DIREITO | direito penal | empregado | EMPREGO E TRABALHO | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | fraude | fraude fiscal | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Ilhas Virgens Britânicas | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | mercado do trabalho | organização da justiça | Panamá | países e territórios ultramarinos | poder executivo e administração pública | QUESTÕES SOCIAIS | Seicheles | transparência administrativa | UNIÃO EUROPEIA | vida social | África

Resumo The use of offshore entities that facilitate money laundering, tax avoidance and tax evasion undermines the fair distribution of the tax burden in onshore jurisdictions. The Panama Papers shed some light on the activities that are usually conducted in secrecy, with the disclosure of information on 213,634 offshore entities in jurisdictions such as the British Virgin Islands, Panama and the Seychelles. This analysis assesses the role of advisors (tax experts, legal experts, administrators, investment advisors) and intermediaries (law firms, accounting firms, trust companies, banks, etc.) involved in the phases of the identified decision-making cycle (advice, creation, maintenance, enforcement). This document was prepared for Policy Department A at the request of the Committee of Inquiry into Money Laundering, Tax Avoidance and Tax Evasion (PANA).

Estudo [DE](#), [EN](#)

[Economic Aspects of the Regulatory Framework in the Area of Fertilizers](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 14-04-2017

Autor externo Justus Wesseler and Dušan Drabik

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | análise de custos-benefícios | análise económica | análise económica | azoto | controlo da poluição | cádmio | degradação do ambiente | direito da UE | direito da União Europeia | ECONOMIA | economia circular | empresa multinacional | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | estatística da UE | estudo de impacto | fertilizante | fósforo | GEOGRAFIA | geografia económica | gestão contabilística | INDÚSTRIA | meios de produção agrícola | metalurgia e siderurgia | poluição pela agricultura | política ambiental | política económica | química | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study discusses economic implications of the proposed EU regulation on the market of CE marked fertilizers. Depending on the design of the regulation, the costs can be substantial. The expected additional costs of introducing mandatory or voluntary maximum threshold levels for cadmium in inorganic fertilizer are larger than the expected benefits. Measuring cadmium concentration in food in combination with food consumption information seems to be a more cost-effective strategy. Harmonizing the standards for new fertilizing products entering the EU market can increase their supply, support the development of the bio-economy and hence should be enforced. This document was prepared for Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Análise aprofundada [EN](#)

[A evolução conducente ao Ato Único Europeu](#)

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave aprofundamento da União Europeia | Ato Único Europeu | competência da UE | construção europeia | cooperação política europeia | direito da União Europeia | economia monetária | elaboração do orçamento da UE | FINANÇAS | finanças da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | orçamento comunitário | política monetária única | relação interinstitucional (UE) | revisão de tratado (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo A principal evolução dos primeiros Tratados tem a ver com a criação dos recursos próprios da Comunidade, o reforço dos poderes do Parlamento em matéria orçamental, a eleição dos deputados europeus por sufrágio universal direto e a criação do Sistema Monetário Europeu. A entrada em vigor do Ato Único Europeu em 1986, que veio alterar consideravelmente o Tratado de Roma, reforçou a ideia da integração por meio da criação de um grande mercado interno.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Tratado de Nice e a Convenção sobre o Futuro da Europa

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | competência institucional (UE) | Conselho da União Europeia | Constituição Europeia | construção europeia | direito da União Europeia | estrutura institucional | história da Europa | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | Parlamento Europeu | processo eleitoral | repartição dos mandatos | Tratado de Nice | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Tratado de Nice preparou apenas parcialmente a União Europeia para os importantes alargamentos de 2004 e de 2007, a Leste e a Sul. Em resposta às questões suscitadas na Declaração de Laeken, a Convenção sobre o Futuro da Europa procurou elaborar uma nova base jurídica para a União consubstanciada no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. Na sequência da vitória do «não» em referendos realizados em dois Estados-Membros, o Tratado não foi ratificado.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Conselho da União Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo (UE) | administração da instituição | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | Conselho da União Europeia | construção europeia | estrutura institucional | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | orçamento | poder legislativo | poder orçamental | Política Externa e de Segurança Comum | quadro político | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Conselho é a instituição que, juntamente com o Parlamento Europeu, aprova a legislação da UE através de regulamentos e diretivas, e que elabora decisões e recomendações não vinculativas. Nas suas áreas de competência, toma decisões deliberando por maioria simples, maioria qualificada ou unanimidade, de acordo com a base jurídica do ato que requer a sua aprovação.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Conselho Europeu

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave aprofundamento da União Europeia | ATIVIDADE POLÍTICA | cimeira | competência institucional (UE) | Conselho Europeu | construção europeia | convergência económica | ECONOMIA | estrutura institucional | instituições da União Europeia e função pública europeia | política económica | Política Externa e de Segurança Comum | política internacional | reforma institucional | relação interinstitucional (UE) | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo O Conselho Europeu, formado pelos chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, proporciona o impulso necessário ao desenvolvimento da União Europeia e estabelece as orientações políticas gerais. O Presidente da Comissão também faz parte do Conselho Europeu enquanto membro sem direito de voto. O Presidente do Parlamento Europeu dirige a palavra ao Conselho Europeu no início das suas reuniões. O Tratado de Lisboa estabeleceu o Conselho Europeu como uma instituição da União e dotou-a de uma presidência a longo prazo.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Competências do Tribunal de Justiça da União Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave competência institucional (UE) | DIREITO | direito da União Europeia | fontes e ramos do direito | instituições da União Europeia e função pública europeia | interpretação do direito | justiça | primado do direito da UE | recurso contencioso (UE) | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo A presente ficha técnica descreve as competências do Tribunal de Justiça da União Europeia, que inclui duas jurisdições, o Tribunal de Justiça propriamente dito e o Tribunal Geral, e oferece diferentes vias de recurso previstas no artigo 19.º do Tratado da União Europeia (TUE), nos artigos 251.º a 281.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), no artigo 136.º do Tratado Euratom e no Protocolo n.º 3 anexo aos Tratados relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

A Comissão Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave administração da instituição | ATIVIDADE POLÍTICA | Comissão Europeia | competência institucional (UE) | controlo da UE | direito da União Europeia | finanças da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | poder de execução | poder de iniciativa | projeto de orçamento (UE) | proposta (UE) | quadro político | regulamento delegado | UNIÃO EUROPEIA

Resumo A Comissão é a instituição da UE que detém o monopólio da iniciativa legislativa juntamente com importantes poderes executivos em domínios como a concorrência e o comércio externo. É o órgão executivo por excelência da União Europeia, sendo formada por um colégio de comissários com um comissário por Estado-Membro. Também preside aos comités responsáveis pela aplicação da legislação da União Europeia. O anterior sistema de comitologia foi substituído por novos instrumentos jurídicos: atos de execução e atos delegados.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

O Tribunal de Justiça da União Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave administração da instituição | base jurídica | competência institucional (UE) | DIREITO | direito da União Europeia | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | membro do Tribunal de Justiça (UE) | nomeação de membros | recurso contencioso (UE) | Tribunal da Função Pública | Tribunal Geral (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O Tribunal de Justiça da União Europeia é uma das sete instituições da UE. Congrega duas jurisdições: o Tribunal de Justiça propriamente dito e o Tribunal Geral. A jurisdição da União Europeia é da sua competência. Estes órgãos asseguram a correta interpretação e aplicação do direito primário e do direito derivado da União na UE. Fiscalizam a legalidade dos atos das instituições da União e decidem se os Estados-Membros cumpriram as obrigações decorrentes do direito primário e do direito derivado. O Tribunal de Justiça interpreta igualmente o direito da União a pedido dos magistrados nacionais.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Processos de decisão intergovernamental

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave adesão à União Europeia | construção europeia | cooperação reforçada | direito da União Europeia | instrumento jurídico intergovernamental | parecer favorável PE | Política Externa e de Segurança Comum | revisão de tratado (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Na Política Externa e de Segurança Comum, bem como em vários outros domínios, tais como a cooperação reforçada, determinadas nomeações e a revisão de tratados, o processo de decisão é diferente do que prevalece no processo legislativo ordinário. O aspeto dominante, nestes domínios, é uma componente mais forte da cooperação intergovernamental. O problema da crise da dívida pública provocou um aumento do recurso a esses mecanismos de tomada de decisão, nomeadamente no quadro da governação económica europeia.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

As fontes e o âmbito de aplicação do Direito da União Europeia

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | competência da UE | competência externa (UE) | decisão (UE) | direito da União Europeia | direito derivado | diretiva (UE) | parecer (UE) | poder de execução | quadro político | recomendação (UE) | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo A União Europeia tem personalidade jurídica e como tal a sua ordem jurídica própria, que é distinta do Direito internacional. Além disso, o Direito da UE tem um efeito direto ou indireto nas legislações dos Estados-Membros e torna-se parte integrante do sistema jurídico de cada Estado-Membro. A União Europeia é em si mesma uma fonte de Direito. A ordem jurídica divide-se habitualmente em direito primário (os Tratados e os princípios jurídicos gerais), direito derivado (baseado nos Tratados) e direito complementar.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão

Tipo de publicação Fichas temáticas sobre a UE

Data 01-04-2017

Autor NOVAK Petr

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave competência institucional (UE) | construção europeia | cooperação intergovernamental (UE) | direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | espaço de liberdade, segurança e justiça | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | método da União Europeia | Política Externa e de Segurança Comum | política social europeia | QUESTÕES SOCIAIS | Tratado da União Europeia | Tratado de Amesterdão | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo O Tratado de Maastricht alterou os tratados europeus anteriores e criou uma União Europeia assente em três pilares: as Comunidades Europeias, a política externa e de segurança comum (PESC) e a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos (JAI). Tendo em vista o alargamento da União, o Tratado de Amesterdão introduziu as adaptações necessárias a um funcionamento mais eficaz e democrático da União.

Fichas temáticas sobre a UE [BG](#), [CS](#), [DA](#), [DE](#), [EL](#), [EN](#), [ES](#), [FI](#), [FR](#), [HU](#), [IT](#), [LT](#), [LV](#), [NL](#), [PT](#), [RO](#), [SV](#), [ET](#), [HR](#), [MT](#), [PL](#), [SK](#), [SL](#)

The Training of Judges and Legal Practitioners - Ensuring the Full Application of EU Law

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 31-03-2017

Autor externo Tatiana TERMACIC, Eva PASTRANA, EJTN, Pier Giovanni TRAVERSA, Sieglinde GAMSJÄGER, Roberta RIBEIRO OERTEL, Peter I.B. GOLDSCHMIDT

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia | Balcãs Ocidentais | Conselho da Europa | cooperação judiciária | DIREITO | direitos e liberdades | direitos humanos | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | Europa | formação profissional | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | instituições da União Europeia e função pública europeia | juiz | organização da justiça | organizações europeias | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | política de cooperação | reciclagem profissional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Rússia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The workshop, organised by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs upon request by the Committees on Legal Affairs and on Civil Liberties, Justice and Home Affairs of the European Parliament, provides an opportunity to discuss about the training of judges and of other legal professionals in EU law and in the law of other Member States. The European Commission, in its 2011 Communication on "Building trust in EU-wide justice", set the objective of enabling half of the legal practitioners in the EU to participate in European judicial training activities by 2020. The workshop will be an forum to discuss to what extent this objective is being attained, as well as to understand the existing challenges and good practices that have been developed in the training of several categories of legal professionals.

Análise aprofundada [EN](#)

Background Information for the LIBE Delegation on Migration and Asylum in Italy - April 2017

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 31-03-2017

Autor RAFFAELLI Rosa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Segurança e Defesa

Palavra-chave ajuda aos refugiados | asilo político | cooperação internacional | DIREITO | direito internacional | estrangeiro | Europa | fronteira externa da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Grécia | Itália | migração ilegal | migrações | política de cooperação | política migratória da UE | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Resumo Upon request by the LIBE Committee, this paper provides some information on the current situation of asylum and migration in Italy, focusing in particular on the "hotspots" and on the asylum procedures. The paper describes the applicable legislative framework, as recently amended, as well as its practical application.

Análise aprofundada [EN](#)

Contribution of the European Parliament to multilevel governance: Building on a potential for a fuller right of legislative initiative for the European Parliament

Tipo de publicação Estudo

Data 30-03-2017

Autor VAVRIK Peter

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo comercial | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | construção europeia | direito da União Europeia | Estado-Membro UE | Europa dos cidadãos | GEOGRAFIA | geografia económica | governação | iniciativa legislativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | negociação internacional | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | política comercial | política comercial comum | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | trabalhos parlamentares | transparência administrativa | transparência do processo de decisão | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This analysis was prepared in the framework of the EU Fellowship Programme and presents the results of research reflecting on the full right of legislative initiative of the European Parliament in the light of the experience of the US Congress. It is based on data gathered for the purposes of the research from national parliaments of 26 EU Member States, analysis of 59 replies by the European Commission to the European Parliament's legislative initiative reports and a case study on 3 complex US laws, carried out on the basis of 15 interviews with Congressional staff.

Estudo [EN](#)

The EU as a community of law: Overview of the role of law in the Union

Tipo de publicação Briefing

Data 24-03-2017

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | construção europeia | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | direitos e liberdades | direitos fundamentais | Estado de Direito | fontes e ramos do direito | instituições da União Europeia e função pública europeia | interpretação do direito | lei de harmonização | quadro político | Tribunal de Justiça da União Europeia | União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The term 'community of law' was popularised by Walter Hallstein in the 1960s. It emphasises that the Community, and now the European Union, is founded on the 'rule of law' principle, and underscores the role of law in the European project, which has been described by political scientists precisely as 'integration through law'. Modern definitions of the 'rule of law' include such elements as the limitation of the powers of public officials by the law, the fact that laws are public, general and apply equally, and finally the presence of an independent, impartial and neutral judiciary. The building blocks of the EU as a community of law have been laid, from the 1950s onwards, in the case law of the Court of Justice. The ECJ's case law proclaiming numerous general principles of Community law was inspired by the common legal traditions of the Member States. Over time, many such principles became enshrined in the written sources of EU law, notably the Charter of Fundamental Rights and the Treaties. The 'life cycle' of EU law – including its creation, application, interpretation and enforcement – involves various institutional actors. Key roles in the creation of EU law are played by the Commission, Parliament and Council, while the application of EU law on a day-to-day basis is predominantly the task of national courts. Supreme authority to interpret EU law, and to review the compatibility of legislation with the treaties is vested in the ECJ. Individuals – natural and legal persons – enjoy the status of subjects of EU law, and can seek judicial enforcement of their rights based on EU law before national courts. In certain situations they can also seek legal protection directly from the EU courts – the General Court and the Court of Justice.

Briefing [EN](#)

A SECOND CHANCE FOR ENTREPRENEURS

Tipo de publicação Em síntese

Data 20-03-2017

Autor BUX Udo

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil

Palavra-chave ajuda à reestruturação | ajuda às empresas | aproximação das legislações | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito das sociedades comerciais | ECONOMIA | empresa em dificuldade | empresa familiar | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | liquidação de sociedade comercial | organização de empresas | política económica | solvabilidade financeira | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo There are still several Member States where a business cannot be restructured before it is insolvent. Important discrepancies have remained as to the duration of the discharge period. Such differences in Member States' legal frameworks mean continuing legal uncertainty. The proposal aims to reduce barriers to cross-border investment related to differences between the Member States' restructuring and second chance frameworks, and to increase investment and job opportunities in the single market. Furthermore, unnecessary liquidations of viable companies should be decreased, value for creditors, owners and the economy should be maximised, and possibilities of cross-border restructurings be increased. Finally, the Directive is intended to improve the effectiveness of all restructuring, insolvency and second chance procedures with a view to reducing their length and costs.

Em síntese [EN](#)

[The Impact and Consequences of Brexit for Northern Ireland](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 17-03-2017

Autor PAPAGEORGIOU IOANNIS

Autor externo Jonathan Tonge

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo comercial | acordo internacional | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadania europeia | comércio internacional | construção europeia | controlo fronteiriço | DIREITO | direito internacional | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | Irlanda | Irlanda do Norte | livre circulação de pessoas | livre circulação de trabalhadores | pertença à União Europeia | política internacional | programa da UE | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Upon request by the AFCO Committee, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs commissioned a briefing on the impact of the UK's withdrawal from the EU on Northern Ireland, the part of the UK most distinctly affected by Brexit. The briefing analyses the implications of Brexit on the Northern Irish economy and on the freedom of movement from the establishment of a "hard border" between Northern Ireland and the Republic. It examines the possible consequences of Brexit on the relations between communities in Northern Ireland and well as between the UK and the Republic. It looks into the implications of Brexit on the Good Friday Agreement and examines possible bespoke deals between the UK and Irish governments on Northern Ireland following Brexit.

Briefing [EN](#)

[The Brexit Negotiations: An Assessment of the Legal, Political and Institutional Situation in the UK](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 16-03-2017

Autor externo Charles GRANT

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave acordo de comércio livre | América | análise económica | análise económica | aprofundamento da União Europeia | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | comércio internacional | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | ECONOMIA | economia nacional | Escócia | Estados Unidos | estrutura económica | Europa | FINANÇAS | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | governo | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de capitais | mercado financeiro | migração comunitária | migrações | pertença à União Europeia | período de transição (UE) | poder executivo e administração pública | QUESTÕES SOCIAIS | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | segurança europeia | segurança internacional | Tratado de Lisboa | Tribunal de Justiça da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Upon request by the AFCO Committee, the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs commissioned an in-depth analysis on the political and institutional situation in the United Kingdom following the referendum on the UK's withdrawal from the EU. The research analyses the post-Brexit political developments in the UK, the various parameters that should be taken into account, by both the UK government and the 27, in view of the Article 50 negotiations and the possible shape of the final deal and the future economic relationship, taking into account the EU obligations and the constraints of Theresa May's government.

Análise aprofundada [EN](#)

[Proceedings of the Workshop on Reforming Single Market for fertilising products](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-03-2017

Autor externo Piotr KWIATKOWSKI, Osnabrück University and Aneta WIEWIÓROWSKA-DOMAGALSKA, Osnabrück University

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | autorização de venda | comercialização | controlo fitossanitário | direito da União Europeia | ensaio | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | meios de produção agrícola | política agrícola | política ambiental | prevenção de riscos ambientais | princípio de reconhecimento mútuo | produto fitossanitário | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção do ambiente | QUESTÕES SOCIAIS | regulamento CE | risco sanitário | saúde | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The workshop organised by the Policy Department A for the IMCO Committee aimed at discussing the revision of the fertilisers' regulation proposed by the European Commission and its possible implications for producers, farmers and other users. It allowed exchange of views on the new regulatory proposal. This document was prepared by Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

The Legisprudential Role of National Parliaments in the European Union

Tipo de publicação Briefing

Data 10-03-2017

Autor externo Luís Heleno TERRINHA

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação institucional | direito da UE | direito da União Europeia | processo legislativo | trabalhos parlamentares | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo National parliaments' contribution to the law-making process at European level should focus on the overall rationality of the draft legislative proposals. The Early Warning Mechanism must not be limited to considerations regarding the breach of the principle of subsidiarity, but also encompass the principle of conferral and the principle of proportionality. The Political Dialogue could be enhanced to acknowledge the legisprudential role assigned to national parliaments, encompassing configurations akin to the green or red card without the need to amend the Treaties.

Briefing [EN](#)

European Council Conclusions: A Rolling Check-List of Commitments to Date (11th edition)

Tipo de publicação Estudo

Data 10-03-2017

Autor ANGHEL Suzana Elena | BACIAN Izabela Cristina | DRACHENBERG Ralf | TENHUNEN Susanna

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Ambiente | Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Assuntos Externos | Comércio internacional | Controlo Orçamental | Cultura | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Desenvolvimento Regional | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Energia | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira | Orçamento | Pescas | Política de Investigação | Política Social | Programação | Proteção dos Consumidores | Saúde Pública | Segurança e Defesa | Transportes | Turismo

Palavra-chave AMBIENTE | competitividade | comércio internacional | comércio internacional | Conselho Europeu | construção europeia | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ENERGIA | espaço de liberdade, segurança e justiça | FINANÇAS | fiscalidade | harmonização fiscal | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | mercado único digital | organização de empresas | política ambiental | política de desenvolvimento | política de emprego da UE | política económica | política económica | política energética | política energética | Política Externa e de Segurança Comum | política internacional | política para as alterações climáticas | política social | QUESTÕES SOCIAIS | relações internacionais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo The European Council's role - to 'provide the Union with the necessary impetus for its development' and to define its 'general political directions and priorities' - has developed rapidly over the past seven years. Since June 2014, the European Council Oversight Unit within the European Parliamentary Research Service (EPRS), the European Parliament's in-house research service and think-tank, has been monitoring and analysing the European Council's delivery of the various commitments made in the conclusions of its meetings. This overview, presented in the form of a regularly updated Rolling Check-List of Commitments to Date, is designed to review the degree of progress in realising the goals which the European Council has set itself since January 2010 and to assist the Parliament in exercising its important oversight role in this field.

Estudo [EN](#)

Subsidiarity as a Means to Enhance Cooperation between EU Institutions and National Parliaments

Tipo de publicação Briefing

Data 08-03-2017

Autor externo Diane Fromage

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave aprofundamento da União Europeia | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | construção europeia | controlo parlamentar | cooperação institucional | cooperação interparlamentar | direito da União Europeia | instituição comunitária | instituições da União Europeia e função pública europeia | pertença à União Europeia | princípio da subsidiariedade | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The Treaty of Lisbon has entrusted national parliaments with the responsibility to monitor the respect of the principle of subsidiarity in new EU legislative proposals adopted in areas of non-exclusive EU competence (so-called Early Warning System). The Commission has been the primary interlocutor of parliaments in this framework, although Parliament also receives and follows-up on national parliaments' reasoned opinions. Despite positive developments visible both at EU and national level, important challenges remain, in particular in relation to the limited scope offered by the Early Warning System for more political engagement.

Briefing [EN](#)

[The Role of National Parliaments in the EU after Lisbon: Potentialities and Challenges](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 06-03-2017

Autor externo Olivier Rozenberg

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | direito da UE | direito da União Europeia | economia monetária | FINANÇAS | governação económica (UE) | instituições da União Europeia e função pública europeia | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | processo legislativo | relações interinstitucionais | trabalhos parlamentares | transparência administrativa | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Constitutional Affairs of the European Parliament. It assesses the implementation of the Treaty of Lisbon provisions on national parliaments as well as other related developments since 2009. The issues that are specifically investigated include the treaty provisions regarding national parliaments, Early Warning Mechanism, dialogue between national parliaments and the European Commission, the extending networks of inter-parliamentary cooperation, the parliamentary dimension of the budgetary and economic coordination and finally, the challenges raised by the on-going developments of the European legislative procedure.

[Estudo](#) [EN](#)

[Brexit Literature Update 3/2017](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 03-03-2017

Autor PAPAGEORGIOU IOANNIS

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | bibliografia | construção europeia | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Escócia | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | País de Gales | pertença à União Europeia | processo eleitoral | referendo | regiões dos Estados-Membros da União Europeia | Reino Unido | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Following a relevant request by the Committee for Constitutional Affairs, the Policy Department on Citizens' Rights and Constitutional Affairs has been compiling, on a regular basis, a number of academic and scholarly materials related to the process of, and the negotiations on, the withdrawal of the UK from the EU. Since the June 2016 referendum in the UK, Brexit-related literature has grown significantly and it is probably going to expand further in the future. Thus, this compilation is far from exhaustive; rather, it identifies some of the more useful articles, taking into account, in particular, the following elements:

- Scholarly rather than a journalistic publication
- Originality and interest
- Recent publication
- Be of interest for the EU
- Constitutional or institutional relevance.

[Em síntese](#) [EN](#)

[Women's Economic Empowerment at International Level](#)

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 02-03-2017

Autor externo Abigail HUNT and Moizza BINAT SARWAR

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direitos Humanos | Educação | Emprego | Política Social

Palavra-chave condições e organização do trabalho | DIREITO | direitos da mulher | direitos e liberdades | direitos humanos | discriminação sexual | emprego | EMPREGO E TRABALHO | igualdade de género | licença sem vencimento | Nações Unidas | ONU | Organização Internacional do Trabalho | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | trabalho | trabalho feminino

Resumo Upon request by the Committee on Women's Rights and Gender Equality (FEMM) of the European Parliament, this note provides background information for the FEMM Committee mission to the 61st Session of the Commission on the Status of Women which will be held at the United Nations Headquarters in New York from 13 to 24 March 2017. The note focuses on the key priority theme of the 61st Session: "Women's economic empowerment in the changing world of work".

[Análise aprofundada](#) [EN](#)

The Composition of the European Parliament

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 22-02-2017

Autor externo Friedrich Pukelsheim, Geoffrey Grimmett, Victoriano Ramírez González, Wojciech Słomczyński and Karol Życzkowski

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave análise demográfica | análise económica | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | composição da assembleia | construção europeia | demografia e população | direito da União Europeia | ECONOMIA | Estado-Membro UE | estatística da UE | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | grupo político (PE) | instituições da União Europeia e função pública europeia | mandato parlamentar | Parlamento Europeu | processo eleitoral | QUESTÕES SOCIAIS | Reino Unido | representação proporcional | retirada da UE | Tratado da União Europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The workshop, organized by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs upon request by the AFCO Committee, provides insight in the issue of apportionment of seats in the European Parliament, one of the most politically sensitive decisions with direct impact on citizens' representation in the European Parliament. The workshop examined methods for the apportionment of seats in Parliament that would satisfy the requirements of the principle of degressive proportionality and that would be able to automatically adjust to the changing demographic picture in the Union as well as be able to accommodate changes in the number of EU Member States.

Análise aprofundada [EN](#)

The European Union's Policies on Counter-Terrorism: Relevance, Coherence and Effectiveness

Tipo de publicação Estudo

Data 17-02-2017

Autor externo Wim WENSINK, Bas WARMENHOVEN, Roos HAASNOOT, Rob WESSELINK, Dr Bibi VAN GINKEL, Stef WITTENDORP, Christophe PAULUSSEN, Wybe DOUMA, Bérénice BOUTIN, Onur GÜVEN and Thomas RIJKEN

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Governança Mundial | Segurança e Defesa

Palavra-chave ajuda às vítimas | atentado à segurança do Estado | ATIVIDADE POLÍTICA | ação penal | combate ao crime | construção europeia | cooperação transfronteiriça | DIREITO | direito internacional | direito penal | direitos e liberdades | direitos fundamentais | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | estrangeiro | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | justiça | política comercial | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | Sistema de Informação de Schengen | terrorismo | tráfico ilícito | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social

Resumo This study, commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, identifies (counter-) terrorism trends, threats and policies in the EU, focussing particularly on seven themes, including database access and interoperability, measures on border security, criminal justice and prevention of radicalisation. It also analyses the coherence and effectiveness of the counter-terrorism policy (architecture), and issues of cooperation, oversight and implementation, in particular of seven focus Member States: Belgium, Bulgaria, France, Germany, the Netherlands, Slovakia and Spain. Moreover, this study addresses future scenarios and formulates concrete policy options and recommendations.

Estudo [EN](#)

Síntese [FR](#)

Provisions governing the activity of high political office-holders in election or selection processes: A comparative analysis of the provisions and practices in the EU, its Member States and selected international organisations

Tipo de publicação Estudo

Data 16-02-2017

Autor POPTCHEVA Eva-Maria Alexandrova

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | cargo público | CIÊNCIAS | ciências humanas | Comissão Europeia | condições e organização do trabalho | EMPREGO E TRABALHO | Estado-Membro UE | estatuto do eleito | GEOGRAFIA | geografia económica | instituições da União Europeia e função pública europeia | licença para atividade política | licença sem vencimento | mandato eletivo | Nações Unidas | ONU | organização internacional | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | parlamentar | parlamentar europeu | Parlamento Europeu | poder executivo e administração pública | política internacional | processo eleitoral | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | transparência administrativa | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | ética

Resumo In its resolution of 28 April 2016 on the discharge procedure for the year 2014, the European Parliament instructed the European Parliamentary Research Service to undertake a study including 'a comparative analysis of the legal framework governing the compatibilities of candidates who run for election campaigns in other international organisations and in the Member States (election of prime minister, secretary general, chancellor, etc.)'. This study therefore examines relevant rules on the use of public resources by high political office-holders in electoral/selection processes at EU, international and EU Member State level. An initial version of this study was delivered to the Members of the Committee on Budgetary Control in October 2016. This revised version incorporates some minor changes following final verifications. Nonetheless, the information in this study does not reflect any further possible recent changes in any individual Member State.

Estudo [EN](#)

[Optimal Regulatory Model for Telecommunications Services in the EU](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-02-2017

Autor externo Alexandre de STREEL (University of Namur and CERRE – Centre on Regulation in Europe) and Christian HOCEPIED (University of Namur)

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comunicação | comunicações móveis | comércio por grosso | construção europeia | consumo | distribuição comercial | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fluxo de dados transfronteiriço | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | mercado único | mercado único digital | proteção do consumidor | rede de transmissão | regulamentação das telecomunicações | serviço universal | telecomunicação sem fios | transmissão de dados | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This report reviews the market trends for the development of digital networks and applications for 2020 and beyond and, on that basis, proposes a framework for an optimal regulation for telecommunications services in the European Union. Against that framework, the report then critically assesses the draft European Electronic Communications Code proposed by the Commission in September 2016. We submit that the Commission's proposal goes in the right direction but is not ambitious enough to protect the EU consumers in the App economy and to stimulate the digital single market. We think that universal service should ensure an extensive availability of Wi-Fi connections throughout the EU and that citizens need to be protected by general consumer protection rules that are smarter and better enforced instead of detailed and complicated sector-specific rules. This paper was prepared at the request of Policy Department A and the IMCO Committee.

Estudo [EN](#)

[A European Statute for Social and Solidarity-Based Enterprise](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 15-02-2017

Autor externo Antonio FICI (University of Molise, Italy)

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave cooperativa | ECONOMIA | economia social | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | estrutura económica | finanças da União Europeia | forma jurídica de sociedade | Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | GEOGRAFIA | geografia económica | pequenas e médias empresas | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study was requested by the European Parliament's Committee on Legal Affairs and commissioned, overseen and published by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs. Social enterprises (SE) are subject to ad hoc legislation in an increasing number of EU jurisdictions and legislative initiatives in this field are under consideration by EU institutions. This paper explains why tailor-made legislation on SE is essential for the development of this unconventional form of business organization. It describes and compares existing models of SE regulation and discusses the core elements of an SE's legal identity, with the aim of providing recommendations on the potential forms and contents of an EU legal statute on this subject.

Estudo [EN](#)

[Civil law rules on robotics](#)

Tipo de publicação Em síntese

Data 07-02-2017

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave comité (UE) | código de conduta | DIREITO | direito civil | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fontes e ramos do direito | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | legislação | política internacional | recomendação | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | responsabilidade civil | robótica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Legal Affairs (JURI) Committee has tabled a report with recommendations to the Commission on the civil-law and ethical aspects of robotics. The report calls for EU legislation introducing a register of robots, setting up an EU Agency for Robotics and laying down principles of civil liability for damages caused by robots. Such legislation should be complemented by ethical codes of conduct.

Em síntese [DE](#), [EN](#), [ES](#), [FR](#), [IT](#), [PL](#)

Multimédia [Civil Law on robotics](#)

[Extending Quantitative Easing: Are there Additional Risks for Financial Stability?](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 02-02-2017

Autor DESSIMIROVA Denitza | PATERNOSTER Dario

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | crescimento económico | ECONOMIA | economia monetária | emissão de moeda | estabilidade financeira | financiamento e investimento | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | investimento da UE | livre circulação de capitais | mercado financeiro | política monetária única | promoção do investimento | relações monetárias | situação económica | UNIÃO EUROPEIA | zona euro

Resumo Since March 2015, the ECB is engaged in an expanded asset purchase programme of private sector assets and sovereign bonds (so called quantitative easing or QE), which has been recently extended until December 2017, although at a slower pace. The aim of the programme is to ease monetary and financial conditions, making access to finance cheaper for firms and households. This tends to support investment and consumption and, ultimately, contributes to a return of inflation rates towards the ECB target.

Briefing [EN](#)

[Side Effects of Non-Standard Monetary Policy: How Long is the Short Run?](#)

Tipo de publicação Briefing

Data 02-02-2017

Autor DESSIMIROVA Denitza | PATERNOSTER Dario

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave Banco Central Europeu | condições e organização do trabalho | contabilidade nacional | ECONOMIA | economia monetária | EMPREGO E TRABALHO | euro | financiamento a curto prazo | financiamento e investimento | FINANÇAS | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | investimento | juro | política económica | política económica | política monetária | poupança | produtividade do trabalho | produto interno bruto | relações monetárias | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In the short- to medium-run, non-standard monetary policy helps to stimulate the economy and stabilize financial markets. However, it is also widely acknowledged that side effects tend to materialize in the medium- to long-run. Thus, the time dimension is a crucial factor in assessing the riskiness of this policy approach.

Briefing [EN](#)

[How an EU Lifespan Guarantee Model Could Be Implemented Across the European Union](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 31-01-2017

Autor externo Dr. Klaus TONNER; Prof. Rosalind MALCOLM

Domínio de intervenção Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave bens duradouros | comportamento do consumidor | construção europeia | consumo | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | Estado-Membro UE | garantia | GEOGRAFIA | geografia económica | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | medida nacional de execução | mercado único | país terceiro | política de cooperação | princípio de segurança jurídica | proteção do consumidor | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee. It looks at the interrelation between the Consumer Sales and Guarantee Directive (CSD) and the Ecodesign Directive (EDD) with respect to guarantees and product expected lifetime. Through legal research and stakeholder surveys, it develops an EU lifespan guarantee model, which could be implemented by amendments to the proposal for an Online Sales Directive (OSD) and the EDD. It recommends extending the EDD to include the lifespan and extending the limitation period of the OSD. A commercial guarantee for the lifespan of a product is also suggested.

Estudo [EN](#)

Referendums on EU Matters

Tipo de publicação Estudo

Data 30-01-2017

Autor externo Fernando MENDEZ and Mario MENDEZ

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito internacional | Estado-Membro UE | euroceticismo | Europa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | integração europeia | país terceiro | política de cooperação | processo eleitoral | referendo | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | soberania nacional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the Committee on Constitutional Affairs of the European Parliament. It analyses the political and legal dynamics behind referendums on EU-related matters. It argues that we have entered a period of increasing political uncertainty with regard to the European project and that this new political configuration will both affect and be affected by the politics of EU-related referendums. Such referendums have long been a risky endeavour and this has been accentuated in the wake of the Great Recession with its negative ramifications for public opinion in the European Union. It is clear that referendums on EU matters are here to stay and will continue to be central to the EU's future as they are deployed to determine the number of Member States within the EU, its geographical reach, its constitutional evolution and adherence to EU policies. Only now they have become an even riskier endeavour.

Estudo [EN](#)

Legal aspects of EU multilingualism

Tipo de publicação Briefing

Data 26-01-2017

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia | CIÊNCIAS | ciências humanas | construção europeia | direito da UE | direito da União Europeia | língua europeia | língua oficial | multilinguismo | regulamento (UE) | tratados europeus | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The multilingualism of the European Union – with 24 official languages since Croatia's accession – has no precedent, either among multilingual states or even at the level of international organisations. The principle of multilingualism is enshrined in the Charter of Fundamental Rights, which obliges the European Union to respect linguistic diversity, prohibits discrimination on account of language and provides for the citizen's right to communicate with the institutions in any official language of the EU. In legal terms, EU multilingualism falls into three categories: the original (authentic) languages of the Treaties, the official languages of the EU and the working languages of the EU. Furthermore, each institution may create its own internal rules on working languages. The main legal act governing the official and working languages of the Union is Council Regulation No 1 of 1958, which has been amended numerous times. Currently it provides for 24 official and working languages of the EU. This includes Irish. However, a derogation for Irish remains in place until the end of 2021. The rules of procedure of each EU institution lay down detailed rules on multilingualism. The Parliament has opted for 'resource efficient full multilingualism', which means that the resources to be devoted to multilingualism are managed on the basis of users' real needs, measures to make users more aware of their responsibilities and more effective planning of requests for language facilities. The Council has opted for full multilingualism, while the Commission's rule is that any instrument of general application to be adopted by the college must be in all EU official languages. A different approach has been provided for in the rules of procedure of the Court of Justice, where the principle of the 'language of the case' applies for determining both the language of proceedings and the authentic version of the Court's judgment. However, judges and advocates-general may use the official EU language of their choice.

Briefing [EN](#)

Brexit and the European Union: General Institutional and Legal Considerations

Tipo de publicação Estudo

Data 25-01-2017

Autor NOVAK Petr | TELL CREMADES MIGUEL

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave acordo comercial | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | construção europeia | contribuição dos Estados-Membros | direito da União Europeia | Europa | finanças da União Europeia | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | governo | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | negociação de acordo (UE) | poder executivo e administração pública | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retirada da UE | segurança europeia | segurança internacional | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study was requested by the Committee on Constitutional Affairs of the European Parliament. It examines the political and institutional steps taken, or to be taken, both by the UK and by the EU in the context of the Brexit referendum vote, and into how matters may evolve in the coming months and years from a legal and institutional perspective. It will analyse, in broad terms, the possibilities for a future relationship between the Union and its departing member and the consequences that the departure of a large Member State may entail for the rest of the policies of the Union and for the Union itself. The study also briefly examines the potential for institutional progress that opens with the departure of the United Kingdom.

Estudo [EN](#)

Prison Conditions in the Member States: Selected European Standards and Best Practices

Tipo de publicação Briefing

Data 17-01-2017

Autor RAFFAELLI Rosa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Conselho da Europa | construção europeia | criança | cuidados de saúde | demografia e população | DIREITO | direito penal | doença mental | encarceramento | espaço de liberdade, segurança e justiça | Estado-Membro UE | GEOGRAFIA | geografia económica | higiene pública | organizações europeias | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | QUESTÕES SOCIAIS | regime penitenciário | saúde | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This paper provides an overview of European standards and good practices regarding prison conditions. Action by the EU in the field of judicial cooperation in criminal matters is affected by detention conditions across EU Member States. The Council of Europe has adopted numerous recommendations and standards on conditions of life in prison, and the European Court of Human Rights has found that detention conditions may breach the prohibition against torture and ill-treatment. The paper provides an overview of common problems affecting prisons in the EU Member States (from overcrowding to general conditions of life in prison) and describes some of the identified best practices to solve them. Specific attention is paid to pre-trial detention, to the use of alternative (non-custodial) measures, to measures aimed at social reintegration and prevention of recidivism, and to the special safeguards and standards developed as regards vulnerable prisoners (such as children, women, or mentally ill detainees).

Briefing [EN](#), [FR](#)

The Collaborative Economy: Socioeconomic, Regulatory and Labor Issues

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 16-01-2017

Autor externo Arun SUNDARARAJAN

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Cultura | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise social | atividade não assalariada | comunicação | construção europeia | crescimento económico | desigualdade social | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | empresário | estrutura económica | informática e processamento de dados | inovação | investigação e propriedade intelectual | mercado único digital | organização de empresas | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | quadro social | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | setor terciário | situação económica | tecnologia da informação | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing provides a discussion of economic, regulatory, labor and social issues related to the sharing economy (collaborative economy). It provides a definition for the collaborative economy, placing it in the context of a range of past and current definitions, and proposing a new term, "crowd-based capitalism," as a term that unifies changes across different industries. It outlines how this new form of commercial exchange blurs the lines between personal and commercial, elevating the importance of social factors in creating commercial trust. It reflects on how the economic returns from the sharing economy may be repartitioned across social actors, and the promise of lower economic inequality. It outlines new approaches to regulating the sharing economy, the necessity of carefully designed self-regulatory mechanisms, the promise of data-driven delegation, and a set of principles to draw the right lines between the government and the platforms. It concludes with a summary of the state of the independent workforce and outlines approaches for creating a new social contract as society shifts away from employment and towards freelance work. This document was prepared by Professor Arun Sundararajan at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Análise aprofundada [EN](#)

The Geo-Blocking Proposal: Internal Market, Competition Law and Regulatory Aspects

Tipo de publicação Estudo

Data 16-01-2017

Autor externo Miguel POIARES MADURO (European University Institute), Giorgio MONTI (European University Institute) and Gonçalo COELHO (World Bank / Luís Morais, Associados)

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | consumo | cultura e religião | desporto | DIREITO | direito da União Europeia | direito de autor | direitos e liberdades | discriminação em razão da nacionalidade | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | mercado único | mercado único digital | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | propriedade literária e artística | proteção do consumidor | proteção dos dados | QUESTÕES SOCIAIS | radiodifusão | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | telecomunicação | Tratado sobre o Funcionamento da UE | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This Study analyses the Commission's May 2016 Proposal for a Regulation addressing geo-blocking and other forms of customer discrimination based on customers' nationality, place of residence or place of establishment within the internal market. The study assesses the Commission's proposal under the Internal Market, Competition law and sector-specific rules and provides for policy recommendations and specific amendments to the proposal. This document was prepared for Policy Department A at the request of the Committee on Internal Market and Consumer Protection.

Estudo [EN](#)

[Animal Welfare in the European Union](#)

Tipo de publicação Estudo

Data 16-01-2017

Autor externo Donald M. BROOM (University of Cambridge, the UK)

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Petições ao Parlamento Europeu | Saúde Pública | Segurança Alimentar

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | atividade agrícola | bem-estar dos animais | construção europeia | consumidor | consumo | desenvolvimento sustentável | ECONOMIA | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | legislação veterinária | papel internacional da UE | política agrícola | política ambiental | política económica | proteção da fauna | saúde animal | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study, commissioned by the Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs upon request of the Committee on Petitions, finds out that EU animal welfare policy and legislation has had much positive influence in the world, on the image of the EU as well as helping animals. However, most kinds of animals kept in the EU are not covered by legislation, including some of the worst animal welfare problems, so a general animal welfare law and specific laws on several species are needed. Animal sentience and welfare should be mentioned, using accurate scientific terminology, in many trade-related laws as well as in animal-specific laws.

Estudo [DE](#), [EN](#), [FR](#)